

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Versão Corrigida

VALQUIRIA KELLY ZANZARINI BRAGA

**Objetivação capitalista e particularidade histórica: uma análise do governo João
Goulart**

São Paulo

2021

VALQUIRIA KELLY ZANZARINI BRAGA

Versão Corrigida

**Objetivação capitalista e particularidade histórica: uma análise do governo João
Goulart**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B813o Braga, Valquíria Kelly Zanzarini
Objetivação capitalista e particularidade
histórica: uma análise do governo João Goulart /
Valquíria Kelly Zanzarini Braga; orientador Antônio
Carlos Mazzeo - São Paulo, 2021.
242 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Econômica.

1. Populismo. 2. História Econômica. 3. Brasil
República. I. Mazzeo, Antônio Carlos, orient. II.
Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

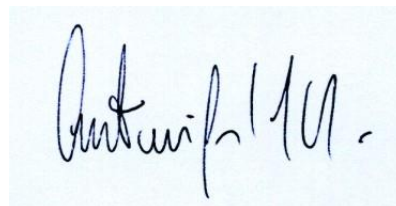
Nome do (a) aluno (a): Valquiria Kelly Zanzarini Braga

Data da defesa: 22/02/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Antônio Carlos Mazzeo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/06/2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Em um país como o Brasil, onde um índice ínfimo da população ascende à pós-graduação, não é necessário falar das dificuldades pelas quais passa um pesquisador. No caso de um pesquisador trabalhador, as dificuldades são ainda maiores. Por esses motivos, além das adversidades inerentes à própria pesquisa, os diversos ciclos de convivência de um pesquisador acabam por partilhar das intempéries do longo caminho de investigação. Nesse sentido, se os agradecimentos aqui são manifestados em palavras, sua importância ultrapassa o que elas conseguem expressar.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Antônio Carlos Mazzeo, pelos ensinamentos preciosos ao longo das aulas e reuniões de orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, elemento essencial para viabilizar a pesquisa.

Aos professores Luiz Bernardo Pericás, pelas indicações na banca de qualificação e defesa, ao professor Antônio Rago Filho pela participação nas bancas de qualificação e defesa, além da inspiração e amizade desde os tempos da graduação.

Aos demais professores que, ao longo de minha jornada acadêmica, contribuíram de alguma forma para este momento, dos quais ressalto, com carinho especial, os professores Ivan Cotrim, Terezinha Ferrari e Glauco Zeugma.

À professora e amiga Lívia Cotrim, com profunda admiração, agradeço pelos mais significativos ensinamentos teóricos, pelas horas dedicadas às conversas inspiradoras e por descortinar, sob os olhos de uma menina, o sentido e a força da luta pela emancipação humana.

À equipe da E. E. João Ramalho pelo apoio e compreensão das ausências e em especial à amiga Anita Simão pelo carinho e motivação.

Às amigas Sara Toledo e Silvia Vian, pelos conselhos e pela paciência em me escutar nos melhores e piores momentos.

Com imenso amor, agradeço aos meus pais, Valdir e Leila, pelo apoio e exemplo de retidão de caráter e força para a luta. Agradeço também à minha sobrinha, Maria Júlia, por me fazer acreditar no futuro: sua alegria e leveza me inspiram o mais puro amor.

Ao meu companheiro de uma vida, Paulo, que, com certeza, foi quem mais sentiu a dureza da rotina de conviver com uma pesquisadora mas, ao seu modo, sempre esteve ao meu lado, agradeço a lealdade e a paciência. Te amo infinitamente.

*À Lívia Cotrim
(In Memoriam)*

“Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo. Raiva e tenacidade. Ciência e indignação. A iniciativa rápida, a reflexão longa, A paciência fria e a infinita perseverança, A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto, Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade.”

(BRECHT, Bertold).

RESUMO

BRAGA, Valquiria Kelly Zanzarini. **Objetivação capitalista e particularidade histórica: uma análise do governo João Goulart.** 2021. 246f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O presente trabalho consiste na problematização das análises comumente adotadas sobre o que caracterizaria o governo de João Goulart. Inicialmente apresentamos a teoria mais consagrada sobre o período, a corrente interpretativa que toma todo o período, desde o Vargasismo até o Golpe Militar, como caracterizado pelo “populismo” - representada sobretudo por Octávio Ianni, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés. Em seguida, apresentaremos os principais críticos desta teoria, bem como alguns autores que advogam sua retomada. Na tentativa de indicar os limites das análises correntes sobre tal período e expandir a investigação, retomamos os principais debatedores da própria época. Como contraponto, apresentamos indicações teóricas que sinalizam um outro caminho de apreensão da realidade, baseado na categoria de particularidade histórica e nas vias de objetivação do capitalismo. Por fim, abordaremos autores que consideramos seguir estas indicações, chegando, portanto, ao efetivo entendimento do que particulariza o capitalismo brasileiro, em geral, e o período Goulart, em específico. Nossas conclusões apontam para a necessidade de uma retomada da pauta econômica como norte do debate, bem como a necessidade de situar a singularidade do período presidido por João Goulart na particularidade histórica do capitalismo colonial.

Palavras-chave: João Goulart; Populismo; Particularidade Histórica.

ABSTRACT

BRAGA, Valquiria Kelly Zanzarini. **Capitalist objectification and historical particularity: an analysis of the João Goulart government.** 2021. 246f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

The present work consists of the problematization of analysis commonly adopted about what the characteristics of João Goulart's government would have. Initially, we present the most established theory about this period, the interpretative chain which takes all the period, since the Vargasismo up to the Military Coup, characterized as "populism" – represented, mainly, by Octávio Ianni, Francisco Weffort, and José Álvaro Moisés. Following, we will present the main critics of this theory, as well as some authors who defend its resumption. Trying to indicate the limits of this current analysis about this period, and expand the investigation, we bring back the most important debaters of that time. As a counterpoint, we present theoretical indications that sign another way for reality apprehension, based on the history particularity category and how capitalism is defined. In the end, we will mention the authors who are supposed to follow these indications, coming, then, to an agreement of what makes the Brazilian capitalism so particular, especially the Goulart's period. Our conclusions point to the necessity of a resumption of the economic agenda to guide the debate. There is, also, the necessity to site the singularity of this period presided by João Goulart in this historical particularity of the colony capitalism.

Keywords: João Goulart; Populism; Historical Particularity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANL	Ação Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CB	Civilização Brasileira (editora)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGG	Comando Geral da Greve (de 1962)
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos EUA)
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas – RJ)
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
ELETRORÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ESG	Escola Superior de Guerra ETA Escritório Técnico Americano
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OBAN	Operação Bandeirantes
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana

PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A. PCB Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
POLOP	Política Operária
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A DÉCADA DE 1960 E O POPULISMO COMO MARCA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	22
1.1 As interpretações clássicas de Octávio Ianni, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés	22
1.2 Críticas ao conceito de populismo no Brasil	29
1.3 Revisitando um conceito: a volta do populismo como chave explicativa para a realidade brasileira	36
1.4 Críticas a serem consideradas: as raízes do conceito de populismo	48
2 O DEBATE SOBRE A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960	57
2.1 O desenvolvimento conservador de Roberto Campos	57
2.1.1 <i>A questão industrial</i>	57
2.1.2 <i>A questão agrária</i>	76
2.2 Celso Furtado a caminho do capitalismo nacional	85
2.3 O renegado PCB: celeiro do marxismo no Brasil	110
2.3.1 <i>Werneck Sodr�e a caminho da Revolu�o Brasileira.</i>	112
2.3.2 <i>A questão agrária para Moisés Vinhas e Alberto Passos Guimarães</i>	125
2.3.3 <i>Caio Prado Júnior: voz dissonante, análise certa.</i>	136
3 A PARTICULARIDADE BRASILEIRA ENTRE O POLITICISMO E AS VIAS DE OBJETIVA�O DO CAPITALISMO	152
3.1 O debate sobre as vias de desenvolvimento do Capitalismo no Brasil	155
3.1.1 <i>Francisco de Oliveira: entre a particularidade e o politicismo</i>	164
3.1.2 <i>A lógica externa da economia brasileira: a reitera�o do sentido da coloniza�o.</i>	165
3.1.3 <i>O Capitalismo verdadeiro no Brasil e a República Velha</i>	170
3.1.4 <i>Revolu�o burguesa e acumula�o interna: ausência de ruptura</i>	173
3.2 A política como soluço: politicismo e a negatividade da política.	181
3.2.1 <i>A analítica paulista e o tipo ideal populismo: politicismo � brasileira</i>	184
4 AFINAL, O QUE REPRESENTA O GOVERNO GOULART?	194
4.1 O antecedente Kubistchek: internacionaliza�o da economia e aprofundamento da submissão	194
4.2 O Governo Goulart situado na particularidade brasileira: um nacional-reformista fora do lugar	201
CONSIDERA�OES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	234

INTRODUÇÃO

Decorridos mais de 50 anos, o governo de João Goulart ainda é palco de intensas disputas interpretativas. Longe de trazer um consenso, os últimos anos presenciaram um aumento substancial de debates sobre o período. Desde interpretações mais popularescas que visam ressaltar a personalidade “vacilante” ou “corruptível” de Goulart, até interpretações à direita, cujo objetivo é justificar o Golpe Militar de 1964, atribuindo todas as perversidades ao presidente e seus apoiadores, a partir dos anos 2000 inúmeras obras surgiram sobre o tema. A importância do período, no entanto, é conformidade entre os mais diversos analistas.

Marcado por intensa agitação social, inúmeras foram as greves em clara ascensão em relação ao período anterior. A crise econômica – a inflação elevou-se de 28,7% em 1960 para mais de 90% em 1964, e o Produto Interno Bruto (PIB), que de 1956 a 1961 havia crescido em média 8,2% ao ano, cresceu de 1962 até 1964, em média 2,6% ao ano - também é marca do período e objeto de estudo por diversos intérpretes. Como véspera do Golpe Militar o período Goulart é ainda mais estudado. A linha interpretativa predominante sobre este período da história é a que toma como dominante a forma política populismo. Elaborada sobretudo na década de 70, a teoria interpretativa da “crítica ao populismo” tem como maiores representantes Octávio Ianni¹, Francisco Weffort² e José Álvaro Moisés³, pretendendo-se como explicação da passagem de um Brasil agrário para urbano-industrial, abarcando desde a década de 30 até o ano de 1964. Em termos gerais esses teóricos dão ênfase à figura do Estado e do líder populista como os maiores artífices do período. Essa linha teórica, que elege a política como centro da questão, teve e tem impressionante repercussão sobre as demais análises que intentam apreender qualquer aspecto desses três decênios. Especial influência tem sobre as interpretações da chamada nova esquerda, organizada após a perseguição e desmonte dos principais partidos operantes no pré-64. Longe de duvidar do mérito e da competência desses intelectuais, contundentes críticas colocaram em xeque a validade dessas teorias em diversos aspectos. Tanto as relações entre Estado e trabalhadores, quanto a validade das ações de Goulart – e dos outros líderes populistas – e de seu partido, o PTB foram profundamente questionadas. É o caso dos diversos estudos da sociologia do trabalho que, sob inspiração de Edward Palmer Thompson e baseados em minuciosa análise documental, propõe outro olhar sobre a ação da classe

¹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

² WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³ MOISÉS, José A. *Greve de massa e crise política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54*. São Paulo: Polis, 1978.

trabalhadora. Da mesma forma, pesquisadores buscaram a origem dessas teorias, localizando-as fora do instrumental marxista - pretendido como referencial pelos teóricos - e propondo maneiras distintas de analisar o período. Elucidando como o populismo é o um conceito ainda vivo, uma nova geração de autores popôis, nos últimos anos, sua retomada, ainda que sob críticas e de forma repaginada.

Um dos críticos destas interpretações clássicas e analista da realidade brasileira, em especial, inspirou nossa trajetória de pesquisa e proposta interpretativa: José Chasin. Suas observações sobre o marxismo⁴ e análises sobre a realidade brasileira⁵ são a conexão entre nosso interesse inicial por estudar os ditos governos “populistas” e nossa opção metodológica pela categoria particularidade. Este autor nos adverte, tanto da necessidade de retomar o marxismo como instrumental teórico de apreensão da realidade quanto a premência do concernir a realidade nacional em sua objetividade – intento somente possível pela correta compreensão da obra do pensador alemão. Chasin nos indica, desta forma, os profundos problemas em que estão inseridos a Escola Paulista de Sociologia – da qual fazem parte tanto Ianni, Weffort e Moisés, quanto outros tantos teóricos que se utilizam do conceito de populismo – justamente pelo incorreto entendimento do pensamento marxiano. A crítica mais profunda de cada um destes autores, bem como das raízes da Escola Paulista, escapa aos objetivos dessa dissertação, apesar de ser um debate necessário em futuras pesquisas.

As indicações de Chasin sobre os erros destes teóricos nos levou, no entanto, ao caminho indicado pelo filósofo e por nós comungado, de compreender a realidade brasileira a partir da dinâmica que esta estabelece entre suas formas universal e particular. Inspirado em Marx, quando este investiga a especificidade do caso prussiano e desenvolvendo o que o filósofo húngaro György Lukács⁶ chama de particularidade histórica, Chasin busca elucidar o que distingue o evoluir histórico da realidade brasileira.

Assim, em termos gerais, Lukács afirma que, sendo o concreto síntese de múltiplas determinações, e sendo estas determinações historicamente dadas, o universal capitalismo pode assumir particularidades que não negam o todo que lhes deu origem, mas antes o reafirmam de forma concreta. O capitalismo, portanto, é uma abstração, uma forma universal, que só toma sentido se analisado no seu evoluir histórico, ou seja, nas formas particulares que assume. De

⁴ CHASIN, J. *Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁵ CHASIN, José. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

⁶ LUKÁCS, Gyorgy. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona-México, Grijalbo, 1968.

forma que o caso particular contém o universal. Por este raciocínio, Lukács afirma que a realidade concreta de cada formação social não exclui o caráter universal do capitalismo, de tal modo que universal e particular não são categorias exteriores entre si como querem muitas abordagens filosóficas. Haveria, de acordo com este raciocínio, o imperativo de investigação imanente e objetiva da realidade histórica para se compreender cada formação social.

A partir das indicações de Marx acerca da “Miséria Alemã”, de Lênin sobre o caso russo e do desenvolvimento teórico de Lúkcacs é que se estabelece o debate sobre os caminhos ou vias de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Problematizando inicialmente as indicações de Carlos Nelson Coutinho que identifica o Brasil como inserido na Via Prussiana, José Chasin e posteriormente Antônio Carlos Mazzeo elaboram sofisticada análise da particularidade brasileira. Segundo estes teóricos, a não compreensão da particularidade brasileira em relação ao universal capitalismo traz sérias consequências, tanto para a correta compreensão da realidade quanto para a prática que objetiva a transformação social.

Debate caudaloso, que tangencia também sobre a questão dos modos de produção que teriam ou não se desenvolvido no país e sobre a realização ou não de uma Revolução Burguesa, nos incentivou a seguir este caminho de pesquisa na tentativa de melhor compreender a origem das singularidades nacionais. A partir destes trabalhos é que pretendemos recolocar a questão da natureza do governo Goulart de forma a compreendê-lo sob este outro ângulo insuficientemente abordado pela literatura até então. Sob a luz destas reflexões, a opção pelo recorte do governo Goulart se deu devido justamente as contradições de nossa especificidade terem se acirrado e atingido momento decisivo em nossa história. Segundo nossas pesquisas, as inúmeras e frutíferas investigações sobre o período, apesar de contribuírem para o debate, não se remetem suficientemente à particularidade nacional e ao resgate necessário de instrumentais marxistas de análise.

A que se ressaltar, porém, que dentro dessa intensa problemática, existem trabalhos de peso essenciais para a compreensão da história da segunda república, mas que em muito foram relegados como ultrapassados. Caio Prado Júnior, ao nos esclarecer sobre o “sentido da colonização⁷” e nos indicar os caminhos da “Revolução Brasileira⁸”, foi pioneiro na utilização rigoroso dos instrumentais marxistas, abrindo caminho, apesar de não utilizar diretamente o termo, para a compreensão da particularidade brasileira. Da mesma forma, o caso do trabalho

⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁸ PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira – perspectivas em 1977*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

seminal de Francisco de Oliveira⁹, nos indicou o Norte que a economia brasileira seguiu em seu momento específico de acumulação e concretização do que Chasin denominou “capitalismo verdadeiro”. Moniz Bandeira¹⁰, um dos únicos intelectuais marxistas que tem um livro inteiro dedicado ao governo Goulart, nos auxiliou com indicações precisas sobre a natureza deste governo, observando quais classes ou frações de classes disputavam o jogo de interesses do momento e identificando qual a posição do próprio presidente em relação a esta disputa. O próprio José Chasin, como já citado, pouco se referencia diretamente ao governo Goulart, mas além das essenciais indicações já citadas, observou outro elemento essencial que mascara nossa realidade até para o investigador mais bem intencionado, a saber, o politicismo¹¹. Ao mesmo tempo razão e causa da não compreensão do que temos de particular, o politicismo propositadamente maquia a realidade, de modo que o político, e não a realidade objetiva, aparecem como derivativos das determinações causais da história. Oriundo da classe dominante, o ardil politicista enredou também substancial fatia da esquerda e ajudou a perverter o entendimento imperativo de revolução social, objetivo último do marxismo.

Na tentativa de ressignificar, tanto as categorias citadas, quanto o marxismo e seus autores citados e que propomos uma retomada de um período tão singular de nossa história, onde aspectos essenciais de nossa particularidade eram debatidos com efervescência a ponto de se tornarem pautas políticas e econômicas dos movimentos sociais, presidência da República e mesmo da classe dominante. Assim, pontos como a Reforma Agrária, o nacionalismo, o anti-imperialismo, o desenvolvimento econômico autônomo, a Reforma financeira eram a ordem do dia. Momento ímpar de nossa história, o início da década de 60 também testemunhou o aprimoramento de teorias econômicas referenciais: Caio Prado Júnior e o Partido Comunista, Celso Furtado e Roberto Campos eram vozes que ecoavam em debates de altíssima erudição.

Ainda hoje, no entanto, na contramão das análises econômicas de grande profundidade, os problemas pelos quais se viu enredado o período ainda são atribuídas a meros erros de cálculo econômico, falta de vontade ou competência política da figura do presidente. Na mesma linha que vários críticos do conceito que serão aqui citados, acreditamos que a sobrevivência e o legado do tipo ideal populismo seja uma das razões dessa incompreensão; na mesma medida a incompreensão dos caminhos de objetificação do capitalismo brasileiro e a visão superestimada e positivada da politicidade impedem a correta compreensão do período.

⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

¹⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8 ed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹¹ CHASIN, José. op. cit., 2009.

Refletindo sobre o momento mais decisivo de nossa história e no esteio das pesquisas citadas é que pretendemos contribuir para o entendimento do período Goulart, propondo que o aspecto político exaltado, tanto pelos teóricos do populismo, quanto por muitos de seus críticos, seja problematizado. Nesta seara, e cientes de nossos limites ante a intelectuais de tamanha maestria, é propomos que o “ser precisamente assim” da realidade seja considerado e, em conjunto, propomos a retomada de autores que o fazem. Como não poderia deixar de ser, acreditamos poder contribuir, nesta toada, para a ressignificação da esquerda brasileira e para a retomada de seu papel central na história nacional.

Esclarecidos estes aspectos resta apresentar a estrutura sob a qual está organizado este trabalho.

No primeiro capítulo apresentamos brevemente a hipótese interpretativa dos teóricos da “crítica do populismo”, bem como seus principais críticos. Apesar de, como citado, outros autores usarem o conceito de “populismo”, limitamos a indicar os pontos em comum nas obras de Francisco Weffort, Octávio Ianni e José Álvaro Moisés. Entre seus críticos, iniciamos pela apreciação do conceito “populismo” feita por Jorge Ferreira¹², autor que não somente tece duras críticas sobre as teses dominantes sobre a época, como também reivindica outra forma de entendimento do período sob o conceito de trabalhismo. Em seguida passamos as apreciações de Marcelo Badaró Mattos¹³ onde o autor objetiva mostrar que o “atrelamento da classe trabalhadora ao Estado” – importante tese dos teóricos do “populismo” - pode ser questionado através da intensa mobilização e politização do movimento. Na mesma toada de cautelosa análise documental, Murilo Leal¹⁴ é eleito por nós como representante de um conjunto de autores que visam revalorizar a história do trabalho de acordo com E. P. Thompson. Questionadores da tese populista de ausência de consciência de consciência crítica por parte dos trabalhadores e sua subordinação total ao Estado, esses autores enxergam os trabalhadores como “atores de sua própria história”.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos dois autores, Demian Melo¹⁵ e Felipe Abranches Demier¹⁶ que, retomando certos aspectos dos “críticos do populismo”, propõe a

¹² FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

¹³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. Lutas Sociais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. n. 6. 1999.

¹⁴ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁵ MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

¹⁶ DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro(1930-1964): autonomia relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

revalorização destes autores. Apesar de nossa profunda discordância com os autores do “populismo”, diversas indicações de Melo são de fundamental importância, especialmente seu resgate de uma análise marxista e a ferrenha crítica ao “revisonismo historiográfico” de Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis, entre outros autores.

Na linha dos que analisam as raízes das teorias populistas, está João Marcelo Ehlert Maia¹⁷. Como discípulos da escola de sociologia paulista, Maia afirma que estes teóricos foram fortemente influenciados pelas matrizes weberiana, funcionalista e pela teoria da sociedade de massas; inspirações estas que os fizeram ter como objetivo prático e de análise, a socialdemocracia. Também, faz interessante contextualização histórica do surgimento destas teorias e as relaciona com as disputas no interior da esquerda brasileira.

José Chasin, como já indicamos, também aponta aspectos que considera equivocados da teoria da “crítica do populismo”, situando-os em um conjunto mais amplo de intelectuais advindos da escola paulista de sociologia. Esses autores, no contexto do Golpe Militar de 1964, elaboram teorias críticas à ação da esquerda tradicional, nomeadamente o PCB, que condenam as práticas do citado partido e propõem um novo horizonte para a perspectiva operária. Responsáveis pela elaboração de uma chave interpretativa que busca dar conta da particularidade nacional através das teorias da dependência, marginalização, populismo e autoritarismo, ainda hoje são referências nas interpretações sobre a realidade brasileira. No entanto, segundo Chasin, os citados teóricos se baseiam em noções marxistas abstratas e que, portanto, falseiam a realidade.

Buscando desenvolver as indicações de José Chasin, Livia Cotrim¹⁸ faz acurada análise dos discursos de Getúlio Vargas de forma a desconstruir os principais aspectos “populistas” imputados ao ex-presidente. Da mesma forma que Maia, localiza na teoria da sociedade de massas e no weberianismo as origens dessa ideologia, apontando o quão nocivas são tipificações que elegem um tipo ideal ou modelo como parâmetro analítico, desconsiderando, portanto, a própria realidade histórica.

Indicadas as principais discussões em torno do conceito, passamos, no capítulo 2, ao exame das teses de grandes nomes da política e economia no início de década de 60. Como representante do pensamento conservador escolhemos Roberto Campos, dada sua notória influência nas decisões da burguesia e do Estado brasileiro mesmo antes do governo Goulart e

¹⁷ MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

¹⁸ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

após o Golpe de 64. Diplomata de carreira, Campos ocupou funções no BNDE, na embaixada dos Estados Unidos durante o governo Quadros além de assumir o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica na ditadura de Castelo Branco. Autor de inúmeros ensaios publicados no calor das decisões econômicas, Campos é classificado por Bielschowsky¹⁹ como principal representante não nacionalista do ciclo ideológico desenvolvimentista. Inspirado nas formulações de economistas como Schumpeter e Rostov, o autor cuiabano elabora refinada tese sobre a origem e as especificidades das economias subdesenvolvidas. De acordo com suas constatações, indica as etapas que estes países devem seguir rumo ao desenvolvimento capitalista baseado em planejamento estatal, financiamento privado e abertura ao capital internacional.

A escolha de Celso Furtado como representante do pensamento desenvolvimentista nacionalista carece de explicações. Principal economista da época, notório por suas formulações originais junto à CEPAL, Furtado era conselheiro de Goulart e formulador do principal plano econômico de seu governo – o Plano Trienal. Sua noção da especificidade nacional, baseada no dualismo cepalino, influenciou enormemente, tanto o debate da época e as ações tomadas pelo governo Goulart, quanto todas as gerações de economistas posteriores. A solução apontada pelo autor para os problemas nacionais, sua famosa defesa de um capitalismo nacional autônomo encabeçado pelo Estado, refletiu a alma do momento.

Como não poderia deixar de ser, uma vez envolvido o partido em toda essa celeuma histórica aqui analisada, apresentaremos as visões de alguns nomes ligados ao PCB. Iniciamos por Werneck Sodré, tanto pelo gabarito deste intelectual, quanto por ser sua teoria a mais próxima da política oficial do partido. Com este autor, muitas vezes enterrado nas atuais discussões sobre a realidade nacional, surpreendemo-nos positivamente com sua erudição e pioneirismo. Suas teses não se limitam ao detectar de restos feudais no Brasil e muito menos se subjugam aos ditames da Terceira Internacional. Apesar de seus equívocos, em sua obra encontramos sinceras evidências da particularidade nacional, como a constatação da dependência de nosso capitalismo, a tensão entre o novo e o velho inerente a esta formação, a percepção da existência de frações de classes no interior da burguesia, além da necessidade de valorização da questão nacional.

A questão agrária sob a ótica do PCB será aqui elucidada através de Moisés Vinhas e Alberto Passos Guimarães. Guimarães inicia sua principal obra “Quatro séculos de latifúndio”

¹⁹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

justamente apontando para as diferenças na formação da estrutura do campo entre países que percorreram o caminho democrático, como França, Estados Unidos e Japão e países que fizeram o caminho autocrático da transformação dos latifúndios tradicionais em empresas rurais privadas, no qual se encaixam Inglaterra e América Latina. Indicando acertadamente que o caráter colonial determinará a estrutura agrária brasileira, é um dos membros do partido que com mais ênfase defendeu a tese da presença de um modo de produção pré-capitalista entre nós. Essa estrutura produtiva atrasada limitaria a introdução de técnicas de cultivo modernas e seria responsável pela exploração extrema da classe trabalhadora rural. Seguindo a linha ideológica oficial do partidão, também indica o imperialismo como inimigo do país, uma vez que a destinação ao mercado externo e a participação de multinacionais em nossa economia eram responsáveis pelo dualismo moderno/atrasado e pela estrutura desigual da posse da terra aqui presente. Diferentemente de Caio Prado Jr, Guimarães é árduo defensor de uma Reforma Agrária via parcelamento da terra, apesar de não se limitar a esta solução, defendendo também a modernização capitalista no campo e a ação estatal. De acordo com as diretrizes de seu partido, defendia ainda que o caminho de conciliação pacífica com as forças progressistas – anti-feudal e anti-imperialistas - era mais eficaz, no caso brasileiro, para os interesses dos trabalhadores, não deixando de ser, portanto, revolucionária. A questão para Moisés Vinhas é fundamentalmente a mesma que para Guimarães.

Encerrando o panorama sobre os autores da década de 60, Caio Prado Jr é o autor com o qual temos mais convergência. Pioneiro no debate por nós problematizado, se pautou no marxismo em uma época na qual a historiografia brasileira negava o materialismo histórico como parâmetro para a análise da realidade. Destoou mesmo de seu partido, o PCB, justamente por defender o que considerava particular ao Brasil de forma muito enfática e rigorosa. Diversas vezes rechaçado pelos próprios companheiros do partido, negava enfaticamente a transplantação da teoria stalinista que sugeria a sucessão sequencial de modos de produção e afirmava a necessidade da análise histórica de cada caso particular. Apesar de um reconhecimento tardio, suas obras se tornaram referência fundamental para aqueles que intentam o entendimento da realidade brasileira, sendo sua constatação do “sentido da colonização” liame para todos os demais autores que buscam a particularidade. Dado o objetivo desta dissertação, partilhamos da tese de Ângela Souza de que há no pensamento de Prado Jr. a denúncia de um “Ciclo Vicioso” como traço marcante de nossa formação:

Uma economia exógena, que em primeiro lugar não atendia aos interesses internos. Produto do estatuto colonial desde sua gênese que foi, ao longo dos tempos,

cristalizando-se, conformando um crescimento desigual e subordinado e comprometendo um desenvolvimento auto-sustentado. Círculo vicioso este que, ao longo da história, foi composto de elementos e situações diversos, mas que manteve sua base essencial, a exclusão das classes trabalhadoras dos resultados da riqueza produzida e dos processos políticos, o baixo padrão de vida das massas e a violência costumeira desencadeada contra elas²⁰.

Além da rigorosidade do autor no tratamento do marxismo e, conseqüentemente, da história, seu engajamento político e compromisso com a transformação da realidade, explicam porque o elegemos como um dos norteadores de nossa compreensão sobre o período.

Seguindo para o capítulo três, elucidamos a já aludida nesta introdução, categoria de particularidade segundo Marx e seus desdobramentos realizados por Lênin e Lukács. A expressão brasileira da busca pelas Vias ou Caminhos do desenrolar capitalista no Brasil é pioneiramente realizada por Carlos Nelson Coutinho e sua “Via Prussiana”. No entanto, este autor traça caminhos analíticos equivocados e acaba por abandonar o referencial Leniniano e Lukácsiano. José Chasin é o filósofo que, em nosso entendimento, melhor se apropria do instrumental marxista, obtendo sucesso no intento de identificar as características da particularidade brasileira, batizando de “Via Colonial” o modo de objetivação do capitalismo no Brasil.

Fundamental desdobramento de nossa objetivação histórica é realizado por Mazzeo²¹ em seu exame da formação do Estado burguês, de modo que este autor nos oferece detalhada caracterização do aparato que a classe dominante desenvolve para manter seu poder e acumular capital. Além desta contribuição, Mazzeo também realiza necessário panorama sobre os principais pontos deste capítulo três.

Especificamente sobre nosso recorte histórico, analisamos o autor que julgamos mais se aproximar do apanhar das particularidades e singularidades nacionais: Francisco de Oliveira. De acordo com o próprio autor, seu principal objetivo era apreender a “especificidade do capitalismo no Brasil”²², de forma que, mesmo sem se referir à categoria particularidade, a descreve em suas características e relações com o universal capitalismo. Assim, em sua análise sobre a formação do “capitalismo verdadeiro” no Brasil, extrai da própria realidade características que reafirmam as preciosas indicações de Chasin. Avançando até o governo Goulart, elementos como a lógica externa da economia, sua profunda dependência, a

²⁰ SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr: gênese e reiteração do ciclo vicioso*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

²¹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

²² OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

conciliação entre o novo e o velho, e o obstáculo que este último representa ao desenvolvimento nacional, são demonstrados objetivamente no interior do projeto burguês de modernização capitalista “hiper-tardio”.

Ainda no capítulo três, analisaremos uma importante consequência de nossa particularidade no tocante ao modo como é apreendida a realidade: o politicismo, termo cunhado por Chasin para se referir à hiperacentuação da esfera política em detrimento dos nexos reais de objetivação da vida. Partindo, mais uma vez, da análise imanente da obra marxiana, Chasin indica que é cabal nos escritos do filósofo alemão, a política como um aspecto negativo da sociedade humana, antes criado para manter um poder que não se remete a ela ontologicamente do que instrumento para a sua emancipação. De sorte que a política é tida como circunstancial e histórica, em consonância com o chão social que a gerou e sustenta, e não atributo essencial do ser social. Denomina, portanto, de politicista a posição que confere autonomia e papel determinativo ao político; tomando caráter politicista, as ações acabam reduzidas à intervenção política, esfera não resolutiva dos dilemas humanos.

Chasin assinala que a não compreensão da origem e função da política leva diversos intelectuais e militantes, muitas vezes genuinamente comprometidos com a transformação social, a engodos no entendimento do marxismo e, conseqüentemente, nas ações que são propostas para essa transformação. É o caso dos autores aqui analisados que se apropriam do termo “populismo” para caracterizar a realidade brasileira. Mais uma vez localizando a origem do termo em uma amálgama entre as teorias da modernização, o estruturalismo e o weberianismo, Chasin e Rubem Barbosa Filho²³ destrincham tal teoria e concluem sua idealização da liberal-democracia, forma de organização social tida como ápice da liberdade individual e modelo a ser alcançado pela humanidade. Nesta toada, fazem-se claros seus limites tanto em relação à sua pretensa crítica à esquerda pecebista do pré-64 quanto à proposta de representante legítima do proletariado nacional. Ao se subsumirem à perspectiva liberal e entender a democracia como fim último de suas ações, os ideólogos aqui citados acabaram por abandonar o horizonte da emancipação humana – que pressupõe a abolição de todas as classes – e substituí-lo pela defesa do proletariado no interior da ordem capitalista – única possibilidade se mantida a democracia burguesa.

Por fim, no capítulo 4, indicamos como a particularidade nacional se manifesta objetivamente no governo Goulart. Excluindo-se os autores que aderem ao termo populismo,

²³ BARBOSA FILHO, Rubem. *Populismo* – uma revisão crítica. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, mimeo, 1980.

não são muitos os que tentam extrair da própria realidade uma significação para o momento aqui tratado. Em número ainda mais reduzido são os que usam o instrumental marxista para isso, colocando as relações materiais como determinantes para a realidade dos fatos. Desta forma, usaremos como base o primoroso trabalho de Moniz Bandeira sobre o governo Goulart. Segundo este autor, não podemos enquadrar Vargas, Kubitschek e Jango no mesmo conceito, dadas as diferenças essenciais entre esses autores. Enquanto Vargas propõe um projeto de bases nacionais de desenvolvimento capitalista, Kubitschek realiza ampla concessão ao capital estrangeiro, em um momento diferenciado de acumulação capitalista. Goulart, por sua vez, incorre na tentativa de dar continuidade ao projeto nacional varguista, desta vez amparado por uma profunda crença na democracia, característica desse presidente, e em um reformismo progressista com avanços sociais explicitado pelas Reformas de Base. De forma que nega veementemente a designação de populista ao governo Goulart; segundo Bandeira, Jango era um reformista, com um programa, um partido e uma prática muito bem delineada, “cuja práxis mais se assemelhava a da social-democracia europeia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à práxis do populismo”²⁴. No entanto, a internacionalização da economia e de sua burguesia, derivada da essência de nossa formação colonial e intensificada por JK, faz com que o período seja assolado por intensa crise econômica. A mudança na configuração do capitalismo mundial, com a reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho, passando, alguns países latino-americanos de produtores de matéria-prima para produtores e exportadores de matéria-prima e produtos de bens de consumo duráveis e importadores de tecnologia e bens de capital será determinante para entendermos a importância dos oligopólios internacionais nesse período. O novo padrão de acumulação, baseado no financiamento externo, cada vez mais marcante de nossa economia, se traduz no aumento progressivo da presença do capital internacional e na reconfiguração da classe burguesa nacional. Nesse sentido, Jango recebe um país diferente do contexto Vargas para os quais foi pensada a ideologia Furtadiana. O insucesso do Plano Trienal é explicado por esta perspectiva, assim como a intensa crise política decorrente do colapso econômico. Outros autores são utilizados para enriquecer o debate, como Adilson Marques Gennari²⁵, Rafael

²⁴ BARBOSA FILHO, Rubem. op. cit.

²⁵ GENNARI, Adilson Marques. *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a Lei de Remessa de Lucros no governo de João Goulart*. Tese de doutorado. Universidade de Campinas, São Paulo.

Moraes²⁶ e Felipe Pereira Loureiro²⁷. Por fim, com base nestes autores e ainda com auxílio de Mazzeo e Antônio Rago Filho²⁸, buscamos mostrar a necessidade de uma análise econômica para a compreensão, tanto, do sentido do período Goulart, quanto da posterior implementação da autocracia burguesa sob a forma bonapartista.

²⁶ MORAES, Rafael. *O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964. Anais do Encontro da ANPEC*. 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-2c5973b65db6447cd8a41acc012cb19e.pdf

²⁷ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

²⁸ RAGO FILHO, Antônio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, São Paulo, (29) tomo I, p. 139-167, dez. 2004.

1 A DÉCADA DE 1960 E O POPULISMO COMO MARCA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

1.1 As interpretações clássicas de Octávio Ianni, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés

A segunda república brasileira, descortinada com a “Revolução” de 1930 e encerrada pelo golpe de 1964, guarda um tema peculiar que levanta, ainda hoje, acalorados debates: a hipótese de ser regida por governos populistas. No esteio de novos questionamentos sobre a validade dessas explicações clássicas, tentaremos indicar alguns elementos do debate em torno deste tema que vem sendo empreendido ao longo da história brasileira.

A abordagem teórica mais comum e amplamente difundida sobre o período é a chamada “crítica do populismo”, empreendida principalmente por Francisco Weffort, Otávio Ianni e José Álvaro Moisés, mas aceita e replicada por outros importantes autores como Décio Saes, Armando Boito Jr, Régis de Castro Andrade, René Dreifuss, etc²⁹

Estes teóricos escrevem nas décadas de 1960-80 e analisam o período compreendido entre 1930-1964 na tentativa de elaborar uma síntese da lógica de desenvolvimento brasileiro, mais especificamente, da passagem de um Brasil agrário para um Brasil industrialmente desenvolvido. Tomando tal período como dominado pela política populista, elaboram a teoria da “crítica do populismo” e também analisam o papel do movimento operário para a lógica de desenvolvimento do país.

José Álvaro Moisés em “Greve de massa e crise política”, reunião de ensaios escritos na década de 70 sobre a greve dos 300 mil em São Paulo, ocorrida em 1953, busca entender as potencialidades e os problemas do movimento operário urbano, realizando um balanço das conquistas e derrotas deste movimento.

Buscando romper com uma “tradição elitista e autoritária”³⁰ que via como ausente a classe trabalhadora da história brasileira, o autor propõe um resgate histórico “das tradições de lutas sociais e políticas das classes sociais populares”³¹. Nesse sentido, o objetivo central deste estudo, segundo Moisés, seria entender quais condições levam o movimento a se organizar ou não com sucesso, para então reproduzir ou corrigir tais práticas. “É essa recuperação que pode

²⁹ DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomia relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. p. 206

³⁰ MOISÉS, José A. *Greve de Massa e Crise Política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54*. São Paulo: Polis, 1978. p.18.

³¹ *Ibidem*. p. 19.

indicar, quando seja o caso, os momentos e, nesses momentos, os processos pelos quais estas classes foram capazes de se afirmar como *atores históricos com vontade própria*”³².

Para o autor, o período estudado seria caracterizado por uma falta de direcionamento político das massas trabalhadoras, ou seja, o movimento operário existia, era sedento por mudanças, mas não obtinha realizações relevantes, não ganhando consciência de classe, se limitando ao espontaneísmo: “Penso, ao contrário, que muitas vezes, essa espontaneidade é o sintoma de uma expressão histórica, da parte das classes populares, a demandar *direção política*”³³.

Moisés afirma que o movimento dos trabalhadores teria se mostrado incapaz de elevar suas reivindicações à esfera política, alcançando apenas resultados insatisfatórios, já que a classe trabalhadora seria muito mais comandada e direcionada por “movimentos populistas” que por partidos ou ideologias de esquerda, como o socialismo ou o comunismo. Para ele, o problema se resume em duas perguntas:

Por que a classe trabalhadora urbana brasileira tem se mostrado historicamente incapaz de definir perspectivas próprias no seu relacionamento com seus oponentes políticos? [...] Quais são os fatores estruturais históricos que podem explicar a tendência da classe trabalhadora urbana a ser mobilizada mais por movimentos populistas, como no período pré-64, que por partidos ideológicos, tais como o Partido Comunista e/ou Socialista?³⁴

A problemática levantada no início do livro é também a resposta final a que chega Moisés: O diagnóstico de que a classe operária é incapaz de agir autonomamente, ou de conseguir resultados satisfatórios e de que a causa para este problema reside na falta de orientação por parte das esquerdas e de manipulação por parte dos governos populistas.

De acordo com o autor, o contexto que permite o entendimento do período citado, remete à revolução de 1930³⁵, que seria o marco inicial dos governos populistas, encabeçado por Getúlio Vargas. Naquele momento, a classe operária urbana brasileira era essencialmente oriunda do campo e, portanto, sem tradição de lutas, consciência política ou de associação:

³² MOISÉS, José A. op. cit. p. 19.

³³ Ibidem. p. 20.

³⁴ Ibidem. p. 25.

³⁵ A revolução de 1930 seria o marco da passagem de um país agrário para um país industrializado, onde forças sociais diversas lutam pela hegemonia. Assim, tanto a elite agrário-exportadora quanto a burguesia ascendente, estariam fragilizadas; os latifundiários estariam sentindo a crise internacional e a burguesia nacional, por ter sido formada recentemente, ainda não teria forças suficientes para emergir como protagonista no embate pelo poder. O proletariado, por sua vez, apresentava também debilidades essenciais que o impediria de se destacar no embate pelo poder.

É importante ter em mente que estamos examinando um proletariado em processo de formação [...] esta classe não teve condições de desenvolver e sustentar até a Segunda Guerra, uma forte *tradição de luta* própria. Este é um dos elementos fundamentais para se entender o populismo que, como prática política, se constitui em um elemento tão característico do período 1945-1964³⁶.

O resultado desse panorama, segundo o autor, é um proletariado suscetível à manipulação política, controlado pelo líder populista, sem autonomia: “[...] a ‘incorporação’ das massas populares urbanas [...] na política pós-1930, e especialmente pós-1937, significou, em grande parte, controle, repressão e manipulação ideológica desses setores, são elementos importantes a se levar em conta”³⁷. Segundo Moisés, Vargas teria inaugurado no Brasil uma prática comum aos governos populistas, a conciliação entre os interesses das classes sociais: “Após 1930, uma vez instalado no poder, Vargas introduziu a sua Política de Conciliação entre classes, beneficiando as classes dominantes, mas fazendo concessões às classes dominadas”³⁸. Neste sentido, alguns benefícios seriam dados aos trabalhadores, porém com o objetivo de perpetuar a manipulação política tipicamente populista.

Essa manipulação política seria permitida pela estrutura sindical dita “doada”: sindicatos atrelados ao Estado, subjugados e fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. A consequência, ainda seguindo Moisés, foi a falta de autonomia do movimento sindical e sua subordinação aos interesses da classe dominante, sendo suas conquistas limitadas a conter o ímpeto dos trabalhadores, não, alterando, contudo, a estrutura de dominação.

Outro elemento fundamental para o entendimento do período aqui estudado, segundo José Álvaro Moisés, é o papel exercido pelos partidos de esquerda na condução do movimento operário. Segundo o autor, a principal expressão das lideranças de esquerda, o Partido Comunista, acabou também por cair na política de alianças proposta pelo populismo, contribuindo para o não desenvolvimento de um comportamento e uma consciência de classes no movimento dos trabalhadores.

No capítulo em que versa especificamente sobre a greve dos 300 mil, Moisés descreve a conjuntura da greve como “uma conjuntura de crise e de lutas”³⁹. Se, por um lado, Vargas faz concessões aos trabalhadores e perde o apoio do setor agrário-exportador, por outro lado as massas, diante das concessões de Vargas, tem mais autonomia e segurança para protestar contra

³⁶ MOISÉS, José A. op. cit. p. 46

³⁷ Ibidem. p. 45

³⁸ Ibidem. p. 55.

³⁹ Ibidem. p. 67.

o constante aumento do custo de vida. Assim, a greve dos 300 mil seria resultado de um movimento de massas cansado dos desmandos de Vargas e pressionado pela carestia.

Assim, o contexto em que irrompe a Greve dos 300 mil em São Paulo é o de crise da política conciliadora de Vargas. Segundo Moisés, a crise desse tipo de política permitiria que se aclarasse a verdadeira luta de classes existente no país, mascarada que era pelo populismo. Na hora em que a política populista dá uma brecha, a luta de classes desabrocha no país, ou seja, no momento em que o movimento dos trabalhadores não pode mais ser manipulado pelo governo populista, ele assume seu caráter legítimo e floresce.

No entanto, graças à tendência conciliatória da esquerda, o potencial classista e radical das bases trabalhadoras seria jogado fora devido à aliança da esquerda com os sucessores de Vargas.

Ao invés de tirar vantagem da situação criada pelos eventos da greve de 1953, e a conseqüente criação de elementos da estrutura paralela – que poderia ter sido o embrião de um movimento operário substancialmente diverso, organizado pela base – os comunistas mantiveram, nos anos seguintes, um programa que teve como resultado a subordinação da classe trabalhadora ao Estado⁴⁰.

À guisa de conclusão, o autor pondera que se pode revelar duas tendências durante os acontecimentos de 1953, a saber, a tendência espontânea à radicalização do conflito, manifestando-se a consciência de classe que se formava entre as massas, e a tendência conciliatória e subordinada do PCB ao Estado. O trecho abaixo, apesar de longo, arremata as posições do autor:

é preciso reconhecer que o partido controlou a classe, na medida em que tendências mais radicais entre os trabalhadores foram, por assim dizer, canalizadas por ele para dentro de certos limites. [...] Talvez se pudesse sustentar a hipótese de que, nas condições da época, marcadas profundamente pela crise política e, ao mesmo tempo, pela emergência do movimento operário, havia possibilidades de se definir uma política clara de organização *autônoma, em relação ao Estado*, da classe trabalhadora. Essa possibilidade tinha estado latente nas próprias tendências mais espontâneas de mobilização da classe. Entretanto, isso não aconteceu e, nos anos subsequentes, a política do PC ajudou a reforçar a estrutura sindical dependente do Estado⁴¹.

Grças à falta de direcionamento do PCB “nas condições históricas dadas, a classe trabalhadora tendeu a considerar o populismo como vantajoso. A classe trabalhadora não foi capaz, na sua espontaneidade, de ir além de suas reações, por assim dizer, ‘instintivas’” .

⁴⁰ MOISÉS, José A. op. cit. p. 92.

⁴¹ Ibidem. p. 93.

O populismo seria, nesta perspectiva, uma expressão da classe dominante, que consegue consolidar e expandir a economia capitalista.

Foi mais um mecanismo de controle e uma técnica de manipulação ideológica [...]. Em outros termos, o populismo correspondeu a uma forma determinada de expressão do bloco no poder e suas relações com as classes subordinadas. Sempre representou, portanto, uma ‘posição de classe’. Ou melhor, a configuração precisa de uma política e uma ideologia de classe, em um momento dado, em função das relações de força na sociedade⁴².

Para Francisco Weffort em “O populismo na política brasileira”, conjunto de escritos feitos entre as décadas de 1960 e 1980, o período aqui referido deve ser entendido na mesma perspectiva de Moisés, qual seja, a de entender o populismo como forma política determinante.

Buscando entender a historicidade própria de nosso país, Weffort busca elaborar uma chave explicativa para a modernização capitalista no Brasil. Nesse sentido, a forma política populismo seria desencadeada por uma “crise de hegemonia” nas relações de poder nacionais. Fragilizadas pela crise de 1929 e seus desdobramentos para setor agroexportador, a oligarquia cafeeira dominante até então teve seu poderio abalado. Ao mesmo tempo surgindo em cena estão novos atores na sociedade brasileira como uma burguesia industrial, setores da classe média e o operariado urbano. Assim como a velha elite oligarca, também a burguesia industrial aparece como figura frágil, uma vez que, novas no cenário político, ainda não haviam concretado seu poder.

O operariado urbano, por sua vez, segundo este autor, os novos atores decorrentes do processo de desenvolvimento urbano-industrial capitalista, se apresentaria como uma questão a ser solucionada: como incorporar as massas populares ao processo político? Ao mesmo tempo em que demandam direitos e condições de vida e trabalho, as massas também representam um enorme poder, uma vez que são numericamente enormes e crescentes. A “disponibilidade política” dessa fatia da sociedade vai de encontro à fraqueza dos demais setores em formação – classes médias, setores agrários menos vinculados à exportação – e da velha oligarquia cafeeira: “Nestas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro”⁴³. A solução encontrada pela classe dominante foi o Estado de Compromisso de líder populista, que inclui no compromisso entre os grupos dominantes e a classe média também as massas populares, mas na forma de manipulação.

⁴² MOISÉS, José A. op. cit. p. 108.

⁴³ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 50.

Essa inserção não teria sido feita pela classe, mas sim de forma individual. Aí se entende porque Weffort fala em massa: a ausência de consciência de classe faz com que o operariado não se relacione com a classe dominante como classe operária, mas como indivíduo e líder populista/Estado. O caráter manipulatório do Estado populista ocupa papel de destaque na interpretação de Weffort, uma vez que as concessões dadas às massas seriam apenas uma forma de acalmá-las e mantê-las sob a tutela de tal Estado, enquanto em realidade eram atendidos os interesses das classes dominantes. De sorte que nos governos populistas a classe operária se converteria em massa, afastando-se de seus reais interesses de classe, tendo sido relegada a mero ator coadjuvante no embate político.

Os sindicatos, neste contexto, em sua estrutura corporativista, serviram para legitimar e aprofundar a ordem populista, uma vez que, vinculados ao Estado e submissos às orientações do MTIC, contribuíam para a massificação dos operários ao afastá-los de seus reais interesses de classe e privá-los de sua autonomia.

Com relação ao papel desempenhado pelas esquerdas no período tratado a posição de Weffort é semelhante à de Moisés, que de fato parte dele. O PCB é condenado como partido por ter caído no arдил populista e se limitado à célebre aliança com a burguesia. Indicado como uma das causas para subordinação dos trabalhadores às chancelas do populismo, o PCB se torna um dos responsáveis pela falta de atitude do movimento operário frente aos desmandos da elite.

A ausência de consciência de classe, acirrada pelas falhas dos grupos de esquerda, pelo sindicalismo atrelado ao Estado e pela influência carismática do líder, faz com que o proletariado não se veja e não atue como classe, convertendo-se, portanto, em massa.

No entanto, o populismo não se limita à manipulação da massa, mas seria um fenômeno político singular, um tipo específico de dominação política e de participação popular, que se deu na época do desenvolvimento industrial e urbano brasileiro, caracterizado pela incapacidade política dos setores dominantes em fazerem-se dominantes. Ou seja, para entender a forma de atuação das classes populares no período, necessariamente deve-se levar em consideração a forma política populismo.

Especificamente, o governo Goulart é entendido por Weffort como um período de “crise do populismo”. Devido ao surgimento de novas formas de ação popular, como aumento da frequência de greves de trabalhadores urbanos e o avanço da organização no campo (a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, bem como sua sindicalização e a formação das ligas camponesas) e ainda a mobilização da sociedade e da opinião pública em torno das reformas de base, as bases do compromisso erigido pelo Estado populista se viram ameaçadas.

As massas populares, segundo Weffort, pareciam reivindicar maior autonomia, colocando em xeque os termos do compromisso firmado desde 30. Goulart, nesse contexto, foi um dos causadores da “crise de compromisso” por optar pelas reformas de base ao invés de manter o pacto: uma vez tomado esse caminho as massas lhe escapam ao controle.

O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que o compunham. Condena pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização das massas rurais; pela burguesia industrial, temerosa também da pressão social e já vinculada por alguns de seus setores mais importantes aos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas as forças, como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas⁴⁴.

Percebe-se, pelo exposto acima, que Goulart aparece como um líder populista que, ao optar pelas reformas e diante da ascensão das massas, rompe o pacto populista e perde o domínio das forças em jogo, em especial a capacidade de controle sobre as massas populares típicas do populismo. Outro elemento de destaque para Weffort é a mudança do caráter da burguesia brasileira. Se antes, no governo Getúlio Vargas, essa burguesia tinha um projeto nacionalista, já na década de 50 ela passa cada vez mais a associar-se com o capital internacional, não sendo mais interessante para ela os termos do acordo. Ainda, como elemento importante para o fim do populismo e que explica a ascensão das massas, está a crise pela qual passa o modelo de acumulação capitalista no Brasil na década de 60.

Octavio Ianni, no mesmo sentido, ao refletir sobre a “crise do populismo”, na mesma linha de Weffort, acredita que a ruptura do compromisso, por parte da burguesia, obedece à mudança do contexto do capitalismo e a inserção dessa classe no imperialismo, ainda que isso tenha ocorrido em um governo de bandeira nacional desenvolvimentista como o de JK. “(...) em todas as situações realmente críticas a burguesia nacional rompe os compromissos táticos com o proletariado e alguns outros setores do populismo, em benefício de suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista. Num paradoxo aparente, para sobreviver, essa burguesia abandona a política de hegemonia implícita no populismo e adota a sua condição subalterna, refazendo e fortalecendo seus laços com seus inimigos de ontem”⁴⁵. Ou seja, para Ianni, uma vez que os novos padrões de acumulação capitalista adotados pela burguesia

⁴⁴ WEFFORT, Francisco. op. cit. p. 86.

⁴⁵ Ibidem. p. 143.

brasileira não comportavam mais a aliança dantes adotada, essa burguesia não hesitou em romper o pacto populista.

Apesar de as leituras de Weffort e Ianni serem o referencial teórico mais comum na análise do tema aqui debatido e espelho para diversos autores que escrevem sobre o período, cada vez mais se acirra o debate acerca da validade destas interpretações para o entendimento do desenvolvimento nacional e, nesta medida, é necessária uma retomada do tema.

1.2 Críticas ao conceito de populismo no Brasil

De grande relevância para o tema aqui tratado é o trabalho de Marcelo Badaró Mattos, *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca*. Neste artigo é realizado um balanço da atuação dos sindicatos cariocas entre a segunda metade da década de 50 e o início dos anos 60. As conclusões a que chega Mattos claramente questionam a referida análise dos autores da “crítica do populismo”. Partindo da investigação de entrevistas, jornais e documentos sobre os sindicatos do Rio de Janeiro, Mattos nos mostra uma série de elementos que evidenciam que, apesar dos limites impostos pelo modelo de sindicalismo de Estado vigente na época, era clara a mobilização da classe trabalhadora, bem como a politização da mesma e de suas lideranças. Entre os elementos analisados estão os grupos que ocupavam a direção dos sindicatos: progressivamente, durante a década de 50 e adentrando a década de 60 ocorre uma “renovação das direções nas cúpulas da estrutura sindical”⁴⁶, que passam a ser ocupadas por membros da aliança PCB/PTB em substituição à uma tendência anterior dita democrática, mais ligada ao Estado e ao “respeito à ordem institucional como princípio básico”⁴⁷. Mattos também ressalta a existência de um elemento fundamental que conectava a base à cúpula sindical, as chamadas “organizações sindicais nos locais de trabalho” ou “comissões sindicais”.

Neste sentido, o autor tenta mostrar que o atrelamento ao Estado não era total, havendo críticas e tentativas de rompimento com essa ordem por parte dos dirigentes sindicais:

O que mais se repudiava era a ingerência do Ministério do Trabalho nas questões internas ao sindicato, através das intervenções, restrições ao direito de greve, controle das contas ou estatuto padrão. (...) Quando se tratava da autonomia e liberdade sindicais propunha-se o fim do controle formal do Estado sobre o sindicato, mas não do monopólio da representação, que redundava em unicidade e poder de tributação⁴⁸.

⁴⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca*. In: *Lutas Sociais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. n. 6. 1999. p. 27

⁴⁷ *Ibidem*. p. 27.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 31.

Outro elemento criticado por Mattos na bibliografia sobre o tema é a corrente acusação de que o movimento operário da época, em especial o movimento sindical, eram alheios às grandes questões políticas e nacionais, limitando-se a exigências imediatistas. A análise de Atas das assembleias, revistas e jornais sindicais, mostra que as reivindicações políticas estavam presentes, destacando-se “os grandes temas nacionais (democracia e desenvolvimento, luta nacionalista e anti-imperialismo, reformas redistributivistas)”⁴⁹, o que refuta a tese de despolitização do movimento.

Mattos identifica como matriz teórica para as interpretações correntes sobre a ausência do movimento operário na década de 50 e 60 a avaliação de Francisco Weffort, segundo a qual o chamado sindicalismo populista teria debilidades inerentes que impediriam sua ação efetiva, como a suposta ausência de sustentação junto às bases, inconsistência organizatória e despolitização, além, é claro, do atrelamento ao Estado, seu principal interlocutor. O autor questiona estas noções, mostrando que:

Partindo desta visão crítica sobre o sindicalismo dito populista, as análises sobre as greves do pré-64 destacaram determinadas características dos movimentos e privilegiaram certas greves, em um exercício de ilustração do funcionamento do modelo construído. Acreditamos que tal modelo de análise mostrou-se operacional, para boa parte dos estudos que se desenvolveram entre o fim dos anos 60 e os anos 80⁵⁰, em especial por dar conta de uma caracterização abrangente, associando o sindicalismo ao conjunto das questões centrais da conjuntura. No entanto, os modelos nunca podem esgotar a totalidade dos processos que se propõe identificar. Nesse sentido, as análises que tenderam a reduzir o sindicalismo do período 45-64 ao conceito de populismo são insuficientes⁵¹.

Vale ressaltar ainda que Mattos identifica nesta análise equivocada, consequências para a posterioridade do movimento operário:

Pensando na experiência recente do movimento sindical brasileiro é possível argumentar que ao se contraporem ao sindicalismo do pré-64, avaliado negativamente nas análises disponíveis (tanto acadêmicas quanto as produzidas internamente ao movimento), os novos sindicalistas do pós-78 tenham desprezado fatores importantes para a construção de sua própria identidade, bem como para a avaliação de seus avanços no projeto declarado de ruptura com a estrutura sindical. (...) Outras lições com certeza poderiam ser tiradas do passado se o desenrolar dos acontecimentos no período ditatorial não tivesse cavado fossos tão fundos entre os dois momentos⁵².

⁴⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. op. cit. p. 31.

⁵⁰ Mattos ressalta que importantes estudiosos do período aderem a esta noção, é o caso de Leôncio Martins Rodrigues e Armando Boito Jr. Ibidem. p. 6.

⁵¹ Ibidem. p. 87

⁵² Ibidem. p. 95.

Jorge Ferreira, na mesma linha de revisão das análises empreendidas pelos teóricos do populismo, é responsável pela organização de uma coletânea de textos que buscam problematizar o conceito de populismo.⁵³ Nesta coletânea, o organizador indica certas debilidades das análises clássicas do populismo, problematizando as obras de Weffort, Moisés e Ianni, além de outros autores que os tomaram como referência.

Ferreira reafirma a importância da categoria populismo nas análises sobre política e história brasileira: “se o populismo, como categoria explicativa da política brasileira entre 1930 e 1964, e como uma maneira de focar o movimento operário e sindical, vem desde a década de 70, sendo posto em dúvida (...) o conjunto da teoria continua a dar as cartas para explicar o passado recente do país”⁵⁴, mas, assim como Mattos, enxerga os limites desta análise:

[...] não compreendo a expressão como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como forma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido ‘populista’, mas sim como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada e, portanto construída, para explicar essa mesma política⁵⁵.

O autor indica como fonte do construto teórico elaborado por Weffort as proposições de autores como Gino Germani e Torcuato di Tella, que refletem sobre o populismo na América Latina, e Guerreiro Ramos, que caracteriza o populismo na política brasileira, baseadas na chamada teoria da modernização; as categorias inspiradas nestas obras e apropriadas por Weffort continuaram a servir como molde para o entendimento da realidade nacional, especificamente para a relação Estado/movimento operário: “mesmo décadas depois, quando as críticas tornaram as ideias de Germani e di Tella desacreditadas, as imagens de ‘atraso’, ‘desvio’ e manipulação’ perdurariam”⁵⁶.

Além disso, diz Ferreira, Weffort também não ressalta a especificidade brasileira, igualando figuras diversas sob o rótulo populista, operacionalizado não só no Brasil, mas quando se analisa o caso russo, argentino, etc. Essa generalização não deixa de fora a atualidade,

⁵³ FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010. Na mesma coletânea, ainda sobre o debate acerca da validade do conceito de Populismo, apropriado e desdobrado por Weffort, Ianni e Moisés também se destaca *Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão* de Daniel Aarão Reis, no artigo é apontado a revisão do conceito de populismo por Ângela de Castro Gomes e outros autores, bem como o entendimento da gênese do termo entre os autores brasileiros. Estes autores formulam, a partir dessa coletânea a hipótese de que no Brasil, entre 1930-1964, teria ocorrido o trabalhismo em oposição à noção de populismo. Escolhemos aqui, Jorge Ferreira pois entendemos que seu pensamento é essencialmente similar e representativo dos demais teóricos do trabalhismo.

⁵⁴ FERREIRA, Jorge. op. cit. p. 2.

⁵⁵ Ibidem. p. 2.

⁵⁶ Ibidem. p. 3.

sendo ainda hoje usada para explicar governos e governantes tanto pelo senso comum quanto pela academia:

“Algumas vezes, personagens com tradições e práticas políticas distintas são tratados de maneira indiferenciada, perdendo-se, assim, especificidades e a própria historicidade dos projetos [...] Assim, João Goulart, Leonel Brizola, Roberto da Silveira [...], todos filiados a um partido político, o PTB, bem como uma tradição política, o trabalhismo, surgem no mesmo patamar que Jânio Quadros e Adhemar de Barros [...]. Eles por sua vez, são iguados à ala direitista-golpista da UDN, como Carlos Lacerda, ao general Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek”⁵⁷.

No mesmo sentido é o diagnóstico das razões que levam o povo a aderir ao líder populista: a origem rural e conseqüentemente despolitizada. Ferreira ressalta, ainda, que as análises que tomam como centro o populismo, reduzem a história do movimento operário “a uma espécie de ‘conspiração’ das classes dominantes”.

Para Jorge Ferreira, entendida a categoria populismo como um entendimento da política brasileira entre 1930-1964, a interpretação dos teóricos do populismo acaba por estabelecer uma relação onde o Estado aparece como todo poderoso e a sociedade, em especial a classe trabalhadora e seus líderes, são vistos como vítimas inertes diante desse enorme poder, afirmando que a esquerda cai, desta forma, na armadilha da direita, que quer ver na relação desigual Estado/sociedade e na incapacidade desta última, as razões para os problemas nacionais.

Liberais e autoritários, de direita ou esquerda, diagnosticaram que os males do país provêm de uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução: a uma sociedade civil incapaz de auto-organização, "gelatinosa" em algumas leituras, e a uma classe trabalhadora "débil", impõe-se um Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper (...).Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo⁵⁸.

Segundo Ferreira os teóricos do populismo refazem os erros das teorias que lhes deram origem, por mais que desenvolvam e refinem essas teorias. Gino Germani e Torquato Di Tella enxergam o populismo como uma perversão da social democracia, onde as massas populares, recém formadas por uma sociedade urbano industrial ascendente, acabam por se inserir na sociedade de maneira atabalhoada, ou seja, a velocidade das transformações e a pressão por participação fizeram com que a passagem rural/urbano-industrial não seguisse os caminhos institucionais formais como ocorreu nos países clássicos. Para esses teóricos, o populismo se

⁵⁷ FERREIRA, Jorge. op. cit. p. 7.

⁵⁸ Ibidem. p. 61-62.

trata, portanto, de uma manifestação típica da passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, da forma pela qual essa transição ocorreu na América Latina: por causa da rápida passagem, que mescla valores tradicionais e modernos, emergem à tona as massas populares a pressionar o sistema. Diante da incapacidade, tanto da classe dominante, quanto da classe operária, de oferecer respostas à sociedade, surgem os líderes populistas e seus discursos demagógicos para manipular as massas. Essas massas, de origem rural, atrasadas e contaminadas pelo individualismo, teriam sucumbido à manipulação populista. Essas ideias chegaram ao Brasil via grupo de Itatiaia (posteriormente IBESP e ISEB)⁵⁹ e claramente influenciaram os críticos do populismo, que deram continuidade a elas, agora sob roupagem da academia e do marxismo.

Se apropriando, não sem criticá-las, dessas teorias, Otávio Ianni estabeleceria, assim como suas referências, a democracia europeia como modelo ideal a ser alcançado, tratando-se, a forma populismo, de um “descompasso, retrocesso ou desvio” desse modelo.

De forma que, segundo Ferreira, o populismo de Ianni e Weffort seria a expressão da ausência de consciência de classe da classe trabalhadora e da crise de poder da classe dominante. “Por fim, diante da ‘inconsistência’ das classes fundamentais da sociedade, o terceiro elemento completaria o fenômeno: o líder populista, homem carregado de carisma, com capacidade incomum para mobilizar e empolgar as massas.”⁶⁰

Iniciada no grupo de Itatiaia, a penetração das teorias da modernização no Brasil, chegou à universidade e teve sua coroação com o golpe de 1964. Atréadas ao golpe militar, as noções de populismo agora servirão de explicação para as falhas do movimento operário diante da investida da direita. De sorte que para Ianni e Weffort a classe operária aparece, segundo Ferreira, desprovida de consciência de classe, permeada que é pelo individualismo do homem do campo, convertendo a classe em massa, sendo as relações, no populismo, de caráter individual.

Afirmando a existência de uma segunda geração do populismo, influenciado ainda mais pelo marxismo e especificamente por Gramsci, Ferreira afirma que a visão sobre o período 30-64 sofre uma mudança. Se antes, Weffort e Ianni, ressaltavam a manipulação e demagogia

⁵⁹ O grupo de Itatiaia foi um grupo de intelectuais que se formou em meados da década de 50 sob o patrocínio do Ministério da Agricultura com o objetivo de discutir os problemas nacionais. Esse grupo fundou em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), do qual se destacavam Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe. Deste grupo sairá, posteriormente, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). GOMES, Angela de Castro. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito*. In : FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

⁶⁰ FERREIRA, Jorge. op. cit. p. 68.

estatal como razões para o sucesso do populismo, admitiam que, mesmo de forma estratégica, para controlar as massas, algumas demandas da classe operária haviam sido atendidas. Esse populismo “de segunda geração”, influenciado pelas noções de ideologia e hegemonia, deixará de lado a satisfação, de forma que: “Repressão e persuasão , ou, como é comum dizer, repressão policial e propaganda política, tornaram-se os elementos centrais para se compreender os mistérios do sucesso de Vargas entre os trabalhadores”⁶¹. Assim se desenvolveram uma série de trabalhos focados na repressão policial e na manipulação estatal da dupla IPES/IBAD, recaindo, as teorias do populismo, novamente na mera retórica Estado/poder X trabalhadores/manipulados.

A história da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo com a ascensão de Vargas ao poder, reduz-se, assim, a uma espécie de "conspiração" das classes dominantes, sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus "reais" e "verdadeiros" interesses. Estranha classe operária, no Brasil e nos países de capitalismo avançado. Forte o suficiente para revolucionar o planeta, mas "enganada" por qualquer líder "populista", "totalitário" ou "traidor" que apareça no seu caminho⁶².

É a partir dessa crítica que Ferreira desenvolve sua hipótese teórica acerca do período tratado. Alega que, por mais que de fato tenha ocorrido intervenção estatal, esta não é suficiente a ponto de moldar a mente e o comportamento das massas e muito menos a classe proletária é passiva e sem iniciativa própria como daria a entender uma interpretação centrada da dualidade Estado poderoso/ sociedade manipulada. Houve antes uma influência pelo contexto da época, a saber, o projeto trabalhista, na configuração de “uma identidade coletiva da classe trabalhadora (...). No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. (...) Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, *ideológicas* e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica”⁶³.

Como defendi em trabalho anterior, o ‘mito’ Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O ‘mito’ Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis,

⁶¹ FERREIRA, Jorge. op. cit. p. 85.

⁶² Ibidem. p. 96.

⁶³ Ibidem. p. 102.

fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores⁶⁴.

Ferreira afirma, como fica claro, que nos governos trabalhistas houve sim certa consciência de classe, deixando os trabalhadores de aparecerem como passivos, tornando-se sujeitos de sua própria história, de forma que suas reivindicações foram, se não totalmente, pelo menos parcialmente atendidas. Assim o autor realiza um regate positivado da tradição trabalhista e das práticas do PTB, afirmando que a opção pelo trabalhismo não foi fruto de manipulação e sim uma escolha consciente dos trabalhadores, rompendo-se, segundo ele, a dicotomia referida entre Estado e Sociedade “Em outras palavras, as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade”⁶⁵. Assim o autor propõe a substituição do termo populismo pelo termo trabalhismo, mais eficaz e assertivo para caracterizar o período.

Ferreira usa documentos da época para corroborar a afirmação de que a imprensa e a direita viam com maus olhos os governos trabalhistas justamente por estes serem legitimamente defensores dos trabalhadores. De forma que a esquerda só fez reforçar os argumentos da direita ao criticar um governo que realmente favorecia os trabalhadores, contribuindo para sua crise, desestabilização e posterior queda com o golpe de março/abril.

Outra crítica à análise dos “teóricos do populismo” foi empreendida por Murilo Leal⁶⁶. Em um trabalho inovador, rico em análises de fontes históricas, Leal busca analisar a classe operária a partir da perspectiva de E. Thompson, examinando não apenas os movimentos sindical e grevista, mas também as manifestações culturais desta classe:

Um dos ângulos adotados é o da ‘história vista de baixo’ (...), trabalhou-se com a ideia thompsoniana da classe operária como um ‘fazer-se’ de relações sociais e culturais no tempo, como um processo do qual a própria classe é sujeito, condicionado pelas relações econômicas e sociais nas quais se encontra inserido. A renovação da análise dos temas tradicionais foi, também, buscada a partir de um procedimento consolidado pela historiografia do mundo do trabalho nos últimos anos: a imersão em um volumoso e variado universo de fontes primárias que permitisse a reconstrução e a

⁶⁴ FERREIRA, Jorge. op. cit. p. 87.

⁶⁵ Ibidem. p. 94.

⁶⁶ Escolhemos Murilo Leal como representante de uma *corrente* maior, fruto de uma tendência que se inicia na década de 80 de revalorização da história do trabalho. De inspiração thompsoniana, esta corrente dá ênfase a elementos menos tradicionais na história do trabalho, enfatizando o estudo das bases e de elementos como a cultura, a vida cotidiana, as identidades sociais, etc.. Buscando reconciliar o movimento operário e sindical, bem como os trabalhadores como um todo, esta corrente se contrapõe às interpretações clássicas dos teóricos populistas. Fazem parte desta tendência, entre outros autores: Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Antônio Luigi Negro, Paulo Fontes, etc.

análise do papel da classe trabalhadora com mais ênfase em suas próprias experiências e não em modelos de explicação preestabelecidos⁶⁷.

Assim, baseado na análise do perfil dos trabalhadores de São Paulo, de sua ocupação espacial periférica, de suas demandas de lutas contra exploração e por aumento salarial, de campanhas contra carestia, de movimentos de bairro, de formas de lazer e consciência, Leal consegue asseverar que:

Ao contrário, portanto, do que se afirmava na bibliografia crítica ao populismo, a consciência de classe dos operários não se diluiu na condição de ‘massa’ (...). Em vez disso, constituíram-se alianças, organizações e programas para enfrentar a questão trabalhista, da carestia, da moradia e da representação política a partir do ponto de vista dos interesses operários e populares⁶⁸.

Percebe-se, portanto, que Leal busca desconstruir as noções tipicamente populistas que tomavam o movimento operário como subordinado ao Estado, carente de uma consciência própria e pouco combativo: “E a massa desarticulada, manipulada pelo Estado ou pelas lideranças políticas de plantão, passou a ser entendida como uma classe que, no interior de condições que não escolhe, é capaz de fazer sua própria história, tanto quanto ser feita por esta”⁶⁹.

Vale ressaltar que além dos autores aqui listados, outros fizeram⁷⁰ ou fazem críticas às teorias populistas.

1.3 Revisitando um conceito: a volta do populismo como chave explicativa para a realidade brasileira

Especificamente, as críticas realizadas por Ferreira e seu grupo, apesar de, de fato representarem um avanço, uma vez que indicam parte das deficiências analíticas dos críticos do populismo, também apresentam problemas. Com relação ao apontamento desses problemas, muito produtivo é o debate realizado por Demian Melo e Felipe Abranches Demier.

⁶⁷ LEAL, Murilo. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 32.

⁶⁸ Ibidem. p. 27.

⁶⁹ Ibidem. p. 27.

⁷⁰ É o caso de Rubem Barbosa, que já na década de 80 se dedicou a uma revisão crítica desta teoria. BARBOSA, Rubem. op. cit.

Ambos realizaram suas pesquisas na mesma Universidade Federal Fluminense onde se situam os pesquisadores do núcleo de Ferreira e tiveram como orientador de suas teses doutorais o crítico da teoria do populismo citado acima, Marcelo Badaró Matos.

Situada a crítica dos dois autores ao núcleo de Jorge Ferreira em um debate maior ⁷¹ nos limitamos, apenas, as críticas que se relacionam mais diretamente ao termo populismo.

Em sua crítica a Jorge Ferreira e demais autores do trabalhismo, Melo afirma que estes empreenderam uma análise simplista de Weffort e Ianni, autores cuja obra Melo considera complexa e dialética. Desta forma, ao analisar a eleição e legitimação dos “líderes populista”, Vargas, Brizola, Jango, etc., como uma escolha livre e consciente dos próprios trabalhadores, como se estes tivessem optado racionalmente pelo trabalhismo e não por qualquer outro partido de esquerda, Ferreira estaria reduzindo a complexidade de temas como manipulação e hegemonia a termos de supervalorização dos atores e negação das determinações sociais do processo histórico.

De acordo com Ferreira, a opção pelo ‘trabalhismo’ (que o mesmo define como uma ‘tradição’ que congrega um conjunto de estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias, além de líderes carismáticos com ‘competência’ para expressar as demandas de suas bases), em face das outras correntes da esquerda (anarquistas, socialistas e comunistas), foi uma escolha consciente e autêntica dos trabalhadores brasileiros⁷².

Ainda no tocante à crítica ao trabalhismo, é apontada a suposta consciência de classe adquirida pelos trabalhadores e os interesses que haveria em comum entre estes e o Estado durante o trabalhismo. Para Melo, Ferreira teria reafirmado a mesma análise do populismo mas com sinal trocado, uma vez que, se para Ianni e Weffort o Estado e o líder carismático são criticados por serem conservadores e dominantes e as massas são tomadas como manipuladas, para Ferreira Estado e líder são vistos como efetivamente representantes das classes subalternas, que, por sua vez, se encontram realizadas e plenamente representadas por tais líderes,

⁷¹ Por ocasião dos quarenta anos da ditadura militar brasileira, em 2014, se acirra um debate sobre as interpretações teóricas revisionistas sobre o golpe militar brasileiro. Demian Melo, ainda em monografia de conclusão de curso e posteriormente em uma coletânea de artigos, indica a “revisão” empreendida pelo núcleo Ferreira sobre a interpretação do golpe. Segundo Melo, esse revisionismo descolava a responsabilidade do golpe da classe dominante para a classe dominada, sendo as ações da esquerda responsáveis pela reação da classe dominante (a radicalização da esquerda e do movimento operário seria a justificativa do golpe) relegando a luta e a resistência da esquerda a vãs. Como o ponto do artigo se situa em indicar o debate sobre a vigência da categoria populismo para a interpretação do papel do movimento operário, limitamo-nos a apontar o proveitoso debate sobre a natureza do golpe de 1964, que segundo Melo, se alastra do grupo de Jorge Ferreira para historiadores renomados como Elio Gáspari e para jornalistas mais populares como Marco Antonio Villa.

⁷² MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. p. 82

adquirindo, portanto, consciência de classe ao realizar a melhor escolha. O termo populismo teria sido cunhado, portanto, não por uma esquerda insatisfeita, mas sim pelos conservadores em reação.

Essa reação conservadora teria como aliada justamente a esquerda do novo sindicalismo, encabeçada intelectualmente pelos mesmos Ianni e Weffort. Os dois intelectuais paulistas e demais pensadores da USP, segundo a leitura de Melo das obras de Ferreira, teriam, propositalmente, denegrado os líderes trabalhistas na intenção de tirar este modelo de desenvolvimento de cena, justamente a mesma intenção da direita. Ambas teriam criado o termo pejorativo populismo. A esse respeito afirma Melo:

Todavia, após o golpe de 1964, com a derrota de todo esse movimento, quando essa tradição teria ameaçado desaparecer, numa espécie de acerto de contas, a extrema esquerda acadêmica – localizada especialmente na USP – junto com a direita liberal agora no poder teriam se encarregado de, numa aliança tácita, liquidar o trabalhismo, desqualificado-o de forma pejorativa através do termo populismo. (...)Na verdade, tal argumentação é de natureza eminentemente teleológica, como se estivessem dados desde os anos sessenta os elementos que explicariam a “evolução” política liberal de antigos quadros acadêmicos da esquerda brasileira, como Francisco Weffort(...). Nesse passo, em vez de explicar as origens do conceito, se acaba por criar uma verdadeira mistificação, até porque o argumento carece de fundamento factual, pois o populismo como conceito já circulava na intelectualidade brasileira antes de 1964, sendo na verdade reformulado após essa data pelos cientistas sociais da USP⁷³.

A interpretação do populismo, elaborada por Weffort e Ianni, é substituída por uma visão que atribui a esquerda “falta de apego pela democracia” (uma vez que não reconheceu a democracia quando ela estava a sua frente – o trabalhismo - e articulou alternativas não democráticas como golpes). Nessa perspectiva, esquerda brasileira deixa de ser vítima de manipulação populista e passa a ser a vilã responsável pela derrota do modelo ideal, o trabalhismo.

Com relação ao debate sobre o sindicalismo populista, Melo afirma ser um de seus intuitos liquidar com esta noção, objetivo contemplado por sua pesquisa sobre a greve geral de 1962, onde o autor mostra a organização e a atividade do movimento operário bem como de suas lideranças, tanto no interior da estrutura sindical oficial quanto na paralela.

Em uma leitura que resgata conceitos marxistas de forma muito competente e rigorosa, Melo contextualiza a greve geral de 1962 em uma crise cíclica do capitalismo, afirmando que mesmo antes do golpe de 64 a democracia rareada que se implantara em 1946 já dava sinais de saturação, tendo em vista que a direita já se alinhava para limitar os direitos dos trabalhadores,

⁷³ MELO, Demian Bezerra de. op. cit. p. 84-85.

uma vez sua própria capacidade de acumulação estar limitada devido à crise econômica. De forma que a reação dos trabalhadores se dava apenas em um contexto de tentativa, mais do que necessária e legítima, de ampliar a democracia que, por mais que de fato concedera certos benefícios aos trabalhadores, era limitada e constantemente tolhida pela reação conservadora. A crítica à Ferreira se dá no sentido, então, da afirmação de que o sistema como um todo estar em crise naquele momento da realidade brasileira, sendo iminente a derrocada daquele ciclo progressista. De forma que é impossível a validação do raciocínio feito por Ferreira, de que o trabalhismo foi um momento pleno de nossa história sendo apenas suplantado pela reação da direita e pelo não reconhecimento de sua validade – ou a “falta de apego pela democracia”- e consequente, articulação de sua derrocada, empreendido também pela esquerda.

Desse modo, constituem uma manobra diversionista as tentativas recentemente encampadas pela historiografia no sentido de ‘valorizar aquela experiência democrática’, como se aquele regime não estivesse em crise no início dos anos sessenta e pudesse ter ficado de pé caso os atores políticos assim o desejassem. E aqui cabe, mais uma vez, apontar a natureza ideológica dessa construção revisionista, pois, se não resta muita dúvida quanto ao fato de que o ‘autoritarismo’ seguido ao colapso do regime de 1946 teve inegável sentido ideológico para a direita, o revisionismo histórico em curso nada mais faz do que habilitar com ares acadêmicos a retórica dos golpistas quando sugere que, em razão da suposta ‘falta de apego pela democracia’ por parte da esquerda, esta não teria outro projeto senão uma ‘variante esquerdizante do autoritarismo’. Do mesmo modo, nesta abordagem aqui criticada, todos os comentários críticos àquela experiência democrática limitada são desqualificados como baseados em concepções ‘autoritárias’ e, seguindo esse raciocínio, não resta mais nada ao historiador senão construir uma apologética daquela democracia realmente existente⁷⁴.

O produtivo raciocínio acerca da crise estrutural é complementado por uma visão que parece legitimar a ideia de pacto populista ou Estado de compromisso elaborada pelos teóricos paulistas, onde Melo afirma que a crise também seria política, uma vez que o regime como um todo via suas alianças sendo questionadas e reorganizadas.

Interessante é notar que, apesar do autor questionar a posição do núcleo de teóricos do trabalhismo quanto à responsabilidade sobre o golpe ser dividida com a esquerda, o mesmo não exime esta esquerda da necessidade de uma crítica, afirmando que as debilidades das organizações de esquerda também são ponto fundamental quando se reflete o porquê esta esquerda não consegue impedir o desfecho funesto do período - o golpe de abril de 1964.

Outro interessante trabalho foi realizado por Felipe Abranches Demier em sua tese de doutorado. Buscando resgatar a importância das obras de Gramsci e Trotsky, o autor tenta evidenciar a articulação entre teorias acadêmicas (entre elas o populismo de Ianni e Weffort) e

⁷⁴ MELO, Demian Bezerra de. op. cit. p. 47

os grupos militantes trotskistas desde o início do século - afirma que a inspiração da teoria do populismo teria sido os conceitos de Bonapartismo de Marx e Trotsky e Cesarismo de Gramsci as quais teriam chegado à academia via grupos de esquerda. No tocante ao foco deste trabalho, Demier aceita parte das críticas feitas pelos historiadores do núcleo da Unicamp⁷⁵, elogiando, contudo, diversas posições dos autores populistas e realizando uma crítica ferrenha à revisão que os historiadores do núcleo de Jorge Ferreira empreenderam a Ianni e Weffort.

Ao empreender um resgate do que seriam críticas exageradas aos teóricos do populismo, Demier afirma serem estes os que mais se aproximaram da compreensão da “historicidade própria às nações periféricas do sistema capitalista”⁷⁶, justamente pela compreensão da historicidade do capitalismo e das formações sócio políticas dela derivada – iluminados ainda pela correta apreensão das noções trotskistas, especialmente da lei do desenvolvimento desigual e combinado. De forma que, segundo Demier, Ianni e Weffort teriam compreendido o populismo como a forma política correspondente ao desenvolvimento capitalista específico da América Latina: em um contexto de crise de hegemonia propiciada pelo colapso da agroexportação, onde nenhuma das classes ou frações de classe tinha condição de se tornar hegemônicas, abriu-se espaço para a política de compromisso e de aliança. Compromisso este sustentado não somente pela capacidade manipulatória do líder populista, mas justamente pelo contexto histórico de pressão exercida pelas massas ascendentes que, pressionando por participação, teriam garantido certos direitos sociais. Não deixando de ser representante da classe dominante, o Estado populista teria usado a “cidadania” concedida aos trabalhadores como forma de mobilização controlada dos trabalhadores para atingir o real interesse desse setor da classe dominante, ou seja, realizar a industrialização nacional e superar a hegemonia agrarista.

Com relação às novas interpretações do sindicalismo populistas o autor afirma que, corretamente, sob esta nova visão apresentada por esta historiografia, os líderes sindicais teriam sido positivamente resgatados, uma vez que sua posição ativa foi constatada e a responsabilização do PCB pela falta de direcionamento do movimento operário e mesmo pelo insucesso de tal movimento feita pelos autores do populismo, derrubada pela verificação empírica da postura combativa dos comunistas no dia-a-dia dos trabalhadores. (plataforma de ação efetiva destes grupos).

⁷⁵ Concentra-se na Universidade de Campinas os já referidos autores da história do trabalho de inspiração thompsoniana.

⁷⁶ DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro(1930-1964): autonomia relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. p. 255

A coerente conclusão de tal *corrente* historiográfica é de que se, por um lado, é verdade que a tutela do Estado populista sobre as organizações associativas de classe impôs significativos limites às mobilizações autônomas dos trabalhadores, por outro lado, pode-se assegurar que aquela não se erigiu em um insuperável óbice para estas⁷⁷.

Apesar de enfatizar a competência dos historiadores por ele denominados campineiros, Demier não se furta a criticá-los afirmando ser essa incorporação dos trabalhadores, realizada pelo Estado, bem como as ações e conquistas do movimento operário, limitadas às esferas burguesas de cidadania e participação social:

[...] não há espaço na produção dessa *corrente* para o antigo questionamento, também de procedência marxista, quanto aos limites políticos e históricos das lutas travadas pelos trabalhadores por *dentro da ordem* social capitalista [...]. Por um viés historiográfico social-democrata, as lutas impulsionadas pelos trabalhadores brasileiros por *dentro da ordem* capitalista de então, a ordem populista, são por essa *corrente*, demasiadamente valorizadas, tal como as lideranças sindicais e políticas que estiveram à frente delas, e em nenhum momento têm lugar em seus trabalhos indagações históricas como: por que a classe trabalhadora brasileira não foi capaz de travar um sólido embate contra a dominação populista? Por que sua plataforma política se encontrou em grande parte limitada ao horizonte nacional-reformista? [...] Quais foram as consequências políticas da *eterna* 'tática, propugnada por muitos dos 'comprometidos dirigente (*pecebistas e petebistas*), de colaboração com o Estado e os políticos *progressistas*? Qual a responsabilidade dessas direções pela facilidade com que as classes dominantes saíram vitoriosas em 1964? [...]"⁷⁸.

De forma que tais autores teriam deixado de lado aspectos centrais do debate que se pretende revolucionário, como se de fato estes trabalhadores teriam alcançado uma consciência revolucionária e quanto estes teriam conseguido superar as esferas meramente capitalistas (travar lutas que não fossem dentro da ordem capitalista).

No entanto, Demier não iguala a crítica que realiza aos campineiros a que irá realizar ao núcleo de Ferreira, afirmando que enquanto aqueles ainda admitem certa forma de dominação por parte do Estado (apesar da posição ativa e de sujeito da classe trabalhadora que acabaria por abrandar a dominação populista sobre os trabalhadores) estes irão negar totalmente as contradições existentes entre Estado populistas e trabalhadores (daí, portanto, a proposta de denominar o período como trabalhismo).

Muito mais enfática é, então, a crítica feita por este autor a, denominada por ele, corrente revisionista fluminense.

⁷⁷ DEMIER, Felipe Abranches. op. cit. p. 342.

⁷⁸ Ibidem. p. 349.

Com ampla audiência entre as jovens gerações de pesquisadores alérgicos ao marxismo, e gozando de certo prestígio entre os finórios 'comentaristas políticos' da *mass media*, o *campo* aqui alcunhado *reversionista* tem como membros muitos cientistas políticos, sociólogos e historiadores que, não obstante suas diferenças epistemológicas e partidárias, difundem uma visão positivada do varguismo e das instituições políticas da etapa histórica 1930-1964, com ênfase na 'democracia' instituída pela Constituição de 1946⁷⁹.

Acusando tal corrente de realizar uma análise superficial de Ianni e Weffort, Demier afirma a incapacidade de Ferreira em compreender o complexo conceito gramsciano de Hegemonia, reduzindo assim, conceitos dialéticos e complexos a mera dicotomia entre Estado forte (culpado) x sociedade fraca (vítima). Segundo Demier, Ferreira afirma que os populistas entenderam a relação Estado/sociedade de forma a tomar o Estado como manipulador das massas, que por sua vez não teriam consciência de seus atos e se tornariam "vítimas inertes". Na verdade, a intenção tanto de Gramsci, quanto de Ianni e Weffort era caracterizar o período, remetendo-se ao conceito hegemonia, como "uma forma particular de dominação político-social, na qual a classe ou fração de classe *dirigente* combinaria elementos de *consenso* e de *coerção* no seu exercício de *direção* da nação"⁸⁰. O que de fato supera a visão dicotômica acima referida. De forma que, ao criticar a visão gramsciana da relação Estado/sociedade, a intenção de Ferreira era transformar tal relação contraditória em harmônica e positiva, redundando no trabalhismo como uma forma de Estado que teria atendido plenamente as demandas dos trabalhadores, sendo o modelo ideal para a sociedade.

À maneira idealista, Ferreira procurou, desse modo, conciliar aquilo que a teoria do populismo teria, supostamente, separado. Na verdade, o historiador reversionista não faz mais do que, por intermédio de um balanceamento dos termos da relação ('Estado - sociedade'), reafirmar a mesma matriz teórica liberal que informa a tese de um Estado que subjuga a sociedade; a diferença é que, no texto de Ferreira, a suposta subjugação deu lugar a uma espécie de cumplicidade harmônica⁸¹.

Por traz de tais questões estaria a negação de Ferreira da contradição entre Estado e sociedade expressa pela luta de classes; na medida que este autor se baliza por uma noção liberal-burguesa de sociedade como um todo, estaria ausente a clivagem entre classes, podendo ser recíprocas as pretensões, ações e demandas entre Estado e sociedade. De forma que o trabalhismo é idealizado e positivado pelos autores reversionistas fluminenses a ponto de afirmarem a quase que total harmonização entre Estado e trabalhadores, mais que isso, na visão liberal, entre Estado e sociedade.

⁷⁹ DEMIER, Felipe Abranches. op. cit. p. 350.

⁸⁰ Ibidem. p. 354.

⁸¹ Ibidem. p. 354.

No mesmo tom de Melo, Demier critica ainda a afirmação de Ferreira de que durante o trabalhismo os trabalhadores teriam adquirido consciência de classe. Segundo a crítica de Demier, o autor criticado afirma que as massas teriam optado livremente e racionalmente por apoiar o trabalhismo por ser este, de fato, a melhor opção para seus interesses. Na tentativa de invalidar a afirmação dos teóricos populistas de que os trabalhadores eram manipulados e não tinham consciência de classe, Ferreira, sob a alegação de colocá-los como sujeitos, escamoteia:

[...] uma perspectiva analítica profundamente conservadora, a qual tem como precípua objetivo historiográfico-político (ou talvez político-historiográfico) promover uma posituação das formas populistas de dominação de classe. *Trata-se de uma defesa populista do populismo - ou se quisermos, uma defesa bonapartista do bonapartismo.* Jogando com palavras do próprio Ferreira, poderíamos dizer ainda que os *revisionistas* reivindicam a 'coisa' (populismo), embora rejeitem seu 'nome' (populismo)⁸².

De sorte que, para Demier, o que incomoda os revisionistas seria o conteúdo de classe expresso pelas análises de Weffort e Ianni.

É ao tratar da acusação de Ferreira de que as críticas ao trabalhismo seriam apenas uma forma de deslegitimar tal período histórico – tendo em vista os teóricos do populismo serem também teóricos do novo sindicalismo que dará origem ao PT – que aparece com mais ênfase a defesa que Demier realiza dos teóricos do populismo: "(...) os teóricos do populismo trouxeram à tona em seus trabalhos, como pudemos ver, aspectos fundamentais para a compreensão do processo sócio-político brasileiro ocorrido entre 1930-1964. (...) Ianni e Weffort propuseram interpretações que, a nosso ver, mostraram-se exitosas em captar os principais eixos daquele movimento histórico pelo qual o Brasil se tornou uma sociedade urbano-industrial e politicamente *de massa*"⁸³.

Ao propor uma nova forma de interpretação da realidade brasileira, especificamente no período que vai de 1930 até 1964 – mesmo período galgado pelos teóricos do populismo – Demier lança mão dos citados conceitos de bonapartismo e cesarismo.

Sem esconder que coaduna com Ianni e Weffort em muitas de suas análises, Demier propõe que a correspondente política da fase de modernização do capitalismo brasileiro incida em 1930 é o bonapartismo (em suas variantes). Apesar de ser muito bem estruturada sua tese, nos limitaremos aqui a indicar os elementos que dela se relacionam ao populismo, alargando, quando necessário, estas indicações para fins de esclarecimento do tema.

⁸² DEMIER, Felipe Abranches. op. cit. p. 358.

⁸³ Ibidem. p. 360.

Caracterizado por uma forma de dominação política em que o Estado adquire relativa autonomia frente às classes e frações de classe em conflito no jogo político, o bonapartismo apareceria em casos de crise de hegemonia, ou seja, o Estado assume papel de árbitro, se colocando acima das classes, uma vez que nenhuma delas teria poder suficiente para se tornar hegemônica. O movimento dos trabalhadores se insere, nessa lógica, na medida que o bonapartismo tem como característica controlá-lo e reprimi-lo de forma preventiva, evitando sua organização e ação, na busca como fim último de preservar a ordem capitalista. No entanto, segundo o autor, a ascensão dos trabalhadores naquele contexto teria obrigado o Estado a inseri-los, mesmo que de forma limitada, no sistema, realizando reformas e permitindo certa participação política, sendo o bonapartismo caracterizado não só pelo controle das massas, mas por um certo “compromisso” com estas. Embora este compromisso tenha sido travado, por parte da classe dominante, com o objetivo de controle, sem ele não seria possível realizar as aspirações burguesas, de sorte que “pode –se dizer que o reformismo e o corporativismo de Estado foram impostos ao aparelho estatal bonapartista à classe dominante ‘para próprio bem desta’”.

Claramente se pode perceber, e o autor reafirma isto ao longo de seu trabalho, que as noções de populismo e bonapartismo se assemelham em muitos aspectos: ambas partem de uma crise de hegemonia para desenhar o esquema populista ou bonapartista, ambos dialogam com a noção de “Estado de compromisso” e com certa autonomia ou superioridade do Estado frente às classes sociais. Ainda com relação ao movimento operário, Demier é veemente ao afirmar que, embora Weffort possa ter errado ao subjugar totalmente o sindicalismo e a classe operária ao corporativismo do Estado populista, reconhecendo, conforme indicaram as recentes pesquisas de inspiração thompsoniana, que existia ação operária para além do controle do Estado, esta reduzia-se a mero reformismo, limitando-se a ação e consciência dos trabalhadores à esfera do capital. E reafirmando claramente Weffort e Moisés, repete que o movimento não tinha consciência revolucionária e direcionamento adequado, responsabilizando novamente o PCB e sua aliança de classe que teria se deixado levar pelo ardil nacional-desenvolvimentista, se limitando à esfera democrática.

Em referência ao governo Goulart o autor o situa em uma variante do bonapartismo, a saber o semibonapartismo democrático ou bonapartismo semidemocrático. Essa variante se iniciaria em 1946 e se estenderia até 1964. Após o Estado Novo, o segundo governo de Getúlio e a Guerra Mundial o Brasil realiza sua industrialização. Essa mudança no perfil produtivo nacional possibilita um rearranjo do “quadro político e da correlação de forças entre as classes

e frações de classes”⁸⁴. Assim, em meados da década de 50, o proletariado passa a ter um peso social e político maior, sendo impossível mantê-lo sob as rédeas do Estado como antes. A burguesia industrial, por sua vez passou a dispor de maior força diante das demais classes sociais, chegando até a almejar ser a classe hegemônica. No entanto, as deficiências estruturais dessa burguesia – sua dependência do capital estrangeiro e do latifúndio – bem como a força crescente dos trabalhadores, impediram que uma revolução democrático-burguesa e anti-imperialista se efetivasse. O Brasil agora tinha nova configuração e a industrialização era um imperativo sem o qual o país estaria ameaçado a colapsar.

Em face dessa necessidade de manutenção do ímpeto industrialização em um contexto político de ‘equilíbrio estático’ entre, de um lado, um enrijecido e ‘assustador’ proletariado e, de outro, uma orgânica e fortalecida, porém não *hegemônica*, burguesia industrial, o bonapartismo se apresentava ainda como a forma adequada e necessária para a dominação burguesa no Brasil. A *via bonapartista de modernização capitalista* teria que continuar, assim, seu longo percurso no país. Agora, no entanto, seria impelida a dotar, mais uma vez, outra configuração⁸⁵.

Diante desse novo cenário ainda permanecia a crise de hegemonia, daí a continuidade do bonapartismo como forma de efetivação da modernização capitalista. No entanto, diante da pressão das massas, esse bonapartismo cede em determinadas proporções, deixando de ser semifascista (Estado Novo) para se tornar, a partir do segundo governo Vargas, um bonapartismo semidemocrático. “Em suma, os *semibonapartismos democráticos* seriam regimes políticos burgueses que buscariam conter a ameaça proletária fazendo uso *preferencialmente* de métodos reformistas, sem abdicarem, obviamente, da utilização (‘moderada’) dos sempre determinantes expedientes coativos”⁸⁶. O governo Goulart, dentro dessa visão do autor, seria entendido como bonapartismo, nessa variante específica. Tanto o governo Goulart como as reformas de base são entendidas, portanto, como certa incorporação controlada das massas como o objetivo de melhor realizar a acumulação capitalista de tipo industrial. Demier ressalta que mesmo nesse momento, esse controle e incorporação das massas é realizado não diretamente pela burguesia, mas sim pelo seu elemento bonapartista (Estado) que, muitas vezes a contragosto da burguesia tomava as devidas atitudes para favorecer os interesses industriais. Destarte, o PTB é visto como instrumento de mobilização controlada das massas, “o partido bonapartista por excelência”; em sua aliança com o PCB, teria dado êxito em trazer as massas para as barbas do bonapartismo. É o que leva o autor a se voltar a polêmica

⁸⁴ DEMIER, Felipe Abranches. op. cit. p. 442.

⁸⁵ Ibidem. p. 444.

⁸⁶ Ibidem. p. 446.

questão de se havia consciência de classe nesse período ou se a classe trabalhadora se portava subjetivamente como massa, como afirmavam os teóricos do populismo. Como resposta é afirmado que, apesar de existirem e serem muito presentes no cotidiano dos trabalhadores, como bem constaram os historiadores do núcleo da Unicamp, essas organizações paralelas ao sindicalismo oficial não “ultrapassavam uma perspectiva política de cunho ‘nacional-reformista’, adepta da ‘colaboração de classe’ e da aliança com as direções estatais inclinadas mais ‘à esquerda’ (populistas)”⁸⁷. Ou seja, a atuação da classe trabalhadora bem como de suas principais lideranças, PTB e PCB se limitavam ao reformismo, a esfera do capital e ocorriam devido a pouca tolerância da estrutura oficial. De sorte que a responsabilização pelo insucesso dada pelos autores do populismo ao PCB e sua política de alianças é reafirmada com ênfase em sua tese.

Assim, essa fase (1946-1964) em que domina essa variante do bonapartismo, só faz reafirmar os elementos essenciais dessa forma de governo: também nesse período o responsável pela ideologia nacional desenvolvimentista, expressas como interesse geral da nação, um Estado arbitral e neutro, foram formuladas pelo aparelho de Estado bonapartista, relativamente autonomizado de uma burguesia conservadora e reacionária que via as mínimas conquistas democráticas e a participação popular como ameaças comunistas.

[...] a nosso ver, nenhum dos presidentes que governaram entre 1946-1964 [...] podem ser considerados como representantes diretos de alguma fração burguesa em especial. Favorecendo este ou aquele segmento burguês em particular e governando, sem dúvida, para o conjunto dos interesses capitalistas. Dutra, Vargas, JK, Jânio, Jango e suas respectivas equipes governamentais dispuseram, em maior ou menor grau, de uma perceptível ‘autonomia relativa’ face à classe dominante⁸⁸.

Essa semidemocracia bonapartista que redundava em ausência de democracia, mesmo a burguesa, seria denominador comum de todo o período. O que diferencia esse regime é a dose de equilíbrio entre coerção e consenso; enquanto no bonapartismo propriamente dito existe muito mais coerção do que consenso – apesar de este nunca estar ausente, tendo em vista o elemento manipulador característico do regime – no bonapartismo semidemocrático a dose de consenso aumenta consideravelmente, apesar de não a ponto de ultrapassar a coerção. Em outras palavras, o semi-bonapartismo democrático seria o equivalente da noção de democracia populista. E inserindo um elemento econômico em um debate até aqui político, afirma a inaplicabilidade de uma democracia em um capitalismo hiper tardio.

⁸⁷ DEMIER, Felipe Abranches. op. cit. p. 450.

⁸⁸ Ibidem. p. 455.

O governo JK, devido ao atrelamento da burguesia nacional ao capital internacional, foi considerado um óbice ao novo projeto dessa classe: com sua internacionalização a burguesia brasileira não necessitava mais de um regime que valorizasse o capital nacional e a colaboração de classe, passando a se opor ao regime populista.

O breve governo Jânio deve ser entendido também no contexto da reorganização da hegemonia promovida pela recente industrialização e pelo atrelamento ao capital internacional; a burguesia brasileira, agora fortalecida, reivindicava a hegemonia e o controle operário, buscando a resolução da crise econômica por outros meios que não o populismo. Nesse contexto, o governo Goulart aparece em um momento em que, ao mesmo tempo, a burguesia e o proletariado buscam romper os termos do pacto populista. Aquela, devido ao seu fortalecimento referido acima e ao aumento da ameaça operária – não mais controlada pelo Estado -, este devido justamente ao seu crescimento exponencial devido à urbanização do país e a maior organização do movimento. O populismo parecia não mais ser a solução para ambas as classes. Essa é então a explicação do autor para o governo Jango: ambas as forças sociais que estruturavam o populismo abandonam o barco. A autonomia relativa que goza o regime bonapartista foi também sua principal armadilha, a burguesia, por não ser diretamente detentora do poder, deixa de apoiar o governo.

O drama vivido pelo trabalhismo e seus homens de proa nos momentos finais do regime populista foi o de sujeitos políticos que se descolaram por completo dos sujeitos sociais aos quais procuravam verdadeiramente servir. [...] A ideologia trabalhista atingiu, então, seu momento mais puramente ideológico. Sem nenhum eco na burguesia em função de sua forte audiência entre os trabalhadores, o trabalhismo, em seus últimos dias, voltou-se para estes, e só para estes. O objetivo, contudo, era a sua própria salvação e a do regime e, portanto, em última análise, a da própria burguesia⁸⁹.

Mesmo abandonado pela burguesia, o projeto do trabalhismo era um projeto burguês e, apesar de representar certo avanço, não servia aos reais interesses da classe trabalhadora. Visto como uma viragem à esquerda, os últimos momentos do governo Goulart são vistos como uma tentativa de salvação do regime diante do abandono da burguesia e não como real progressismo por parte deste. A esquerda, entendendo Estado e burguesia como sinônimos nesse período, apoia o Estado populista falido achando que está apoiando uma burguesia nacional que na verdade não existia mais. Pelo contrário, estava sedenta por uma solução radical que passasse bem longe da democracia. E assim se encerra a função histórica do populismo:

⁸⁹ DEMIER, Felipe Abranches. op. cit. p. 462-463.

incapaz de conter os trabalhadores, perde sua razão de ser e cede espaço para uma nova forma política de acumulação. A burguesia sedenta por hegemonia, ainda não alcança este objetivo e, apesar de ter a “função hegemônica”, ainda cede o poder efetivo, desta vez para as forças armadas que fazem o papel do Estado relativamente autonomizado. Entra em cena o bonapartismo semifascista, um regime onde a razão entre consenso e coerção pende muito mais para o último, desequilibrando a balança que estivera estável no bonapartismo semidemocrático. A ausência da hegemonia mantém o bonapartismo como forma política de nossa modernização capitalista retardatária.

1.4 Críticas a serem consideradas: as raízes do conceito de populismo

Caminho diferente percorre João Marcelo Ehlert Maia ao empreender sua análise dos teóricos do populismo. Situando os mesmos no contexto histórico que escreveram, mas também no contexto acadêmico pelo qual foram influenciados, o autor se propõe a realizar uma análise do discurso de tais autores.

Acompanhando o percurso do conceito populismo desde suas origens (identificada na polêmica entre os socialistas e narodniks russos, passando pelo conceito de Ginno Germani e Torquato di Tella na América Latina até chegar a atualidade onde é usado popularmente) afirma que este chega ao Brasil pela via do ISEB e posteriormente pela escola paulista de sociologia. Como nossos autores em análise aqui são oriundos desta mesma escola é lógico que bebesses, ao menos parcialmente, desta fonte. Indicando sempre a obra de seu orientador, Werneck Vianna, Marcelo situa as raízes do pensamento de Ianni e Weffort na sociologia weberiana e funcionalista, características da escola paulista, e na teoria da sociedade de massas e sua dicotomia atrasado/moderno. "Percebe-se nesta argumentação a persistência da problemática característica da escola paulista – a configuração não-competitiva da ordem social brasileira e a fraqueza dos atores sociais e de suas identidades. A política de massas seria expressão desta sociologia que conjuga atraso-moderno numa combinação que obstrui as possibilidades de afirmação das classes e seus interesses"⁹⁰.

De sorte que o problema nacional seria operacionalizado na questão entre a ruptura com o atraso/elementos pré-capitalistas e a continuidade destes elementos, que impediriam a modernização efetiva da sociedade. Esta ruptura, que só poderia ser realizada pelo movimento

⁹⁰ MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001. p. 56

operário – entendido como sinal de modernidade – teria sido mascarada, nublada pelo artil populista, uma vez que este impede a plena identificação de classe ao usar armas como o desenvolvimentismo ou o nacionalismo – como já assinalamos, inserindo o proletariado como massa e não como classe na relação política.

Localizando, assim como faz Demier, identidades entre as organizações da esquerda radical e o pensamento dos críticos do populismo, Maia arremata a influência de um marxismo nos escritos de Weffort e Ianni, intimamente mesclado pelas citadas sociologia weberiana e funcionalista que dão o tom da teoria da sociedade de massas:

Neste momento, o horizonte interpretativo da extrema-esquerda no pré-1964 [...] encontrava-se com a escola paulista e ganhava legitimidade acadêmica. A teoria do populismo de Ianni, releitura radicalizada do tema clássico uspiano dos obstáculos à ordem competitiva e da persistência de uma sociedade que mascarava as classes e seus interesses, se encontrava agora em fina sintonia com as organizações que pregavam a luta armada. (...) Assim, o populismo de Ianni alimentava-se das leituras anteriores e da própria tradição da reflexão uspiana, mas radicalizava este conjunto ao relacionar a solução da problemática dos obstáculos à afirmação autônoma dos interesses coletivos surgidos no mundo social à implantação do socialismo. A luta de classes seria o instrumento para a dinamização do ‘moderno’, clarificando as relações sociais a partir da remoção dos ‘véus’ populistas. O populismo seria lido pela via ‘política’ do marxismo, embora o instrumental de análise fosse funcionalista. Desta forma, a luta pelo socialismo era pensada como a única forma de dinamizar as relações de classe, desobstruindo a conexão entre mundo social e interesses e devolvendo aos atores sociais subalternos seu vigor e sua identidade⁹¹.

O contexto em que foi escrito também é revivido pelo autor ao afirmar a íntima ligação entre as teorias formuladas no seio da esquerda brasileira pós-golpe de 64 e o impacto causado por este golpe nas mesmas. Entendido tal golpe como A derrota da esquerda, todas as práticas tomadas por esta esquerda pré-64 são, a partir daquele momento, tidas como erradas e culpadas por sua derrota. Assim são condenadas as alianças, o nacionalismo, o gradualismo, e a falta de radicalidade desta esquerda. Nesse sentido, a proposta da nova esquerda surgida será o contrário: um proletariado autônomo, enraizado no chão de fábrica, radical e que busca promover a ruptura. Aí estaria a fórmula da pureza e da efetividade da nova esquerda. São descartados, segundo este raciocínio, não só a experiência democrática de 46 e a atuação de seus líderes, mas a tradição progressista, o nacional-desenvolvimentismo e a questão nacional. Especificamente em Weffort, a “pureza” de uma ação que tem por base o chão de fábrica é valorada na oposição política/trabalho: o populismo, elemento político, ou o direcionamento dado pelo PCB via sindicalismo oficial, não seriam expressões da autêntica luta de classes, devendo ser descartados e substituídos pela espontaneidade e autonomia da classe que apontaria

⁹¹ MAIA, João Marcelo Ehlert. op. cit. p. 58-59.

as melhores formas de ação, "como se a esfera política estivesse 'poluindo' a racionalidade fabril pura. Weffort parece crer que a sociabilidade e o associativismo produzidos no mundo do trabalho já se bastavam por si, como se determinassem sem mediações a lógica da ação política".

92

Remetendo-se à sua origem, a escola paulista, Weffort e Moisés reafirmariam a díade atrasado/moderno, o atraso agora sendo representado por uma ação de esquerda que valoriza a política e o moderno encabeçado pela legítima face do trabalho representada pelo chão de fábrica (autonomia e independência de classe). Assim, tal díade é reformulada: se antes, na escola paulista, o atraso é representado pela origem rural do trabalhador, agora o que lhe atrasa é sua direção política.

Pode-se dizer então que o populismo na obra de Weffort e Moisés não seria uma ideologia funcionalmente adequada a classes sem consciência ou 'atrasadas', mas sim uma política de classes levada a cabo pelo bloco no poder durante a República de 46 e confirmada pela esquerda. Essa, agora mais do que nunca, é levada para o centro da interpretação e jogada no mesmo véu de ilusão associado ao "populismo". O eixo do "moderno" na sociedade brasileira, geralmente localizado pela tradição paulista na esfera das transformações da vida societária, é buscado por Weffort e Moisés no mundo do trabalho, visto como espaço potencial para a afirmação radical da autonomia. Esta afirmação é tomada como chave para a dinamização do eixo 'moderno' e como possibilidade principal para a 'despoluição' da estrutura de classes brasileira, permeada pela normatização estatal que reforçaria a dependência. O "atraso" não é localizado na classe operária (como em leituras anteriores que mobilizavam o argumento da "origem rural"), mas sim nas forças políticas que a representavam. O PCB seria visto como um dos 'braços' principais do campo estatista que abafaria os interesses e reforçaria a heteronomia do trabalhador. Suas políticas e seu programa nacional-democrático seriam responsáveis pela canalização da politização operária para temas alheios ao chão da fábrica e que alimentariam o 'desenraizamento' do trabalhador em relação ao mundo fabril. Assim, o 'populismo' aparece como sintoma da ausência de conexão entre fábrica e política, numa formulação construída a partir da extrema-esquerda política que consagrou o populismo como a chave "oficial" de explicação da República de 46. Esta consagração acadêmica se traduziu no mundo político e fez com que a esquerda fosse uma das principais alçozes desta República e de seus atores, desqualificando temas caros à melhor tradição progressista brasileira, como a questão nacional⁹³.

E, como não estão desconectados de sua época, ainda mais enfáticos na condenação a dita esquerda tradicional, os teóricos da crítica ao populismo se dirigem ao PCB de forma a aniquilá-lo da vida política brasileira:

A adesão ao ideário nacionalista parecia ser o sintoma mais claro desta perspectiva [...]. Ao optar pela Nação e não pela classe, o PCB teria se negado a exercer o seu 'mandato' de partido operário e legitimado o pacto dominante e toda a estrutura sindical repressora. Este 'voluntarismo' metodológico de Weffort e Moisés carrega

⁹² MAIA, João Marcelo Ehlert. op. cit. p. 72.

⁹³ Ibidem. p. 80.

propósitos políticos, obviamente. A mensagem é: os comunistas não souberam atuar como um partido revolucionário operário, e portanto não se deve acreditar que eles possam ‘atualmente’ desempenhar papel semelhante⁹⁴.

Ainda outro ponto do contexto histórico em que os autores criticados escrevem é realçado por Maia, a saber, a repressão e a manipulação advinda da ditadura via Estado. Esta localização histórica poderia explicar a repulsa que tais autores teriam de tudo que fosse ligado ao Estado; ao negar o Estado tal como ele se configurava naquele momento (pós-golpe de 64), teriam transfigurado essa negação para outro momento histórico, atrelando intervenção estatal a manipulação, repressão, corporativismo, etilismo e bloqueio da sociedade civil. De forma que caem os autores citados em uma espécie de “basismo voluntarista”, denunciando-se a sujeição do trabalhador não só pelo Estado mas pelo próprio mundo da política.

“Importante notar também o período histórico no qual o conceito foi lido por Weffort e Moisés. A década de 70 foi marcada pelo endurecimento do regime militar e pela intensificação do uso dos aparelhos repressivos, sendo esse processo conduzido por uma forte propaganda nacionalista. Não é difícil entender porque o Estado, sempre presente nas formulações da esquerda em maior ou menor grau (seja como agente indutor do desenvolvimento, seja como instância planejadora e socializante) seja agora visto de tal forma que sua ‘face’ repressiva e manipuladora seja destacada em análises sobre períodos anteriores. Enxergando em perspectiva, a República de 46 parecia realmente uma experiência frágil que sucumbira diante do peso da ‘modernização conservadora’, do caminho repressivo e autocrático que seria a marca da formação capitalista brasileira. Pode-se dizer que a grande questão que orientava estas leituras era entender o peso do estatismo, a persistência de uma ordem que abafava a sociedade civil, que seria a grande ‘ausência’ na História brasileira. A compreensão da experiência republicana brasileira foi situada nesta perspectiva, e a República de 46 não escapou a ela”.⁹⁵

De forma que está condenado o Estado sem se analisar suas variantes em diversos momentos históricos, sendo entendido populismo como vinculação ao Estado e ambos como sinônimo de atraso. Junto com a água do banho se joga fora a criança, condenando neste mesmo pacote também qualquer forma de nacionalismo.

Irônicos, diante da atual situação política do país, seriam os impactos, segundo Maia, que esta análise teria gestado para a política nacional: sendo os teóricos aqui citados mentores teóricos do Partido dos Trabalhadores, e dada a impossibilidade de negação do peso deste partido no contexto da esquerda brasileira, estas interpretações seriam a razão para que este partido tenha, durante muito tempo, negado alianças políticas e feito diversas outras opções equivocadas na execução das práticas políticas e nos dilemas da esquerda.

⁹⁴ MAIA, João Marcelo Ehlert. op. cit. p. 82.

⁹⁵ Ibidem. p. 82.

Ainda no mesmo debate caudaloso também se situam dois intelectuais que, apesar de terem escrito temporalmente bem antes dos três jovens autores acima citados, contribuem, a nosso ver, de forma fundamental para apontar a resolução do debate. Numa perspectiva que vai além do debate sobre o movimento operário, estes autores fazem constatações fundamentais para o entendimento dos erros e potencialidades deste.

José Chasin insere os teóricos da crítica do populismo citados em um conjunto mais amplo de intelectuais que elaboraram teorias de peso para a interpretação da realidade nacional, batizado como *analítica paulista*.⁹⁶ Na busca por desvendar a formação brasileira, a analítica paulista formulou o conjunto das teorias da dependência, populismo, marginalismo e autoritarismo como chave para o entendimento da particularidade nacional. Esses autores, no contexto do Golpe Militar de 1964, elaboram teorias críticas à ação da esquerda tradicional, nomeadamente o PCB, que condenam as práticas do citado partido e propõem um novo horizonte para a perspectiva operária.

Ás vésperas da intervenção militar, espreado-se depois com grande desenvoltura, brotou restritamente uma atitude de inconformismo e repulsa à prática política da esquerda tradicional, cuja fórmula estava centrada na celeberrima *aliança de classes* que, apesar de clivagens importantes quanto a concepções e objetivos, redundava sempre pela condução do PCB numa política conciliadora e caudatária. A reação de caráter eminentemente prático, [...] tinha por referência principal a carência da radicalidade do movimento operário, entendida como embotamento derivado da subserviência dos comunistas à burguesia e a seus governos⁹⁷.

Relegando aos anteriores movimentos de esquerda o estigma de errôneos, mal formulados e conduzidos, esta “reação” que propõe uma retomada da radicalidade operária será, segundo Chasin, a base teórica para as ações “de esquerda” da década de 70 em diante: “Daí pra frente, no intervalo de alguns anos, com plena expressão na década de 70, será a incorporação e a multiplicação de um conjunto de temas e facetas que pretenderão constituir o desenho teórico do caso brasileiro”, especialmente da quadra histórica de 1930 a 1964, “período

⁹⁶ A expressão *analítica paulista* formulada por Chasin compreende os participantes do famoso seminário sobre *O Capital* de Karl Marx e que, posteriormente vieram a formar o CEBRAP que, criado em 1969, abarcava intelectuais de grande monta, exercendo grande influência sobre a formulação e interpretações da realidade brasileira e sendo, ainda hoje, referência para o debate dos problemas nacionais e das ciências sociais. Dentre os intelectuais que se destacam na *analítica paulista* podemos citar: Francisco Weffort, Otávio Ianni, José Álvaro Moisés, Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luis Carlos Bresser Pereira, Bolívar Lamounier, etc.

⁹⁷ CHASIN, José. A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Ensaio Ad Hominem. 2000. p. 249.

de configuração e desenvolvimento do capitalismo industrial”, “a ponto de ser hoje praticamente o arcabouço dominante da reflexão nacional”.⁹⁸

Segundo J. Chasin, as análises da analítica paulista, em especial, a teoria do populismo, recorrem a concepções errôneas em vários âmbitos de sua análise. Afirmando que os citados teóricos se baseiam em noções marxistas abstratas e que, portanto, falseiam a realidade, Chasin percebe a inversão realizada pelos teóricos da “crítica do populismo” ao relegar para as “massas”, a culpa pela manutenção da situação brasileira:

De fato, para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populista são em conjunto ou cada um *per si* o feiticeiro nefasto, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. Isto é, no quadro das hegemonias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante [...].⁹⁹

Além de deixar o espólio do capital nas mãos das massas, os teóricos do populismo acabam por não cumprir sua missão inicial, a saber, dar uma solução para a tipicidade da formação brasileira:

[...] o afirmado é que o reino do populismo promove o obscurecimento da divisão real da sociedade em classes, no lugar das quais é entronada a entidade de povo ou nação. Significando comunhão de interesses ou a solidariedade própria das comunidades. Essa notável constatação só não é ainda mais brilhante porque deixou de esclarecer em que sob tal acepção o *populismo*, em última análise, se diferencia da forma em geral da dominação capitalista¹⁰⁰.

Ou seja, é uma das bases do capitalismo em geral a afirmação da solidariedade entre capital e trabalho, bem como o uso das noções de pátria, povo e nação, não bastando para especificar a singularidade do capitalismo brasileiro: “[...] A análise histórica da teoria do populismo não desvendou, à semelhança das formas que ela tem por cerne criticar, o veio das transformações que conduzam a formação brasileira para além do quadro humano-societário do capital”¹⁰¹.

A teoria do populismo erra também, como constata Maia, ao condenar toda e qualquer aliança política, no afã de combater os erros da esquerda tradicional (PCB), marcados por sua famosa política “de aliança de classes”:

⁹⁸ CHASIN, José. op. cit. p. 249.

⁹⁹ Ibidem. p. 251.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 251.

¹⁰¹ Ibidem. p. 251.

É esse precisamente o ponto nevrálgico da teoria do populismo. Ela concentra todos os males na *política de aliança de classe*, que à guisa de erudição e grande teoria ela cerimoniosamente “desvenda” como *política de aliança de contrários*. Eis que o *ardil populista* é decifrado como o pecado capital da *aliança de contrários*. O que nada mais significa que o pecado da aliança é o inverso da virtude da independência de classe. Redundando, na generalidade em que a fórmula é estabelecida e sustentada, que a política virtuosa é a arte e a vontade do isolamento¹⁰².

Lívia Cotrim, partindo dos trabalhos de Chasin e desdobrando-os de forma singular, propõe, da mesma forma que Maia e Ferreira situar as origens do pensamento dos teóricos do populismo na teoria da sociedade de massas. De forma que, partindo dessa teoria, tomando a liberal-democracia como ideal a ser alcançado, os teóricos do populismo reduzem e as demais formas políticas como corrupção mais ou menos desenvolvidas desse ideal. Teriam, então, herdado estas características ao entenderem a realidade pela dicotomia tradicional/moderno, associado o último à liberal-democracia, em forma ideal e o populismo como transição de uma fase a outra.

Influenciadas diretamente pela análise weberiana, essa forma de entendimento da sociedade toma cada tipificação política como tipos ideais, imputando na realidade as características do modelo. De sorte que

[...] é utilizada a tipologia weberiana da dominação, eliminando-se a questão do interesse e do projeto de dominação. O poder passa a ser definido estritamente pela legitimidade. [...] A sociedade liberal democrática é associada à dominação racional-legal, a sociedade de massas populista à dominação carismática, e a sociedade de massas totalitária à ação de fins absolutos. Não se tratando de natureza, mas de forma de poder, o tipo ideal se torna meio para fetichizar determinados modelos. Como a democracia é um sistema a-histórico de normas abstratas e gerais, sua corrupção também é a-histórica. Os modelos corruptos são patológicos, por imperfeitos, e o modelo liberal-democrático é normal¹⁰³.

Assim, aponta Cotrim, usado o recurso do modelo são eliminados tanto o caráter histórico, quanto, conseqüentemente, a particularidade de cada caso concreto, reduzindo-se a análise a generalizações abstratas, incapazes de perceber as diferenças entre as formações sociais tratadas. "O populismo seria uma forma de transição específica, cuja especificidade é dada pela comparação com a situação europeia, considerada o modelo perfeito de transição"¹⁰⁴. Nas análises que tomam a sociedade de massas como referência, as relações se dão de forma direta, entre Estado e indivíduos, uma vez as classes sociais estarem fragilizadas e não atuarem

¹⁰² CHASIN, José. op. cit. p. 252.

¹⁰³ COTRIM, Lívia Cristina de Aguiar. *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. p. 46.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 50.

como protagonistas sociais (ou seja, a noção de vazio de poder ou crise de hegemonia indicadas pelos teóricos do populismo). De forma que:

O interesse classista cede lugar a uma visão de poder no âmbito da psicologia social e da ação individual, definida a partir da subjetividade; o jogo de poder é tratado como um jogo da ação individual, definida a partir da subjetividade; o jogo de poder é tratado como um jogo de barganha, 'sem referência a um projeto de transformação social, de corte classista. As clivagens ideológicas são desconsideradas, e a ideologia é tratada como mero instrumento de manipulação. As elites querem apenas recuperar ou adquirir poder e para isso podem ou não ter um projeto de industrialização. Na América Latina, nenhum grupo teria sido capaz de articular um projeto global, de modo que 'apenas as transformações parciais, provocadas pelo jogo perde/ganha, mantêm o dinamismo do processo', sem projeto, as 'alianças espúrias' se tornariam 'normais'. O populismo é definido como 'local de coexistência de elementos tradicionais e moderno'¹⁰⁵.

Com relação a classe trabalhadora, a postura dos autores também tomaria a teoria da sociedade de massas e o modelo weberiano como exemplo, uma vez que o populismo seria uma forma imperfeita de participação dos extratos inferiores na sociedade, por se apresentarem como massa e pela manipulação exercida pelas elites; no entanto, o referencial para o diagnóstico da imperfeição seria a participação efetiva na social democracia – modelo tomado como perfeito - e o crescimento desta participação em relação à sociedade tradicional.

A respeito da posição ocupada pelo Estado no referido momento da história brasileira, Cotrim salienta que o mesmo é visto como um árbitro no interior do contexto crise de hegemonia/vazio de poder, assumindo o Estado o papel de demiurgo em um momento onde nenhuma das classes sociais envolvidas teriam um projeto político. Todos os acontecimentos do período foram, desta forma, realizados pelo Estado e não por um projeto classista específico.

Desta forma as relações individuais citadas acima são estabelecidas: a classe dominante coloca seus sujeitos para pressionar o Estado a atender seus interesses (parcialmente atendidos ou não de acordo com a conjuntura econômica e/ou política); a classe dominada agiria também de forma individual, se convertendo em massa (sendo parcialmente atendida para se conseguir a manipulação).

A teoria do populismo, por mais que tenha levantado uma questão legítima – como encontrar uma saída para a questão nacional da perspectiva do trabalho – ao partir de referenciais equivocados, toma como horizonte a democracia, não se desvinculando da esfera do capital e acaba inculcando em um erro igual ou maior do que a esquerda que buscava criticar.

¹⁰⁵ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit. p. 51.

Enquanto a esquerda tradicional pretende que estejam presentes na burguesia brasileira as virtualidades econômicas da burguesia clássica, a nova esquerda pretende a presença das virtualidades políticas daquela, isto é, pretende que a instauração da democracia burguesa clássica, a democracia liberal, fundada na soberania do povo, seja uma virtualidade de todas as formações sociais capitalistas, independente de sua forma específica de objetivação, uma vez que, assumindo o ideário liberal, considera a vontade como a categoria central a partir da qual seria possível estabelecer a democracia¹⁰⁶.

O basismo voluntarista e a supervalorização do chão de fábrica apontados por Maia são, desse modo, enxergados por Cotrim em outros termos; a ânsia desses teóricos em defender a classe trabalhadora misturada com uma perspectiva liberal, faz com que a defesa seja pela permanência dessa classe e não pelo seu desaparecimento, o que implica a manutenção das classes e do próprio capitalismo.

Outra questão levantada por Cotrim se trata do nacionalismo. Assim como observa Maia, o nacionalismo é condenado pela nova esquerda ao se afirmar o isolamento da classe trabalhadora como fórmula para atingir seus objetivos. No entanto, esse isolamento se baseia na afirmação de que a identidade de classe se faz à partir de experiências individuais imediatas comuns e que após esta aglutinação eles se lançariam no jogo político, tido como neutro, palco para atingirem suas demandas. Nesse palco político, durante o populismo, as elites teriam manipulado a classe para atingir seus objetivos, se configurando o projeto nacionalista como um elemento abstrato comum a todos os governos populistas. Cotrim ressalta que esta visão deixa escapar a particularidade de cada projeto: “Tratando o nacionalismo como ideologia de manipulação, e, com isso, desprezando a questão nacional, e abordando a realidade e a independência de classe dos trabalhadores pelo ângulo estritamente político, a teoria do populismo deixou escapar por entre os dedos aspectos fundamentais da realidade brasileira que buscava explicar”¹⁰⁷.

¹⁰⁶ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit. p. 59.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 62.

2 O DEBATE SOBRE A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

2.1 O desenvolvimento conservador de Roberto Campos

Roberto Campos (1917-2001) nasceu em Cuiabá. Graduado em economia pela universidade de Columbia, foi diplomata de carreira. Entre 1947 e 1949, foi conselheiro econômico da Delegação Brasileira Permanente na Organização das Nações Unidas. Participou da elaboração do projeto de criação do BNDE e em 1955, assumiu o cargo de diretor-superintendente; de 1958 a 1959, foi presidente desta instituição. Em 1961 foi nomeado por Jânio Quadros embaixador nos Estados Unidos. Apoiador do Golpe Militar, retornou ao Brasil em 1964 para assumir o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica. Segundo Bielschowsky, “Campos destaca-se nos anos 50 como um pensador certeiro. Foi, sem dúvida, o economista da nova ordem do Brasil, que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura da economia industrial internacionalizada. Campos apostou na industrialização pela via da internacionalização de capitais e do apoio do Estado – e ganhou”¹⁰⁸.

2.1.1 A questão industrial

Roberto Campos, apesar de ser muito mais homem de ação do que acadêmico¹⁰⁹, fez suas vezes de ensaísta na década de 50. Inserido no intenso debate sobre a origem do capitalismo surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, Campos tenta entender onde se localiza o subdesenvolvimento brasileiro no panorama do capitalismo mundial. Nascido originalmente na esquerda¹¹⁰, tal debate foi também reivindicado por economistas conservadores como Schumpeter e Rostov, ambos muito influentes no pensamento de Roberto Campos¹¹¹. As chamadas Teorias da Modernização, foram a contrapartida conservadora do debate sobre a origem do capitalismo e, de forma geral, previam que as sociedades humanas seguem uma linha

¹⁰⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Referimo-nos ao debate entre Maurice Dobb, Paul Sweezy, Christopher Hill. Cf. SANTIAGO, Theo Araújo (Org.). *Capitalismo – Transição*. São Paulo: Moraes, s/d.

¹¹¹ Wanderson Fábio de Melo também nos mostra a influência de Max Weber sobre Campos, o que o impede de perceber as determinações do processo histórico na formação do capitalismo. De acordo com Lukács, a sociologia Weberiana seria a visão típica de uma classe dominante que ignora o papel do trabalho e da acumulação original de capital na tentativa de legitimar tal modo de produção. DE MELO, Wanderson Fábio. *Institucionalização e modernização: o debate no Senado Federal entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983 – 1989)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

reta de desenvolvimento, das tradicionais para as mais desenvolvidas. Walt Whitman Rostow expôs os estágios do processo de industrialização, em “Etapas do Desenvolvimento Econômico”. Seymour Martin Lipset mostrou em “O Homem Político”, obra clássica da ciência política, como a democracia tende a surgir e a se estabilizar com o desenvolvimento econômico. David McLelland, em *The Achieving Society*, observou que a modernização não poderia acontecer até que a escala de valores de uma sociedade valorizasse a inovação, o sucesso e a livre empresa”¹¹².

De Rostov nosso economista toma emprestado o modelo de transição em etapas para uma economia desenvolvida. O Brasil, tendo já superado a primeira – de uma sociedade tradicional baseada na subsistência – e a segunda etapas – de superação da sociedade tradicional através da incrementação do trabalho, formação de poupança, investimento e atividade empreendedora no mercado internacional com os produtos agropecuários – estaria na fase do *take off*, ou seja, do arranco para o desenvolvimento, caracterizada pelo incremento na industrialização e na urbanização por meio do capital privado. No entanto, segundo Wanderson Fabio de Melo¹¹³, as formulações de Campos se estruturaram no sentido de fundamentar as suas opções para a economia brasileira. Nos anos 50 é possível dizer que o autor buscou colocar em prática na economia brasileira o *take off* de inspiração rostowiana.

Campos, no entanto, imprimiu sua digital na teoria do economista norte-americano, completando-a com sua própria contribuição. Segundo este autor, o Brasil teria diferenças significativas em relação aos países desenvolvidos. Em termos gerais, os países subdesenvolvidos não teriam a “Cultura Puritana”, posteriormente incorporada pelo catolicismo, de valorização do trabalho, da usura, do empreendedorismo e do capitalismo racional¹¹⁴ – elementos que caracterizam o capitalismo moderno. A ausência desses valores fez com que os subdesenvolvidos não gerassem uma classe empresarial apta a agir conforme as necessidades do capitalismo, não produzindo, portanto, poupança suficiente para alavancar o desenvolvimento. Pelo contrário, a sociedade brasileira tenderia ao imediatismo, preferindo o consumo imediato que o investimento a longo prazo. Diferentemente dos desenvolvidos, quando da industrialização brasileira, já havia um padrão de consumo de alto custo, o que leva

¹¹² GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. *A influência de Roberto Campos na Economia Brasileira (1945-2001)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. p. 44.

¹¹³ DE MELO, Wanderson Fabio. *Institucionalização e modernização: o debate no Senado Federal entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983 – 1989)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

¹¹⁴ Tanto De Melo quanto Godoi encontram a origem dessas ideias de Campos em elementos culturais típicos do capitalismo, conforme mostraremos à frente.

sua sociedade a desejar tal consumo sem ter os mesmos níveis de produção. Assim, não se investiria em infraestrutura, pois o retorno nesses setores seria mais demorado.

Torna-se importante frisar que Campos entende o capitalismo como uma cultura pautada na calculabilidade e na racionalização visando o lucro – aspectos em parte ausentes nos países subdesenvolvidos -, raciocínio fundamentado na obra de Max Weber.

A consequência da falta dos pressupostos acima indicados foi o lento desenvolvimento e a presença de falhas estruturais na economia brasileira, falhas essas que fazem necessária uma direção distinta do que o ocorrido nos desenvolvidos. Como efeito, as ações necessárias para que ocorresse o take off desejado por Campos no caso brasileiro são o planejamento estatal e a ação do capital internacional, elementos que explanaremos abaixo.

A noção de desenvolvimento de Campos, como indicam Godoi e Melo, passa pela teoria de Walt Rostov, principal teórico da teoria do desenvolvimento norte-americana. Segundo este economista, em seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista), publicada em 1960, existiriam cinco etapas que os países deveriam passar para atingir o desenvolvimento. Em cada etapa, se alteram os padrões de produção à partir de três fatores principais, consumo, investimento e poupança.

A cada etapa de desenvolvimento corresponderia um tipo de sociedade, sendo elas:

- a) Sociedade tradicional (*traditional society*) – caracterizada por produção e saber limitados, elevado grau de subordinação do homem à natureza e inadequado aproveitamento dos recursos naturais.
- b) As condições para o arranco ou a decolagem (*transitional stage*) – seriam as sociedades em estágio de transição, onde aparecem os primeiros pressupostos para o desenvolvimento, como racionalização da realidade e controle da natureza.
- c) O arranco (*take-off*) – sociedades que iniciam seu desenvolvimento ultrapassando os limites tradicionais. Já ocorre investimento de capital na área produtiva e industrial, forjando-se a base para uma sociedade moderna.
- d) A marcha para a maturidade (*drive to maturity*) – estágio onde a modernização já predomina na sociedade.
- e) A era do consumo em massa (*high mass consumption*) – seria a etapa onde o desenvolvimento efetivo, em base industrial, racional e científica, permite investimento pleno em capital produtivo.

Percebe-se que, para Rostow, desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, de forma que nessa mesma linha, o autor estabelece as pré-condições para o arranco. Seriam necessários além de longo período de maturação, uma vez que esta é etapa que se erigi a infraestrutura, grandes volumes de capital investidos, para se instalar as bases necessárias à sociedade industrial moderna. Em consonância, o retorno do investimento seria a longuíssimo prazo ou baixo. Observadas estas especificidades necessárias para o *take-off*, Rostow assinala que, uma vez a soma de capital necessária ser vultuosa e o retorno não imediato, os empresários privados locais não estariam preparados para tais investimentos, cabendo ao Estado ser o condutor deste arranco necessário ao desenvolvimento.

Por outras palavras, o capital social fixo não pode ser formado – em algumas das duas formas mais essenciais – por meio de um fluxo crescente de lucros reinvestidos provindos de uma base inicialmente diminuta. Não é possível dar-se uma boa arrancada sem que se possam antes mobilizar somas de capital inicial assaz consideráveis¹¹⁵.

Como exemplo, Rostow indica o caso dos Estados Unidos que, mesmo sendo assas capitalista e tendo os pressupostos para o desenvolvimento desse sistema, o Estado teve papel decisivo para a formação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento¹¹⁶.

Os teóricos da modernização eram o pensamento dominante nos anos 50 e 60. Dentre suas ideias, apontavam que os países desenvolvidos tinham responsabilidade de auxiliar os subdesenvolvidos em sua trajetória de crescimento econômico, de forma que os últimos tivessem instituições políticas e econômicas estáveis. Em consonância, Rostow foi um dos idealizadores da Aliança para o Progresso, tentando colocar em prática essa teoria. Segundo o economista norte americano, se garantidas as condições econômicas, políticas, sociais e culturais apropriadas, os países latino-americanos poderiam atingir a etapa de pleno desenvolvimento.

Percebe-se que para Rostow o conceito de desenvolvimento está intrinsicamente ligado em ter a racionalidade capitalista para acumular capital e destiná-lo ao investimento produtivo, industrializando e atingindo o consumo de massa.

Seguindo claramente os indicativos de Rostow, Roberto Campos elabora sua definição de desenvolvimento:

¹¹⁵ ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 40. Apud GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 46.

¹¹⁶ Ibidem. p. 40.

[...] como um aumento na taxa de formação de capital, com adoção simultânea de métodos tecnológicos mais produtivos, e resultante incremento na renda real *per capita*. Espelha-se, então, o processo promocional num incremento de estoques do capital, de um lado, e no aumento da produtividade do capital existente, de outro. É nessas características medulares, e não no conceito de industrialização *per se*, que repousa essencialmente o processo de desenvolvimento econômico¹¹⁷.

Percebe-se que sua noção de industrialização não era a simples promoção de um parque industrial. *Pari passu*, no caso brasileiro, para a industrialização ocorrer, em termos gerais, eram necessárias 3 condições: mercado interno para consumo dos industrializados produzidos, recursos naturais suficientes e coeficiente demográfico expulso da agricultura adequado para compor mão-de-obra. O Brasil teria os três pressupostos:

No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará a necessidade de uma absorção mais rápida da mão-de-obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis¹¹⁸.

Ainda nesse mesmo sentido o economista mencionou que o processo de desenvolvimento econômico não pode ser levado a bom termo sem industrialização. É o que sucede com países com alto coeficiente de pressão demográfica, que necessitam de expansão industrial para absorver excedentes de mão de obra agrícola, seja de natureza crônica, seja eventualmente liberados pelo progresso tecnológico na agricultura¹¹⁹.

Mas qual seria a forma mais eficiente de promover o desenvolvimento industrial em um país como características peculiares como o Brasil?

Nunca é demais lembrar que Campos foi administrador do Plano de Metas de Kubitscheck. Acreditava que a administração pública não é necessariamente ineficiente, apesar de ser o que acontece na maioria dos casos no Brasil. “Propunha que se deveria procurar contornar a arcaica máquina administrativa brasileira, incapaz de executar as tarefas do desenvolvimento, através da formação de equipes de planejamento e administração voltadas para a formulação e execução de uma política de investimentos básicos¹²⁰”. Assim, a principal

¹¹⁷ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1983. p. 84. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit.

¹¹⁸ CAMPOS, Roberto. Observações sobre a teoria do subdesenvolvimento econômico. *Digesto econômico*, São Paulo, 1953. pp. 52-53. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 109.

¹¹⁹ CAMPOS, Roberto de Oliveira. op. cit. p. 84. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit.

¹²⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 109.

meta do planejamento seria acelerar o desenvolvimento econômico inclusive com intervenção estatal. A justificativa para a necessidade de planejamento eram debilidades características dos países subdesenvolvidos que emperrariam o desenvolvimento: a) debilidade da iniciativa privada – devido a ausência da cultura puritana; b) inexistência de um mercado de capitais que viabilize os investimentos concentrados; c) incapacidade de tomar decisões sobre investimentos em função do longo prazo, dada a visão imediatista dos investidores privados e dos consumidores; e d) baixo ritmo do desenvolvimento.

Assim, seria típico dos países subdesenvolvidos algumas características que derrubariam o ritmo de seu desenvolvimento o que somado a uma carência geral de capitais – internamente e externamente - faria com que o desenvolvimento econômico tendesse a ser muito lento nesses países.

Daí a necessidade de planejamento e, em alguns casos, de intervenção estatal. No entanto, Wanderson Fábio de Melo ressalta que o foco de Campos era o desenvolvimento da empresa capitalista, limitando-se o planejamento e a ação estatal a garantir a acumulação de capital e o ritmo de desenvolvimento insuficientes em países desenvolvidos como o Brasil. Assim, a planificação teria como objetivo apenas ser o take off necessário para estimular o setor privado ao desenvolvimento com as próprias pernas. “Portanto, as medidas estatais não consideravam as demandas dos trabalhadores, de modo que visavam a favorecer a acumulação de capital para o setor “produtivo” reinvestir na produção (...) Ou seja, programação não significa “estatização”, ou “socialização”, nem a sobreposição da política sobre a racionalidade econômica capitalista. As funções do planejamento teriam de passar a obedecer aos objetivos pontuais anteriormente estabelecidos, no caso brasileiro deveria contribuir para dar base ao setor privado no sentido da acumulação de capital para, posteriormente, investir na produção¹²¹”. Desta forma, o planejamento estatal tinha como objetivo promover a iniciativa privada, não a substituir.

Em subdesenvolvidos a teoria do desenvolvimento de Schumpeter não se aplicava, uma vez seu crescimento não ser acionado de forma espontânea pela oferta, sendo a teoria correta a do desenvolvimento planejado pela via do consumo.

Bielschowsky ressalta ainda que o foco de Campos era menos a teoria e mais a defesa dos “trabalhos da comissão mista e a criação e consolidação do BNDE, pensado para uma elite brasileira ainda não conquistada para a ideia de planejamento e industrialização pesada e autoridades financeiras internacionais relutantes em conceder financiamentos aos projetos de

¹²¹ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 90.

infraestrutura que usassem como argumento a ideia de inexistência de uma programação adequada¹²²”.

O tipo de planejamento que Campos acastelava era o chamado por ele de planejamento seccional, pois acreditava que o investimento em certos setores chave geraria desenvolvimento. Assim, assinalava, que o que a Comissão Mista propunha era simplesmente acabar com alguns pontos de estrangulamento de nossa economia que impediam sua industrialização e desenvolvimento, transformando-os em pontos de expansão. Essa teoria é derivada da ideia de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos tende ao desequilíbrio, gerando pontos de estrangulamento. Apesar de Campos não ter desenvolvido a fundo esta teoria, pode-se constatar a semelhança desse pensamento com a teoria de crescimento desequilibrado de Hirschman: ambos buscavam, em meio ao desequilíbrio, os setores-chave com potencial para crescimento¹²³.

O principal elemento desse desequilíbrio seria a inflação, chegando mesmo a falar em um “elemento inflacionário estrutural, inerente ao processo de industrialização¹²⁴” nos países subdesenvolvidos. Diferentemente dos países desenvolvidos onde o modelo schumpeteriano de desenvolvimento motivado pela oferta, é aplicável, nos subdesenvolvidos o desenvolvimento seria derivado, isto é, motivado pelo consumo das massas. Nos subdesenvolvidos, no processo de industrialização, a demanda antecede a oferta (aspiração das massas para melhorar o padrão de consumo), o que força os governos a realizarem planos de desenvolvimento. Juntamente a isso se coloca uma oferta agrícola inelástica sob a qual a industrialização se desenvolve. Assim, devido a estas características estruturais peculiares às economias subdesenvolvidas, ocorreria um descompasso entre a oferta e a procura a ponto de gerar pressões inflacionárias:

Em primeiro lugar, o processo de desenvolvimento acarreta mudanças estruturais, ao deslocarem-se os fatores de produção primária para a produção secundária e terciária. Dada a imperfeição dos fatores de mercado e os obstáculos à mobilidade de fatores, a rápida diversificação e o crescimento da procura contrastam com um padrão de oferta relativamente inelástica de equipamentos, produtos intermediários e conhecimentos técnicos, necessários tanto a industrialização quanto a modernização das práticas agrícolas. Especialmente durante as fases de crescimento rápido, a mobilidade da procura será, provavelmente, maior que a mobilidade da oferta¹²⁵.

¹²² BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p.111.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ CAMPOS, Roberto. A crise econômica brasileira. *Digesto Econômico*, São Paulo, nov. 1953. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 114.

¹²⁵ CAMPOS, Roberto. Inflation and balance growth. In: ELLIS, H. *Economic development for Latin America*. Londres: McMillan, 1961. pp. 85-86. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 114.

Elemento estrutural do capitalismo brasileiro, o descompasso entre oferta e demanda geraria desequilíbrios inflacionários que, por sua vez, causariam pontos de estrangulamento na economia. A solução para esta questão seria o planejamento estatal seccional.

Este tipo de planejamento vai de encontro com a intenção de diminuir ao máximo a ação estatal, ficando esta restrita ao mínimo possível para gerar desenvolvimento. Bielschowsky destaca, no entanto, que a oposição de Campos ao planejamento integral nos moldes da CEPAL, em um país das proporções do Brasil, era devido a sua difícil operacionalização e a grande demanda prévia para ser colocado em prática, não sendo, portanto, uma solução nem fácil nem rápida. Ao contrário, a opção por ele adotada para a comissão mista:

se tem confinado a uma modalidade mais realística de planejamento, que constitui a identificação e seleção de ‘pontos de crescimento’ ou ‘pontos de germinação’ capazes de provocar um surto de investimento colaterais. Esses pontos de germinação são – nunca é demais repeti-lo – energia elétrica, transportes, melhoramento da produtividade agrícola e expansão de algumas industrias-chave¹²⁶.

O planejamento seccional ou por pontos de germinação seria o mais adequado a países subdesenvolvidos como o Brasil além de seguir a orientação da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e, posteriormente, também estar entre os ditames da Comissão BNDE – Cepal, que visava a fomentar o desenvolvimento dos pontos básicos da economia brasileira. “Nesse sentido, a intervenção estatal deveria se programar para “germinar” a iniciativa privada, isto é, traçar a programação do investimento estatal nas áreas que poderiam ajudar o desenvolvimento do capital privado¹²⁷”.

Os limites do planejamento estatal tomado como ideal por Campos, expressam sua crença no capitalismo como modelo social essencialmente positivo – devendo, portanto, ser estimulado -, além de revelar que o real papel do Estado deve ser o de promotor desse sistema e não limitador:

desejamos a preservação das instituições do capitalismo social – aperfeiçoado por preocupações de equidade e justiça distributiva e purificado de seus aspectos predatórios, porém, não castrado em seu vigor produtivo ou nas liberdades básicas da democracia – a questão é relevante. Diga-se de início que o problema do intervencionismo estatal é distinto daquele do planejamento. Se é verdade que o planejamento socialista, centralizado e totalitário é incompatível com o capitalismo social, formas existem de programação e planejamento que são politicamente neutras, podendo ser usadas sem asfixiar a iniciativa privada, através de restrições, quer para encorajá-la, através de incentivos¹²⁸.

¹²⁶ CAMPOS, Roberto. op. cit. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 112.

¹²⁷ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 92.

¹²⁸ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro: APEC, 1964. p. 53. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit.

Assim,

a programação visa, no setor público, a coordenar investimentos e orientá-los prioritariamente; no setor privado, a fixar objetivos de desenvolvimento e, através de controles preferencialmente indiretos- monetários e fiscais – fazer a construção de clima para que a iniciativa privada possa agir em obediência à sua dinâmica natural. A construção de clima para a iniciativa privada é, assim, tanto ou mais importante que a programação executiva do setor público¹²⁹.

Nota-se, portanto, que o objetivo maior do planejamento era direcionar capital para investimentos, ação insuficiente nos subdesenvolvidos dada a ausência da cultura puritana. Medidas como o investimento em infraestrutura, taxaço ao consumo, limitação aos investimentos sociais, etc., tinham como objetivo favorecer a iniciativa privada em um novo padrão de acumulação.

“Portanto, o ‘tipo’ de planejamento defendido por Campos opõe-se aos ideais da social-democracia, como o “Estado de Bem Estar Social”, visto que enfatizou a acumulação para o “setor produtivo” realizar novos investimentos, descartando a ampliação dos direitos sociais”¹³⁰.

Godoi ressalta que a intervenção estatal, apesar de necessária, deve ser controlada não apenas pela ineficiência do Estado, mas também pela tendência a se desenvolver “‘paternalismo estatal’, ou seja, ao uso da máquina do governo para beneficiar os correligionários políticos. No âmbito econômico, as práticas paternalistas causam descontinuidade gerencial criando-se, assim, incertezas na implantação de projetos de longo prazo de maturação. Empresas estatais, em grande número, são ineficientes, além de haver muita corrupção na concessão de benefícios¹³¹”.

Portanto, o Estado deve atuar nas empresas, mas se limitar a agir nos “pontos de estrangulamento” conforme o planejamento seccional.

Ainda, no planejamento seccional, para investir nos pontos de estrangulamento, o Estado deveria retirar recursos dos setores menos produtivos para os mais produtivos, daí, a importância, para Campos, de um banco como o BNDE, que faria esse papel no Brasil, direcionando recursos que a iniciativa privada não conseguira acumular *per se*.

As peculiaridades econômicas típicas dos países subdesenvolvidos, apontadas por Roberto Campos, levariam a instabilidades recorrentes. Entre os elementos dessa instabilidade

¹²⁹ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. Rio de Janeiro: APEC, 1963. p. 85. *Apud* DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit.

¹³⁰ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 93.

¹³¹ GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 70.

o que mais preocupou nosso autor foi a inflação, tão recorrente nas décadas de 50 e 60. A convicção da necessidade de desenvolvimento - via planejamento setorial – somada a sua preocupação em conter a inflação, levam Roberto Campos a tender para soluções que se afastavam dos estruturalistas:

O reconhecimento da vulnerabilidade à inflação nos países subdesenvolvidos e o desenvolvimento baseado na ideia-força de planejar investimentos para romper pontos de estrangulamento – e criar pontos de germinação – levaram o autor a fazer, nos anos 50, um esforço intelectual para ajustar sua convicção sobre a necessidade de estabilidade monetária ao desejo de viabilizá-la sem prejuízo ao crescimento econômico¹³².

Campos acaba por concluir que é possível compatibilizar estabilidade e crescimento econômico em países subdesenvolvidos. Este ponto, central no pensamento do autor, levou-o a ser acusado de monetarista no debate econômico com os intelectuais ligados à esquerda.

Bielschowsky não acredita, apesar das contendas com a CEPAL que Campos fosse, até 1964, simplesmente um monetarista. Segundo ele, Campos se considerava eclético e crítico tanto a alguns aspectos da corrente monetarista quanto da estruturalista, o que é corroborado por sua postura muitas vezes crítica ao FMI, apesar de nunca ter pregado um rompimento com o órgão de financiamento. Bielschowsky acaba por situar Campos como desenvolvimentista, como exposto acima, ressaltando, porém, sua intensa oposição aos economistas da CEPAL: “O termo monetarista se aplica ao Campos do período anterior a 64 sobretudo num sentido restrito: o de sua oposição ao estruturalismo¹³³”.

Apesar de acreditar que existem certos fatores estruturais que impedem o pleno desenvolvimento brasileiro, Campos acreditava que a superação desses fatores deve ocorrer via políticas fiscais e monetárias. É nesse sentido que se dá o embate do autor com o estruturalismo da CEPAL: seria possível – e mais que isso, necessário - conciliar desenvolvimento econômico com políticas fiscais e monetárias que visassem estabilização da economia. Na verdade, essa seria a via para o crescimento econômico, não as reformas estruturais pregadas pela CEPAL. Desta forma, os desequilíbrios estruturais existem, mas são corrigíveis via reformas monetária e fiscal realizáveis pelo governo. A ação de medidas estruturalistas com diagnóstico equivocado da economia nacional, geraria práticas monetárias e fiscais equivocadas que apenas gerariam mais inflação e contribuiriam para a instabilidade da economia. É nessa medida que pode se afirmar que Campos se aproxima do pensamento liberal. De forma que:

¹³² BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 117.

¹³³ Ibidem. p. 118.

Para Campos, as causas básicas da inflação não seriam, como queriam os estruturalistas, a rigidez da oferta agrícola, os outros pontos de estrangulamento em setores básicos e a incapacidade estrutural para importar. Em vez disso, seriam erros de política econômica, muitas vezes correspondentes à seleção de incorreta de medidas anti-inflacionárias que violentam as regras do mercado, porque distorcem o sistema de preços e de alocação de recursos. De acordo com essa crítica, a pressão inflacionária proveniente da insuficiente oferta agrícola seria resultante muito mais da política pseudo-estabilizadora de subsídios ao consumidor e/ou de congelamento de preços, que encorajava artificialmente o consumo e desestimulava a produção, do que de uma hipotética rigidez estrutural de oferta agrícola, problema em princípio contornável mediante estímulos adequados¹³⁴.

A via correta para solucionar o problema nacional seria aplicar políticas de estabilização que não comprometessem o desenvolvimento, mas que controlassem a tão maléfica inflação. Junto com as medidas monetárias, ações fiscais como a contenção do consumo, a redução dos gastos públicos com consumo e o aumento de impostos auxiliariam a capitalização de nossa economia.

A identificação de estrangulamentos é evidentemente de grande utilidade para que a política fiscal e monetária tenha um papel ativo ainda mais útil; e esta é a linha de reconciliação entre os ‘monetaristas’ e os ‘estruturalistas’. Muito se pode fazer lançando mão das armas fiscais e monetárias, no sentido de corrigir estrangulamentos sem investimentos adicionais que iriam apenas agravar a procura excessiva; isso pode ser feito simplesmente por meio de alterações dos incentivos aos preços e reorientação dos investimentos do governo dos setores menos produtivos para os estrangulamentos (passagem de despesas militares para investimentos na agricultura)¹³⁵.

E tecendo severas críticas à posição da CEPAL, afirma:

[...] as antigas explicações “estruturalistas” da Cepal – inelasticidade de receita de exportações de bens primários e da oferta de produtos agrícolas – estão hoje desmoralizadas. [...] Na realidade, a inelasticidade das exportações resulta, em grande parte, de taxas cambiais irrealistas; e a substituição de importações pela produção doméstica, para escapar à penúria cambial, justificaria uma pequena alta dos custos, e não a inflação desbragada de que fomos vítimas. Também a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas decorre principalmente da tentativa de mascarar a inflação pelo tabelamento dos preços dos alimentos, a fim de aplacar a ira do consumidor urbano, ou da tributação da agricultura para subvencionamento da indústria¹³⁶.

Em meados dos anos 50, a posição defendida por Campos era a de que o Brasil não tinha nem capitais suficientes para alavancar o processo de desenvolvimento, nem experiência ou capacidade para importar – devido a referida peculiaridade de subdesenvolvido - , sendo,

¹³⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 119.

¹³⁵ “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”. In: HIRSCHMANN, Albert (org.). *Monetarismo versus estruturalismo*, p. 187-188. Apud GENNARI, Adilson Marques. DE OLIVEIRA, Roberson. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 351

¹³⁶ *Ibidem*. p. 355

portanto, necessário o estímulo a entrada de capitais internacionais para realizar este papel. Mesmo o capital privado nacional não teria os pré-requisitos necessários para ramos que envolvem maciços volumes de capital ou oferecem retorno a longo prazo. Famosa e polêmica era a defesa do autor de investimentos internacionais nos três seguimentos aos quais mais dedicou seus trabalhos: mineração, energia e transporte. “nacionalistas devemos ser todos nós. A questão é sermos nacionalistas pragmáticos ou temperamentais; e medirmos resultados e não intenção; e não rejeitarmos o esforço econômico alheio, a não ser que estejamos preparados para substituí-lo¹³⁷”. Nota-se que para o autor, a abertura ao capital estrangeiro era o melhor para o país.

Em consonância com essa posição, Campos também se envolve no famigerado debate a respeito da remessa de lucros. Em oposição à postura da esquerda em condenar a remessa de lucros e defender sua severa taxaço, o economista aqui analisado acreditava que, se ponderada a totalidade dos elementos envolvidos, o capital internacional traz muitos benefícios à nossa economia, sendo sua participação a maneira mais eficiente de desenvolver a nação.

Sendo assim, Campos adotou as teses dos organismos internacionais, submetendo-se à lógica da maior potência capitalista, uma vez que o impulso para o *take off* viria da poupança externa.

Como já exposto, com relação à intervenção do Estado na economia, Campos manifestava frequentemente que esta deveria ocorrer apenas em situações especiais, onde o capital privado não tivesse condições de agir. Batia-se contra posições que acreditavam no Estado como principal agente econômico, dizendo que esta postura geralmente era envolta por questões políticas, sem contar a ineficiência com que o envolve o gerenciamento estatal. Crítico da esquerda que era, não se cansava de inflamar a falácia do “socialismo intervencionista” e acreditava que a forma mais eficiente para o desenvolvimento econômico era o “estímulo monetário e, direta ou indiretamente, o poder que dele deriva¹³⁸”. Daí defender que o Estado pode até gerenciar certos serviços públicos, mas o controle do patrimônio e do investimento deve ser privado. O mesmo engodo que faz crer os socialistas na intervenção estatal irrestrita gera, segundo Campos, a crença cega no Estado paternalista. Para ele, os socialistas se concentram demais nos aspectos de distribuição de renda e esquecem ser impossível distribuir a renda sem gerá-la através de investimentos econômicos eficientes. “o grande drama do socialismo paternalista tem sido sempre o de se concentrar mais na apropriação dos resultados

¹³⁷ CAMPOS, Roberto. op. cit. p. 195. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 123.

¹³⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 125.

do que no problema dos estímulos necessários para provocar o esforço de produção¹³⁹”. Em suma, Campos reafirmava a velha máxima da crítica ao socialismo de ser impossível socializar a miséria e de que era necessário, primeiramente, fazer o bolo crescer para depois reparti-lo.

Campos acredita na incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social¹⁴⁰. Adotando até mesmo argumentos das teorias populacionais, Campos acredita que distribuir renda sem o devido desenvolvimento econômico seria socializar a pobreza. Seria, portanto, necessário primeiramente e em ritmo mais rápido promover uma arrancada do desenvolvimento econômico para, posteriormente, possibilitar a distribuição de renda que propiciaria o consumo. Sua hipótese parte, claramente, da teoria da modernização de Walt Rostov:

[...] a teoria da arrancada (*take-off*), imaginosa e formulada por Walt Rostow, vem como uma resposta à fraseologia obsoleta do manifesto comunista. Ao invés da evolução do feudalismo para a burguesia mercantil, o capitalismo industrial e o socialismo, teríamos, com aplicação muito mais genérica, independente de sistemas ideológicos, a transmutação da sociedade tradicional para a sociedade transacional, na qual se processaria a “arrancada” para o desenvolvimento, passando-se em seguida à sociedade industrial madura e à civilização de alto consumo¹⁴¹.

A crítica atabalhoada ao marxismo é também o atestado de crença cega na possibilidade de pleno desenvolvimento capitalista no Brasil, de modo a afirmar que estavam em curso, em fins da década de 50, a fase de transição e arrancada do capitalismo brasileiro¹⁴². A industrialização em curso, ainda carente de alguns pontos essenciais, como expansão da infraestrutura, aumento da produtividade agrícola e crescimento das exportações, poderia nos levar ao status de país desenvolvido.

Dentro dessa perspectiva, seu objetivo explicita-se na busca de soluções para uma economia de capitalismo periférico, o que somado a sua trajetória intelectual, revelou sua postura política explicitamente orientada no espectro político da manutenção do *status quo*.

Como já exposto, com relação à intervenção do Estado na economia, Campos manifestava frequentemente que esta deveria ocorrer apenas em situações especiais, onde o capital privado não tivesse condições de agir. Batia-se contra as posições que acreditavam no Estado como principal agente econômico, dizendo que esta postura geralmente era envolta por

¹³⁹ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1969. p. 136. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 126.

¹⁴⁰ GENNARI, Adilson Marques. DE OLIVEIRA, Roberson. op. cit. p. 346

¹⁴¹ CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso: a peripécia dos países em desenvolvimento”. In: SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 23. Apud GENNARI, Adilson Marques. DE OLIVEIRA, Roberson. op. cit. p. 347.

¹⁴² GENNARI, Adilson Marques. DE OLIVEIRA, Roberson. op. cit. p. 347.

questões políticas, sem contar a ineficiência com que o envolve o gerenciamento estatal. Crítico da esquerda que era, não se cansava de inflamar a falácia do “socialismo intervencionista” e acreditava que a forma mais eficiente para o desenvolvimento econômico era o “estímulo monetário e, direta ou indiretamente, o poder que dele deriva¹⁴³”. Daí defender que o Estado pode até gerenciar certos serviços públicos, mas o controle do patrimônio e do investimento deve ser privado. O mesmo ardil que faz crer os socialistas na intervenção estatal irrestrita gera, segundo Campos, a crença cega no Estado paternalista. Para ele, os socialistas se concentram demais nos aspectos de distribuição de renda e esquecem ser impossível distribuir a renda sem gerá-la através de investimentos econômicos eficientes. “o grande drama do socialismo paternalista tem sido sempre o de se concentrar mais na apropriação dos resultados do que no problema dos estímulos necessários para provocar o esforço de produção¹⁴⁴”. Em suma, Campos reafirmava a velha máxima da crítica ao socialismo de ser impossível socializar a miséria e de que era necessário, primeiramente, fazer o bolo crescer para depois reparti-lo.

Ainda, de acordo com o planejamento setorial idealizado pelo autor, o Estado deve deslocar recursos para setores ou pontos de germinação que sejam estrategicamente produtivos, o que descarta investimentos em setores sociais.

Ao descrever os projetos de distribuição de renda dos cepalinos ironizou: “Consiste em buscar-se o desenvolvimento social, isto é, a distribuição do bem-estar, em ritmo mais rápido que o possibilitado pelo estágio de desenvolvimento econômico, e, freqüentemente, em detrimento deste¹⁴⁵”. Segundo Melo, Campos faz a defesa explícita de um modelo econômico que relega no curto prazo os problemas sociais, ao passo que favorece acumulação de capital.

Nessa linha, o economista defendeu:

a opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da ideia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixo o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivo adequado, o exercício da justiça distributiva se transforma numa repartição da pobreza. E completa: é impossível comer o bolo e ao mesmo tempo guardá-lo no armário¹⁴⁶.

¹⁴³ BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 125.

¹⁴⁴ CAMPOS, Roberto de Oliveira. op. cit., 1969. p. 135. Apud BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 126.

¹⁴⁵ CAMPOS, Roberto de Oliveira. op. cit., 1963. p. 93. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 89.

¹⁴⁶ CAMPOS, Roberto de Oliveira. op. cit., 1963. p. 101. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 94.

Godoi também defende a tese que Roberto Campos opôs-se à distribuição de renda, argumentando que este autor é adepto à teoria do bolo de renda. Entre o desenvolvimento social e o investimento para acelerar o desenvolvimento, Campos claramente adere a segunda opção:

A segunda opção derivada envolve a dolorosa decisão entre a aceleração do desenvolvimento e a equidade distributiva. Escreveu recentemente Artur Lewis, em seu notável trabalho sobre a teoria do desenvolvimento econômico, que “os países menos desenvolvidos acordaram para um século, em que todo mundo deseja cavalgar dois cavalos simultaneamente: o cavalo da igualdade e o do desenvolvimento. A União Soviética descobriu que esses dois cavalos não marcham na mesma direção e abandonou, portanto, um deles. Outros países, menos desenvolvidos, terão também que transigir¹⁴⁷.”

Detalhando a questão social na visão do economista, podemos perceber que Campos não era contrário ao auxílio aos desamparados, mas sua noção de assistência social se limita aos restos da acumulação capitalista, principal ação necessária ao desenvolvimento.

Godoi ressalta ainda, a impactante posição do autor em relação às políticas de natalidade, afirmando que:

- a) Recursos usados na formação e sustento dos jovens antes de idade produtiva poderiam ser empregados no desenvolvimento. Tem de se optar entre os investimentos sociais em habitação, saúde e educação, para os jovens, ou empregar os mesmos recursos para a infra-estrutura.
- b) Todos os países desenvolvidos têm taxas de crescimento populacional baixo, e as regiões brasileiras com melhor qualidade de vida têm menos filhos por mulher. O Rio Grande do Sul tem crescimento populacional anual de 1,44% e o Nordeste, o tem superior a 2 % ao ano.
- c) O crescimento demográfico é o principal causador da pobreza, pois rebaixa os salários. Enquanto o capital é escasso, a terra é fixa e a mão-de-obra cresce, caem os salários. “Infelizmente, nem o Evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o *Diário Oficial* conseguiram revogar a lei da oferta e procura¹⁴⁸”.

Bielschowsky define Roberto Campos como um pensador desenvolvimentista. Não apenas por este se inserir no fervoroso debate que perfaz as décadas de 50 e início de 60 ou por ter ocupado cargos de destaque em instituições de fomento ao desenvolvimento, mas por partilhar o ponto básico desta corrente de pensamento, a saber, a necessidade de industrialização

¹⁴⁷ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1964, p. 115. Apud GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 74.

¹⁴⁸ CAMPOS, Roberto. *Ensaio imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 15. Apud GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 75.

através de um projeto, planejada. Bielschowsky também identifica, dentre os desenvolvimentistas, divisões conforme a especificidade de cada teórico, dividindo-os entre desenvolvimentistas do setor privado – cujo principal expoente foi Roberto Simonsen -, desenvolvimentistas do setor público nacionalista – simbolizado por Celso Furtado – e desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas - onde insere Campos. O que diferencia este grupo, segundo o autor, é a crença de que o capital internacional pode dar ampla contribuição à industrialização brasileira, diferentemente da maioria dos economistas do setor público que enxergavam os capitais estrangeiros com muito ceticismo. Campos representaria, então, a “ala direita” do desenvolvimentismo público.

É na década de 50 que Roberto Campos se une a outros economistas que coadunam com suas ideias para instituir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o BNDE. Apesar destas duas instituições contarem também com economistas que divergiam do pensamento de Campos, Bielschowsky ressalta que o que diferia as posições desenvolvimentistas não nacionalistas eram:

- a) A preferência, sempre que possível, pelos capitais privados, dada sua maior eficiência, limitando-se a ação estatal a setores onde houvesse limitações a ação dos investimentos privados.
- b) Planejamento e ação estatal em pontos específicos da economia.
- c) Abertura ao capital internacional, mais racional, preparado e eficiente que o doméstico.
- d) A ênfase a políticas de controle inflacionário e estabilização monetária – dentro da crença que tais políticas não seriam um limite ao desenvolvimento.

Entretanto Bielschowsky ressalta que, apesar de homem de direita, Campos estava, na década de 50, longe de partilhar os postulados liberais e neoliberais, estando mais próximo da heterodoxia do subdesenvolvimento – lê-se a CEPAL. (1996 p. 105) Essa afirmação se baseia no argumento de que Campos sempre defendera o planejamento desenvolvimentista e até aceitara certas explicações estruturalistas.

Bielschowsky destaca que o pensamento de Campos passou por mudanças: em 1952 e 1953 – enquanto ocupa funções na Comissão e na direção do BNDE - se posiciona como desenvolvimentista, mas ainda é nacionalista, uma vez que a ênfase de seus escritos é planejar o desenvolvimento. A partir de 1953, quando deixa a direção do BNDE, passa a grande crítico da estatização e defensor do capital estrangeiro, posição que mantém quando de sua volta à direção do BNDE em 1955. Uma terceira fase inicia-se com mais uma saída do BNDE – em

1959 – que se deu após o rompimento do Brasil com o FMI. Nesta fase tece severas críticas às posições nacionalistas da esquerda brasileira e a política econômica oficial do governo. Isto não impede, no entanto, que seja nomeado embaixador em Washington por João Goulart em 1962.

Comparando Campos a Gudin, Bielschowsky vê grandes distâncias entre o pensamento do primeiro com a “ortodoxia conservadora de Gudin”. Diferente do economista símbolo do conservadorismo brasileiro na época, Campos apostava na industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento brasileiro e esta industrialização deveria ser alcançada via planejamento econômico, inclusive usando medidas monetárias e fiscais para preservar os investimentos necessários na transformação da economia em industrial e desenvolvida. No entanto, como percebe o próprio Bielschowsky, não houve grandes confrontos entre os dois economistas, o que pode sinalizar sua proximidade ideológica, uma vez que ambos defendiam certa proteção aos agraristas e o alinhamento com o Estados Unidos – questão fundamental para os conservadores naquele momento da Guerra Fria.

Também é fundamental ressaltar que a importante obra de Bielschowsky caracteriza o pensamento econômico brasileiro até as vésperas do golpe militar em 1964.

Melo concorda com Bielschowsky na aproximação de Campos aos desenvolvimentistas até o final da década de 50, mas aponta que seu pensamento sofre grande mudança a partir de então. De referências elogiosas, a CEPAL passa a aparecer no pensamento de Campos como causadora dos desequilíbrios econômicos nacionais, uma vez que os ditames de tal economia se inspiravam nesta comissão. Campos escreve em sua autobiografia que a partir de sua saída do BNDE em 1953, “Distanciei-me cada vez mais do estruturalismo da Cepal, aproximando-me do liberalismo de [Eugênio] Gudin e [Octávio Gouvêa de] Bulhões¹⁴⁹”. Com a crise do Plano de Metas, Campos aproxima-se ainda mais dos conservadores e do FMI, enfatizando a necessidade da estabilidade monetária. Desta forma, para Melo, Campos se aproximou definitivamente do grande capital, sendo subserviente aos seus interesses, uma vez que o objetivo do planejamento econômico era a acumulação de capital via entrada de capital internacional:

em polêmica com a Cepal, o economista ressaltou suas preocupações com a estabilidade monetária se referindo ao crescimento inflacionário, que desfavoreceria as exportações. Nota-se que Campos aceita os pressupostos cepalinos desde que adequados à racionalidade do grande capital, além disso, torna-se lícito observar o

¹⁴⁹ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbook, 1994. p. 167. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 89.

esforço do economista em adequar a macroeconomia brasileira aos anseios dos executivos do Bird, radicais quanto ao controle do processo inflacionário¹⁵⁰.

E afirma ainda,

[...] Nota-se que o economista dirigiu críticas aos “desenvolvimentistas” destacando suas preocupações com a estabilidade econômica, dessa forma, aproxima-se dos pressupostos defendidos pelos economistas liberais, como Eugênio Gudim e Octávio Gouveia de Bulhões, opositores do campo teórico da Cepal¹⁵¹.

Na mesma linha de crítica a Campos, Godoi, apesar de aceitar a classificação de Bielschowsky de caracterizar Campos como desenvolvimentista não-nacionalista, Citando Sola, Godoi assevera que Roberto Campos adota um modelo de desenvolvimento específico, representativo de suas ações como superintendente do BNDE, entre 1953 e 1954, presidente do BNDE, entre 1958 e 1959, Conselheiro Econômico da CMBEU e Ministro do Planejamento, entre 1964 e 1967:

Era o *modo de intervenção do Estado* que os distinguia dos nacionalistas, a saber, uma forma de ativismo do Estado a serviço da implantação do modelo de desenvolvimento associado em que a empresa privada (e, portanto o empresariado) se afirmaria por meio da adesão a padrões internacionais de concorrência. De outro lado, a desconfiança em relação à política indiscriminada de reserva de mercado, a proposta de uma tendência de diversificação e ampliação das exportações para controlar a tendência ao estrangulamento externo, bem como a ênfase nas condições de estabilidade econômica, são traços que justificam incluí-los no bloco cosmopolita, de tendência liberal¹⁵².

Para Gennari, a teoria de Campos poderia ser chamada de Ecletismo Dinâmico (ano p. 348), uma vez que este passa de um teórico que adota nuances estruturalistas – principalmente na década de 50 -, “para uma efetiva “mescla”, em que, sem abandonar uma teorização com conteúdo estruturalista na análise, passa efetivamente a criticar a escola estruturalista enquanto tal” já em meados da década de 60, chegando, nesta mesma década, a criticar abertamente a Cepal e elogiar políticas ortodoxas do FMI. Quando do ingresso de Campos no governo, este alia a postura mais ortodoxa, posições monetaristas de contenção de demanda, mas sem abandonar a crença na função regulatória do Estado. Ressalta ainda que Campos adotou as

¹⁵⁰ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 89.

¹⁵¹ Ibidem. p. 89.

¹⁵² SOLA, Lourdes. *The political and economical constraints to economic management in Brazil (1945-1963)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Oxford, 1982. p. 141. Tradução do autor. Apud GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 52.

posições monetaristas do Fundo Monetário Internacional, se submetendo à lógica do capital financeiro estadunidense.

Destarte, a questão chave para o economista brasileiro seria a formação da poupança interna para estimular a iniciativa privada com inflação baixa. Tal poupança viria dos centros capitalistas internacionais, em especial dos Estados Unidos, em aliança com o setor bancário interno mediado pela taxa de juros¹⁵³.

Melo resume a obra de Roberto Campos dos anos 50 como expressão das condições sócio-históricas da *via colonial* de objetivização do capitalismo. “O economista construiu um arcabouço teórico a fim de corroborar a sua práxis na luta social e a opção da burguesia brasileira, sobretudo a fração do setor financeiro, inserida na reprodução ampliada do capital nas condições de sócia minoritária e subordinada ao grande capital internacional¹⁵⁴”.

Já Godoi aponta que a primeira atuação política em sua carreira foi no Itamaraty, como embaixador dos EUA, o que pode explicar sua ligação com o capital internacional. Como já referido, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, na visão de Campos, representou colocar em prática o esquema de desenvolvimento de Walt Rostow, um dos membros fundadores da Aliança para o progresso. “A instauração do BNDE seguia as orientações da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, acordo protagonizado entre economistas brasileiros e estadunidenses, com vistas a promover o processo de industrialização recorrendo à ‘poupança externa’, desse modo, pode-se afirmar que objetivava criar as condições para o advento da acumulação de capital em escala monopolista¹⁵⁵”.

Conforme podemos ler em sua biografia, Campos também mantinha contato pessoal com Rostow; ambos trabalharam juntos na redação do programa da Aliança para o Progresso. Segue-se desta convivência e da análise de sua teoria a tese de Godoi que o ímo do discurso de Campos não era original.

“As propostas de Roberto Campos apenas repetiam o discurso das agências internacionais do final dos anos 40 e do início dos 50, isto é: a) iniciativa particular; b) liberdade de empresa; c) preferência do setor privado; e d) financiamento daqueles setores menos rentáveis. Uma observação mais profunda sobre o pensamento de Campos revela que ele tinha poucas idéias originais. Grande parte do que ele pensava pode ser encontrado em documentos anteriores à sua época. E ele mesmo os referencia: os relatórios das Missões Abbink e da CMBEU (da qual ele mesmo fez parte) e o livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, de Rostow. Já nos anos 80 e 90, quando ele apregoaria o liberalismo econômico como

¹⁵³ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 348.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 241.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 88.

panacéia, suas concepções teriam muita semelhança com as de Milton Friedman e Friedrich von Hayek¹⁵⁶.

E sobre a razão dessa atitude do economista matogrossense, assevera ainda,

Uma possível hipótese seria a sua identificação pessoal com as elites e teorias dos países centrais. Por ter estudado e vivido no exterior por muito tempo, sempre em contato com as teorias e com as classes dominantes dos países centrais, ele passou a identificar-se com elas. O quadro de referências de Roberto Campos não era o Brasil, mas sim os valores e interesses dessas elites. Fazendo-se uma investigação mais apurada, suas idéias parecem excêntricas comparando-as aos pensamentos de intelectuais brasileiros, mas têm muitos paralelos com teorias conservadoras dos países centrais¹⁵⁷.

Outra influência de Campos eram as posições tomadas pelos órgãos internacionais como FMI, a CMEBEU e a Aliança para o progresso, todos órgãos relacionados aos Estados Unidos.

2.1.2 A questão agrária

Como apresentamos, a noção de desenvolvimento de Campos era baseada na teoria de Walt Rostov. Desta forma, existia uma relação intrínseca entre agricultura e industrialização. Os processos que levam as nações ao desenvolvimento geram a industrialização a partir do êxodo rural; para que essa migração não impacte negativamente na oferta de alimentos – gerando inflação e aumento do custo da mão-de-obra – era necessária uma revolução agrária.

[...] sem uma expansão correlata da agricultura, o desenvolvimento industrial será erigido de sacrifícios, como na Rússia e na China, ou afligido pela inflação e penúria de divisas, como no Brasil. Os países de desenvolvimento mais sereno foram aqueles, como o Canadá e Austrália, nos quais a revolução agrícola precedeu a revolução industrial¹⁵⁸.

Campos enxergava o campo brasileiro como marcado ainda por elementos pré-capitalistas que prejudicavam a produtividade nacional. Este seria um traço de nossa estrutura fundiária, a permanência de grandes áreas improdutivas ou sub-produtivas. Esta característica, longe de prejudicar somente o campo, teria como consequência o aumento da inflação –

¹⁵⁶ GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 50.

¹⁵⁷ GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. op. cit. p. 51.

¹⁵⁸ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1964. p. 110. MENDONÇA, Israel Gil da Silva. *Desenvolvimento, agricultura e reforma agrária nas visões de Celso Furtado e Roberto Campos (1950-67)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016. p. 186.

problema central no debate econômico da década de 60 e muito cara a Campos -, uma vez que encarecia o custo da mão-de-obra nacional. Essa visão que integrava a agricultura como elemento fundamental da economia nacional nos revela o motivo da intensa preocupação do autor com a questão agrária: seria impossível sanar os problemas econômicos brasileiros sem desenvolver também a área rural.

Enxergava, no entanto, que o campo brasileiro não era homogêneo, sendo crítico diversas vezes de posturas das oligarquias rurais. Essa afirmação leva a necessidade de esclarecer que para o autor existe grande diferença entre proprietários rurais e latifundiários. O proprietário rural é aquele que investe e produz, movimentando nossa economia; o segundo é aquele que, inimigo do capitalismo nacional, ganha sem produzir, imerecidamente. Fica claro, portanto, que o inimigo do país, segundo o autor, não é o proprietário de terras capitalista, mas sim aquele que ele enxerga como entrave para o desenvolvimento capitalista, aquele que mantém formas retrógradas no campo.

Além do latifúndio, Campos estabelece como áreas improdutivas e sub-produtiva, o minifúndio chamado por ele de “antieconômico”. Segundo Melo:

O Brasil sofria pelos dois extremos: um excesso de latifúndios improdutivos e de minifúndios antieconômicos, problemas ambos de igual gravidade. No primeiro caso, a tributação progressiva poderia ser remédio eficaz. No segundo, desapropriação e colonização seriam as soluções mais adequadas¹⁵⁹.

É de acordo com esta perspectiva que Campos propõe mudanças no campo, chamadas por ele de Reforma Agrária, baseadas na progressiva eliminação de propriedades que não permitissem incrementos de produtividade e no correlato acréscimo de tecnologia capitalista no campo.

Roberto Campos, como economista que ocupou postos importantes no governo durante da década de 60, esteve atento ao debate que permeava a realidade brasileira. A questão do desenvolvimento, central para este autor, está presente em todo debate que envolve a questão agrária. Tendo esse pressuposto, idealizava um tipo de reforma agrária que, segundo ele, se diferenciava das tendências nacionalistas radicais ou de esquerda por não subjugar a questão da produtividade e desenvolvimento econômico à justiça social.

Como exposto, acreditava que as limitações de produtividade de uma estrutura agrária improdutiva ou sub-produtiva, reverberavam para a totalidade da economia nacional. Como

¹⁵⁹ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1994. p. 684. Apud DE MELO, Wanderson Fábio. Roberto Campos em defesa do estatuto da terra: disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura. *OPSI*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 180-200 - jan./jun. 2014. p. 191.

entranche ao desenvolvimento, enxergava a necessidade de aumentar a oferta de alimentos – para diminuir a inflação e o custo de mão de obra – e o mercado interno para consumo dos bens industriais. *Pari passu*, propõe como resolução para tal problema a implementação do capitalismo no campo, defendendo a promoção da empresa agrícola e a produção em grande escala baseadas na introdução de alta tecnologia no campo.

Para promover essa transformação, Campos enxergava duas limitações que emperravam o desenvolvimento capitalista de nossa área rural: o latifúndio improdutivo e o minifúndio “antieconômico”.

O tratamento específico dado, quando da idealização do Estatuto da Terra, a cada um dos dois inimigos do desenvolvimento rural brasileiro expõe o caráter da Reforma Agrária proposta por Campos: Como solução para o problema do latifúndio improdutivo o Estatuto criou tarifas progressivas e o ITR (imposto territorial rural) como forma de forçar o produtivismo de lógica capitalista, agindo diretamente na questão da oferta de alimentos. O minifúndio “antieconômico”, por sua vez, deveria ser transformado em empresa agrícola pela desapropriação. Segundo o autor, este tipo de propriedade é pouco produtiva e representa um empecilho ao desenvolvimento tecnológico, uma vez da impossibilidade financeira desse produtor em adquirir máquinas mais modernas. Da mesma forma, Campos condena o uso excessivo de mão de obra em detrimento do incremento técnico, como máquinas, modernas ferramentas, fertilizantes, etc. Até mesmo a falta de escolaridade mínima do agricultor é vista como um entrave a penetração da moderna agricultura no campo brasileiro.

Dessa forma, o projeto de agricultura do PAEG visava minimizar o caráter extensivo da produção agrícola em prol da absorção técnica, ao mesmo tempo em que idealizava uma menor ocupação na propriedade por trabalhadores, refletindo assim, no projeto de reforma agrária que foi promulgado em 1964¹⁶⁰.

Assim, a reforma agrária de Campos deveria se basear no aumento da produtividade via implementação da empresa capitalista no campo. De forma alguma, a redistribuição resolveria sozinha as questões de nossa revolução agrícola, sendo muito mais eficiente a tributação progressiva sobre o latifúndio improdutivo, a colonização e o melhoramento dos contratos de parceria e arrendamento.

Dessa forma:

O instituto da desapropriação, por ser politicamente o mais conflituoso, e economicamente o mais incerto em seu efeito sobre a produtividade, deveria ser

¹⁶⁰ MENDONÇA. Israel Gil da Silva. op. cit. p. 209.

aplicado com moderação, reservando-se seu uso para zonas de confrontação entre latifúndios e minifúndios. A sequência ideal seria, a meu ver, utilizar a tributação a fim de gerar recursos para a colonização, deixando-se como instrumento residual a desapropriação (...), ênfase sobre a política agrária (crédito, assistência e política de preços), aceitação do latifúndio produtivo, em vista das economias de escalas exigidas em certos tipos de cultura. A guerra não seria contra a grande propriedade *per se*, e sim contra a propriedade improdutivo. Ademais, a tese não deveria ser colocada em termos maniqueístas de acesso à terra, coisa que exige vocação especial, e sim de acesso a bons empregos rurais¹⁶¹.

Campos acreditava que o aprimoramento do capitalismo era a opção plausível para o Brasil, uma vez dentro dele ser possível conciliar forças de mercado e planejamento estatal de modo a potencializar o desenvolvimento do país. Assumia que somente as forças do mercado não seriam suficientes para corrigir as imperfeições de uma economia subdesenvolvida como a brasileira, daí a necessidade de uma ação estatal planejada como o PAEG por ele concebido durante o governo Castello Branco.

Era papel do plano indicar investimentos privados a serem amparados pelos setores, programar investimentos a serem executados pelo governo federal, programar o orçamento fiscal, os recursos públicos, as operações das autoridades monetárias e os instrumentos de ação indireta do governo sobre o setor privado, como a política tributária, creditícia, cambial e a legislação econômica. O plano deveria atuar como um programa de ação de coordenação do governo, sendo as projeções globais de caráter meramente indicativo¹⁶².

Nesse sentido, o governo deveria em relação à política agrária, concentrar suas atenções no “aumento de produção e [...] incremento da produtividade da agricultura, e à melhoria das condições de emprego no setor rural”, para atingir a eliminação do setor atrasado da agropecuária brasileira. Condição *sine qua non* do desenvolvimento do capitalismo no país, a política agrária proposta pelo PAEG, somada a recuperação do dinamismo do setor industrial, permitiria ao Brasil atingir o crescimento – tão buscado diante da crise da década de 60 – de 6% a 7% ao ano¹⁶³.

Especificamente sobre a agricultura, o plano entendia que a função dela era:

prover a base indispensável à intensificação da concentração urbana determinada pela industrialização, por via de fornecimento de bens alimentícios e matérias primas; suprir parte substancial das necessidades de divisas para financiar as crescentes importações de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital; absorver

¹⁶¹ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1994. p.684. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit. p. 199.

¹⁶² MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966. EPEA. 1964. p.13-14. Apud MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 199.

¹⁶³ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit., 2009. p. 199.

parte da mão de obra que, anualmente, ocorre ao mercado de trabalho, tendo em vista a relativamente baixa taxa de aumento de emprego no setor secundário¹⁶⁴.

Percebe-se que a função da agricultura seria subjugada à indústria e que o papel de importador de produtos industrializados e exportador de matérias-primas assumido pelo Brasil não é questionado. Pelo contrário, é reafirmado ao ressaltar Campos a necessidade de exportação de agropecuários para a aquisição de divisas para a importação. Também está presente no PAEG a necessidade do aumento de volume das exportações para garantir os compromissos financeiros e os juros da dívida externa¹⁶⁵.

Sendo o foco do PAEG o desenvolvimento técnico, Campos também questiona o excessivo aumento da fronteira agrícola, estimulando a produtividade promovida pela técnica. Nesse sentido, o incremento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico teriam como objetivo tornar o campo brasileiro atraente ao capital privado. Outro estímulo ao capital privado pode ser observado na concessão de crédito durante o governo militar; tido como ponto importante da política agrícola proposta pelo PAEG, o crédito público foi importante propulsor do desenvolvimento das grandes empresas rurais.

Nem mesmo a Amazônia se viu livre das projeções capitalista para o campo brasileiro idealizados por Campos. Contatos com capitalistas norte-americanos que objetivavam a produção de papel nas terras amazônicas eram vistos empolgadamente por Campos como sinônimo do progresso capitalista atingindo a erma Amazônia. O caso específico relatado por Campos em suas memórias, é elucidativo do papel vital que o capital internacional deveria assumir na empresa rural brasileira: o bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig adquiriu um complexo agroindústria em terras amazônicas transformando-as em produção de papel em larga escala. Segundo Campos, a área comprada foi “gigantesca: 1.632.121 hectares, sendo 1.174.391 hectares no estado do Pará e 457.730 hectares, no território do Amapá¹⁶⁶”.

Percebe-se que Campos defendeu a implantação da agroindústria de papel em terras brasileiras, mas gerida pelo capital internacional. Nota-se, ainda, que o economista que fazia grandes restrições ao parcelamento e redistribuição de terras, não tem a mesma posição em relação à cedê-las ao empresariado estrangeiro.

¹⁶⁴ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966. EPEA. 1964. Apud DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit., 2009. p. 200.

¹⁶⁵ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966. EPEA. 1964. p.120-126. Apud MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit., p. 199.

¹⁶⁶ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1994. p. 733. Apud DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 197.

Nota-se, portanto, que a opção de Campos na questão agrária é a articulação de um modelo econômico de crescimento associado ao capital estrangeiro, com alta concentração e centralização, favorecendo ao aumento das taxas de lucros e a penetração do capital na agricultura, sem o questionamento de limites das propriedades rurais dos latifundiários e das empresas, sejam nacionais ou internacionais¹⁶⁷.

Roberto Campos, como intelectual, político e membro ativo de sua classe social, deixa transparente sua posição contrária ao projeto de Reforma Agrária popular e mesmo ao projeto nacional reformista encabeçado pelo Estatuto de Jango. Pelo contrário, mesmo com ênfase no planejamento estatal, o foco de Campos é sempre usar o Estado para promover o capital privado no campo. A agroindústria capitalista, foco do autor, poderia ser formada por capitais nacionais, mas, dada a carência da poupança brasileira e a ausência do “espírito capitalista”, a entrada de capitais internacionais, mais que bem-vinda, seria inevitável para o nosso pleno desenvolvimento.

Em suas críticas ao Estatuto do Trabalhador Rural de Goulart, Campos deixa clara sua crítica à versão “ideológica” da Reforma Agrária e sua defesa do aspecto primordial daquela que considerava o modelo ideal de reforma no campo, àquela centrada no incremento da produtividade – via mecanização - e aperfeiçoamento do capitalismo no campo voltado a exportação.

as ideias de Goulart resumiam um intervencionismo tão radical quanto ingênuo. Na mensagem ao Congresso, de março de 1964, alvitrava-se que a produção alimentícia para o mercado interno teria prioridade sob qualquer outro emprego da terra, sendo obrigatória em todo estabelecimento agrícolas e pastoris. O governo fixaria a proporção mínima de terra da área cultivada de alimentos nas diferentes regiões. Haveria rodízio nas terras destinadas à cultura, sendo a quarta plantação forçosamente devotada a gêneros alimentícios. Esse intervencionismo exacerbado descarta a noção de produtividade, revelava viés antiexportador e ignorava as virtudes do comércio internacional¹⁶⁸.

A forma que o PAEG propõe a Reforma Agrária e trata a questão da estrutura agrária expõe a visão que Campos tem sobre os problemas do campo brasileiro. Para o idealizador do PAEG o X da questão era a ausência de tecnologia no campo, sendo, portanto, dispensável a alternativa de distribuição de terras como a reforma agrária ideal para o país. Pelo contrário, defendia “uma reforma de tipo gradualístico [...] capaz de descartar a ideia de mudança brusca de status social pela violência¹⁶⁹”.

¹⁶⁷ DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 197.

¹⁶⁸ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1994. p.685. Apud DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 187.

¹⁶⁹ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966. EPEA. 1964. p.106. Apud MENDONÇA. Israel Gil da Silva. op. cit. p. 218.

Se o problema não era a concentração de terras e sim a ausência de tecnologia, a reforma deveria ocorrer apenas em propriedades ditas tradicionais. “Portanto, a reforma agrária estaria limitada às áreas da agricultura tradicional, responsáveis pela expansão das fronteiras como forma de aumento produtivo extensivo, e não à nova agricultura, que tinha como característica a produção mecanizada intensiva”¹⁷⁰ (Mendonça p. 219).

Ao enfatizar que sua reforma agrária de cunho capitalista teria como mote central o combate a formas improdutivas de propriedade, acaba por deixar de lado, em sua proposta, o caráter social dela.

Segundo Melo:

O economista explicitou a sua posição ao afirmar a inviabilidade de melhorias sociais para os trabalhadores rurais, retomando sua grande preocupação com o “distributivismo prematuro”, uma vez que o capitalismo no campo não suportaria pagar salários em dinheiro. Nessa direção, se posicionou contra a “civilização” das relações de trabalho no meio agrário, esboçando a perspectiva de se conservar a superexploração da força de trabalho em grau elevado sobre o proletariado rural, o que muitas vezes colocava em risco a própria subsistência¹⁷¹.

Em *A lanterna na popa*, percebe-se que a questão social aparece para Campos em termos liberais: “Campos argumenta que a ideia de *função social da propriedade* em um regime de capitalismo democrático significa *proteger o indivíduo contra o arbítrio do governo*, sendo o *uso* o único que poderia sofrer limitações, com vista à preservação do direito de terceiros de aproveitamento econômico e proteção ambiental¹⁷².”

Para Melo, o estímulo ao produtivismo também objetivava desconfigurar qualquer elemento de classe, neutralizando os conflitos camponeses tão pungentes no início da década de 60. A proposta de Campos de frentes de colonização que valorizem a propriedade privada para pequenos e médios proprietários seria um elemento dessa neutralização. “O homem que possui sua própria terra torna-se melhor defensor da sua própria liberdade¹⁷³”.

Eis a linha lógica de sua “reforma agrária”: criar um setor social de sustentação política do sistema no meio rural. Campos pensou a “reforma agrária” brasileira numa reforma tópica, de “colonização” emergencial, destinada a desmobilizar o campesinato, criando em seu interior quem defenda a propriedade privada da terra e o “produtivismo”, sobretudo, ligada politicamente à ditadura empresarial-militar¹⁷⁴.

¹⁷⁰ MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 219.

¹⁷¹ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966. EPEA. 1964. p.106. Apud MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit., p. 218.

¹⁷² CAMPOS, Roberto. op. cit., 1994. p.683. Apud DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 19.

¹⁷³ Ibidem. p. 686 Apud DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 195

¹⁷⁴ DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2009. p. 192.

A posição de Campos em relação à questão agrária também transparece em suas críticas ao Estatuto do trabalhador Rural de Goulart. Na visão de Campos, o Estatuto erra ao transplantar uma legislação pensada para a população urbana para a área rural, composta por singularidades e diversidades próprias. A desapropriação de terras proposta, além de ausente do programa de Campos era vista como estímulo ao conflito e as tensões já tão presentes no campo, devendo então ser resguardada para casos muito específicos. Considerava que a popularização da Reforma Agrária era um indício da aproximação de Goulart com as esquerdas e forma de manipular os camponeses em seu favor.

Acerca de sua proposta de “reforma agrária”, Campos enfatiza: “A reforma não deve ser socialista nem coletivista, modelos que a experiência provara ineficazes. Seria antes uma modernização capitalista das relações no campo¹⁷⁵” e em seguida aponta como instrumentos para efetivá-la a manutenção do latifúndio produtivo como melhor estrutura para o desenvolvimento da área rural brasileira, uma vez que este tem melhores condições para se tornar uma empresa agrícola.

Com relação ao minifúndio, este, sempre que possível, deveria tornar-se empresa, contribuindo tanto para o produtivismo no campo quanto para a anulação do caráter de classe acima referido.

No tocante ao caráter de classe da questão rural, o ministro procurou impedir que o problema agrário se tornasse uma questão nacional, política e de classe:

A política de reforma agrária elaborada por Campos combatia o que ele chamou de “elemento conflitivo”, referindo aos movimentos dos camponeses. Portanto, a desapropriação não era a base do programa, pois “instiga ao conflito” e “desanima o grande proprietário rural”, embora seja considerada “em casos especiais”. O economista defendia que “o governo deve recuperar terras abusivamente apropriadas. Caso necessário, pode desapropriar, pagando indenizações devidas. Tudo dentro da lei. Sem privilegiar o ‘conflito’ – porque o ‘conflito’ é organizado profissionalmente¹⁷⁶.”

Apesar de conservadoras, as propostas de Roberto Campos enfrentaram resistência mesmo entre seus aliados políticos que acordaram com o golpe, sendo o Estatuto aplicado de forma incompleta durante a ditadura. “As desapropriações previstas em casos raríssimos, mesmo assim não foram colocadas em prática e o ITR tornou-se letra morta. A questão agrária

¹⁷⁵ CAMPOS, Roberto. op. cit., 1994.p. 684 Apud DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 195

¹⁷⁶ CAMPOS, Roberto. “Agricultura, Reforma Agrária e Ideologia”, Folha de S. Paulo, 12/11/1995. p. 3 Apud DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2009. p. 191.

fora praticamente ignorada, apenas algumas frentes de colonização em terras públicas foram colocadas em prática¹⁷⁷”. Para Mendonça, no entanto, o elemento central do projeto campista – o desenvolvimento agrícola – foi mantido pelos demais governos militares e, portanto, podemos dizer que tal projeto foi praticado com sucesso. “No quesito *desenvolvimento agrícola*, o estatuto foi um sucesso, já que a *produtividade* teve grande avanço, porém, a partir da concentração de terras.”

Pode-se perceber pelo acima explicitado que a questão agrária é vista por Roberto Campos como um elemento do desenvolvimento econômico nacional rumo a industrialização, ao incremento da produtividade e ao progresso econômico. A questão social é totalmente secundarizada também com relação ao campo, o que coaduna com sua visão de que o desenvolvimento econômico deve ser prioritário e caminhar passos à frente em relação ao desenvolvimento social.

Tantos as posições de Roberto Campos no governo presidencialista de Goulart quanto suas críticas ao Estatuto e as diretrizes para a agricultura do PAEG, explicitam a crença do autor no capitalismo como forma de remediar os problemas agrários brasileiros. Esse capitalismo deveria ser, entretanto, marcadamente diverso das propostas de Furtado. Para Campos a empresa capitalista deveria dar o tom do desenvolvimento, seja na pequena e média, seja na grande propriedade. Desenvolvimento tecnológico é, para ele, sinônimo de capitalismo. Assim, regadas pelo acesso à tecnologia, a agroindústria produtiva seria a redenção do atraso brasileiro.

No entanto, concordamos com Melo e Mendonça quando estes identificam que a negligência de Campos com a questão social não é apenas derivada de seu entendimento econômico e sim representa um projeto de poder que busca propositadamente excluir as camadas populares do desenvolvimento para usufruir sozinha os frutos do desenvolvimento econômico.

A Reforma Agrária de Campos é antes a modernização do campo e o progresso econômico, do que redistribuição territorial, uma vez que este autor não enxerga o tamanho da propriedade rural como problema e sim sua produtividade; em nenhum momento se coloca contra a concentração de terras e, portanto, não propõe redistribuição territorial ou alteração nas relações produtivas.

Outro ponto assinalado tanto por Melo quanto por Mendonça é a abertura ao capital internacional e a valorização das exportações promovido pelo modelo adotado pelo Estatuto da Terra.

¹⁷⁷ DE MELO, Wanderson Fabio. op. cit., 2009. p. 194.

Claro está que o desenvolvimento do capitalismo de forma associada e concentrada era uma das principais bandeiras de Campos, além da valorização do setor exportador e de abastecimento pela mecanização, reforçando, conseqüentemente, a expulsão de trabalhadores das terras e resultando na formação de grandes polos agroindustriais, como ocorreu na segunda metade da década de 1960 no Brasil¹⁷⁸.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, os resultados concretos atingidos pelo Estatuto da Terra e pelo PAEG dão o tom do real intensão de seus ideólogos. Conforme ressalta Melo:

Prevaleceu a vertente do desenvolvimento rural sob a égide da empresa capitalista, que serviu de base para que transferisse capitais financeiros ao âmbito fundiário e, posteriormente, ocorresse a industrialização da agricultura, por meio da formação dos complexos agroindustriais¹⁷⁹.

A forma como se efetivou a ocupação do campo brasileiro contribuiu para a afirmação das classes dominantes brasileiras em associação ao capital internacional em seu caráter monopolista, reafirmando o caráter concentrador como marca da estrutura agrária nacional.

Enfim Campos se mostrou útil e fiel à fração da classe dominante que ele buscou representar, promovendo com sucesso a modernização conservadora do campo brasileiro sem alterar as relações de poder nele constituídas. Devido a isso é que concordamos com Melo ao afirmar que a modernização da agricultura levada a cabo durante a segunda metade da década de 60, além de ser, como já referimos, concentradora e internacionalista, foi também excludente, ou seja, mais do que conservar o poder nas mãos de uma elite dominante, não colaborando para o progresso social, contribuiu para aumentar as desigualdades e o pauperismo no campo.

Mesmo totalmente desvirtuada de qualquer conteúdo popular, o fantasma da Reforma Agrária assombrou a elite brasileira traumatizada com o debate realizado no período Goulart, como comprova a recusa da elite brasileira em aceitar mesmo a reforma essencialmente conservadora proposta pelo PAEG.

2.2 Celso Furtado a caminho do capitalismo nacional

Nenhum outro autor contribuiu tanto para constituir as economias e sociedades subdesenvolvidas em objeto específico de estudo. (...) No vácuo da produção marxista, que desde Lenin, com O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – rigorosamente um estudo da formação de uma economia subdesenvolvida -, parou e ficou repetindo velhas arengas, Furtado emerge nos anos de 1950, a partir dos estudos

¹⁷⁸ MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 265.

¹⁷⁹ DE MELO, Wanderson Fábio. op. cit., 2014. p. 195

da Cepal, inaugurando o que veio a ser chamado ‘método-histórico-estrutural’, adequado para explicar a formação dessas economias e sociedades no sistema capitalista para além da dominação colonial¹⁸⁰.

É com esta elegia à Celso Furtado que Francisco de Oliveira inicia seu ensaio *A navegação venturosa*, dedicada ao pensador pernambucano. Segundo Oliveira, Formação econômica do Brasil é formador de todas as gerações de cientistas sociais desde 1956, tornando-se o demiurgo do Brasil. Certamente o economista brasileiro de mais relevo, furtado contribui imensamente para apontar a direção de nossa particularidade, uma vez que “O vigor de sua contribuição reside precisamente na tentativa de descobrir a especificidade da formação dessas economias e sociedades subdesenvolvidas¹⁸¹”.

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, no Estado da Paraíba, em 1920. Em 1944, formase em Direito pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1945 embarca para a Itália como aspirante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), servindo como intérprete no V Exército norte-americano. Em 1946 ingressou no curso de doutorado em economia na Universidade de Paris, onde, em 1948, conclui o curso com uma tese sobre a economia colonial brasileira. Em 1949, começou a trabalhar como economista para a ONU, na Comissão econômica para a América Latina - Cepal, sob a direção do economista argentino Raul Prebisch, contribuindo para a sofisticação e originalidade das contribuições cepalinas.

Sua contribuição na Cepal o levou a ser indicado para liderar o Grupo Misto Cepal – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O grupo trabalhou por dois anos (1954-55) na preparação de um diagnóstico da economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo JK. Entre 1957 e 1958 lecionou no King’s College de Cambridge, onde redigiu seu livro mais importante, Formação econômica do Brasil, publicado em 1959.

No retorno ao Brasil, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek para presidir o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956, de onde teve origem a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da qual Furtado se tornou o primeiro superintendente. Em 1962 foi nomeado por Goulart ministro do Planejamento, idealizando o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

O golpe militar de 1964, com a edição do Ato Institucional nº 1, incluiu Celso Furtado na lista de cassados, retirando seus direitos políticos por dez anos.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa* – Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-12.

¹⁸¹ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 2003. p. 12.

A autonomia do pensamento de Celso Furtado em relação a Prebisch e suas influências sobre a reflexão do caso brasileiro são elemento essencial para o entendimento do autor. Segundo Bruno Borja a influência de Caio Prado Jr em Furtado é notável e inclusive afirmada por ele. Ao lado de Roberto Simonsen, Caio Prado é a origem do pensamento de Furtado, antes mesmo de seu ingresso na Cepal.

O entendimento da formação brasileira como atrelada ao sistema capitalista mundial está presente desde as primeiras obras do autor. O título de sua tese *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII – elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*, defendida em julho de 1948 expõe a adesão do autor a categoria colônia e sua preocupação em buscar na história econômica a explicação dos problemas brasileiros¹⁸².

Além da influência dos pensadores brasileiros, como intelectual e político que crescera no Brasil de Vargas, Celso Furtado não deixou de absorver o debate internacional que tinha como preocupação central a questão do desenvolvimento. Como membro da CEPAL Furtado entrara em contato com diversas teorias que também tinham o desenvolvimento como mote central.

Como indica Borja, as primeiras obras do autor paraibano ainda indicam a aderência a um conceito de desenvolvimento alinhado aos clássicos, onde o subdesenvolvimento aparece atrelado a ausência de desenvolvimento ou a uma etapa deste.

Dada a importância desse conceito, desenvolvimento econômico seria sinônimo de desenvolvimento tecnológico e este último seria condição para o progresso conforme se lê em obra de 1952:

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas de fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação dos fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade

¹⁸² “Uma das ideias dominantes deste trabalho – a inexistência de feudalismo no Brasil – está indicada na História econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, São Paulo, 1937. De posse dessa indicação, procuramos desenvolver um corpo de ideias coerentes com a moderna definição econômica das instituições feudais e fiel à realidade social e econômica do Brasil Colônia. A ideia, também dominante no presente trabalho, de que a monocultura, fundamento da organização econômica colonial brasileira, era um imperativo do meio tropical encontra-se desenvolvida na obra de Caio Prado Jr., Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)”. FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Editora Hucitec / Abphe, [1948] 2001. Apud BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. *A formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. p. 56.

aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento¹⁸³.

Assim, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, dependeriam de rearranjos na implementação da técnica: promoção de inovações técnicas gera desenvolvimento, a ausência ou implantação de técnicas importadas de outras regiões a posteriori destas caracterizaria o subdesenvolvimento. De tal modo, nos subdesenvolvidos, devido à ausência ou má utilização da técnica, o insipiente excedente de capital gerado impediria o processo de acumulação de capital, travando o desenvolvimento endógeno. “Portanto, Furtado segue ainda a típica formulação das etapas do crescimento descritas por Rostow, mantendo uma visão linear do desenvolvimento, em que aumentos persistentes de produtividade poderiam ativar um mecanismo automático de crescimento”.

Desta forma, se estabelece, em termos mundiais, uma divisão entre os países aptos a participar ativamente da dinâmica da inovação e de desenvolvimento, e aqueles que foram, ou tendem a ser, deslocados e marginalizados. Situando historicamente, este desenvolvimento técnico, ocorrera intensa hierarquização a partir da Revolução Industrial, onde a Europa — principalmente a Inglaterra — no final do século XIX e os Estados Unidos, durante o século XX, tornaram-se epicentro da economia capitalista mundial. Acontece, de acordo com este raciocínio, que, a interrelação do sistema mundial acaba por impor estes padrões tecnológicos mais desenvolvidos aos países onde esta técnica ainda não havia surgido, resultando na hierarquia do sistema centro-periferia.

Segundo o autor, no caso dos países latino-americanos, dada a limitação do automatismo via progresso técnico, o impulso inicial para o desenvolvimento veio de fora, através das relações com a Europa desenvolvida, via comércio exterior. Se insere aí, portanto, a reflexão sobre a categoria colônia de inspiração caiopradiana. Desde o estabelecimento de relações comerciais com o mercado europeu, forma-se um setor exportador concentrador de renda, mas dependente do estímulo externo. “Na verdade, sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora, pouco se modificaram as estruturas. Caberia falar, neste caso, de um *capitalismo bastardo*, no qual inexistem as características marcantes de tipo puro¹⁸⁴”.

¹⁸³ FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1952] 1969, p. 322. Apud BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 56.

¹⁸⁴ FURTADO, Celso. *Teoria política do desenvolvimento econômico*. 6 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977. p. 143

Se, em termos gerais, Furtado entende desenvolvimento como acumulação de capital, reinvestimento e progresso técnico, afirma que tal desenvolvimento não pode ocorrer sem um mercado próprio que consuma a produção gerada. O mercado interno assinalado como necessário também seria ausente nos subdesenvolvidos. Dois elementos fundamentais estariam, portanto, ausentes no mundo subdesenvolvido: crescimento endógeno de tecnologia e mercado interno.

Sem esquecer estes pressupostos, na segunda metade da década de 1950, Furtado rumo a elaboração de uma *teoria do subdesenvolvimento* mais específica e autônoma¹⁸⁵: de uma etapa na linha do desenvolvimento, comparável ao caso europeu, o subdesenvolvimento passa a ter uma história específica.

A especificidade constatada, no entanto, não tem total ruptura com a análise antes elaborada, uma vez que o que a caracteriza é a dissociação entre a técnica empregada e os fatores disponíveis para empregá-la. Em outras palavras, como o emprego da produção capitalista nas terras brasileiras ocorreu de forma colonial, a tecnologia aqui utilizada era importada da Europa, continente este que vivia uma outra realidade econômica. Desta forma, uma tecnologia produzida originalmente para ser poupadora de mão de obra, encontrou aqui mão-de-obra excedente¹⁸⁶. Devido ao peso da mão-de-obra elástica, todo capital gerado pelo aumento da produção ou produtividade não era traduzido em aumento de salários – que criaria mercado interno – e sim em concentração de renda. Desta forma se cria uma dupla relação de dependência: tanto a demanda quanto a tecnologia são oriundas das economias desenvolvidas. Essa dependência gera a impossibilidade de plena acumulação de capital no interior da economia subdesenvolvida, uma vez que o excedente de capital é transferido para fora no processo denominado por Prebisch de deterioração dos termos de intercâmbio. Como consequência da dinâmica do subdesenvolvimento, a ausência de incremento nos salários e o uso de tecnologias poupadoras de mão de obra, permitiu permanecer no interior da mesma economia uma estrutura dual, onde convivem um setor avançado, que utiliza a tecnologia importada e consome produtos de exportação e um setor arcaico onde permanece a economia de subsistência basicamente improdutiva. A expansão da influência da economia europeia

¹⁸⁵ Cf. BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit.

¹⁸⁶ Da mesma forma que a tecnologia empregada, também os padrões de consumo da elite são importados, o que agrava a dependência: “O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam dependentes”. Desta forma, no subsistema dependente, se forja uma elite cultural e economicamente integrada às economias dominantes. Esta é a expressão cultural do dualismo. FURTADO, Celso. op. cit., 1977. p. 183.

geraria, então, em outros continentes, uma economia dualista onde, um escol capitalista conviveria “pacificamente” com outro pré-capitalista já presente quando da inserção capitalista.

Segundo Borja,

Assim, o aumento de produtividade não se traduz em aumentos de salário, mas agrava a extrema concentração de renda pela elevação dos lucros, de forma que se perde o mecanismo de interação entre a diversificação da estrutura de demanda e a estrutura de produção: o consumo de altas rendas destina-se em maioria para a importação, sem que se fomente o consumo da massa assalariada, ou seja, não há formação do mercado interno¹⁸⁷.

O avanço da reflexão de Furtado leva-o a categorizar os países subdesenvolvidos como histórica e estruturalmente dependentes das economias centrais, perfazendo um complexo onde o excedente acumulado é continuamente transferido no sentido centro-periferia, privilegiando um dos polos em detrimento do outro, sendo a possibilidade de pleno desenvolvimento destes países um mito. Nas palavras de Oliveira

Por meio da desigualdade da relação de trocas do comércio internacional, instaura-se um mecanismo de sucção do excedente econômico latino-americano por parte das economias dos países centrais, que é ao mesmo tempo a reiteração, para os primeiros, da condição de produtores de bens primários. [...] Internamente, o setor exportador é o setor “moderno”, que se comporta dinamicamente quando assim o favorece a demanda externa, mas que pela contínua deterioração dos termos de intercâmbio vê roubada uma parte substancial de seu excedente que produz¹⁸⁸.

A dependência em relação ao centro do sistema seria, desta forma, decisiva pois, se o desenvolvimento de uma economia depende do investimento produtivo de capital e os subdesenvolvidos pouco acumulam capital ou produzem inovações, a decisão sobre a reinserção produtiva seria da fonte da maior parte do capital, ou seja, dos desenvolvidos. O subdesenvolvimento é, para Furtado, parte integrante do sistema capitalista mundial, subordinado, no entanto, aos interesses dos desenvolvidos.

Isto explica a tese furtadiana de manutenção de uma economia dualista mesmo quando do aumento do núcleo industrial latino-americanos no século 19. Se as economias latino-americanas não dependem do mercado interno e tem a origem do seu dinamismo situada no exterior, a porção atrasada garante os altos lucros devido aos salários baixíssimos pagos a oferta elástica de mão-de-obra.

¹⁸⁷ BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 158.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit. p. 12-13.

Como referido, enquanto o desenvolvimento dos países centrais deu-se através da oferta endógena, introduzindo-se inovações no processo produtivo de modo a absorver o setor de subsistência, no caso da periferia o crescimento fora estimulado de fora para dentro, ou seja, através da demanda. Dado que a demanda é externa e a tecnologia também provém de fora, torna-se incompatível os fatores disponíveis e a técnica utilizada, ou seja, o setor de subsistência acaba não absorvido pelo setor industrial como ocorre nos casos clássicos. De forma que Furtado vê na dependência estrangeira do capital uma barreira à plena absorção do setor arcaico de subsistência. Perpetua-se o dualismo nas economias subdesenvolvidas.

Configura-se, portanto, um quadro de heterogeneidade tecnológica, onde a plena utilização do capital não garante a difusão das técnicas mais produtivas e a ocupação da mão de obra disponível. Isto é, a dependência tecnológica em relação à formação de capital conduz à adoção de uma tecnologia incompatível com a disponibilidade de fatores e, além disso, impõe a reposição do desequilíbrio do balanço de pagamentos, aumentando o coeficiente de importações da economia à medida que avança a industrialização¹⁸⁹.

O dualismo permite que a industrialização ocorra sem alteração na estrutura econômica, perpetuando-a como desigual e dependente e mantendo a histórica concentração de renda e miséria.

Mesmo o aumento dos investimentos acaba por elevar o coeficiente de importações de modo a assumir a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos e de pressões inflacionárias. Longe de ser um caso fortuito, essas consequências seriam características estruturais do subdesenvolvimento exigindo uma política de planejamento global da economia.

Os maiores analistas de Celso Furtado são consensuais em exaltar a grande contribuição dada pelo economista pernambucano a interpretação da realidade brasileira¹⁹⁰. Apontando as especificidades das economias latino-americanas e, dentre elas, da brasileira, Furtado rompeu com as tradições conservadoras e etapistas da teoria do desenvolvimento, derrubando por terra a teoria das vantagens comparativas e a apoteose da abertura ao capital internacional. Ao tornar-se fruto de uma trajetória histórica estruturalmente distinta, consequência da própria expansão do capitalismo mundial, o subdesenvolvimento deixa de ser uma etapa rumo ao ideal representado pela Europa e Estados Unidos e estes passam a ser perpetuadores da dependência.

¹⁸⁹ BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 171

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit.

Seu legado é único e até hoje é referência para aqueles que querem entender nosso continente e país. No entanto, sem desmerecer sua contribuição, é necessário situá-la em seus limites históricos e práticos. Como maior expressão do desenvolvimentismo brasileiro, Furtado não se pretende para além do que esse movimento tinha como proposta: desenvolver economias no interior do sistema capitalista. É a visão da burguesia industrial nacionalista que o autor expressa ao defender arduamente a industrialização nacional. Certamente uma perspectiva muito mais progressista que outras no mesmo *ring* das décadas de 50 e 60, cabe ressaltar, - por sua defesa da superação da antiga sociedade agroexportadora, de uma economia menos dependente e mais distributivista – mas ainda no interior da esfera do capital por enxergar a burguesia industrial como única fonte do desenvolvimento.

Segundo Borja,

O reformismo redistributivista, que apóia a industrialização com maior participação econômica e política da classe trabalhadora, afirma-se como seu horizonte e limite ideológico. [...] para além de questões meramente teóricas, estas imprecisões explicitam o alinhamento ideológico do autor com a burguesia industrial, mistificando as diferentes formas de apropriação do excedente, apresentando o lucro industrial como o ‘motor do progresso social’ e justificando o papel social do empresário¹⁹¹.

No entanto Furtado é lúcido ao afirmar as contradições na complexa relação entre países do centro e da periferia desse sistema:

ao tentar dar precisão conceitual ao subdesenvolvimento, Furtado se contrapõe ao pleno domínio da hegemonia dos EUA no sistema mundial [...]. O subdesenvolvimento seria, então, parte integrante da estrutura do sistema, onde se observa uma tendência à concentração de renda, não só dentro dos Estados nacionais, mas também no plano do sistema mundial¹⁹².

Partindo de sua construção teórica, conclui-se que a polaridade desenvolvimento-subdesenvolvimento é constitutiva do capitalismo mundial. Assim, embora seja possível a superação do subdesenvolvimento por um Estado nacional individualmente considerado, esta superação não seria acessível a todos os países do sistema. A percepção da competição entre Estados nacionais pela apropriação do excedente, e de sua tendência à concentração, também se torna fundamento das proposições políticas da ideologia nacional-desenvolvimentista. Embora não busque o rompimento das relações capitalistas, é nítida na argumentação de

¹⁹¹ BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 163-180.

¹⁹² Ibidem. p. 186.

Furtado a esperança de que as reformas institucionais estabelecessem um modelo alternativo de desenvolvimento.

A dependência estrutural das economias subdesenvolvidas foi, como afirma Furtado, decorrente de sua inserção na dinâmica do capitalismo mundial, consecutiva, portanto, de sua formação histórica. As consequências acima assinaladas vão além, no entanto, da determinação das relações estabelecidas entre centro e periferia do sistema e acabam por produzir a dinâmica interna dos países desenvolvidos. A forma como as relações capitalistas são introduzidas nesses países foi fruto de intensos estudos do economista paraibano. Afirma que expansão do comércio internacional europeu – decorrente de seu desenvolvimento industrial – não determinou uma propagação, na mesma escala, do sistema capitalista no interior das economias recém inseridas nesse sistema. A expansão da influência da economia europeia geraria, então, em outros continentes, uma economia dualista onde, um setor capitalista conviveria “pacificamente” com outro pré-capitalista já presente quando da inserção capitalista. “Na verdade, sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora, pouco se modificaram as estruturas. Caberia falar, neste caso, de um *capitalismo bastardo*, no qual inexistem as características marcantes de tipo puro¹⁹³”.

Essa estrutura dual foi formada ao longo da história dos países subdesenvolvidos como o Brasil.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre essas estruturas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalistas e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se a base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Este tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno subdesenvolvimento contemporâneo¹⁹⁴.

No subdesenvolvimento, Furtado chama de setor avançado aquele em que já penetrou a forma capitalista de produção e o remanescente de setor atrasado. O grau de subdesenvolvimento dessas economias depende da importância relativa do setor atrasado e o critério para que haja desenvolvimento é o aumento do setor avançado no produto global. Dualismo se refere, então, à coexistência do modo de produção capitalista com outros modos de produção não capitalistas em economias subdesenvolvidas. Ainda, como característica do dualismo está a interdependência dos dois modos de produção – capitalista e pré-capitalista –,

¹⁹³ FURTADO, Celso. op. cit., 1977. p. 143.

¹⁹⁴ Ibidem. p. 142.

de forma que o excedente de capital criado no setor desenvolvido, depende das condições de vida do setor pré-capitalista, o que garante a perpetuação do setor atrasado.

Essa ligação-roubo não dá ao setor exportador um papel interno transformador das estruturas econômicas e sociais. Ele se faz “moderno” em si mesmo, mas não se faz “moderno” para o outro setor, o “atrasado”, representado pela larga produção agrícola de subsistência [...]. O setor exportador é especializado na produção de algumas poucas mercadorias primárias [...] E tanto ele quanto as cidades devem ser alimentados pela agricultura de subsistência, o setor “atrasado” da economia, que tem dinâmica própria, infensa ao que se passa no setor “moderno”, exportador. Está de pé o “dual-estruturalismo”¹⁹⁵.

O dualismo perpetua o subdesenvolvimento na medida em que não permite o pleno desenvolvimento da economia, conservando a concentração de renda, a dependência externa e uma estrutura industrial atrasada.

Percebe-se, portanto, o dualismo como característica estrutural permanente das economias subdesenvolvidas. Os pressupostos para a superação desse dualismo implicam justamente na superação das características do subdesenvolvimento.

A especificidade da industrialização nos países subdesenvolvidos leva Furtado a se debruçar sobre a manifestação histórica de tais casos. Nos países latino-americanos a industrialização se iniciou de um impulso advindo da própria economia agroexportadora que a precedera, através de estímulos a partir da demanda por consumo deste setor.

Essas economias, inicialmente coloniais, se especializaram em produtos primários para exportação; com a expansão da renda gerada pela exportação e dado o alto lucro que estas economias propiciavam, cria-se um pequeno mercado interno inicialmente satisfeito por importações.

Uma vez que essas economias se especializaram justamente em produtos primários, a demanda tende, inicialmente, a ser suprimida por importações.

O processo de industrialização, no entanto, não está necessariamente excluído dessas fisionomias econômicas. “A possibilidade desse mercado interno dar origem, subsequentemente, a um processo de industrialização, depende da natureza e da forma de organização da atividade exportadora”¹⁹⁶.

Caso o tipo de economia exportadora não gerar incremento de produtividade e tecnologia, não tiver impacto sobre o salário médio e a qualificação da mão-de-obra; se, como

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit. p. 13.

¹⁹⁶ SUZIGAN, Wilson. Industrialização na visão de Celso Furtado. In REGO, José Marcio. BRESSER-PEREIRA (orgs). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed.34, 2001. p. 03

consequência, não se alterarem os níveis de concentração de renda, se existe saída exagerada de renda, se o ganho gerado pela exportação não “contamina” o restante da economia, então provavelmente esta economia estará fadada a ser primário-exportadora e mesmo sua expansão gerará poucas chances de industrialização. A renda e o consumo gerados serão revertidos para as importações e ficarão concentrados na elite.

Caso, ao contrário, o incremento da produtividade média gerada pela exportação seja suficiente para um impacto significativo sobre a renda e a procura global, gerando progresso técnico, com absorção de mão-de-obra e aumento do salário médio e, como consequência, distribuindo renda, retendo renda no interior do país e reverberando todo ganho para o restante da economia, então, segundo o economista, é bastante provável que a exportação de produtos primários conduza à industrialização.

De forma que existe a possibilidade de uma economia de exportação ser conduzida à industrialização, desde que alguns critérios sejam obedecidos; esses critérios estão menos no aumento da exportação e mais em seus efeitos colaterais, o aumento da renda e a diversificação da procura.

Dessa forma, os produtos manufaturados locais começam a ser consumidos no lugar das importações e, à medida que se expande a renda gerada pelas exportações, cresce e se diversifica sua procura.

Essa industrialização “puxada” pela exportação aconteceu em países como Argentina, Brasil, Chile e México, desde antes da Primeira Guerra Mundial e consiste em indústria de bens de consumo, tecidos, alimentos e de materiais de construção – que dão sustentação ao processo de urbanização. Cria-se uma economia local em torno do centro exportador, caracterizada por dois tipos de atividades:

O primeiro inclui indústrias diretamente ligadas à produção para exportação: é o caso de refinarias de açúcar, fábricas de óleos vegetais, frigoríficos etc. O segundo grupo de indústrias apoia-se diretamente no crescimento da procura global e na urbanização. Esta última tende a produzir um núcleo principal, o qual concentra um importante contingente populacional em torno de um ponto ou de um centro político. Indústrias que utilizam mão-de-obra de forma intensiva, ou que produzem artigos perecíveis, bem como outras que produzem materiais de construção, aglomeram-se nesse núcleo urbano, o qual se beneficia de serviços públicos, financeiros e outros, inexistentes no resto de país¹⁹⁷.

¹⁹⁷ FURTADO, Celso. Reflexões sobre a crise brasileira. *Revista de economia política*, v.20, n.4, out./dez. 2000. p. 248-249.

Trata-se, sobretudo de um núcleo industrial de bens de consumo que apenas vêm substituir materiais que antes eram importados e acabam suscetíveis às flutuações do mercado externo, origem da renda que os abastece.

Percebe-se, portanto, que essa primeira fase de industrialização é extremamente dependente das exportações primárias e, apesar de Furtado afirmar que seria possível ampliar o potencial do mercado consumidor e da indústria doméstica com medidas protecionistas, seriam necessárias mudanças estruturais, no perfil da produção nacional para que os produtos gerados fossem absorvidos pelo próprio setor industrial. Na contramão, no entanto, a oferta de financiamento externo facilitava a aquisição de equipamentos e tecnologia importada, minando a atividade industrial. Fica claro que esta etapa da industrialização era limitada estruturalmente e apresentava sinais de esgotamento.

A brecha para a mudança de um panorama já prenunciado ao colapso é a crise de 1929, crise justamente provocada pelas “tensões estruturais” do setor exportador.

Passam a coexistir, portanto, três setores no interior da economia: no primeiro, predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; no segundo, estão as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, as que se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados de consumo geral. Trata-se, portanto, de um tipo de estrutura econômica subdesenvolvida bem mais complexo que o da simples coexistência de empresas estrangeiras com remanescente de um sistema pré-capitalistas¹⁹⁸.

A crise de 1929 abre brecha para um segundo momento na industrialização dos países latino-americanos¹⁹⁹. O sistema agroexportador já em crise exacerba seus desequilíbrios e acaba por impulsionar a industrialização, mas dessa vez sob uma nova lógica. A baixa geral da renda advinda das exportações gera grande retração na economia, o que tenderia a exacerbar a crise se, um mínimo mercado e produção internos já não existissem em decorrência do momento anterior de expansão das exportações.

No entanto, a queda da capacidade de importar acaba por estimular justamente a capacidade produtiva anteriormente instalada nesses países, sendo satisfeita a procura por bens de consumo antes importados, pela produção da indústria interna. Esse mecanismo aparentemente simples é pormenorizado por Furtado em suas facetas monetária e inflacionária, mostrando-nos o autor que funcionamento descrito é complexo e cheio de nuances:

¹⁹⁸ FURTADO, Celso. op. cit., 1977, p. 145.

¹⁹⁹ Furtado afirma que apesar de ter ocorrido no contexto da crise de 1929 e das guerras mundiais e ser incentivada por ele, a esta segunda etapa da industrialização poderia ter ocorrido mesmo fora deste momento, bastando serem atendidos os pressupostos necessários ao desenvolvimento.

a queda da capacidade para importar tende a ser bem maior que a redução direta do valor das exportações. É corrente que haja, em consequência da insuficiência da capacidade para importar, desvalorização cambial com o aumento relativo dos preços dos bens importados. Se a isto acrescentamos que o governo procurará financiar parte de seus gastos com expansão monetária, é fácil compreender que se criarão fortes pressões na economia, particularmente naqueles países em que, em razão da inelasticidade de oferta dos produtos de exportação, surge a necessidade de acumular estoques com financiamento interno²⁰⁰.

Assim, a crise internacional, ao retrair intensamente a procura, dá origem a desvalorização cambial, déficit governamental, acumulação de estoques de produtos de exportação que acabam por elevar os preços relativos dos produtos importados, favorecendo a produção industrial interna.

Tem início então uma segunda fase do processo de industrialização. Esta já não se apoia em uma expansão prévia da procura global. Pelo contrário: são as tensões criadas pela contração da procura global que, provocando redistribuição de renda, elevam a eficácia dos investimentos no setor industrial²⁰¹.

No caso brasileiro,

há uma progressiva substituição de importações, tornando o mercado interno elemento dinâmico da economia e dando à indústria a liderança no processo de formação de capital. Observa-se, com isso, o deslocamento do centro dinâmico para o interior da economia, atraindo para a indústria os capitais investidos no café²⁰².

Nesse novo momento, sem embargo, diminuído o papel do setor exportador na economia nacional, profundas contradições ainda permeiam a natureza da economia periférica. A nova fase começa com grandes dificuldades, tendo em vista a extrema especialização da economia, a baixa produtividade em outros setores que não o de exportação e o excedente de mão-de-obra. Todas essas características revelam a dificuldade do desenvolvimento em economias periféricas. Como consequências dessa economia ao mesmo tempo especializada e atrasada, temos a tendência ao desemprego, a deterioração dos termos de intercâmbio, o desequilíbrio externo e a inflação.

Furtado também assinala que a nova fase de industrialização é um processo que promove mudança na natureza das importações, mas não no seu volume, ou seja, se antes se importavam bem de consumo, passa a se importar bens de capital. O papel fundamental que a

²⁰⁰ FURTADO, Celso. op. cit., 2000. p. 250-251.

²⁰¹ SUZIGAN, Wilson. op. cit. p. 09.

²⁰² BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 97.

importação ainda cumpre revela que as fragilidades estruturais características de um país dependente ainda estão presentes nas economias subdesenvolvidas industrializadas.

A despeito do peso significativo que o mercado interno assume e, portanto, progressivamente passa a minar o setor de subsistência, nestas “estruturas subdesenvolvidas mais complexas” a indústria interna esbarra em um limite estrutural: primeiro, como o setor externo ainda é o setor mais dinâmico da economia, sua expansão aumenta, por consequência, a capacidade de importação, o que acaba por reduzir o poder do setor industrial; segundo, e ainda de forma mais dura, ao declinarem a capacidade de exportação e em sequência a de importação, esbarramos na desvalorização cambial. A produção industrial interna entra na fase de bonança. Todavia, ressalta o autor, o mesmo motivo que leva ao aumento da procura por manufaturados nacionais, leva ao aumento dos preços dos equipamentos importados. Continuamos reféns das flutuações do mercado de agropecuários e dos centros de decisão internacionais. Esses desequilíbrios advindos da dependência externa são a barreira para a continuidade do processo de industrialização.

Em termos gerais, para Furtado, o desenvolvimento gera crescimento da renda que assume a forma de diversificação da procura, em especial de produtos manufaturados, uma vez que estes produtos podem ser constantemente renovados em sua forma. Ou seja, a elasticidade-renda dos produtos manufaturados é maior que em outros setores. Como consequência, para que exista um desenvolvimento interno de certa economia, faz-se necessário que a oferta de produtos manufaturados seja maior que o aumento da renda global do conjunto do sistema.

Desta forma, Furtado enxerga estreita correlação entre desenvolvimento e industrialização. O desenvolvimento, ao mesmo tempo que gera industrialização, seria responsável por alterar as estruturas industriais. Na medida em que a elasticidade de crescimento do setor de bens de capital é maior que a do setor de produtos intermediários que, por sua vez, é maior que o de bens de consumo, o desenvolvimento tende, de forma geral, a dirigir a economia do setor de bens de consumo ao setor de bens de capital.

No entanto, nas economias subdesenvolvidas, a procura gerada pelo incremento da renda do setor exportador, é inicialmente suprida por importações e, somente em um segundo momento, a procura é atendida pela produção interna. A oferta externa acaba com as potencialidades da industrialização dos subdesenvolvidos²⁰³.

²⁰³ Graças à demanda – por tecnologia e padrões culturais de fora - e à estrutura já criada com a industrialização substitutiva de importações, ocorre uma “transplantação” (sic) do centro para a periferia de atividades que irão suprir essa clientela “condicionada e sob controle”. O que Furtado chama de “descentralização geográfica da atividade manufatureira”, é a instalação de filiais de multinacionais na periferia que realizem atividade de montagem e produção, enquanto que o centro criativo continua instalado nas potências dominantes. No entanto,

Por mais que significativamente diversificada, a demanda por importações (de bens de capital em uma economia em processo de industrialização) é sempre maior que a renda gerada pelas exportações (uma vez que a elasticidade-renda desses produtos cresce muito lentamente). Isto resulta em uma constante falta de capacidade para importar e, em consequência, desequilíbrios fiscal e monetário.

Tamanha é a fragilidade da economia industrial por substituição de importações que o autor chega a compará-la com o momento anterior onde a agroexportação era o eixo econômico primordial:

a forma de adição de novas unidades de produção, similares às preexistentes, mediante a importação de equipamentos. Não se trata de formação de um sistema de produção industrial, mediante sua crescente diversificação, e sim da adição de unidades similares em certos setores de atividade industrial. A mão-de-obra absorvida, beneficiando-se de uma taxa de salário superior à média do país, constitui um reforço ao mercado interno, da mesma forma que a expansão do setor exportador, ao absorver parte do excedente de mão-de-obra, contribui para a expansão desse mercado. Dessa forma, não existe diferença essencial entre a expansão industrial dessa primeira fase e o crescimento da agricultura de exportação. A diferença estava em que esta última, dependendo de uma demanda exterior ao país, operava como variável exógena, ao passo que os investimentos no setor industrial dependiam do crescimento de um mercado criado pela expansão das exportações. Na verdade, o setor industrial se comportava como um multiplicador de emprego do setor exportado²⁰⁴.

Considerada por vários autores como a contribuição mais original de Furtado, as consequências na postura política da sociedade brasileira das condições estruturais de economia subdesenvolvida, apontam para uma posição conservadora. Como a oferta de mão de obra é flexível – dada a exclusão do setor de subsistência –, mesmo quando ocorre aumento de produtividade, este não é repassado aos salários, ampliando-se apenas as margens de lucro. Este aumento dos lucros permite intenso consumo das classes média e alta, consumo esse que acaba por criar um importante setor de serviços urbanos “isto daria à população urbana uma postura política moderada e conciliatória²⁰⁵.”

problematiza Furtado, essa dinâmica centro/periferia acaba por minar as possibilidades de avanço tecnológico das economias subdesenvolvidas. Reproduzindo os padrões de consumo internacionais e perpetuando a ausência de tecnologia interna devido às importações, o desenvolvimento periférico acaba por perpetuar e reforçar os laços de dependência, uma vez que estimula o crescimento de empresas cujo centro de controle está fora desse subsistema. “Em realidade, na economia subdesenvolvida em fase avançada de industrialização, a grande empresa internacional desempenha o papel de elemento dinamizador, pois ela constitui a correia de transmissão dos novos produtos sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes”. FURTADO, Celso. op. cit., 1977. p. 183-186.

²⁰⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969. p. 133-134

²⁰⁵ BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit.

No entanto, aponta Furtado, o elevado consumo está sempre ameaçado pelas crises decorrentes das falhas estruturais das economias subdesenvolvidas, ocorrendo, sempre que da queda no ritmo de crescimento, aumento das tensões sociais latentes.

Percebe-se que a industrialização por substituição de importações como ocorrera nos países subdesenvolvidos teria um limite estrutural; a crise de 60 seria sua expressão: partir da metade dos anos cinquenta, o processo de substituição de importações apresenta sinais de saturação nos países latino-americanos de industrialização mais avançada.

O esgotamento do modelo leva Furtado a percepção de que apenas o desenvolvimento endógeno, isto é, criação de um mercado interno forte e o aumento de produtividade vinda de dentro, permitiria solucionar as questões de nossa economia. Tendo em vista os interesses das elites dominantes, nacionais e internacionais em jogo nesse processo, apenas o planejamento estatal atingiria tal fim. É justamente este o pressuposto de toda a proposta teórica e ação prática de Furtado enquanto membro atuante da CEPAL e do governo brasileiro: garantir a industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento.

O remédio [...] para sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento é industrializar-se. [...] A proposição de Furtado e da Cepal convertem-se na mais poderosa ideologia industrialista e, ao contrário do destino de muitas ideologias, influencia e determina *políticas concretas*, agendas de ação de vários governos latino-americanos²⁰⁶.

Podemos constatar amplamente estas políticas nas ações dos governos latino-americanos durante a década de 50 e 60; no Brasil, o Plano Trienal e as Reformas de Base são expressões de um ciclo que se encerra com o Golpe de 1964.

Apesar de ter de fato promovido melhoras na economia nacional, tornando-a mais autônoma e menos dependente do setor exportador e libertando-a da monocultura, a forma que se desenvolveu a industrialização brasileira acabou por deixar lacunas essenciais para que o desenvolvimento pudesse se completar.

A diferenciação estrutural obtida pela industrialização por substituição de importações é causa necessária, mas não suficiente para alcançar um desenvolvimento estável. Reencontramos, assim, o problema fundamental [...] o comportamento das economias subdesenvolvidas não pode ser explicado sem que se tenha em conta as normas que regem sua inserção no sistema econômico internacional. Em conclusão: uma teoria do subdesenvolvimento pressupõe algumas hipóteses explicativas do fenômeno da dependência externa²⁰⁷.

²⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit. p. 14.

²⁰⁷ FURTADO, Celso. op. cit., 1977. p. 170.

Ou seja, se o deslocamento do centro dinâmico para a indústria nacional reduziu o papel do comércio exterior na composição da renda interna, por outro lado fez crescer sua importância para a formação de capital, uma vez que cabe a ele viabilizar as divisas necessárias para a importação da técnica e de bens de capital.

Desta forma, a industrialização somente poderá continuar a prosperar se na estrutura da economia e no setor industrial houver certo grau de diversificação.

Para que o setor industrial possa desempenhar, por si mesmo, o papel de elemento propulsor do desenvolvimento, deverá estar ele estruturado de tal forma que a utilização de sua capacidade produtiva tenha como contrapartida necessária a realização de um nível adequado de investimento no conjunto da economia²⁰⁸.

Como se poderia, portanto, chegar ao nível adequado de investimento se o setor basilar da economia se encontra fora de sua zona de influência? Esta insolvência poderia ser resolvida diversificando-se o núcleo industrial para além de bens de consumo, capacitando-o para produzir equipamentos que o permitam chegar em uma fase superior de desenvolvimento, produzindo tecnologia e bens de capital endogenamente.

A tarefa de restringir as importações para se alcançar outro patamar de desenvolvimento não seria tarefa fácil e Furtado como homem político e de ação tinha disso plena consciência. Tanto a mentalidade atrasada do setor agroexportador quanto o conservadorismo das elites eram obstáculos a ação política desenvolvimentista.

Como solução dessa contradição inerente aos subdesenvolvidos, Furtado aponta duas possíveis soluções: 1) abrir os mercados dos centros aos produtos manufaturados de tecnologia menos avançada dos periféricos, refazendo assim a Divisão Internacional do Trabalho e abrindo espaço para a continuidade da dependência dos países periféricos; 2) ênfase no papel do Estado como promotor de ações econômicas e sociais.

Uma vez que a primeira alternativa dificilmente alcançaria sucesso, pois esbarra com interesses dos países desenvolvidos e com os da própria elite local, Furtado destaca que o Estado tem se destacado como promotor do afrouxamento dos vínculos de dependência – por via da apropriação de parte dos lucros das empresas internacionais, da subordinação dos interesses internacionais à efetiva integração na economia nacional das inovação tecnológica e controle dos impactos sociais da penetração e expansão multinacional.

Neste ponto se inseri um elemento essencial de sua teoria e proposta político-econômica: a intervenção estatal. Para o autor, o Estado seria o grande promotor das reformas

²⁰⁸ FURTADO, Celso. op. cit., 1977. p. 179.

necessárias para o desenvolvimento industrial; seria a personificação da razão dos grupos industriais nacionalistas interessados em defender o desenvolvimento nacional.

Como um dos principais ideólogos do nacional-desenvolvimentismo, Furtado aposta no caráter nacionalista da burguesia industrial, supostamente interessada em garantir o nível de emprego e expandir o mercado interno. Apresenta o caráter dependente dos grupos exportadores e o contrapõe ao sentido nacional e autônomo da burguesia industrial²⁰⁹.

De sorte que Furtado estabelece seu veredito sobre as ações necessárias para o desenvolvimento nacional: necessidade de intervenção estatal para completar a industrialização, reduzindo a dependência externa.

A necessidade de intervenção no modelo de substituição de importações fez com que o momento de viragem na economia brasileira chegasse na década de 50, ocupando o Estado os representantes da burguesia desenvolvimentista. “Na medida em que estes grupos passaram a predominar no Brasil, firmou-se a mentalidade ‘desenvolvimentista’, que possibilitou a formulação de uma primeira política sistemática de industrialização, no último decênio²¹⁰”.

A última fase de industrialização enunciada por Furtado estava finalmente se efetivando; caminhávamos, o Brasil, à completude do capitalismo nacional:

Os anos de 1950 seriam o momento de consolidação da hegemonia burguesa, com a fundação do BNDE, da Petrobras e a formulação de planos nacionais de desenvolvimento [...]. Para o autor, o plano de metas teria logrado expandir os investimentos nos setores de infraestrutura e bens de capital, reduzindo a dependência do sistema econômico em relação às importações para formação de capital e eliminando os principais pontos de estrangulamento. Assim, a economia teria alcançado grau de diferenciação necessário para crescer de forma endógena, reduzindo a pressão sobre a capacidade para importar e a inflação²¹¹.

Ao adotar uma tecnologia de produção poupadora de mão de obra num contexto social de oferta totalmente elástica de trabalhadores, a industrialização substitutiva agravou a histórica tendência à concentração de renda no Brasil. Mantendo salários estáveis, ampliam-se as margens de lucro sempre que há elevação da produtividade, e a industrialização se faz com injustiça social crescente. Sem a ameaça das pressões salariais, a preocupação com a produtividade ficaria em segundo plano, e as altas taxas de lucro garantiriam a conjugação de grandes volumes de inversão com o nível elevado de consumo das classes proprietárias.

²⁰⁹ BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 174.

²¹⁰ FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 245

²¹¹ BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. op. cit. p. 174.

Isto é, completada a diversificação da estrutura produtiva, o impulso dinâmico de substituição tenderia a ser reduzido, assim como a pressão inflacionária que servia de suporte à industrialização. Sem estes dois elementos haveria uma redução sensível da taxa de inversão, com queda no ritmo de crescimento econômico e aumento das tensões sociais. Percebe-se que, para o autor, a industrialização passaria a depender de uma expansão do mercado interno para crescer endogenamente, e que a tendência à concentração de renda seria um obstáculo para tanto. Assim, defende uma política que busque elevar a produtividade da produção industrial e agrícola, enquanto procede a uma redistribuição de renda em favor dos assalariados urbanos e rurais. A elevação do nível de renda conjugada à melhor distribuição garantiria um desenvolvimento endógeno, baseado no mercado interno e com menor custo social.

Vimos que, para Furtado, existem especificidades na periferia que não podem ser encontradas nas economias centrais e, conseqüentemente nos manuais de economia por elas produzidos. Em suas formulações junto à Cepal, afirmou existirem problemas estruturais que impediriam o desenvolvimento dos países latino-americanos; entre os principais embustes estaria a estrutura agrária arcaica²¹².

No caso brasileiro, a extrema concentração de terras e a difícil penetração de tecnologia seriam características deste atraso. Essa característica do campo brasileiro seria uma das razões para as contínuas crises inflacionárias, uma vez que a inelasticidade da oferta agrícola frente ao incremento da demanda urbana geraria aumento de preços dos alimentos. Esse aumento se refletiria nos salários urbanos, se tornando um obstáculo para a industrialização. No mesmo sentido, as relações não-mercantis características da estrutura agrícola atrasada, impediriam o crescimento do mercado interno industrial.

Em um país como o Brasil, desenvolvimento significa basicamente a transferência de população de setores onde prevalecem atividades de subsistência para zonas urbanas onde predomina o trabalho nas indústrias e serviços [...] não se trata de deslocamento de população provocado pela introdução de técnicas avançadas na agricultura. Trata-se principalmente de gente que alcança a idade de trabalhar e, não encontrando ocupação permanente, emigra para tentar melhor a sorte [...] ao crescer a população urbana ocupada nas indústrias e serviços afins, cresce a procura por alimentos [...] essa [...] se depara com uma oferta muito inelástica, pois em grande parte da agricultura ligada ao mercado interno ainda prevalecem formas de organização pré-capitalistas.²¹³

²¹² TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit. p. 444.

²¹³ FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958. p. 18. Apud MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 181.

O emprego majoritário da monocultura apenas recolocava o mesmo problema apontado, uma vez que diminui a oferta de alimentos, novamente caindo na questão inflacionária e obstaculizando o processo de industrialização.

Furtado localiza em nossa história, no estatuto colonial e em sua tradição agrícola, fator decisivo para a reposição dos problemas no campo e do caráter atrasado da economia brasileira. Historicamente, a condição colonial direcionava a produção agrícola para a exportação e destinava apenas as margens do sistema para o mercado interno, colocando o setor exportador como centro das relações mercantis e políticas, sendo o setor de subsistência relegado à uma estrutura *semifeudal* de produção, limitando a acumulação e impedindo o *desenvolvimento*²¹⁴. A essa questão se somaria a problemática da inconstância na demanda por produtos primários no mercado internacional, aguçada nas últimas décadas pelo aumento do uso de produtos sintéticos nas economias centrais.

Especialmente a análise da região nordestina realizada por Furtado, mais aprofundado em sua passagem pela Sudene²¹⁵, é que o permite concluir sobre a questão agrária. Em seu diagnóstico afirma que a produção agroexportadora da zona da mata, dependente do mercado internacional, ficava sujeita às flutuações desse mercado, sendo o camponês parceiro, meeiro ou assalariado descartado em tempos de baixa demanda. Desta forma, voltava o camponês para a economia de subsistência, não produtora de excedente e improdutiva²¹⁶. O Nordeste tornara-se reservatório de mão-de-obra barata, aproveitado pelas indústrias do sudeste.

A visão dualista de Furtado aparece fortemente colocada no debate em questão: a dualidade estrutural entre moderno e atrasado localiza o atraso nos latifúndios monocultores que impedem a modernização da agricultura e, conseqüentemente, da indústria. De forma que, desenvolvimento, industrialização e agricultura constituem um complexo tripé que se relaciona e condiciona.

Far-se-ia necessário, portanto, no campo, a implementação de modernas técnicas produtivas para um significativo aumento de produtividade. Nesse sentido, Furtado combate a concentração de terras que promove a manutenção de ultrapassadas estruturas de produção e propõe sua substituição por alternativas modernas. Estas, além de fornecerem alimentos em

²¹⁴ FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 126-127.

²¹⁵ A Sudene seria resultado de esforços de Furtado para o estudo e solução da questão nordestina presentes desde a criação da Operação Nordeste em 1959. Os esforços de Furtado quanto à questão o levaram a enfrentar certos interesses latifundiários, o que lhe valeu o ganho da alcunha de comunista, ainda em 1959. Furtado desenvolve sua teoria do atraso estrutural também como consequência de sua posição política na Sudene, haja vista os entraves colocados pelos grandes proprietários rurais ao seu trabalho na superintendência. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²¹⁶ *Ibidem*. p. 215-221.

quantidade suficiente à demanda urbana, ainda poderiam potencializar as exportações brasileiras, financiando as importações necessárias.

Importante é ressaltar que para Furtado modernização é sinônimo de implementação de formas capitalistas de produção; a forma tradicional do Brasil, portanto, é associada a ausência de capitalismo ou a formas pré-capitalistas de produção. Quando da implementação da Sudene, Furtado colocaria em prática essa visão, promovendo a implementação de 23 indústrias com seis mil novos empregos²¹⁷.

A integração à economia industrial também era vista pelo autor como sinônimo de melhora de vida para a população rural. Portanto, ambos os problemas, a questão econômica - supressão da demanda por alimentos, estancamento da inflação, crescimento do mercado interno - e a questão social seriam solucionados com o aumento da produtividade permitida pela agricultura capitalista²¹⁸. Essencial é ressaltar que o desenvolvimento agrícola era entendido não apenas como mecanização, mas também como a adoção de técnicas de cultivo, tecnologias química, genética, etc., além da alteração do regime de trabalho, medidas de menor custo geral mas de grande eficiência.

Furtado também era consciente dos entraves que envolviam a questão, uma vez que os setores atrasados ainda representavam grande força econômica e política, sendo, inclusive, composição significativa no parlamento brasileiro. Considerava ainda, a pouca representatividade dos camponeses do país, uma vez que o voto era restrito aos não-alfabetizados, o que significava a maioria da população rural brasileira.

Os problemas apresentados teriam como solução uma forma de planejamento para além dos interesses dos latifundiários e industriais, a saber, o planejamento estatal via planos de investimento em setores estruturais e estratégicos²¹⁹. Se a teoria adotada pela Cepal e por Furtado se refletiam na prática política do autor, o contrário também se fazia, sendo os problemas enfrentados por Furtado como membro do governo inspiração para o direcionamento das teorias por ele elaboradas.

A ideia de desenvolvimento também é essencial para apreendermos o que o autor entende por Reforma Agrária. Segundo Furtado em *Perspectivas da Economia Brasileira*²²⁰, o desenvolvimento implica, necessariamente, em desconcentração de renda, ao mesmo tempo que exige essa desconcentração. Segundo esse raciocínio, o latifúndio seria um entrave e deveria

²¹⁷ FURTADO, Celso. op. cit., 2014. p. 275.

²¹⁸ TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit. p. 446.

²¹⁹ MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 54.

²²⁰ Ibidem p. 187.

ser combatido “A concentração de renda resultante da concentração da propriedade da terra é prejudicial ao desenvolvimento porque propicia o surgimento de estruturas sociais desligadas do processo produtivo e inclinadas a altos padrões de consumo²²¹”. O instrumento de combate que Furtado avilta então é a criação de uma estrutura fiscal que ao mesmo tempo amofine a “velha estrutura feudal” e privilegie a moderna agricultura. Isso seria alcançado com a taxação progressiva do latifúndio e com o corte do beneficiamento creditício ao mesmo. Outra medida levantada por Furtado seria a criação de frentes de colonização – proposta já apresentada por ele para a Aliança para o Progresso -, deslocando contingentes populacionais para terras disponíveis, resolvendo ao mesmo tempo a questão da falta de terras para o camponês e o problema da falta de alimentos para o mercado interno. Percebe-se que a ideia de Reforma agrária do autor coloca a preocupação social como secundária ou consequencial à uma transformação estrutural, que substitua a velha agricultura por uma nova, moderna e produtiva. A Reforma Agrária no sentido de distribuição de terras não está presente nas obras do autor, uma vez que as frentes de colonização por ele propostas ocorreriam em terras públicas não utilizadas, o que ele chama de *incorporação de novas terras*.

[...] eu sabia que as dificuldades maiores tinham a ver com a agricultura, nó górdio do intrincado problema do subdesenvolvimento regional. Se me fosse dado escolher, começaria por contestar a utilização das terras úmidas do litoral, secularmente monopolizadas pelos latifundiários do açúcar. Bastaria que parte dessas terras fosse destinada à produção de alimentos, e teríamos uma melhor base para projetar atividades criadoras de empregos, começo de reforma agrária²²²

Corroborando com esse raciocínio, podemos ler em seu livro de palestra *Operação Nordeste* que “O mal maior não está em que seja latifúndio, mas que seja açucareiro”, pois concentrava muito e produzia pouco²²³, não sendo permitido pelo proprietário do latifúndio açucareiro que o morador plantasse outra coisa a não ser cana, por não querer ser indenizado pelo surgimento de benfeitorias. Por isso, era necessário que houvesse uma melhor ocupação do território, com uma utilização menor do espaço a partir da utilização mais racional das técnicas de irrigação, aumentando a disponibilidade de terras para outros fins.

Ao mesmo tempo Furtado afirma, neste evento, que entende a Reforma Agrária como um problema, além de econômico, também político, afirmando que as formas de realizar a melhor utilização das terras buscando a produtividade, podem enfrentar entraves, insinuando

²²¹ CELSO, Furtado. op. cit., 1958. p. 459. Apud MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 187.

²²² FURTADO, Celso. op. cit., 2014. p. 255.

²²³ FURTADO, Celso. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959. p. 6. Apud MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit.

que não se colocaria contra a necessidade de desapropriação. O autor também era consciente do peso político que a velha estrutura agrária tinha no Brasil e indica como esta poderia interferir nos rumos do desenvolvimento nacional, barrando ou proliferando alternativas econômicas de acordo com os seus interesses.

No entanto, Furtado deixa claro em seus posicionamentos, que a pedra de toque do problema agrário brasileiro não é a distribuição de terras, mas sim a forma estrutural de utilização.

A desapropriação de terras seria reservada apenas para casos excepcionais. A ideia de superar formas “antieconômicas e antissociais”, substituindo-as por “empresas agrícolas organizadas em modernas bases técnicas e econômicas” de forma a abastecer o mercado interno é central na obra furtadiana²²⁴. Essa formação de empresas agrícolas de base capitalista levaria à desapropriação das terras que não obedecessem a esse pressuposto. Nas desapropriações – dentro dos critérios já apontados – se encontraria também outro ponto central, a saber, a utilização social da terra. De forma que a desapropriação não seria a única maneira de atingir esse objetivo, sendo o arrendamento compulsório, o incentivo à formação de empresas agrícolas em bases capitalistas, a criação de unidades familiares e a colonização outras formas de fazer valer a destinação social da terra. Percebe-se, por ambos os lados, o econômico e o social, que Furtado não colocava como primordial a desapropriação de terras, sendo esta apenas necessária em casos de terras improdutivas/não capitalistas – na questão econômica – e uma das várias configurações possíveis de dar ao trabalhador rural acesso à terra. Em mensagem presidencial, Goulart deixa clara as duas prerrogativas: “[...] estimular a passagem da agricultura tradicional para formas capitalistas, empresariais, caracterizadas por elevada densidade de capital e, de outro, permitir o acesso à terra de todos quantos possam e queiram nela trabalhar²²⁵”.

Analisando o Plano Trienal proposto idealizado por Furtado e proposto no governo Goulart – no qual está contido uma proposta de Reforma Agrária –, podemos notar presentes muitas ideias do escritor pernambucano. No que concerne à questão agrária, uma das diretrizes do Plano era promover uma transformação eficiente da estrutura agrária brasileira²²⁶ que

²²⁴ Conforme TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit.

²²⁵ Mensagem presidencial ao Congresso Nacional. Senado Federal, 1964, v.2, p. 126. Apud TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit. p.501.

²²⁶ “Em suma, o texto estabelecia que: 75% das propriedades agrícolas do país não dispunham de um tamanho em escala compatível com os métodos e práticas eficazes de exploração e conservação do solo, com a capitalização da propriedade e com o aumento da produtividade da mão de obra, sendo apenas possível a mudança a partir da transformação da estrutura agrária; a maioria da população tendia a se concentrar nas propriedades de tamanho insuficiente, mantendo-se em estado permanente de subemprego; as grandes propriedades com mais de 1000 ha mantinham metade da propriedade ociosa à economia de mercado, resultando na subutilização da mão de obra impossibilitada de integrar-se ao mercado de trabalho nos centros urbanos, o que gerava baixa oferta de produtos

eliminasse os entraves ao seu desenvolvimento. Dentro desta transformação, em acordo com o que predizia Furtado, estaria o aumento da produtividade, estimando um crescimento anual per capita de 2,6% da oferta de alimentos. Interessante é notar a conceituação de Furtado sobre quais propriedades ou ramos da produção deveriam ser modernizadas: Segundo Mendonça as críticas de Furtado não eram à grande propriedade de terras em si, mas somente àquelas que eram improdutivas. Nesse sentido, a necessidade de transformação tão enfatizada por Furtado e pelo Plano Trienal seria aplicável sobretudo aos latifúndios nordestinos, ficando de fora a moderna produção do Sudeste. Da mesma forma, a pequena propriedade tendia a ser improdutiva e comprometia nosso desenvolvimento, devendo da mesma forma ser objeto da reforma.

Outro elemento presente no Plano onde podemos perceber as ideias de Furtado é no estímulo às exportações como meio de aumentar as divisas para importação. Para isso, teríamos que aumentar a diversidade de produtos exportáveis e firmar acordos com novos mercados, incluindo os países socialistas.

Apesar do estímulo às exportações ser um elemento importante no raciocínio Furtadiano, é bastante claro que é apenas um elemento secundário com relação ao desenvolvimento de uma agricultura para abastecimento interno e de um setor nacional e autônomo de equipamentos agrícolas.

Em concordância com estes pressupostos é que se constrói a proposta de Reforma Agrária do Plano Trienal; se o latifúndio improdutivo e as formas de trabalho foreiro, posseiro e arrendatário são vistos como um entrave a produção, estas são passíveis de desapropriação ou regulação²²⁷ pois geram graves consequências sociais ao país. Se o latifúndio é produtivo e tem

agrícolas; essa estrutura agrária impossibilitava a introdução de novas técnicas e a distribuição da renda, que comprometiam o desenvolvimento da agricultura nacional; os parceiros e arrendatários não possuíam acesso aos fatores de produção que elevavam a produtividade, sem condições ou incentivos para a adoção de medidas de proteção e conservação dos solos, devido aos gastos no aluguel da terra, assim como os minifundistas, que apesar de não pagarem pela terra, não tinham recursos para investir nela; a rigidez da oferta agrícola gerava um aumento dos preços, fazendo com que parte da renda do setor industrial fosse direcionada para a agricultura para prover de matérias-primas e alimentos, concentrando-a nos grandes proprietários e impedindo o alargamento do mercado nacional. Assim, o ajustamento da estrutura agrária era necessário às 'exigências e necessidades de progresso da sociedade brasileira'. MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 216.

²²⁷ "Em síntese, a reforma agrária do Plano deveria garantir que nenhum trabalhador, que houvesse ocupado terras virgens sem contestação, após um ciclo produtivo completo, fosse obrigado a pagar renda da terra; que nenhum trabalhador agrícola, foreiro e arrendatário, que assim fosse por dois anos ou mais, pudesse ser privado de trabalhar sem justa indenização; que nenhum trabalhador que obtivesse um salário mínimo familiar, a ser fixado regionalmente no nível da técnica que lhe era acessível, pagasse renda sobre a terra; que todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos e que não estivessem sendo utilizadas ou utilizadas para outros fins, com rendimentos inferiores a médias estabelecidas regionalmente, fossem desapropriadas para pagamento a longo prazo". MENDONÇA, Israel Gil da Silva. op. cit. p. 218

satisfatória produção de alimentos ou de divisas através da exportação, este não deve ser alvo de reforma, uma vez que contribui para o desenvolvimento do país.

A forma de retribuição às desapropriações contida no Plano Trienal prevê ser fundamental a modificação do art.141, §16 da Constituição de 1946, permitindo a desapropriação de terras agricultáveis improdutivas com pagamento por títulos de dívida pública resgatáveis no prazo mínimo de 25 anos.

Apesar de idealizador do Plano Trienal, no qual está contido a Reforma agrária, não podemos afirmar que Furtado fosse o único responsável pelas propostas de reforma do governo Goulart, uma vez a discordância do economista com certas posições do presidente, especialmente no final de seu governo²²⁸.

Ainda como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Furtado evidencia suas proposições ao intermediar as negociações com Kennedy da Aliança para o Progresso. Entendia, inicialmente, a Aliança para o Progresso como um estimulador de “mudanças orientadas para a modernização e o desenvolvimento”, financiando projetos estratégicos de reformas e precipitando “a deslocação de velhas estruturas que criavam obstáculos ao desenvolvimento²²⁹”. Apresentara, então, para Kennedy um projeto de colonização das terras amazônicas no Maranhão cuja ideia

era criar uma nova agricultura no Nordeste, com dezoitos projetos que iam desde a abertura de grandes frentes de povoamento em terras públicas na direção da Amazônia, até a criação de uma nova agricultura de base familiar na zona açucareira, passando para uma ampla irrigação das bacias dos açudes na região semiárida. Essas ideias ficaram definidas antes da Aliança para o Progresso e foram apresentadas na Carta de Punta Del Este em 1961²³⁰.

Apesar de seu conteúdo progressista, a visão e as propostas de Furtado para o Brasil não podem ser situadas além da esfera burguesa. No entanto, a partir da intermediação de Furtado com Kennedy nas negociações da aliança para o progresso e de suas críticas a mesma, começou a difundir-se a imagem de Celso Furtado na mídia e no Congresso, encabeçada pelos interesses oligárquicos, como “comunista que queria atrapalhar os planos da Aliança para o Progresso de acabar com a fome, para incentivar a subversão na região²³¹”. O principal motivo era a visão de Furtado de que a propriedade privada não estava acima dos interesses públicos.

²²⁸ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 2003.

²²⁹ FURTADO, Celso. op. cit., 2014. p. 302.

²³⁰ Ibidem. p. 309-310.

²³¹ Ibidem. p. 327.

Sem embargo, diversas declarações do autor demonstram suas críticas à esquerda e ao marxismo:

Meu empenho de preservar para os jovens o direito a uma filosofia da ação, sem o que eles se sentiriam excluídos do processo político, e ao mesmo tempo de convencê-los de que o marxismo leninismo os afastaria de forma irremediável dos objetivos fundamentais de convivência social que buscavam alcançar, repito, isso que havia ser meu propósito central passou totalmente despercebido. Minha tese era simples: a sociedade brasileira deverá avançar no processo de democratização, abrindo espaço para a participação de todos os seguimentos sociais na vida política. A Pré-Revolução brasileira²³².

Pelo acima citado, claro fica que o empenho de Furtado era a democracia burguesa, fato também demonstrado na articulação do político de uma frente progressista para a aprovação de reformas estruturais, como a agrária, fiscal, bancária, etc. ou em sua visão.

2.3 O renegado PCB: celeiro do marxismo no Brasil

De acordo com Segatto²³³, o surgimento do PCB é consequência do movimento de industrialização brasileira iniciado na segunda metade do século XIX. O aumento da classe operária sob condições de vida degradantes deu início às primeiras formas de organização, como as Associações de Socorro Mútuo e Uniões ou Ligas Operárias. Ainda na década de 1980 surgem as primeiras organizações políticas. No entanto, segundo este autor, tanto as organizações ligadas ao anarquismo, quanto às relacionadas ao socialismo reformista

que nesse momento davam a direção ao movimento operário – se mostravam incapazes de superar e oferecer uma saída aos problemas postos pela realidade histórica ao movimento operário, isto é, de transformar essas lutas de fundo econômico e as mobilizações espontâneas em um movimento político organizado. [...] A necessidade de se superar as debilidades e a incapacidade ideológica daqueles que davam a direção ao movimento operário e de abrir perspectivas favoráveis às transformações radicais na sociedade brasileira fez surgir – principalmente a partir das repercussões da Revolução Russa no Brasil –, no seio das direções operárias, a discussão e a formação dos primeiros grupos comunistas que, em março de 1922, realizam um congresso e fundam o PCB²³⁴.

Após sua fundação, a história do PCB é permeada por erros e acertos, ilegalidade e perseguições; suas fileiras são ocupadas por nomes notáveis como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Luiz Carlos Prestes entre muitos outros. Sua história, repleta de contribuições para o

²³² FURTADO, Celso. op. cit., 2014. p.334.

²³³ SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

²³⁴ *Ibidem*. p. 19.

país como um todo, e para o conjunto dos trabalhadores especialmente²³⁵, foi narrada e analisada por diversos estudiosos²³⁶ e não poderíamos pormenorizá-la aqui.

O fato é que partido chega à década de 60 em uma crescente sem precedentes em sua história. De posições de direção em organismos de classe, à influência nos movimentos operário, agrário e estudantil, o PCB cresce junto com a mobilização das forças da classe trabalhadora tão pungentes no período.

No aspecto ideológico, era guiado pelas teses da Declaração de Março de 1958, consumadas posteriormente no V Congresso, em agosto de 1960. Estas ideias baseavam-se nas diretrizes do Programa da Internacional Comunista adotado pelo VI Congresso Mundial, reunido em Moscou em 1928, que atribuía aos países coloniais, semicoloniais ou dependentes da América Latina a existência de restos feudais²³⁷. Orientado pela linha política do Kominform e, portanto, reproduzindo os interesses da política externa da URSS, o partido era guiado pela “revolução em etapas”, na qual caberia a estes países a revolução democrático-burguesa para a chegada plena ao capitalismo e apenas, posteriormente, dever-se-ia pensar na revolução socialista. A única contribuição original dos comunistas latino-americanos à tal esquema teórico foi, segundo Prado Jr., a oposição às potências capitalistas. Assim, a revolução deveria ser agrária – antifeudal - e anti-imperialista.

Seguindo estas etapas, o desenvolvimento do capitalismo no país é visto como um elemento positivo, e a burguesia como “nacional e progressista”. Do ponto de vista estratégico, defendiam a composição de uma Frente Única por todos os setores considerados progressistas, o que incluía, ao lado do proletariado e do campesinato, a burguesia nacional e a pequena burguesia. A luta da Frente Ampla, uma vez que seria contra o imperialismo, antifeudal e pacífica, era nacionalista e democrática. Como decorrência, PCB se aproxima do PTB e das políticas desenvolvimentistas do governo Goulart, passando a defender as Reformas de Base.

²³⁵ MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo: Unesp-Marília-Publicações/Boitempo editorial, 1999. p. 14-15.

²³⁶ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB – 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit., 1999. MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. CARONE, Edgar. *O PCB – 1943-1964*. S.Paulo: Difel, 1982. ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: Mazzeo, A.C. e Lagoa, M.I. (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. S.Paulo: Cortez. SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954- 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³⁷ Sobre as mudanças que sofrera as diretrizes do VI Congresso disse Caio Prado: “inadequada teoria original da revolução brasileira, /.../ velha /.../ de quase meio século, se perpetuou no fundamental e essencial, com mínimos retoques e acréscimos secundários que não lhe alteram a substância. Continuou-se, e ainda se continua a falar, respeitando o esquema original traçado na base da experiência européia, e sem mais indagação erigido em lei geral da moderna fase evolutiva de todas e quaisquer sociedades humanas, continuou-se a falar no Brasil naquela revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os “restos feudais” supostamente presentes em nosso país”. PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira – perspectivas em 1977*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 39.

O esquematismo e a adoção de um modelo único, derivados da incompreensão do marxismo e da realidade histórica de cada caso já era apontado por Caio Prado Jr. na própria década de 60. Ao criticar a generalização abstrata dos caminhos da revolução, o autor paulista chamava atenção para a necessidade de resgatar a singularidade de cada formação social como única forma possível de entender os caminhos que levariam a revolução brasileira. A aparente contradição entre universal e particular foi apontado pelo autor como um dos motivos que impedia os comunistas de entenderem o marxismo para além de um “receituário de fatos”, uma vez que

seja qual for a feição particular em que o capitalismo se apresente em cada país da atualidade – feição ‘particular’, bem entendido, no que diz respeito às circunstâncias e elementos secundários que não excluem, e antes implicam a natureza essencialmente única do capitalismo, que é um só e o mesmo em toda parte – seja qual for o grau de desenvolvimento, extensão e maturação das relações capitalistas de produção [...]”²³⁸.

Os erros e acertos tanto dos diagnósticos do partidão quanto de suas estratégias foi alvo de intensas críticas – algumas justas, mas a maioria impiedosa e injusta. Para nós interessa ressaltar que é do interior do partido que saem os intelectuais que pioneiramente buscaram a particularidade brasileira da perspectiva marxista. As contribuições de Sodré – extremamente refinadas e que passam longe da afirmação mecânica de reprodução da IC – de Prado Jr – de rigor, originalidade e coragem que, para nós, representam contribuição singular no diagnóstico da particularidade brasileira – e de Vinhas e Guimarães – mais alinhadas com os ditames do partido, mas que de forma nenhuma perdem em engajamento e coragem –, aqui apontadas como essenciais para o entendimento do debate travado na década de 60 mostram a importância do PCB “na elevação do patamar das discussões sobre as mais diversas e importantes questões nacionais e sua contribuição ao pensamento social”. Muito mais que derrubar por terra as principais teses defendidas pelo PCB – como querem muitos – o golpe de 1964 interrompeu um período ímpar em produção intelectual e efervescência política.

2.3.1 Werneck Sodré a caminho da Revolução Brasileira.

Nelson Werneck Sodré nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 27 de abril de 1911. Viveu a maior parte da sua infância e juventude neste Estado, onde ingressou no Colégio Militar, em 1924, aos treze anos. Esse ingresso, atitude de seus pais, irá marcar sua vida pessoal

²³⁸ PRADO JR., Caio. op. cit. p. 16.

e intelectual profundamente. Ingressa em 1931 na Escola Militar do Rio de Janeiro no curso regular de formação de oficiais para o Exército Brasileiro, curso concluído em 1934, tornando-se aspirante a oficial em 1934, aos 23 anos. Inicia sua vida profissional no 2 Regimento de Artilharia de Itu, cidade do interior do Estado São Paulo. Seu notório interesse por História, Literatura e sua habilidade de escritor, se manifestam ainda na década de 30, ao escrever diversos ensaios e artigos publicados em periódicos da época. Ainda em 1938 escreve o primeiro de seus 56 livros, *História da Literatura Brasileira*.

O contexto em que vive o jovem militar tem também papel fundamental em sua formação. Tendo assistido à ascensão do movimento tenentista, não esteve imune a influência deste no interior do próprio exército²³⁹ e nas discussões políticas latentes no país.

Segundo Cunha, o Sodré já admirador dos ideais tenentistas tem uma guinada à esquerda quando se filia ao PCB, entre 1943-1944. O partido, que tinha em suas fileiras muitos militares, era atuante no interior das Forças Armadas. Para Cunha “o PCB era o desaguadouro do ideário tenentista e isto significava a possibilidade de continuar, ou retomar, o projeto de mudança da nação, evidentemente com outros pressupostos”²⁴⁰.

Ainda na década de 40 compõe a chapa nacionalista para o Clube Militar, época em que escreveu ativamente para a Revista do Clube Militar. Entre abril de 1948 e janeiro de 1951, atuou como instrutor no curso de História Militar na Escola de Estado Maior no Rio de Janeiro. A partir daí assumiu postos em regiões afastadas dos grandes centros em função de sua posição política crítica. Por causa dessas posições foi promovido a coronel somente em 1961, por tempo de serviço, passando para a reserva, no posto de general, em 1962. O ostracismo a que foi submetido na ativa do exército talvez tenha permitido que se dedicasse com mais empenho ao seu lado ensaísta. Em 1954 foi convidado por Guerreiro Ramos a participar do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que em seguida se tornou Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No ISEB foi responsável pela cadeira do curso de Formação Histórica do Brasil e pela publicação de inúmeros livros.

²³⁹ A influência do movimento tenentista no interior do exército brasileiro pode ser lida em CUNHA, Paulo Ferreira. Ortodoxia e coerência de um general (bom) de briga (da). *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Topoi (Rio J.) vol.11 no.20 Rio de Janeiro Jan./June 2010. p. 150: “Sob qualquer aspecto que analisemos este movimento, podemos observar que tratou-se de uma resposta política de uma geração de militares e que influenciou na formação de muitos futuros oficiais. A eles foram apresentadas, então, duas opções, isto é, duas correntes políticas, com projetos de intervenção antípodas: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Integralismo. Mas não somente: pensamos em um novo viés analítico, que envolve não apenas aqueles primeiros tenentes, mas também aqueles militares da geração pós-30 que foram influenciados por intelectuais marxistas e que pensaram a questão nacional”.

²⁴⁰ Ibidem. p. 152.

Após o golpe de 1964 tem seus direitos políticos cassados e, impedido de lecionar ou escrever artigos, assumiu ainda mais seu papel de escritor.

Crítico literário, jornalista, militante, militar e escritor incansável, talvez seja a figura da esquerda brasileira que mais dialogou com áreas diferenciadas. Marxista por convicção, teve seu pensamento severamente criticado pelas posições que tomou. Homem de seu tempo, sabia da importância da análise da realidade para a formulação teórica e da necessidade de posicionamentos claros para as necessárias ações políticas. Talvez por isso “Sodré foi o autor mais identificado com a visão de Brasil e a orientação política do PCB no período e, sem dúvida, um dos mais injustamente execrados e levemente detratados”²⁴¹. Em um contexto de Guerra Fria e de vinculação do PCB à URSS, Werneck foi acusado de aderir a visão “etapista” do stalinismo, imputando ao Brasil um modelo alheio a sua realidade. Jogando fora a criança junto com a água do banho, na expressão popular, a obra de Sodré foi totalmente descartada pelos inimigos do PCB dentro da esquerda brasileira, sendo o autor acusado, juntamente com o partido, de ser responsável pela derrota sofrida com o golpe de Abril de 1964²⁴². De acordo com Del Roio seria uma “estultice” de seus críticos atribuir tal rótulo e “identificar pura e simplesmente, sem qualquer nuance, a reflexão de Nelson Werneck Sodré sobre a formação social brasileira e o tema da revolução, com a chamada tradição terceiro-internacionalista e aos documentos políticos do PCB, é incorrer no reducionismo ou esquematismo de que o acusam”²⁴³. Apesar de boa parte das obras de Marx e de marxistas terem pouca circulação no Brasil, Sodré teve contato, desde a época do ISEB, com autores como José Carlos Mariátegui e Georg Lukács, o que demonstra um nível mais aprofundado de estudo no Marxismo²⁴⁴.

A extensa e profunda obra do autor não o impediu de ser exilado novamente, a partir da década de 70, desta vez das discussões no interior da esquerda e da academia. Segundo Leandro Konder²⁴⁵,

Os anos setenta foram sofridos, difíceis. A esquerda derrotada, dividida, enfraquecida, precisou enfrentar o desafio de repensar, dramaticamente, sua avaliação dos ideais do socialismo, dos seus métodos e suas idéias a respeito da sociedade brasileira. Nelson foi visto, então, muitas vezes, como o principal símbolo do pensamento corporificado no partido comunista Brasileiro (sic). As críticas ao seu trabalho se misturaram muito com a discussão em torno da linha teórico-política adotada pelo PCB. Nestas últimas duas décadas, Nelson foi atacado com veemência que chega a espantar.

²⁴¹ DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em Processo. In: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v 4 – Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000. p. 91-92.

²⁴² Parte desta crítica pode ser lida no primeiro capítulo desta dissertação.

²⁴³ Ibidem. p. 100.

²⁴⁴ Ibidem. p. 91.

²⁴⁵ KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 77

A partir do final da década de 90, sua obra passa a ser progressivamente retomada, e seus méritos tantos passam a ser justamente considerados.

Longe de ser um autor simplista e sem conteúdo, Sodré, no entanto, ocorreu em equívocos em sua análise apontados por diversos autores. Para Del Roio, assim como devemos reconhecer a grandeza do general, “é também inegável que o universo categorial utilizado por Nelson Werneck Sodré (como de resto era o caso do conjunto do marxismo brasileiro daquele momento) não foi suficiente para desenvolver algumas análises bastante promissoras presentes em vários de seus textos”²⁴⁶.

A obra de Nelson Werneck Sodré é vasta e complexa. O autor dedicou-se à vários temas e suas reflexões perpassaram cerca de 5 décadas. É evidente, portanto, a necessidade de um recorte histórico para que se adeque aos objetivos dessa dissertação. Optamos por analisar algumas obras escritas pelo autor entre a década 50 e o golpe militar de 1964: Introdução à Revolução Brasileira escrita em 1958, Formação histórica do Brasil de 1962 e História da burguesia brasileira, finalizado em 1964.

É notável, no entanto, no conjunto de sua obra, a busca constante pela singularidade do processo histórico brasileiro em sua relativa autonomia em relação aos padrões estrangeiros²⁴⁷. Como homem político de seu tempo, Nelson Werneck Sodré busca pela forma que o capitalismo se instalara no Brasil, o que o faz produzir interpretações não só sobre sua contemporaneidade, mas também sobre a origem da formação social Brasileira desde o início da colonização. Desta forma, Sodré percebe o Brasil como um empreendimento colonial realizado por um grupo mercantil português aliado do regime feudal monárquico²⁴⁸. Cabe aqui ressaltar a diferença apontado pelo autor entre capital mercantil e capitalismo mercantil. Em sua obra, mas também como resposta à polêmica estabelecida com Caio Prado Jr, afirma que o que existia na Europa quando da colonização americana, eram apenas grupos mercantis e não um desenvolvimento propriamente dito da burguesia e o alastramento das relações por ela impostas a ponto de podermos afirmar a existência do modo de produção capitalista.

(...) induziu alguns intérpretes da história brasileira à conclusão de que a empresa da colonização teria assumido, aqui, traços capitalistas, uma espécie de capitalismo diferente das normas clássicas, o capitalismo colonial. Carece de fundamento tal conclusão. Não havia capitalismo na metrópole; não havia capitalismo na colônia.

²⁴⁶ DEL ROIO, Marcos. op. cit. p. 100.

²⁴⁷ GAIO, André Moysés. *Por uma teoria da independência: História e revolução em Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

²⁴⁸ DEL ROIO, Marcos. op. cit.

Nem poderia haver, por inexistirem as condições para isso. Na Europa mesmo, tais condições começavam apenas a surgir. O fato de serem feudais as relações predominantes em Portugal, de outro lado, levou outros intérpretes à conclusão de que teria sido feudal o sistema de produção aqui instalado. Esta discussão também carece de fundamento, embora seja indiscutível que a legislação inicial, que presidiu o lançamento da colonização – referente às donatárias, em particular – tenha se revestido de caráter feudal. Oriunda de uma sociedade feudal, como a portuguesa, traduziria, naturalmente, a ética e o direito feudais. Aplicada, mudou de sentido, por imposição da realidade, porém. E a criação mais caracterizadamente feudal, a das donatárias, teria uma existência muito curta, desvendando a essência do sistema aqui instalado²⁴⁹.

Destarte, com a implantação do sistema de sesmarias e das capitanias hereditárias, tentou-se impor à colônia, pela forma, apenas pela letra da lei, o modo de produção feudal existente em Portugal. Sem sucesso, no entanto, graças às particularidades brasileiras, a tentativa de implantação feudal envolveu para um regime escravista.

Assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial. Verifica-se, claramente, que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo²⁵⁰.

Como consequência, o escravismo predominou de fins do século XVI, com ênfase na produção açucareira, passando pela extração aurífera e cafeeira até meados do século XIX. Como modo de produção e trabalho, o escravismo foi predominante na história brasileira, com a especificidade de associar latifundiários escravistas a comerciantes do mercado mundial. Desta forma, as características primordiais do escravismo colonial seriam

A produção escravista não se destinava ao mercado interno (não havia mercado interno), mas ao mercado externo (distante e de características diferentes); O regime escravista é estabelecido quando a produção de mercadorias e sua troca já haviam atingido, em âmbito mundial, uma etapa superior, e vai servir ao desenvolvimento dela.²⁵¹

Sodré não se furta ao afirmar que, embora ainda mergulhado em relações feudais, o sistema colonial já percebe o alvorecer do capitalismo e coopera para a acumulação de capitais nos países centrais da Europa.

Contudo, é impossível tratar-se de um “capitalismo colonial”, pois o capitalismo como sistema produtivo, econômico e jurídico, ainda não consistia em forma predominante

²⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 17.

²⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 74.

²⁵¹ *Ibidem*. p. 76.

das sociedades continentais. A conclusão a qual o autor chega é que ‘Em consequência dessas diferenças e dessas particularidades, o regime escravista de trabalho, extemporâneo no desenvolvimento histórico, configura, aqui, a produção em redoma: -fechada por dentro – porque não há mercado interno; -fechada por fora – porque submetida, na esfera de circulação, ao monopólio comercial imposto pela Metrópole²⁵².

Formara-se, então, um sistema acessório ao da metrópole, produtor daquilo que na Europa não se podia produzir, não interessando às suas elites o que era produzido nem como, desde que passível de comércio.

Conjuntamente, de acordo com o raciocínio de Sodré, em períodos de crise ou declínio da atividade central no escravismo – seja agricultura, como no caso da cana de açúcar ou algodão, seja no caso da mineração – ocorre também uma regressão ao sistema feudal, com a venda de parte dos escravos e utilização dos que restaram em espécie de colonato, somado ao trabalho livre já existente. Essa “regressão feudal” como chamou o autor, ocorre, no entanto, paralelamente a ascensão de outro núcleo escravista que lhe toma o lugar no centro econômico do país – como pode ser observado na ascensão da mineração após a crise do nordeste açucareiro, ou do café, após a crise da extração aurífera. Para completar o perfil econômico nacional, Werneck Sodré afirma ainda que em vastas partes do território, nas regiões de fronteira entre diferentes produções, em locais mais afastados dos antigos ou novos centros econômicos, também seria correto afirmar que se desenvolvem culturas feudais.

Pode-se perceber, se acompanharmos o raciocínio do general, que muito mais que a sucessão simplificada de modos de produção, ou o etapismo copiado do Partido Comunista Soviético, o Brasil é caracterizado por uma complexidade de formações derivadas de seu desenrolar histórico, que se sucedem e convivem em uma formação social específica, mas que combina modos de produção mais ou menos avançados. É o que Werneck Sodré batizou de “contemporâneo do não coetâneo”²⁵³, ou seja,

²⁵² CONTE, Daniela. Nelson *Werneck Sodré e as interpretações do Brasil Moderno (1958-1964)*: análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. p. 76.

²⁵³ Segundo Maria Anunciação Madureira, esta tese de Sodré tem origem nas influências do positivismo e do evolucionismo em sua obra, em uma tentativa de amálgama com o marxismo. “Distinguindo-se de Comte, para quem as modificações sociais resultariam em progressão contínua, em complexificação crescente dos fenômenos, Sodré admitia que o processo evolutivo poderia conhecer fases involutivas. Em sua perspectiva, as revoluções sociais gerariam etapas positivas quando produzissem avanço histórico, e negativas quando, atuando de forma contrarrevolucionária, originassem a regressão histórica. [...] O conjunto de características singulares de uma dada formação social em processo de mudança para uma nova fase ou estágio da evolução histórica particularizaria, distinguiria o traçado histórico daquela comunidade em comparação com a tendência evolutiva mais geral, universal. Ao particularizarem o traçado histórico de uma formação social, os traços singulares gerados pela heterocronia do processo evolutivo permitiriam que a ocorrência de certos fenômenos, característicos de determinada fase do desenvolvimento histórico, viesse a ser abreviada, prolongada ou até mesmo desconhecida

O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção [comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo] salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, - é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país. Quem percorre nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semif feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI. O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes²⁵⁴.

É claro, nesta perspectiva, que o autor não tentava aplicar o “modelo” europeu ao caso brasileiro, pois era consciente do caráter histórico das relações sociais, tentando, a partir disso, entender qual era a formação social peculiar ao nosso país:

O novo corresponde, por isso mesmo, a uma visão de conjunto, em que as partes se compõem na sua relatividade, e denuncia todas as idéias como historicamente condicionadas, isto é, peculiares a determinado tempo e a determinado meio, e jamais eternas e absolutas, receitas universais diante das quais todos se deveriam curvar sem análise²⁵⁵.

Ou ainda nas palavras de Del Roio: “Uma visão complexa, discutível e polêmica essa que Sodré construiu da formação social do Brasil, mas, sem dúvida, muito distante do ‘esquematismo’, do ‘etapismo stalinista’ e do ‘marxismo vulgar’ que lhe quiseram impingir”²⁵⁶.

A convivência de diversos modos de produção ao longo da história do Brasil, não impediu, no entanto, nosso autor de perspectivar o desenvolvimento nacional. Certamente influenciado pelo posicionamento oficial do PCB, mas também marcado pela corrente positivista extremamente influente nas fileiras do exército brasileiro²⁵⁷, Werneck Sodré entende que o Brasil necessariamente evoluiria para o capitalismo. Restava-nos, portanto, passar pela etapa da Revolução Burguesa, aurora desse modo-de-produção.

naquela sociedade. MADUREIRA, Maria Annuniação. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré. *Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*. Nº 5, Ano III, 2006.

²⁵⁴ CONTE, Daniela. op. cit. p. 70.

²⁵⁵ FERREIRA, Delson. *Nacionalismo, política e democracia na obra de Nelson Werneck Sodré*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2001. p. 10-11.

²⁵⁶ DEL ROIO, Marcos. op. cit. p. 94.

²⁵⁷ Segundo Madureira: “Inspirado pela filosofia da história elaborada por Comte, para quem ‘a lei fundamental da evolução /.../ serve de base à nova filosofia geral’ (Comte, 1978, p. 88), nosso autor considerava o movimento histórico, a dinâmica social, obedecendo a princípios evolucionais. Em seus escritos, tão frequentes quanto as afirmações a respeito da ‘marcha evolutiva dos acontecimentos históricos’ (Sodré, 1938, p. 235) são as declarações de apoio aos esforços daqueles que buscaram interpretar ‘o estado de perene evolução de todas as manifestações da atividade humana’. MADUREIRA, Maria de Annuniação. op. cit.

De forma tortuosa, o capitalismo no Brasil começou a se desenvolver em meados do século XIX, ainda associado ao capital comercial devido ao seu perfil exportador. Justamente esse perfil, conexo a presença do latifúndio e da escravidão, que impediram a constituição de um mercado interno massivo, fez com que a burguesia nacional se constituísse como classe apenas na década de 20.

O capitalismo, entendido enquanto modo-de-produção que possibilita o desenvolvimento industrial e tecnológico e antecede o socialismo²⁵⁸ tem no movimento tenentista, apoiado pela pequena burguesia, o ensaio para a Revolução Burguesa que ocorreria em 1930.

A revolução de 30 significara, portanto, o início do fim das velhas oligarquias e a ascensão do novo na realidade brasileira. Todavia, nossa Revolução Burguesa fora incompleta: dada a associação da burguesia com a antiga classe dominante a revolução não tomou caráter antilatifundiário e anti-imperialista. O proletariado, por sua vez, também foi impedido de realizar o seu papel, dado o caráter antidemocrático da mesma revolução.

De forma que os restos feudais e a dependência externa se tornam grandes obstáculos para a efetivação capitalista; daí Sodré afirmar, contemporaneamente, que apenas na década de 50 foram dadas as condições para a completude da Revolução Brasileira, ou seja, para a formação de um capitalismo nacional e autônomo.

Neste ponto da análise de Sodré se insere outro assunto polêmico em sua obra, a saber, a associação entre burguesia nacional e trabalhadores. Para entender o porquê da defesa desta postura pelo ensaísta carioca, precisamos, primeiramente, compreender qual o significado de nação e povo em sua análise.

Paulo Cunha considera o nacionalismo elemento essencial na analítica werneckiana. Cunha não avalia as afirmativas de Sodré sobre o caráter nacionalista da burguesia nacional como influência do Kominform. Ao contrário, afirma que o caráter nacional e até nacionalista da burguesia brasileira já estava presente em suas obras desde a década de 30/40, apenas

²⁵⁸ Apesar da tentativa de se aproximar do marxismo e de reconhecer como histórica as características de qualquer sociedade, Sodré ainda tem a matriz contiana e evolucionista como parâmetro de seu pensamento: “O fator econômico seria, ele próprio, passível da evolução, de ser revolucionado, segundo Sodré, que frequentemente se refere à ‘marcha evolutiva da produção’. As mutações econômicas resultariam do determinismo histórico que rege o processo evolutivo. Por isso, suas causas seriam naturais: ‘a natural mudança dos meios da produção e o advento da era industrialista’. Em seu sentido positivo, progressivo, as mutações econômicas se desenvolveriam em direção à produção industrial que, ancorada no avanço científico, neutralizaria a ação exercida pela natureza sobre o homem. [...] Nosso autor identificava a História como uma continuidade assinalada pelo movimento evolutivo, causado pelas transformações ocorridas no âmbito da produção material e cujo sentido, em sua progressão positiva, desenvolver-se-ia inevitavelmente em direção à sociedade industrial. Essa compreensão de História constitui, para Sodré, o método histórico”. MADUREIRA, Maria Anunciação. op. cit.

ocorrendo uma maior elaboração deste conceito a partir do marxismo e da experiência política que exigia a época. A influência maior, para Cunha, neste quesito, fora as obras de pensadores conservadores como Azevedo Amaral e Oliveira Viana, muito populares no interior do exército brasileiro²⁵⁹.

Ainda, de acordo com Cunha, a noção de Projeto Nacional em Sodré remete a um desenvolvimento autônomo, portanto à industrialização, daí a referência à classe burguesa. As necessidades para concretização de um projeto nacional seriam a fragmentação da propriedade de terras para acabar com os restos feudais, a partir da ação estatal. Isso implicava a integração nacional e a dinamização de um mercado interno.

Apesar de assinalar o caráter histórico da Revolução Brasileira, ressaltando que esta não é comparável à europeia, a visão positivista de Sodré sobre o desenrolar histórico o leva a entender que a Revolução Burguesa no Brasil era necessária e estava em curso. A despeito de ter como horizonte o socialismo, Sodré defendia que naquele momento histórico (década de 30 até 60) era necessário completar a Revolução Nacional para, então, podermos pensar no socialismo. Seria, natural, nesse raciocínio, ser do interesse dos trabalhadores que esta etapa histórica se completasse. O nacionalismo era a arma essencial para seu cumprimento. Desta forma, os interesses em comum entre trabalhadores, seja do campo ou da cidade, e burguesia nacional eram maiores dos que os opunha; existia um inimigo comum que impedia o desenrolar da Revolução Burguesa e Sodré o nomeava como o Imperialismo. Defender a nação era, portanto, defender a execução da Revolução Burguesa. Associar trabalhadores e burguesia nacional era a melhor estratégia prática e ideológica para seguir o curso ao socialismo. Nas palavras de Sodré:

[...] Por que o Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade - a verdade do quadro histórico, e a verdade é concreta²⁶⁰.

²⁵⁹ CUNHA, Paulo Ferreira. op. cit. p. 191. Sobre essa orientação de Sodré ver também: MADUREIRA, Maria Annuniação. op. cit.

²⁶⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro; ISEB, 1959. p. 34 Apud FERREIRA, Delson. op. cit. p. 92.

A estratégia da Frente Única se transforma, assim, em tarefa necessária para atingir os objetivos da classe trabalhadora.

a justa compreensão do processo por parte dos revolucionários marxistas e a linha política derivada devesse cumprir um papel fulcral nessa definição. E, nesse quadro, o nacionalismo, movimento sociopolítico e cultural que passou a ganhar força a partir de 1957, poderia vir a constituir o cimento que consolidaria a ampla frente pelas reformas e que estimularia a formação de uma consciência e uma cultura nacional-popular em chave anti-imperialista²⁶¹.

A categoria povo tem peso essencial neste raciocínio. Povo seria a união dos grupos progressistas que estariam a favor do desenvolvimento nacional e da Democracia; seriam além dos trabalhadores, a pequena e média burguesia e partes da alta burguesia nacional, conforme especifica o autor:

Quem é o povo, hoje, no Brasil? São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa dos seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira²⁶².

Somente através do povo é que romperíamos com o latifúndio e com o imperialismo e chagaríamos a um Estado nacional e popular. Uma vez que a força de ambos os grupos, isoladamente, era insuficiente para fazer frente ao poder imperialista, dá-se a necessidade de união. Estratégica para ambos os lados, a burguesia necessitava do apoio dos trabalhadores, classe em ascensão, e os trabalhadores, por sua vez, apoiando a aliança, ajudariam a despertar o nacionalismo latente de parte da burguesia – estratégia essa essencial diante da pressão imperialista.

De sorte que a burguesia nacional carregava consigo um dilema histórico: render-se a interesses externos e permanecer submissa ou aliar-se aos trabalhadores e constituir-se como povo-nação. Werneck Sodré como lúcido analista de seu tempo tinha consciência de que parte da burguesia já havia cedido e era aliada dos inimigos nacionais. Essa constatação não o impedia, no entanto, de afirmar que as décadas de 50 e 60 presenciavam momento ímpar para o avanço das forças progressistas.

²⁶¹ DEL ROIO, Marcos. op. cit. p. 98-99.

²⁶² SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., 1959. p. 60. Apud FERREIRA, Delson. op. cit. p. 100.

A democracia – pela qual lutavam os comunistas naquele momento e que se via aprofundada nos governos JK e Jango - era vista pelo general como resultado a que se chegaria com a constituição do povo-nação, mas também como meio para se atingir esse objetivo.

[...] a defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende [...] ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas à compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais no modelo de produção”²⁶³.

De onde “a manutenção e a ampliação do regime democrático aparece como imperiosa necessidade”.

Em texto de 1959, momento da candidatura de Jânio pela UDN e Lott pelo PTB/PSB, onde o nacionalismo era questão central para ambos os candidatos, Sodré vê a sinalização do avanço da Revolução democrático-burguesa.

O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário – *a democracia* - em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição de forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como uma singularidade para os desatentos, com profundas razões para os pesquisadores, o problema do nacionalismo²⁶⁴.

Assim, democracia e nacionalismo seriam uma arma para a burguesia e proletariado, romperem com o imperialismo e com o feudalismo e suas antiquadas e antidemocráticas formas políticas.

Sem perder de vista o objetivo maior de toda a luta dos trabalhadores, a chegada ao socialismo, o autor conclui que as diferenças entre burguesia e classe trabalhadora deveriam ficar suspensas em nome de um objetivo imediato mais premente:

O Nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos

²⁶³ DEL ROIO, Marcos. op. cit. P. 33.

²⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., 1959. p. 34. Apud FERREIRA, Delson. op. cit. p. 91.

subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra²⁶⁵.

O caráter natural e necessário do caminho para a Revolução Socialista – a Revolução Nacional-democrática – e a chegada de seu momento decisivo também ficam claros quando Sodré explana sobre as opções possíveis para a burguesia nacional:

Mas chegou, sem a menor dúvida, a fase em que as tarefas progressistas e revolucionárias desta etapa histórica, em nosso País, têm de ser cumpridas, em que o seu cumprimento é inevitável. Se elas se cumprirão por um processo meramente político ou se serão cumpridas por um processo violento, depende das classes dominantes superadas e do imperialismo a que servem, sendo certo que o povo prefere o caminho pacífico. As classes dominantes, no Brasil, assumem cada vez mais o papel de forças subversivas- elas sim - porque desrespeitam a lei, sempre que o cumprimento lhes fere ou ameaça os interesses. São elas que fomentam a agitação no País, pelo uso e abuso da autoridade e da violência, criando situações de intranquilidade e ferindo todos os direitos. São elas as minorias insatisfeitas. São elas que servem a interesses estrangeiros, por eles subvencionadas largamente. São elas a antinação, rasgando e negando tudo o que é nacional, o interesse nacional, a riqueza nacional, a cultura nacional²⁶⁶.

O desenvolvimento, ponto tão importante para o debate da época, para Sodré é claramente o avanço do capitalismo, mas não o capitalismo incompleto e dependente que se colocava até então, e sim um capitalismo nacional e autônomo de caráter democrático e progressista.

Podemos apontar, a partir desta visão de desenvolvimento, o estabelecimento de uma relação objetiva de oposição entre uma formação social antiga, ultrapassada e outra nova, em processo de execução. O velho para Sodré seria a estrutura colonial/escravista e seus resquícios feudais ligados ao imperialismo. O novo seria a moderna indústria nacional já fortalecida e penetrando no setor de bens de capital, encabeçado pelo “povo” e seguindo ao Socialismo.

Segundo Conte, para Sodré a tensão entre o novo e o velho é inerente ao desenvolvimento histórico brasileiro. A sofisticada análise que Sodré estabelece ao perceber que frações diferentes da burguesia tinham interesses diferentes, leva-o a relacionar a classe senhorial com o imperialismo e certos setores da burguesia como nacional. A agudização da contradição entre estes setores de classe é justamente a expressão do conflito arcaico e moderno. Ferreira também defende que a chave novo/velho era bússola norteadora na teoria werneckiana sobre a formação brasileira, afirmando que essa compreensão unia as pontas de seu pensamento:

²⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., 1959. p. 37-38 Apud FERREIRA, Delson. op. cit. p. 93-94.

²⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 59. Versão para eBook.

Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. [...] Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe com o que nos entrava e entorpece²⁶⁷.

Entendendo, pois, como se compõe o pensamento de Nelson Werneck Sodré a respeito da formação social brasileira, seus problemas e potencialidades, resta-nos entender como o autor enxergava o momento no qual se dá o debate que esta dissertação tenta caracterizar.

A Revolução de 1930 iniciara a Revolução Burguesa no Brasil e, apesar das forças “entreguistas” reforçarem a dicotomia entre nacional e internacional, cada vez mais, com o fortalecimento do “bloco nacional”, a indústria doméstica tomava corpo. Ao mesmo tempo que a burguesia efetivava sua dominação, criava mecanismo para excluir dela o proletariado, como Sodré destaca que ocorrera no Estado Novo.

À burguesia brasileira, não revolucionária por essência- diferente da europeia -, gestada em um tempo onde o imperialismo já se fazia dominante, é imposta a pauta democrática e nacional como condição de seu desenvolvimento autônomo.

Se o capitalismo brasileiro é visto como incompleto e revestido de formações pré-capitalistas que, ao mesmo tempo, impedem seu desenvolvimento e o ligam à interesses escusos aos nacionais, as décadas de 50 e 60 permitiram justamente o desenvolvimento necessário à nação, propiciando a formação de uma fração progressista da elite brasileira²⁶⁸. Sodré enxerga a cena que se delineava a partir do decênio anterior como oportunidade preciosa para a efetivação de seus ideais; a legalidade democrática seria o caminho da necessária Revolução Nacional. Em suas palavras:

O processo de transformação que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu processo histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país. Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica de nossas riquezas, de outro lado²⁶⁹.

²⁶⁷ FERREIRA, Delson. op. cit. p. 96.

²⁶⁸ MADUREIRA, Maria Anunciação. op. cit.

²⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., 1962. p. 59. Versão para eBook. p. 09.

2.3.2 A questão agrária para Moisés Vinhas e Alberto Passos Guimarães

Alberto Passos Guimarães, profundamente inserido no debate dos anos 60, busca identificar a gênese da formação rural brasileira. Em seu polêmico e mais famoso livro *Cinco séculos de latifúndio*, afirma que, de maneira geral, “o processo evolutivo da agricultura realiza-se, necessária e basicamente através de um ou de outro dos seguintes dois caminhos (...)”²⁷⁰. O primeiro caminho seria da distribuição democrática da terra e o segundo pelo caminho autocrático da transformação dos latifúndios tradicionais em empresas rurais privadas. Os casos francês, norte americano e japonês, bem como dos países socialistas, se enquadrariam no primeiro caminho, e Inglaterra e América Latina em geral no segundo caminho.

Justamente tentando encontrar um quê particular na formação brasileira e, percebendo nossas diferenças em relação à Europa, advindas de nosso passado colonial, afirma que esse passado nos logrou a concentração fundiária, adotando a metrópole Portugal modos feudais na colônia. Isto porque, em um contexto onde a fidalguia portuguesa decaía – devido à ascensão do mercantilismo²⁷¹ -, foi justamente por meio das terras coloniais que, via coroa portuguesa, este grupo busca a manutenção de seu poder. De modo que, “Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal.”²⁷²

A propriedade de terras fundamentou-se, portanto, no monopólio da terra como principal meio de produção e, na ausência da mão de obra servil, na utilização da escravidão, elementos claramente característicos de um modo de produção pré-capitalista. Esse domínio exclusivista da terra, permite aos grandes proprietários o controle das mais diversas esferas da vida nacional, uma vez ser baseada justamente no controle e produção sobre a terra, os pilares da economia nacional. Em paralelo, conformou-se uma agricultura de subsistência para abastecer as massas trabalhadoras, uma vez não ser esse o objetivo da monocultura de exportação.

²⁷⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 298.

²⁷¹ Apesar de já possuir um grupo mercantil forte na época da colonização, o autor reforça que este não era um elemento capitalista.

²⁷² GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit. p.24

A manutenção desse monopólio seria a principal causa, tanto das deploráveis condições de vida dos trabalhadores, quando da limitação do desenvolvimento do mercado interno.

Esta estrutura agrária arcaica, para Guimarães, perpetuou-se mesmo após o fim do colonialismo e da escravidão, sendo marcas indeléveis da atualidade brasileira e que logram pesada herança para os trabalhadores do campo.

Desta forma, Guimarães entende a formação de nossa estrutura agrária como recorrente de uma “empresa do Estado”, que desde a colônia até a República promove a concentração de terras em benefício das classes senhoriais e à revelia dos pequenos proprietários. Ou seja, a ação da Coroa portuguesa e do governo brasileiro foram os grandes promotores de nossa estrutura fundiária.

Segundo Guimarães o Brasil procedeu sua Revolução Industrial de forma diferente que em outros países, uma vez que entre nós se evidenciavam elementos industriais mesmo ainda na forte presença do sistema latifúndio. Esse, que seria um elemento da particularidade histórica brasileira, marca a resistência do latifúndio mesmo após acontecimentos que, teoricamente levariam ao seu abalo estrutural. Após a escravidão o que houve foi a recomposição do latifúndio de forma a integrar a modernização no processamento - transporte, benefício e organização comercial – agrícola e não um incremento ou transformação nas formas rudimentares de produção. Assim, mesmo já no século XX, a economia brasileira experimentava entraves ao seu desenvolvimento, limitando a inserção de formas capitalistas de produção – em especial o assalariamento – bem como a acumulação de capital e o desenvolvimento capitalista.

No campo político, o monopólio dos latifundiários significava domínio nas relações de poder, tanto de coação dos trabalhadores rurais, rendidos diante das limitadas opções de sobrevivência, quanto na condução da política nacional.

Para completar o panorama da economia brasileira, Guimarães afirma que esta perversa estrutura agrária se ligava ainda ao imperialismo, através da destinação de nossa produção agrícola ao exterior. De forma que as sucessivas crises de nosso sistema agrícola não se produzem apenas pela concentração de terras, mas também devido a insuficiência de lavouras destinadas a subsistência e a amplitude do sistema monocultor para exportação. Como decorrência, além da dependência frente aos países consumidores dos nossos produtos primários – que, além de pressionarem a baixa desses produtos, ainda nos deixava à mercê de

suas flutuações econômicas -, ainda se coloca a problemática necessidade de importar – inclusive alimentos.

Essa estrutura agrícola, dominante durante toda a história brasileira, passa a entrar em crise quando da mudança e modernização do mercado mundial em meados da década de 30. No entanto, apesar desse abalo, o latifúndio manteve o domínio da economia brasileira. Esse domínio ocorre porque, além de possuir a maior parte das terras brasileiras, o latifúndio é responsável pela geração da maior parte de nossas divisas, o que acaba tornando seu papel central no restante da economia e política nacionais. “[...] a agricultura brasileira apesar de ter dado alguns passos à frente no sentido do progresso econômico e de ter introduzido métodos, processo e relações do tipo capitalista, permanece em situação de espantoso atraso²⁷³”. A marca pré-capitalista dos latifúndios brasileiros passa a ser um problema que limita a rápida introdução de técnicas de cultivo modernas. Assim, além de insuficiente, a penetração da técnica no campo brasileiro acaba por assumir um caráter extremamente explorador, uma vez que, devido ao poder da classe dos latifundiários, toda a pressão do mercado por preços mais baixos acabava por decair nas mãos das classes trabalhadoras.

De forma geral, enxerga a existência de uma crise agrária decorrente de “antagonismos entre a economia rural e economia urbana, os quais são a expressão histórica das relações desiguais e contraditórias entre a agricultura e a indústria²⁷⁴”. Nesta medida, para o autor, a agricultura viera perdendo hegemonia para a indústria até se tornar subjugada, sendo a classe dos latifundiários da mesma forma se tornando submissa à industrial. Isso se sucede devido à necessidade de a agricultura incorporar produtos industrializados na produção e de se submeter, mais uma vez, aos monopólios industriais no comércio de matérias-primas e alimentos. A indústria, ao mesmo tempo que agrega a necessidade do setor agrícola em usar insumos industrializados, aumentando o custo de produção, também pressiona para o rebaixamento dos preços das matérias-primas e da cesta básica que irá compor os salários dos seus trabalhadores. A tudo isso se soma ainda o aumento exorbitante – nas palavras do autor – do preço da propriedade privada da terra, o que limita o acesso à terra a uma minoria geralmente financiada pelo Estado. No plano internacional esses mesmos obstáculos levariam o mundo subdesenvolvido a ser cada vez mais importador de produtos agrícolas, se tornando ainda mais reféns dos países ricos.

²⁷³ GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit., p. 178.

²⁷⁴ Ibidem. p. 14.

De forma que afirma a existência da transferência da renda agrícola brasileira para o mundo desenvolvido via multinacionais:

No Brasil, pelo menos 100 subsidiárias de empresas estrangeiras transferem para si uma parte substancial da renda gerada nas atividades agropecuárias, quer como monopolizadoras do fornecimento de insumos (equipamentos, fertilizantes, defensivos, rações e matrizes animais), quer como monopolizadoras do processamento de alimentos e matérias-primas, do acondicionamento ou da distribuição, nos mercados interno e externo, dos produtos agrícolas²⁷⁵.

Uma das estratégias dessa transformação é a passagem de latifúndios rurais para latifúndios capitalistas, mantendo-se as relações arcaicas de trabalho. A tecnologia no campo seria, se feita desta forma, ruim para o trabalhador pois geraria desemprego e a exclusão ainda maior do trabalhador rural.

Percebe-se que Guimarães, na linha das afirmações dualistas da CEPAL, enxerga uma contradição entre a formação atrasada do latifúndio com restos feudais e o restante da economia brasileira, notadamente a indústria capitalista. “Na verdade, tais contrastes expressam a dualidade de nossa estrutura agrária, representada fundamentalmente em dois setores contrapostos, representativos de duas classes antagônicas, cujos conflitos de interesses pontilham toda nossa história²⁷⁶”.

Nesse sentido afirma, reiterando a limitação imposta pela atual estrutura agrária ao capitalismo que, “o balanço das transformações revela, [...] sua precariedade, sua insuficiência e, mais do que isso, sua incompatibilidade e seu antagonismo com a estrutura agrária, que continua ser uma barreira ao desenvolvimento amplo e harmônico da nossa agricultura e economia²⁷⁷”, de forma que “o quadro rural brasileiro não é compatível com as exigências atuais do nosso desenvolvimento econômico, político e social”.

Esse dualismo presente no campo brasileiro, gerador de baixa produtividade, é muitas vezes entendido como falta de tecnologia. No entanto, somente o desenvolvimento técnico da agricultura, modelo pregado pela modernização conservadora, não solucionará o problema da crise agrária, enquanto não se romper a estrutura desigual da posse da terra, as relações semi-escravistas e semifeudais de dominação do atraso, que lega milhões de trabalhadores a desnutrição a ponto de fazer cair ao mínimo a produtividade do trabalho. A abertura do mercado brasileiro tanto para instalação quanto para a utilização de multinacionais produtores de

²⁷⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit. p. 17.

²⁷⁶ Ibidem. p. 182.

²⁷⁷ Ibidem. p. 199.

tecnologia agrícola, como já exposto, apenas desnudou que a grande questão nacional não era simplesmente o incremento técnico.

Não obstante, a estrutura agrária brasileira vinha traçando caminho equivocado ao aplicar técnicas capitalistas nos latifúndios com produção destinada ao mercado externo, enquanto as demais propriedades, destinadas ao mercado interno, perdiam produtividade. Também responsável por isso são os diversos governos republicanos, por dar prioridade ao latifúndio com políticas de estímulo e subsídio, levando a crises de superprodução, enquanto a chamada agricultura de subsistência, abandonada pelo poder público, leva milhares de pessoas à penúria e ao desabastecimento.

A agricultura brasileira acaba sendo, segundo o autor, uma das mais atrasadas do mundo em termos de produtividade, devido ao paradoxo existente entre a grande – destinada ao mercado externo – e a pequena – destinada ao abastecimento interno – exploração. “A irracionalidade estratégica é responsável pela acentuação da dualidade do processo evolutivo que se verifica na economia brasileira – o processo progressivo, restrito a um enclave capitalista e o processo regressivo que se estende à massa da população rural²⁷⁸”. Nas pequenas propriedades, dominantes numericamente, é escassa a presença de equipamentos simples como tratores e arados; práticas agrícolas que remontam ao medievo europeu ainda aqui são desconhecidas como a rotação de culturas ou o uso de dejetos animais como adubo. Ressalta ainda que estes latifúndios privilegiados pelos incentivos fiscais não reverberam a nação em geração de empregos, uma vez seu alto nível tecnológico que exclui a massa da mão-de-obra. Esses trabalhadores se dirigem para os pequenos e médios estabelecimentos, precarizando ainda mais suas condições de vida. Quando migram para as cidades, não são absorvidos pelo mercado, compondo o excedente de desocupados e subocupados.

O autor se dedica ainda a apontar que a solução para a crescente mão-de-obra desempregada e subempregada passa necessariamente pela solução da questão agrária. Segundo ele, tendo em vista o crescimento capitalista absorver pouca mão-de-obra devido ao emprego tecnológico, a saída não estaria em aumentar o crescimento industrial, e sim alterar a estrutura concentracionista da propriedade agrária. No entanto, como impedimento as mudanças necessárias

Há, por um lado, poderosas forças interessadas em manter inalterada a estrutura arcaica da propriedade de terra e que oferecem obstinada resistência a uma melhor e mais justa distribuição da propriedade agrária. Há por outro lado, poderosas empresas multinacionais monopolizadoras dos suprimentos de equipamentos mecânicos e de

²⁷⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit. p.331.

todos os demais insumos modernos, as quais desencadeiam fortes pressões no sentido de impor uma estratégia concentracionista que conceda prioridades de crédito e subsídios e outros favores aos proprietários rurais, que representam o principal mercado para os seus produtos de nível tecnológico mais avançado. [...] Essa estratégia, centralizando-se numa modernização conservadora, poupadora de mão-de-obra, abandona à sua sorte os milhões de trabalhadores, forçados a ingressar no exército de reserva do trabalho, e dificultando ainda mais a sua absorção pelas atividades rurais ou urbanas²⁷⁹”.

Como alternativa a crise agrária constatada pelo autor, o mesmo propõe que os incentivos fiscais sejam direcionados às propriedades na faixa de menos de 100 hectares (propriedades estas que são as mais produtivas), a taxação aos estabelecimentos improdutivos ou insuficientemente produtivos (de modo a estimulá-los a se tornarem economicamente produtivos e socialmente úteis), o incremento tecnológico e a modernização das relações pré-capitalistas e semifeudais que tornam arcaicas as formas de trabalho e produção brasileiras.

Aponta ainda a necessidade de se deslocar os subsídios do Estado do custeio de máquinas agrícolas de altíssimo custo para a pesquisa e produção de tecnologias menos complexas e mais baratas, mas de resultados mais efetivos para os pequenos e médios produtores, como o desenvolvimento de variedades de sementes adaptadas à cada região, a melhora do solo, o uso de adubo e tração animal, etc. Segundo o autor, esses incrementos técnicos aparentemente simples poderão aumentar vultuosamente a produtividade da agropecuária brasileira, contribuindo para o fim da miséria, do desemprego e do êxodo rural no campo.

Mostrando-se sempre preocupado com a exclusão social e com a miséria que assola o campo brasileiro, suas principais conclusões, levam-no a defender, como imperativo para a dissolução dos problemas nacionais, a reforma agrária e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Apenas se realizando a reforma agrária com ampla distribuição da propriedade de terra e destruindo-se o latifúndio – base das relações econômicas atrasadas que bloqueiam a expansão do mercado interno – poderá se extinguir a miséria rural, melhorar a vida dos trabalhadores da cidade e se alcançar a democracia.

A reforma agrária proposta por Guimarães era alinhada com as diretrizes de seu partido, baseando-se no combate ao latifúndio e ao imperialismo através da revolução democrática burguesa:

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo

²⁷⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit. p. 338.

e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e ‘jurídico’ da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país²⁸⁰.

Ainda de acordo com seu partido, defendia que o caminho de conciliação pacífica com as forças progressistas – antifeudal e anti-imperialistas – era mais eficaz, no caso brasileiro, para os interesses dos trabalhadores, não deixando de ser, portanto, revolucionária

De fato, se as forças motrizes da revolução, dentro da ampla frente nacional democrática, conseguirem transformar os exemplos isolados de nossa história na regra de conduta da luta de classes no campo, isto é, conseguirem multiplicar por toda a parte as reformas (pacíficas) de conteúdo revolucionário que importem na destruição das bases do feudalismo, no desenvolvimento da propriedade camponesa e das relações agrárias do tipo capitalista – eis aí, em toda a sua perspectiva, o caminho pacífico levado à prática pelas massas do campo²⁸¹.

Segundo Tapia, a reforma agrária de Guimarães “impunha-se por imperativos econômicos, econômicos, sociais e políticos”. Na economia ela permitiria o pleno desenvolvimento capitalista, removendo os restos feudais; socialmente, a redistribuição de terras permitiria o surgimento de pequenas e médias propriedade, além do trabalho assalariado, que juntos permitiriam a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e a ampliação do mercado interno para a indústria nacional; no aspecto político, permitiria aglutinar as forças progressistas contra o latifúndio e o imperialismo²⁸².

Moisés Vinhas se insere no caloroso debate a respeito da questão agrária que agitou as décadas de 60 e 70 e assim como outros autores busca entender o que caracteriza a formação social brasileira. Segundo o autor, não seriam válidas comparações mecânicas entre a realidade brasileira e os casos clássicos europeus, mas haveria a necessidade de se atentar para as características peculiares do caso brasileiro. Desta forma seria possível afirmar a existência de traços feudais sem que necessariamente estes fossem idênticos aos casos europeus, como ocorrera, por exemplo, em alguns países europeus e asiáticos. “De acordo com opiniões persistentes de historiadores e pesquisadores perspicazes da realidade nacional, os traços feudais no país tiveram peculiaridades inconfundíveis com as de outros países, e variavam no seu conteúdo e forma em cada cultura e época, nas diversas regiões do país.²⁸³”.

²⁸⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit., 1968. p. 38.

²⁸¹ SANTOS, Raimundo. *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2007. p. 141.

²⁸² TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil – 1946-1954*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1986. p. 449.

²⁸³ VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil-1968. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 129.

Assim, inserido na polêmica no interior do PCB e fundamentalmente em oposição a Caio Prado JR, Vinhas afirma enfaticamente a presença de restos feudais no campo brasileiro, presença essa da qual adviriam os principais problemas nacionais. Seriam expressões destes traços pré-capitalistas a compleição, na agropecuária brasileira, de

trabalho gratuito, portanto, de parceiros e outros lavradores, que reverte ao cedente de lotes, a ausência da circulação de dinheiro, a submissão do parceiro e de outros lavradores aos latifundiários, com falta de liberdade de locomoção, a “transferência” de “empregados” juntamente com os demais bens de um proprietário a outro, além de outros inúmeros aspectos²⁸⁴.

Este diagnóstico realizado por Vinhas o compele a afirmar a incompatibilidade entre subdesenvolvimento e capitalismo, situando, o autor, nesse ponto, o engodo supostamente realizado por Prado Jr²⁸⁵. Para Vinhas, a peculiaridade nacional se situa na estrutura rural existente no Brasil e dela advém todas as mazelas e o atraso visíveis no campo. Esse aspecto fundamental da estrutura agrária brasileira estaria no monopólio da terra pelos latifundiários, que exploram e impedem a presença plena do pequeno agricultor. Esse latifúndio, por sua vez, teria como predicado ser semicolonial e semifeudal, característica esta que emperraria a entrada do capitalismo no campo.

Para confirmar sua tese, Vinhas cita dados do Anuário Estatístico referentes ao ano de 1960: 33 mil proprietários concentravam em seus estabelecimentos 126 milhões de hectares de terra. Ao mesmo tempo, mais de 10 milhões de trabalhadores não possuíam terra e 1,5 milhão de lavradores pobres que tenham menos de 10 hectares dispunham de apenas 6 milhões de hectares de terra²⁸⁶. Assim como Caio Prado Jr, Vinhas situa a origem do latifúndio no período colonial brasileiro e na natureza de nossa economia. Apesar de também afirmar que o destino da produção brasileira é, e sempre foi, o mercado externo, Vinhas entende que as relações de produção no latifúndio são semifeudais ou pré-capitalistas, sendo o latifúndio, portanto, antieconômico e antissocial, travando a penetração capitalista no campo.

Como decorrência dessa estrutura arcaica o latifúndio mantém o monopólio da terra nas mãos de um punhado de “parasitas” que mantêm grandes extensões de terra subutilizada ou inutilizada em detrimento do interesse e desenvolvimento nacional. Da mesma forma, setenta e

²⁸⁴ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 129.

²⁸⁵ “Mas que país é o Brasil? De acordo com as obras anteriores à A Revolução Brasileira do mencionado autor, o Brasil é um país dependente, subdesenvolvido. Com que agora, então, já o considera país capitalista? Houve alguma revolução no país que mudasse o caráter da estrutura econômica, social e política, que deslocasse o Brasil do mundo subdesenvolvido? Neste lapso teórico, cremos, reside a origem do enfoque dos problemas assinalados pelo historiador”. Ibidem. p. 132.

²⁸⁶ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 136.

cinco por cento da população ativa do campo não possuem terra e são relegados a condições de vida degradantes. Essa enorme fatia da população rural tem como principal reivindicação a propriedade de terra.

Outra contradição essencial do campo brasileiro se dá entre as forças produtivas e as relações de produção. Ao mesmo tempo em que o latifúndio emprega elevado desenvolvimento tecnológico, estando presentes máquinas e tecnologia de ponta, as relações de produção ainda são semifeudais – pagamento em espécie, ou cessão temporária de um trato de terra. Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra reafirmam esta prática ultrapassada que impede o desenvolvimento de um mercado interno consistente e, por consequência, afeta a totalidade da economia brasileira.

Ainda, segundo o autor, está presente na agropecuária brasileira, a contradição do, chamado por ele, “latifúndio semicolonial”. Este seria sempre monocultor e exportador, se entrosando com os trustes internacionais imperialistas. Este latifúndio semicolonial seria responsável, ao ditar o preço das importações e exportações, por subjugar os interesses nacionais – seja industriais, bancários, agropecuários ou populares – ao mercado internacional, fazendo com que o preço dos alimentos e de insumos agrícolas circulem no mercado doméstico a preços aviltantes, entre outros elementos prejudiciais à nação.

Ser “antieconômico e antissocial” seriam outras características do latifúndio, uma vez que este subordina toda estrutura econômica do país aos seus objetivos avessos ao desenvolvimento nacional. Entre as consequências dessa característica da grande propriedade monocultora estaria o impedimento do desenvolvimento das pequenas e médias propriedades policultoras o que, *pari passu*, gera aumento dos preços dos alimentos, carestia e fome.

Essa característica seria responsável pela baixa produtividade no campo e nos setores industriais ligados à tecnologia agropecuária. Vinhas vê ainda uma diferenciação entre a classe latifundiária e uma burguesia rural: enquanto a primeira usa técnicas toscas e pré-capitalistas, a segunda tende a introduzir tecnologia avançada no campo. Ainda mais, a classe latifundiária expõe os seus trabalhadores à exploração inaudita:

Os proprietários violam todas as leis trabalhistas existentes e se opõem tenazmente a qualquer nova legislação em benefício do trabalhador. Esta contradição atinge as grandes massas trabalhadoras rurais, provoca diferentes tensões não somente entre os diretamente interessados, como entre o comércio e indústria com o latifúndio retrógrado, que com sua atitude limita o poder aquisitivo das populações interioranas, prejudicando os seus negócios²⁸⁷.

²⁸⁷ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 149.

O que nos leva a deduzir que a exploração capitalista, para o autor, é menos intensa que a do modo de produção feudal.

Esse tipo de exploração peculiar ao atraso, seria caracterizada pelo pagamento em espécie ou pela cessão da policultura em parte da terra, além da ausência de qualquer contrato formal.

Como solução para este panorama do campo brasileiro, defende a Reforma Agrária que, em suas palavras, seria “uma ação ou um conjunto de medidas que devem solucionar e superar determinadas contradições ou tensões acumuladas na economia agrária, nas relações sociais e na situação política num dado momento histórico²⁸⁸”. Diferentemente de Prado Jr, Vinhas acredita que o parcelamento e distribuição de terras seja o caminho demandado pelos camponeses como modelo de reforma agrária²⁸⁹, sendo a contradição presente no campo brasileiro àquela entre camponês e proprietário de terra, não entre burguesia e assalariado.

Além de prover terra ao camponês, o fracionamento da terra abalaria o poder do latifúndio, contribuindo para resolver, de imediato, os problemas acima apresentados.

Essa reforma agrária, que deveria ser condicionada ao limite do tamanho da propriedade da terra – em torno de 500 hectares, dependendo do tipo de produção – poderia ser de caráter individual, coletivo, estatal e mista. Essas propriedades, pequenas ou médias, atenderiam com vigor a demanda por alimentos do mercado interno, contribuindo para o barateamento do custo de vida do trabalhador. Culturas que exigem, pelo tipo de cultivo, extensões maiores de terra, poderiam ser partilhadas por cooperativos ou gerenciadas pelo Estado. Já as fazendas com reconhecido índice de produtividade poderiam ser mantidas, tornando-se empresas mistas, estatais e privadas. Quanto a desapropriação, Vinhas indica que seria progressiva, iniciando-se pelas terras improdutivas e/ou próximas de centros urbanos e grandes vias de comunicação. A indenização aos antigos proprietários seria em títulos públicos resgatáveis em longo prazo e juros baixos. O Estado deveria, ainda, prestar auxílio para instalar a infraestrutura e serviços sociais básicos aos trabalhadores do campo, por meio de instituições específicas compostas também por trabalhadores. As terras de propriedade de empresas estrangeiras seriam desapropriadas ou receberiam ingerência estatal e o mesmo ocorreria com os frigoríficos e demais setores que estão sob jugo de interesses externos. Para fins de enfrentar

²⁸⁸ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 140.

²⁸⁹ “Milhões de camponeses pobres – parceiros, arrendatários, posseiros, colonos e outras categorias – visam este objetivo e, mesmo entre os assalariados e semiassalariados de toda gama, há numerosos deles que anseiam voltar ou passar à condição de proprietários. Sua “libertação” da terra que pertence geralmente ao grande proprietário, e da qual constitui mero acessório, e o acesso ao trabalho livre e remunerado ainda não se tornou motivação bastante para desprender-se do velho sonho: a terra é sempre a terra, dirão sempre”. Ibidem. p. 142.

o caráter antissocial e antieconômico do latifúndio o Estado agiria limitando a área destinada a monocultura e promovendo a policultura com políticas de crédito e incentivos.

A reforma fiscal no campo, outro elemento promotor da reforma agrária, deveria promover o aumento da taxa tributária para grandes propriedades. Teria que se fazer cumprir, da mesma forma, o Estatuto do Trabalhador Rural, garantindo-se a aplicação do salário mínimo e outros pontos tocados pela carta, bem como o fortalecimento dos sindicatos para garantia de seu cumprimento. Faria parte da reforma agrária, ainda, a proibição do pagamento em espécie ou outra forma que não em moeda e estabelecida por contrato.

Vinhas arremata seu plano de reforma agrária aferindo que esta é diametralmente oposta aos latifundiários, aos imperialistas e a parte das empresas brasileiras que se atrelam a estes setores, atores estes que além de não admitirem a reforma, ainda agem ativamente para boicotá-la, usando seu poder econômico e político para esse fim. Como prova disso, aponta para o apoio desferido por estes setores ao golpe de primeiro de abril, cujo um dos objetivos justamente era impedir os avanços da Reforma Agrária e das organizações de trabalhadores no campo.

Pelo exposto pode Vinhas afirmar que o caráter da Revolução Brasileira é fundamentalmente perpassado pela luta contra o latifúndio e encabeçada pelo que chama de proletariado rural:

A força social mais consequente nos campos, em favor da reforma agrária, são as massas camponesas pobres. É indubitável que, do ponto de vista histórico, destaca-se delas o proletariado rural porque sua completa libertação liga-se à supressão do sistema de exploração do homem pelo homem, ao socialismo, enfim. Entretanto, o caráter da revolução brasileira na atual etapa histórica é antifeudal, antilatifundiário e anti-imperialista, visa remover não a propriedade privada, mas sim o monopólio da terra e a destituição não da burguesia rural como classe dominante, mas sim dos latifundiários. Lutando contra este sistema e por sua modificação, as populações rurais que anseiam obter terras e outras reivindicações que a reforma agrária deve-lhes franquear, representam a grande força progressista de nossa época²⁹⁰.

O antagonista é claro segundo o autor: o latifúndio semifeudal e seu aliado o imperialismo. A burguesia, tanto rural, quanto urbana, seria, nesse raciocínio, aliada das massas de trabalhadores rurais, pois também aspiram pela Reforma Agrária, visando maior mercado consumidor para seus produtos, chegando até a se engajar na luta dos trabalhadores. Operários urbanos completariam o rol de apoio aos camponeses, integrando uma frente de luta contra os algozes comuns: “Dito isso, vemos que todo o povo se empenha na reforma agrária: correntes

²⁹⁰ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 164. Grifos nossos.

de opinião e partidos políticos, tudo quanto de progressista existe está engajado nesta jornada irresistível, o mar encapelado da reforma agrário-camponesa²⁹¹”.

2.3.3 Caio Prado Júnior: voz dissonante, análise certa.

Caio da Silva Prado Jr, nasceu na cidade de São Paulo, em 1907, em uma família abastada da elite paulistana. Em 1928 formou-se bacharel na faculdade de direito de São Paulo, ingressando neste mesmo ano na vida política do país por filiação ao PD (Partido Democrático). Vivendo em uma época de intensa atividade política no país, participou ativamente da Revolução de 1930 e foi vice-presidente da ANL (Aliança Nacional Libertadora) em época que já era filiado ao PCB. Dedicado tanto a vida política quanto a intelectual, nunca deixou de lado seu posicionamento contundente de defesa da classe trabalhadora e do comunismo – postura que lhe custou o exílio e a prisão. Devido a vastidão temática de sua obra, pode ser tomado como historiador, economista, jurista ou político, e com certeza um dos maiores intelectuais brasileiros, cujas obras são fundamentais para entender o Brasil.

No entanto, conforme Souza e Rago²⁹², apesar da envergadura do autor, seu ideário não foi bem compreendido e sua obra teve destino trágico. Isto porque era intrínseco ao pensamento do autor, a fidelidade à realidade objetiva dos acontecimentos, aspecto não compreendido e muitos menos reproduzido pela maioria dos analistas contemporâneos.

Caio Prado Júnior talvez seja o pioneiro no debate aqui problematizado. Pautando-se pelo marxismo em uma época na qual a historiografia brasileira negava o materialismo histórico como parâmetro para a análise da realidade, destoou mesmo de seu partido, o PCB, justamente por defender o que considerava particular ao Brasil de forma muito enfática e rigorosa²⁹³. Diversas vezes rechaçado pelos próprios companheiros do partido, negava enfaticamente a transplantação da teoria stalinista que sugeria a sucessão sequencial de modos de produção e afirmava a necessidade da análise histórica de cada caso particular:

será pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria, que se revelarão tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele

²⁹¹ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 168.

²⁹² SOUZA, Ângela Maria. RAGO, Maria Aparecida de Paula. Caio Prado: vida e obra transgressoras e o destino trágico de seu pensamento. *Verino – revista on line de filosofia e ciências humanas*. n. 17, Ano IX, abril de 2014.

²⁹³ Cf. IUMATTI, Paulo T. *Diários políticos de Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1998. IUMATTI, Paulo T. *Caio Prado Jr. Uma trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas²⁹⁴.

Isso porque as orientações do PCB, baseadas nas diretrizes para os países latino-americanos tomadas no VI Congresso Mundial da Internacional Comunista em 1928 tomavam como pressuposto a presença de restos feudais e, conseqüentemente, de uma burguesia nacional anti-imperialista que superaria esta etapa rumo à democracia burguesa. Justamente por não se ancorar na especificidade de nossa realidade, Prado Jr considerava que a postura de apoio à burguesia dita nacional, tomada pelo PCB, contribuía em demasia para os graves equívocos tomados pelas esquerdas no pré-1964²⁹⁵.

Ciente de quão danosas poderiam ser formulações equivocadas para a condução dos trabalhadores brasileiros e inserido nos principais debates da política nacional, se dedica exaustivamente para a análise e compreensão do país desde *Formação do Brasil Contemporâneo*. Esta obra tem como marca a revelação de um traço essencial da formação social brasileira, a saber, a lógica exógena de nossa economia, que sempre privilegiara interesses estrangeiros em relação ao desenvolvimento nacional. Desta forma, o historiador paulista nos apontará um dos elementos essenciais da particularidade brasileira: a exploração pelas grandes metrópoles e a dependência externa.

Segundo Prado Júnior, este caráter seria o elemento central de nossa economia desde a construção da empresa colonial, uma vez que a colonização brasileira se situa no contexto maior, a saber, de construção do modo-de-produção capitalista. Assim, inserida neste capítulo da história europeia, a colonização seria apenas um acessório na dinâmica do capitalismo mercantil, sendo, as riquezas retiradas das colônias, elemento da acumulação primitiva de capital. De sorte que, devido a esta inserção na dinâmica do capitalismo mundial, o objetivo central da tarefa colonial foi sempre enriquecer e desenvolver a metrópole e não a colônia, sendo o desenvolvimento brasileiro realizado em função dos interesses externos. Nas palavras do autor,

o Brasil surgiu no quadro das atividades europeias a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente à sua órbita, assim como a África e a Ásia; atividade que acabará por integrar o universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno. A ocupação do Brasil e o seu povoamento só foi um episódio, um pequeno detalhe daquele imenso quadro. A colonização portuguesa na América não foi um fato isolado - é parte de um todo. A perspectiva do historiador é do todo que explica a parte. A parte-Brasil tem um sentido-todo: nossa formação se deu, essencialmente, para fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e café para o comércio

²⁹⁴ PRADO JR., Caio. op. cit. p. 15-16.

²⁹⁵ Ibidem.

européu. Nada mais do que isto. Foi com tal objetivo, exterior, para fora, que se organizou a sociedade e a economia brasileiras. [...] Todos os grandes acontecimentos desta era dos descobrimentos articulam-se num conjunto que só é um capítulo da história do comércio europeu. A colonização do Brasil é um capítulo dessa história.[...] O caráter do início manter-se-á dominante através dos três séculos e gravar-se-á profundamente na vida do país. Ter em vista o "sentido da colonização" do Brasil desde o seu início é compreender o essencial do Brasil. E desde o início, integrado à expansão mercantil européia e exportando para lá o seus produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas, o Brasil é capitalista. A economia brasileira nasceu como grande exploração comercial, criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo. O Brasil sempre compartilhou do mesmo sistema e das mesmas relações econômicas que deram origem ao capitalismo”²⁹⁶.

O caráter capitalista do Brasil é pelo autor enfatizado, nessa dinâmica, em acalorado debate com outros intelectuais brasileiros e no interior do PCB. Apesar de não utilizar claramente a dialética particular-universal, é evidente que a questão de como o Brasil se insere no modo de produção capitalista é central para o autor. Da mesma forma é evidente a tentativa do mesmo de encontrar, nesta dinâmica, os elementos que caracterizam a formação brasileira como singularidade. Destoando da *intelligentia* de seu tempo, mesmo no interior da esquerda, Caio Prado não toma, para a análise do caso brasileiro, modelos pré-fabricados e externos à própria realidade brasileira²⁹⁷, conforme pode ser verificado na seguinte passagem: O capitalismo que forma denominador comum desses países, constitui um sistema de conjunto em que cada um deles, ou grupos mais ou menos homogêneos, ocupam situações qualitativamente diversas que não se reduzem a um simples escalonamento de progresso econômico ou de estágio de desenvolvimento capitalista”, de forma que, o que caracteriza o Brasil não é “nem principalmente seu baixo nível de desenvolvimento e progresso econômico, e muito menos a insignificância de sua renda nacional; e sim aquela posição específica que ocupam no conjunto do sistema capitalista”²⁹⁸.

O sentido da colonização, apontado por Prado Jr – o caráter exógeno de nossa economia e o conseqüente desenvolvimento incompleto e excludente – pode ser entendido como o essencial que caracteriza a formação brasileira e que se repõe e atualiza a cada novo momento histórico. A distinção entre colônia de povoamento e colônia de exploração feita pelo autor deixa ainda mais clara sua tentativa de particularizar determinados elementos da colonização brasileira. Assim, podemos traçar um paralelo entre a categoria “sentido” utilizada

²⁹⁶ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 16.

²⁹⁷ Cf. SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr: gênese e reiteração do ciclo vicioso*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009. p. 88.

²⁹⁸ PRADO JR., Caio. Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 24, p. 09-15, Julho-agosto de 1959.

por Prado Jr e a categoria particularidade por nós analisada. Ambas tentam indicar o que caracteriza determinada formação histórica em diálogo com o todo em que está inserida esta formação. Também, como ressalta Prado Jr, entender o particular de cada caso não significa se ater a detalhes e pormenores, e sim entender o que está por trás do superficial, “a linha mestra que define a história”, o essencial, o todo: “todos os momentos e todos os aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja”²⁹⁹.

Avançando historicamente, Caio Prado entende que a República expressa a adequação da economia brasileira aos novos padrões do capitalismo do século XIX, modernizando-se, embora mantendo seu status de país dependente. Aí se insere o relativo desenvolvimento da infraestrutura, como as estradas de ferro e a urbanização, bem como os primeiros ensaios de um parque industrial. No entanto, ressalta o autor, o caráter essencial que guia nosso sentido é reiterado e colocado como peça central da economia brasileira: o padrão da economia agroexportadora. A manutenção desse padrão intrinsecamente é o grande limitador do desenvolvimento nacional. Também é ressaltado por Prado Jr o padrão exógeno de nossa economia, efetivado na República Velha pela necessidade de financiamento externo da produção agropecuária³⁰⁰. Esse mecanismo, repostado pela necessidade de importação, uma vez que o foco da economia estar voltado à exportação, repõe o ciclo vicioso apontado pelo autor: o foco na agro exportação impede o desenvolvimento de uma economia interna forte, do que decorre a necessidade de financiamento externo e de importações; o financiamento externo e as importações geram grande necessidade de divisas para serem pagos. A exportação se impõe para gerar essas divisas estrangeiras. Desta forma, se configura toda uma lógica voltada para fora e as crises da agro exportação expõe o tamanho da ferida: a economia brasileira se debate pela falta de autonomia pois sem os recursos da exportação não se cumprem os pagamentos da galopante dívida externa e se trava a importação. É a prova dos nove da dependência externa.

Com relação à Revolução de 1930, Caio Prado afirma que aquele modelo reinante na República Velha não mais era suficiente para o nível de desenvolvimento material que atingia o Brasil e não sobreviveria diante da mudança do panorama mundial. A crise da agroexportação, portanto, permite que desponte uma economia minimamente voltada ao interno. O autor analisado ressalta que a contradição entre a necessidade de importação e acesso a divisas estrangeiras constrangia a economia nacional e a incentivava, mesmo antes da Guerra Mundial,

²⁹⁹ PRADO JR., Caio. op. cit., 1973. p. 19

³⁰⁰ Na mesma linha de Prado Jr, o aspecto do financiamento externo da economia é pormenorizado por Francisco de Oliveira cuja obra analisamos no capítulo três dessa dissertação.

a produção interna. Essa tendência é intensificada com o conflito bélico, obrigando o país a produzir o que antes era importado para atender a demanda interna. De forma que vai se descortinando certa tendência ao desenvolvimento interno do país, com produção industrial e agropecuária voltadas para o mercado interno. Contra esta tendência, entretanto, levantou-se parte da elite tradicional na tentativa de retomar a linha agroexportadora, agora voltada para outros gêneros exportáveis diversos do café. Novamente o panorama internacional de fechamento de mercados devido à guerra mundial frustra os planos dos proprietários rurais. De acordo com Souza,

Conclusão: o processo tradicional sob o qual se erigia a economia brasileira mostrava-se incapaz de atender às novas necessidades do país. Sua entrada em desagregação datava, em especial, do período após 1930, quando o Brasil se viu radicalmente impedido de cumprir seus compromissos. [...] Para nosso historiador, as crises contínuas demonstravam que a antiga base exógena não dava mais conta de sustentar o país. E, sendo contínua e crescente, revelava que não era circunstancial, e sim incrustada em nossa evolução. Mas, ainda assim, o direcionamento da economia no caminho nacional era constantemente comprometido por fatores políticos e sociais de grande poder que obstavam seu pleno desenvolvimento. Situação plenamente compreensível, considerando-se os séculos de domínio de tal sistema econômico³⁰¹.

Caio Prado admite a existência de avanços deste novo momento econômico, mas reitera o caráter conciliador de tal momento ao afirmar que: “embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes, posam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro” não se observam “na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil”³⁰². Essa burguesia que não é nacional, como muitas vezes ressaltou o autor, se associa ao capital internacional e realiza a chamada dupla exploração, ou seja, os trabalhadores brasileiros acabam por sustentar duas burguesias, a interna e a externa, o que, como não poderia deixar de ser, gera superexploração dessa força de trabalho.

Além dessa questão, a ausência de um plano de desenvolvimento voltado a infraestrutura e à indústria nacional, sendo nosso incentivo industrial mais circunstancial e motivado por fatores exógenos à nossa economia, teve como consequência um crescimento industrial pouco estruturado e débil. Ressaltando que desde a época colonial não se efetivou no

³⁰¹ SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 212.

³⁰² PRADO JR., Caio. op. cit., 2004. p.12.

Brasil qualquer planejamento ou programa que visasse a industrialização, destaca ainda nosso limite no tocante à infraestrutura, como insuficiência energética e ausência de uma indústria siderúrgica: “Indústria de expressão e significação econômicas secundárias terão por isso precedência sobre outras fundamentais, o que se observa em particular na debilidade e insuficiência, ainda hoje tão sentidas, das nossas indústrias de base: metalurgia, mecânica, química, etc.”³⁰³. Ainda, o limitado mercado consumidor do país foi o principal obstáculo ao desenvolvimento industrial, tendo em vista as poucas condições econômicas em que vivia a maioria da população e sua distribuição irregular pelo território nacional.

Ainda com relação à tentativa de industrialização, Prado Jr percebe que se algumas medidas foram tomadas para o incentivo industrial, estas eram dúbias e voltadas também para a proteção da agroexportação, como a desvalorização monetária que, apesar de estimular a indústria nacional, encarecia a maquinaria vinda de fora, essencial para um parque industrial desestruturado. De forma que o padrão industrial era reposto, sendo inexistente uma indústria autossustentada. De forma que, mesmo na contemporaneidade, em relação aos países do centro da economia capitalista, o Brasil não passava de um

país periférico do sistema capitalista; isto é, de país situado à margem daquele sistema e complementar dele; e assim, embora não integrado nele propriamente, a ele se liga e dele depende. Conserva-se assim numa posição necessariamente subordinada, sofrendo as contingências desfavoráveis daquele sistema, e não auferindo dele senão em proporções mínimas, os eventuais proveitos que ainda pode proporcionar na atual fase histórica. Em suma, do capitalismo, o Brasil em conjunto como nacionalidade, sofre na sua plenitude, os aspectos negativos, e não aufere o que ele proporciona de positivo aos países propriamente capitalistas, a saber, um nível materialmente elevado³⁰⁴.

Já em 1962, em artigo para a Revista Brasiliense, Caio Prado realiza análise da situação econômica do Brasil nas décadas de 40, 50 e início de 60. Afirmando que a Segunda Grande Guerra propiciou um momento volátil em nossa economia, a acumulação de capital realizada no período teria favorecido as classes possuidoras em detrimento da massa trabalhadora, pois a redução da oferta de mercadorias antes importadas causou aumento de preços sem a contrapartida de aumento salarial. No entanto, essa prosperidade econômica se esgota e a debilidade da economia nacional volta a aparecer quando, com o fim da guerra, se esgotam também as condições circunstanciais que incentivavam nossa economia. A retomada das

³⁰³ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 298-299. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 213.

³⁰⁴ PRADO JR., Caio. Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 2, p. 84, nov-dez de 1955.

importações, para abastecer o departamento I não produzido internamente e satisfazer a demanda por bens de luxo da classe dominante, não acompanhada pela retomada das exportações, expõe novamente a problemática da balança de pagamentos. Em 1950, novamente uma mudança no cenário mundial determina os rumos da economia nacional: se retomam as exportações devido à valorização das matérias-primas no mercado mundial. Isto permite a Vargas uma nova onda de desenvolvimento industrial. No entanto, na visão de nosso autor, novamente o Brasil surfa na onda internacional e realiza uma industrialização desestruturada, sem atentar para a necessidade de remodelação estrutural de nossa economia. Como consequência a crise apita novamente na realidade brasileira já em 1952. Prado reitera, no entanto, que a crise cambial não era algo decorrente da conjuntura e sim característica que acompanhava a economia brasileira desde seus primórdios; decorria do fato de a base da economia nacional ser a exportação de matérias-primas enquanto, em contrapartida, essa economia, pela ausência de indústrias de base e mesmos dos ramos industriais mais básicos para atender os interesses de sua população, necessitava de cada vez mais importações. O crônico déficit da balança de pagamentos era ainda intensificado pela crescente necessidade de remuneração do capital internacional, cada vez mais presente em nossa economia. Para Caio Prado, essa era a mesma contradição que perseguia a economia nacional desde seus primórdios.

Muito interessante é notar a percepção do autor, ainda na década de 50, da vinculação entre imperialismo e a economia dependente brasileira. As tendências do imperialismo de concentração do capital bem como de domínio e não necessariamente propriedade do capital são vistas por ele como explicação para a chegada dos capitais excedentes em países periféricos como o Brasil. De forma que a lógica colonial é reposta e o Brasil novamente obedece aos ditames internacionais sem desenvolver o interesse nacional.

Outro elemento importante defendido pelo autor é a necessária presença do Estado para fazer frente aos interesses do capital internacional, uma vez que a burguesia brasileira não tinha força para fazê-lo – característica, aliás, que é tomada como elemento de nossa particularidade. Na verdade, a figura do Estado serviria como promotora do interesse nacional, evitando que ficássemos subordinados a interesses alheios.

De forma que, para o autor, nosso ciclo industrial:

vinha se estruturando sob o signo do *círculo vicioso e contraditório do sistema colonial*, agora reforçado pelo papel que o imperialismo assumia no processo de desenvolvimento industrial – o de implantação de empresas subsidiárias no país, como forma de ampliação de suas vendas, e de centros decisórios externos, fora de nosso alcance. Tratava-se de um avanço sempre limitado, excludente e constrangido, pois o

processo de modernização contava com mecanismos que emperravam seu alavancamento autônomo, rompendo, com isso, o *círculo de ferro*³⁰⁵.

Com relação ao governo JK, Caio Prado escreve para a Revista Brasiliense em 1956 sobre sua decepção com os descaminhos de tal governo, uma vez que as camadas populares eram mais uma vez penalizadas. Assim, como o povo, também o interesse nacional era ignorado, fato evidente na manutenção pelo governo da instrução 113 da SUMOC, entre outras medidas que privilegiavam o capital internacional em detrimento das indústrias domésticas. Sobre o governo JK Caio Prado escreve:

foi certamente o mais entreguista, e nunca a economia brasileira assistiu a tamanha orgia imperialista. Para comprová-lo, basta observar o estado em que a política do senhor Kubitschek deixa a economia e as finanças do país depois do seu 'desenvolvimento' de 50 anos em cinco apenas (...) O que vemos são todas as principais e mais rendosas atividades econômicas brasileiras ocupadas e exploradas ou inteiramente, ou em proporções apreciáveis, por grandes empreendimentos internacionais. (...) A indústria brasileira, por obra sobretudo do senhor JK, não passa hoje, fundamentalmente, de uma constelação de filiais de grandes empresas internacionais³⁰⁶.

E como consequência “Nunca se enriqueceu tanto no Brasil como nesses '50 anos de desenvolvimento em cinco' do senhor Kubitschek, como também nunca se empobreceu tanto e tão rapidamente”³⁰⁷.

Como analista de seu tempo, a crise econômica e política pela qual passa o governo Goulart, não deixa de ser objeto de análise de Prado Jr nas páginas da Revista Brasiliense. As esperadas Reformas de Base, tanto adiadas pela questão do parlamentarismo/presidencialismo em debate no governo Jango, foram, quando da vitória do presidencialismo, novamente proteladas por não serem de interesse dos políticos de então; mesmo a política econômica do governo, o plano trienal, decepcionou nosso autor e não teve resultado positivo na realidade brasileira. Para Caio Prado, os verdadeiros interesses nacionais expressos nas Reformas de Base, foram deixados de lado por interesses políticos e pessoais: as Reformas eram diametralmente opostas aos interesses da classe dominante. Até mesmo o presidente Goulart e

³⁰⁵ SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da revista brasiliense (1955-64)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2004. p 75.

³⁰⁶ PRADO JR., Caio. As eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense*. n. 32, nov./dez.1960. p. 08. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009. p. 252.

³⁰⁷ PRADO JR., Caio. Panorama da política brasileira. *Revista Brasiliense* n. 38, nov./dez. 1961. p. 05. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009. p. 253.

o PTB são vistos por ele apenas como retórica nacionalista, uma vez que na prática não efetivaram nada além de interesses próprios.³⁰⁸

Podemos concluir pelas posições do autor até o momento por nós analisadas, que o mesmo entende que a modernização brasileira, sua industrialização, veio intrinsecamente arraigada no passado agroexportador de nosso país. De forma que o resultado dessa contradição de algo novo que se desenvolve no seio do velho, define o elemento particular de nossa realidade, a saber, um capitalismo arcaico, desestruturado, subordinado e super explorador da mão-de-obra trabalhadora. Em suma, a reposição, em moldes novos, do velho “círculo vicioso³⁰⁹” que caracterizava nossa economia colonial.

De forma que nossa modernização

não se deu por meio da remoção das formas antigas. Isto é, a transição foi conciliatória, já que conservou os velhos interesses agrários e, concomitantemente, mesclou-os com os emergentes interesses urbanos e industriais. [...] Para o historiador em tela, a industrialização brasileira vinha se confirmando sob o signo do círculo viciosos e contraditório do sistema colonial, agora revigorado pelo papel assumido pelo imperialismo no processo de desenvolvimento industrial [...] Decorria, assim, um progresso sempre limitado, excludente, e constrangido, de vez que o processo de modernização se valia de mecanismos que tolhiam seu desenvolvimento auto-sustentado, repondo, com isso, o círculo de ferro do qual não conseguíamos nos livrar³¹⁰.

De acordo com Gennari, em oposição aos ditames dos conservadores da década de 60 e mesmo da CEPAL, para Caio Prado Jr o problema da economia brasileira não seria resolvido apenas com a modernização e incremento da industrialização. Era necessário que essa industrialização se desse em termos nacionais e “obedecendo aos legítimos interesses do povo brasileiro”, daí suas concepções sobre o nacionalismo e sobre o papel do capital internacional. De acordo com o autor, o nacionalismo que vinha se reforçando no Brasil na década de 50 e 60 não era caracterizado por

³⁰⁸ Cf. SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009. p. 258.

³⁰⁹ Souza identifica em Prado Jr a noção de “círculo vicioso” que, nas palavras da autora: “Na investigação de suas obras sobre Brasil, constatou-se um traço marcante que as perpassa: a reiteração do círculo vicioso correntemente denunciado, a saber, tratava-se de uma economia exógena, que não atendia prioritariamente aos interesses internos. Produto do estatuto colonial já em sua gênese e que foi se cristalizando com o tempo, conformando um crescimento desigual e subordinado, o que comprometeu um desenvolvimento auto-sustentado e impediu que o país transitasse de uma economia colonial para uma economia nacional. Círculo vicioso este que, ao longo da história, foi composto de elementos e situações diversos, mas que manteve sua base essencial, a exclusão das classes trabalhadoras dos resultados da riqueza produzida e dos processos políticos, o baixo padrão de vida das classes populares e a violência costumeira desencadeada contra elas. É a constatação da presença funesta do passado ainda no nosso presente que, iniciado na colônia, não foi rompido no processo de independência e foi reiterado na república”. SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009. p. 05.

³¹⁰ Ibidem. p. 273-274.

nenhum desses aspectos negativos que tão frequentemente, em outros lugares e épocas, acompanha as manifestações nacionalistas. Ele não tem nada de xenófobo, de desconfiança instintiva e indiscriminada contra o estrangeiro. Não é o preconceito que mesmo acessoriamente inspira o nacionalismo brasileiro de nossos dias. Como pensamento político ele exprime tão somente a consciência que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira, da situação dependente e subordinada em que se encontra o país com relação aos grandes centros financeiros e capitalistas do mundo contemporâneo³¹¹.

O nacionalismo é entendido como uma arma ideológica para a construção de uma indústria genuinamente brasileira³¹² e para atender os verdadeiros interesses do país.

É nesse sentido que entende que não basta o país periférico apenas se industrializar. É necessário também que o país periférico controle o processo de investimento e todos os elementos do processo produtivo, sendo o nacionalismo uma arma ideológica para assegurar tal controle³¹³.

Assim, negando o postulado de desenvolvimento como progressão unilinear ou etapismo independente das condições objetivas, uma política nacionalista seria condição *sine qua non* para um desenvolvimento econômico pleno no caso brasileiro e rompimento da situação vigente.

Caio Prado Jr em sua contribuição de peso à questão agrária, presente sobretudo, em seu livro *A Revolução Brasileira*, e consonante com sua elaboração de Sentido da colonização, afirma que a questão agrária no Brasil guarda especificidades que decorrem de sua realidade histórica, diferenciando-se, portanto, dos países europeus. A presença do latifúndio e do sistema plantation lega à economia brasileira marcas que mesmo na contemporaneidade são determinantes.

De forma que este *sentido* se perpetuara e seu legado garantirá, no campo brasileiro, a intensa concentração da propriedade de terras. Essa concentração, em contrapartida, condena milhões de brasileiros a serem excluídos de um nível de vida minimamente digno. Em artigo para a Revista Brasiliense, em 1960, o autor nos revela números que comprovam seus argumentos; utilizando dados do recenseamento de 1950, afirma Prado Jr.:

enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área. O alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente. É preciso acrescentar que o

³¹¹ PRADO JR, Caio. op. cit., 1955. p. 84.

³¹² PRADO JR, Caio. A Remessa de Lucros e a Libertação Econômica do Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 39, p. 01-09, Jan-Fev, 1962.

³¹³ GENNARI, Adilson Marques. *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a Lei de Remessa de Lucros no governo de João Goulart*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. p. 38.

recenseamento foi realizado na base de ‘estabelecimento’, e não de ‘proprietário’, não aparecendo nele, portanto, o caso tão freqüente de grande proprietário com mais de um estabelecimento. Não estamos também considerando a distinção entre terras próprias e arrendadas. Os dados apresentados não refletem assim adequadamente o verdadeiro grau de concentração da propriedade. Há que lembrar ainda, para completar o quadro, a situação de cerca de cinco milhões (precisamente 4.984.801) trabalhadores rurais, entre assalariados e parceiros, empregados a serviço alheio³¹⁴.

A lógica própria de nosso desenvolver histórico, a saber, a formação de uma empresa mercantil destinada a favorecer economias externas, é o mote que regula a formação do latifúndio. A lógica se perfaz, portanto, com vistas sempre a atender este objetivo mercantil, elemento também evidenciado pela patente preferência do mercado agropecuário pela monocultura de exportação ao invés da policultura para o mercado interno. Assim, fica evidente que é a produção e não a circulação ou o consumo, que ditam o ritmo do setor e, mais ainda, que a exploração agromercantil é que dita as regras desta produção e do trabalho. O panorama do campo brasileiro é dado, portanto, por uma pequena camada dominante que concentra a maior parte das terras agrícolas e por massas de trabalhadores rurais que se espremem em pequenas propriedades de onde mal conseguem retirar o seu sustento. De forma que a problemática central para o historiador paulista é, antes de meramente formal ou técnica, a questão humana: as condições de vida miseráveis da maioria da população trabalhadora do campo brasileiro. A atualidade do pensamento de Prado Jr é patente, portanto, se pensarmos quão longe estamos, na atualidade, da resolução desta questão social que se arrasta pela história nacional.

A estrutura do campo brasileiro cumpre sua função de manter o círculo vicioso da economia nacional, uma vez que a concentração fundiária não apenas reproduz a miséria para o trabalhador como também mantêm e reproduz a estrutura concentradora e de dominação:

A concentração da propriedade fundiária tem assim um duplo efeito: primeiro, o de conceder ao empreendimento agromercantil uma base territorial conveniente para a realização de seus objetivos; e, em seguida, de assegurar ao mesmo empreendimento a mão-de obra indispensável de que ele necessita³¹⁵.

Caio Prado refuta, assim, argumentos comuns à época de que a concentração fundiária brasileira era fruto da extensa oferta de terras e da pequena oferta de mão de obra, afirmando antes que se é verdadeira a primeira afirmativa, a segunda não encontra correspondência na realidade, uma vez o vasto número de trabalhadores desempregados ou que migram para a

³¹⁴ PRADO JR., Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, nº 28, mar./abr. 1960. p. 166-7. SOUZA, Ângela Maria. op. cit., p.107.

³¹⁵ PRADO JR., Caio. op. cit., 1960. p. 194. SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009. p. 236.

cidade, o que obriga o trabalhador que permanece no campo a aceitar condições de trabalho sub-humanas.

Além dessas formulações, que demonstram o caráter capitalista do latifúndio brasileiro, Caio Prado rebate as teorias que afirmam a presença de feudalismo no Brasil ao asseverar a incompatibilidade do caso brasileiro com a existência de camponeses ou servos, uma vez que

economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constituiu assim uma economia e classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração, a substituição do trabalho escravo pelo livre sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração³¹⁶.

Assim, as formas de trabalho aqui presentes, por mais que diversas – meeiro, parceiro, posseiro, colono, trabalhador fixo, etc – e mesmo permeadas por sujeição pessoal³¹⁷, estavam longe de constituir qualquer tipo de sociedade, independente da forma de remuneração que recebia, e acabavam por configurarem-se todas em formas de trabalho assalariado³¹⁸.

As afirmações do autor são corroboradas pela constatação de que essas diversas formas de trabalho foram progressivamente substituídas pelo assalariamento em dinheiro. A conclusão que chega, portanto, é a existência de um mercado de trabalho livre no campo brasileiro, flexível de acordo com a conveniência do mercado. As implicações dessa afirmação são fundamentais,

³¹⁶ PRADO JR, Caio. *Marcha da Questão Agrária no Brasil*. *Revista Brasiliense* nº 51, jan./fev. 1964. p. 7. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 137.

³¹⁷ Cf. TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit. p. 456: “Como decorrência da tese de predomínio das relações capitalistas na agricultura, Caio Prado via na extensão da legislação social aos trabalhadores rurais e na sindicalização rural, peças essenciais dentro de um programa de reforma da estrutura agrária. A legislação social poderia ‘extirpar’ os vestígios servis, permitindo o surgimento de relações mais justas, propiciando uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Inclusive, a esse respeito, Caio Prado atacava, duramente, as correntes de esquerda, principalmente os comunistas, por negligenciarem a questão do Estatuto do Trabalhador Rural”.

³¹⁸ “Isto porque julgava que era a prestação de serviços que o proprietário queria do trabalhador. A permissão para cultivo próprio, no seu entender, nada mais era que um meio para firmar o trabalhador no local e garantir uma prestação de serviços mais certa e fixa.[...] Depreende-se daí, de acordo com Caio Prado, que não existia nada que se assemelhasse a uma sociedade nas relações entre proprietários e trabalhadores. Aliás, não poderia ser de outra forma, na medida em que estes últimos não tinham nenhuma posse da terra. Eram os proprietários que detinham todos os direitos do solo, controlavam e fiscalizavam as atividades do trabalhador e determinavam a distribuição do produto, não tendo o “parceiro” nenhuma autonomia. Tratava-se, na verdade, de um trabalhador que se diferenciava pela forma de remuneração que recebia.” SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 112; TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit.

uma vez que além do controle sobre essa força de trabalho desprovida dos meios de produção, também a miserabilidade da massa desses trabalhadores cumpre o papel essencial de comprimir para baixo o valor da força de trabalho – uma vez que diante da necessidade de subsistência e da inexistência de terras suficientes para isto em suas mãos, acabam por se tornar uma grande fonte de mão-de-obra barata – além de tornar disponíveis as pequenas propriedades que não conseguem competir nesse sistema.

Caio Prado constata que essas equívocas interpretações por parte da esquerda brasileira das relações no campo tiveram como legado ações que antes de ajudar a solucionar o problema tornavam-se estéreis, quando não contribuía para a piora do mesmo. Afirmar a existência de relações feudais ou semif feudais era não atentar para a particularidade brasileira, fazendo comparações mecânicas com o caso europeu. Apesar da diversidade de formas que assumem as relações de trabalho, nunca predominou no caso brasileiro a presença do pequeno proprietário de terras ou servo da gleba à semelhança do camponês europeu. Uma vez que se aceitava a existência de “restos feudais”, estes deveriam ser superados pelo assalariamento, característico do capitalismo. No entanto, como exposto, na prática essa relação salariada já existia e era muito danosa para o trabalhador. Antes de afirmações abstratas de que a solução para a questão agrária era a aplicação de práticas modernas de trabalho, Prado indicava a necessidade de se averiguar cada relação e sua especificidade. No caso da meação, por exemplo, de acordo com Souza,

No que dizia respeito ao trabalhador, sua situação era melhor sob o regime de meação, dado que sua remuneração era maior, bem como sua condição de vida mais elevada. O que mais interessava era que a meação abria possibilidades para uma provável aquisição da terra pelo trabalhador. Para sua efetivação, seria necessário oferecer permanência e prosseguimento ao acordo de meação. Dada sua face dinâmica, esta modalidade se mostrava como uma possível fase da reforma agrária, de maneira que uma teoria que distorcesse as relações de trabalho no campo acabava por prestar um desserviço à classe trabalhadora rural³¹⁹.

Como não poderia deixar de ser, a questão da Reforma Agrária, essencial para a resolução dos problemas nacionais, também ocupou importante espaço nas reflexões de Caio Prado na Revista Brasiliense. A década de 60 experimentava intensa agitação no campo³²⁰ e

³¹⁹ SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009. p. 241-42.

³²⁰ Caio Prado citava os seguintes casos que ganharam repercussão: “o caso dos posseiros de Porecatu, no Paraná, e da região da Rio Doce, em Minas Gerais; o da ocupação de terras da fazenda Santa Helena em Marília (São Paulo); dos acontecimentos tão recentes de Santa Fé do Sul, também em São Paulo; do choque armado entre trabalhadores agrícolas e a polícia goiana em Planaltina, de que resultaram 11 mortes, fato ocorrido em dezembro último. E ainda o caso, de tão larga repercussão nacional, dos arrendatários do engenho Galiléia em Pernambuco, quando o governo do estado se viu forçado a desapropriar as terras do engenho e distribuí-las entre os lavradores

esta era a prova da não aceitação passiva do trabalhador rural da situação de miserabilidade que reinava no campo brasileiro. A questão agrária é intensamente debatida e tomara corpo a ponto de ser alvo de reformas até mesmo pelo governo conservador do estado de São Paulo. No entanto, segundo Prado, tais reformas eram apenas retóricas, uma vez que se baseavam em mecanismo equivocados e impossíveis de realização prática. Não desatavam, portanto, o nó górdio da questão da terra no país, impedindo a efetiva desconcentração da terra e a significativa melhora da qualidade de vida do trabalhador rural.

Ainda no ano de 1963, finalmente a questão agrária se traduziu em uma mudança significativa na legislação brasileira quando da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural no esteio das Reformas de Base. Sobre esse ponto fundamental, Caio Prado se mostra otimista diante de tal avanço, uma vez serem a extensão da legislação social e da sindicalização rural, peças-chave dentro de uma efetiva reforma agrária. Mas assinala preocupações e limites que poderiam comprometer essa conquista. Primeiramente, apontava o equivocado diagnóstico da real situação do campo brasileiro quando da elaboração do Estatuto, muitas vezes estando presentes propostas inaplicáveis na realidade concreta. A diversidade das formas de trabalho no campo brasileiro – acima apontadas – e suas especificidades, na maioria das vezes não foram consideradas na elaboração da legislação, o que abria margem para a exclusão desses trabalhadores dos direitos por ela garantidos. Enfaticamente, a presença da esquerda fora questionada por Prado na construção do Estatuto, devido a equivocada compreensão da natureza da necessária Reforma Agrária no Brasil.

Para este autor, não necessariamente o parcelamento da terra era o caminho ideal, no momento por ele analisado, para solucionar as questões no tocante a propriedade da terra. Em controversa posição, Prado Jr afirma a precedência de um eficiente e efetivo Estatuto do Trabalhador Rural à criação de pequenos proprietários rurais. Isso se daria, em primeiro lugar, devido à impossibilidade prática da divisão de terras, tendo em vista a reação de nossa conservadora classe dominante diante de qualquer avanço pró trabalhador. Também, haveria de se considerar, como já referido, a natureza do trabalhador rural brasileiro: longe de um camponês no estilo europeu, no Brasil predominavam relações mais próximas do assalariamento, antes demandando, estes trabalhadores, melhores condições de vida e trabalho do que propriamente a ocupação da terra. Ademais, afirmava, tratava-se, naquele momento, de garantir a proteção do trabalhador através de um texto constitucional, sendo a divisão de terras

que as ocupavam”. PRADO JR. Caio. A Reforma Agrária e o Momento Nacional. *Revista Brasiliense*, nº 29, mai./jun. 1960. p. 1. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 116.

realidade que só poderia se efetivar em casos específicos e diante de um generalizado movimento social: “[...] seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade de desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira, em uma coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários”³²¹. Assim, defende a aplicação de uma legislação trabalhista que regulasse as relações de trabalho, garantindo ao trabalhador condições de vida dignas. No entanto, não exclui o caminho da divisão da propriedade fundiária e mesmo do socialismo, mas enxerga esta alternativa apenas quando as lutas reivindicatórias dos trabalhadores levassem ao amadurecimento das condições objetivas.

Em interessante polêmica com Celso Furtado, um dos arquitetos das ações do governo Goulart, o autor paulista critica a ênfase de Furtado na modernização do campo brasileiro como determinante da melhoria das condições do trabalhador. Afirma Prado que a não utilização de tecnologia decorre justamente da exploração extrema da mão de obra rural, que permite, mesmo sob condições rudimentares, vultuosos ganhos para os proprietários. Lembra ainda que do ponto de vista do capital a exploração do campo brasileiro sempre foi vitoriosa, dado os ganhos que promoveu. Nesse sentido, enquanto o mote da produção rural for o lucro do proprietário, o incremento de tecnologia não é sinônimo de ampliação do nível de vida do trabalhador, podendo mesmo piorar as condições de trabalho. Também nessa questão a implementação de uma legislação que abonasse melhores ganhos aos trabalhadores garantiria a inovação tecnológica como único meio para conservar a aquisição dos ganhos.³²²

A técnica é um meio, e não um fim em si própria; e por isso somente vale em função do fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. De outro lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las³²³.

³²¹ PRADO JR., Caio. op. cit., 1979. p. 90.

³²² Este processo destituiria os empresários que não se modernizassem, gerando uma tendência de liberação de terras e, conseqüentemente, facultando a subdivisão da grande propriedade fundiária. Dever-se-ia aproveitar a possibilidade, implementando o estabelecimento de outras medidas, como uma rigorosa tributação territorial, conciliada com o estabelecimento de produtividade mínima por área. A liberação de terras traria, por sua vez, alternativas para os trabalhadores rurais – que não as tinham – de se empregarem na grande exploração ou se tornarem produtores independentes, acarretando uma transformação significativa nas relações de trabalho e quebrando a posição hegemônica que a grande exploração assumia no mercado de trabalho. Dessa maneira, “O efeito se terá feito em causa, e vice-versa; o que significa a continuidade do processo por força de seu próprio autodinamismo” PRADO JR., Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”, *Revista Brasiliense*, nº 47, mai./jun. 1963. p. 11 Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 128.

³²³ PRADO JR., Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* nº 28, mar./abr. 1960. p. 177. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit. p. 136.

Fica claro, desse modo, que a legislação trabalhista e sua efetiva aplicação eram consideradas por Caio Prado pontos fundamentais para a reforma agrária no país. Paralelamente a este ponto fundamental deveria ocorrer a facilitação da aquisição e do uso da propriedade de terra, visando a correção de sua intensa e histórica concentração³²⁴. Esses dois pontos essenciais, somados a outras medidas como a alteração da tributação do latifúndio e a exigência de um nível mínimo de produtividade (com vistas a evitar a especulação) formariam a complexa e necessária Reforma Agrária necessária para o campo brasileiro, problematização que vai muito além do simplismo como é tratada pela esquerda e do reacionarismo como é visto pela direita brasileiras o assunto.

³²⁴ De acordo com Tapia: “O surgimento de novos proprietários melhoraria sua situação não apenas dos que atingissem essa condição (proprietários), como dos assalariados rurais que, pela diminuição da pressão sobre o mercado de trabalho, teriam melhor poder de barganha”. TAPIA, Jorge Ruben Biton. op. cit. p. 457

3 A PARTICULARIDADE BRASILEIRA ENTRE O POLITICISMO E AS VIAS DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO

O entendimento pleno do materialismo histórico tal qual desenvolvido por Marx, não pode prescindir de um elemento central presente ao longo de toda obra do filósofo alemão: a historicidade dos fenômenos humanos. Em *A Ideologia Alemã*, Marx afirma como oposição ao materialismo contemplativo de Feuerbach que este

não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas³²⁵.

E, um pouco mais à frente, completa:

Essa concepção mostra que a história [...], em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias³²⁶.

Este excerto, dentre tantos outros que arrematam o papel da história no marxismo, nos aponta para a direção da categoria particularidade. Com relação à forma concreta que esses fenômenos históricos podem assumir, Marx já nos indicava a especificidade do caso alemão, forma diferenciada, em relação aos casos francês e inglês, de objetivação do capitalismo. Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, mais especificamente na *Introdução* publicada nos *Anais Franco-Alemães* em 1844, Marx reflete sobre o caráter particular do caso alemão para introduzir-nos na problemática relação entre filosofia e política nesse país. Afirmando que a filosofia hegeliana e sua teoria sobre o direito estão a frente da realidade concreta do país, sendo, portanto, idealizações abstratas dessa mesma realidade, Marx compara a realidade alemão com formações capitalistas modernas:

³²⁵ MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. SP: Boitempo, 2007. p. 32.

³²⁶ *Ibidem*. p. 43.

Se quisermos nos ater ao status quo alemão, mesmo da maneira mais adequada, isto é, negativamente, o resultado será ainda um anacronismo. A própria negação do nosso presente político é já um fato poeirento no quarto de arrumações histórico das nações modernas. Posso até negar as perucas empoadas, mas fico ainda com as perucas desempoadas. Se nego a situação alemã de 1843 dificilmente atinjo, segundo a cronologia francesa, o ano de 1789, e ainda menos o centro vital do período atual³²⁷.

Fica claro em toda esta *Introdução* a tentativa de Marx de elucidar o caráter atrasado do capitalismo alemão, sendo este ainda marcado pela presença forte de elementos do *ancien régime* no momento em que as nações europeias avançadas apenas lidam com as sombras deste fantasma:

A luta contra o presente político dos alemães é a luta contra o passado das nações modernas, que ainda se vêem continuamente importunadas pelas reminiscências do seu passado. Para as nações modernas, é instrutivo ver o *ancien régime*, que na sua história representou uma tragédia, desempenhar um papel cômico como espectro alemão³²⁸.

De forma que o atraso econômico, prático, alemão é refletido tanto em atitudes ultrapassadas na economia e na política quanto na teoria desenvolvida por seus intelectuais:

Por conseguinte, na Alemanha, começa-se com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra. A ordem antiga e podre, contra a qual estas nações se revoltam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões, é saudada na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que, até agora, a custo ousa mover-se de uma teoria astuta para uma prática implacável³²⁹.

A razão que leva Marx a realizar a crítica da filosofia do direito de Hegel é justamente este descompasso entre uma realidade atrasado e uma filosofia que idealiza esta realidade, sendo, portanto, incoerentes as propostas da teoria hegeliana para a prática alemã, ou seja,

A Alemanha não [...] atingiu ainda na prática os estágios que já ultrapassou na teoria. Como poderia a Alemanha, em *salto mortale*, superar não só as próprias barreiras mas também as das nações modernas, isto é, as barreiras que na realidade tem de experimentar atingir como uma emancipação de suas próprias barreiras reais?³³⁰.

As explicações, segundo Marx, das contradições alemãs estão justamente nesse desenvolvimento precário de seu capitalismo, uma vez que este conjuga elementos velhos, ultrapassados e novos, modernos, sem, no entanto, gozar das benesses do seu desenvolvimento.

³²⁷ MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 146.

³²⁸ Ibidem. p. 148.

³²⁹ Ibidem. p. 149.

³³⁰ Ibidem. p. 152.

De sorte que a Alemanha “experimentou também as dores deste desenvolvimento sem participar nos seus prazeres e satisfações parciais” pois “Se examinarmos agora os governos alemães, veremos que devido às condições da época, a situação da Alemanha, o ponto de vista da cultura alemã e, por último, o seu próprio instinto afortunado, tudo os impele a combinar as *deficiências civilizadas do mundo político moderno*(de cujas vantagens não desfrutamos) com as *deficiências bárbaras do ancien régime* (de que fruímos na quantidade de vida)”³³¹.

Na *Crítica do Programa de Gotha*, de 1875, Marx, no mesmo sentido, afirma que o estado prussiano “ não é senão um despotismo militar, burocraticamente entivado, policialmente guardado, recamado com formas parlamentares, misturado com acrescentos feudais e, ao mesmo tempo influenciado já pela burguesia³³²”, ao comparar o Império alemão com as “repúblicas democráticas” que já existiam na Suíça, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Lênin, ao tratar do caso Russo, especificamente na passagem do feudalismo para o capitalismo, cunha o termo Via prussiana para ressaltar a existência de um caminho diverso dos casos clássicos de constituição do modo de produção capitalista. Assim afirma Lênin que

Os restos do feudalismo podem desaparecer tanto mediante a transformação das terras dos latifundiários como mediante a destruição dos latifúndios, dos grandes proprietários, quer dizer, por meio da reforma e por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes fazendas latifundiárias, que paulatinamente se tornam cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituem os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e pode verificar-se também tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que por via revolucionária extirpam do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e se desenvolvem depois livremente pelo caminho das granjas capitalistas. Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, nós os denominaríamos caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano³³³.

Percebe-se que a preocupação de Lênin está na superação dos restos feudais, uma vez que a questão agrária foi fundamental para a modernização da Rússia no contexto de sua Revolução.

O filósofo húngaro György Lukács, seguindo o direcionamento de Marx e Lênin, toma o caso alemão como liame de muitos de seus estudos. Inicialmente buscando compreender as consequências na literatura e na filosofia do desenrolar histórica condicionado pela Via

³³¹ MARX, Karl. op. cit., 2005. p. 153

³³² MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha* In: Obras Escolhidas. Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. p. 30-31.

³³³ LÊNIN, V. I. “El Programa Agrario de la Social-Democracia”. In: *Obras Completas*. Tomo XII. Cartago, B. Aires, 1960. p. 241-242 e 246 Apud CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado* — Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. 2ª ed. São Paulo: Ad Hominem/UNA, 1999.

Prussiana³³⁴, acaba por elaborar um panorama da tessitura histórico-social alemã. Para além de determinar o caso alemão como desconexo do desenvolvimento da burguesia europeia, podemos encontrar no filósofo húngaro outra reflexão fundamental para a apreensão dos diversos caminhos que o capitalismo pode assumir em sua concretude. Assim, sintetiza os casos concretos em teoria, elucidando o que chamou de particularidade histórica. Lukács afirma que, sendo o concreto síntese de múltiplas determinações, e sendo estas determinações historicamente dadas, o universal capitalismo pode assumir particularidades que não negam o todo que lhes deu origem, mas antes o reafirmam de forma concreta. O capitalismo, portanto, é uma abstração, uma forma universal, que só toma sentido se analisado no seu evoluir histórico, ou seja, nas formas particulares que assume. De forma que o caso particular contém o universal. Por este raciocínio, Lukács afirma que a realidade concreta de cada formação social não exclui o carácter universal do capitalismo, de tal modo que universal e particular não são categorias exteriores entre si como querem muitas abordagens filosóficas.

3.1 O debate sobre as vias de desenvolvimento do Capitalismo no Brasil

Apesar de muitos pensadores brasileiros³³⁵ já terem refletido de forma pontual sobre a originalidade da história nacional, a apreensão da realidade brasileira a partir das indicações de Marx, Lênin e Lukács e do referencial teórico da possibilidade de caminhos específicos de objetivação do capitalismo foi efetivado de forma pioneira pelo filósofo baiano Carlos Nelson Coutinho. Acreditando ser o instrumental Via Prussiana aplicável a realidade brasileira, Coutinho ressalta que seus principais elementos, a saber, a conciliação entre o novo e o velho e um reformismo “pelo alto”, com ausência de participação popular. Já em 1974, em artigo sobre a literatura brasileira, Coutinho afirma que “o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de ‘via prussiana’ para o capitalismo”³³⁶. Em 1979, no importante artigo “A democracia como valor universal”, Coutinho sistematiza de

³³⁴ LUKÁCS, G. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968.

³³⁵ Cf. SANTOS, R. “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”. In: SANTOS, R. *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996. p. 22.

³³⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”. In: COUTINHO, Carlos Nelson et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 3. Apud SILVA, Vladimir Luis. “Via prussiana” e “revolução passiva” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

forma mais abrangente sua tese, afirmando a ausência de uma transição revolucionária para o capitalismo brasileiro, tal qual se deu na “via francesa” ou na “via russa”. Nosso caminho para o capitalismo se deu, segundo o autor, através de uma “revolução pelo alto”, mantendo-se o poder por parte das velhas classes dominantes:

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional³³⁷.

Segundo Antônio Carlos Mazzeo, o mérito de Coutinho é notório, pois

a introdução do instrumento conceitual via prussiana, para além do próprio conceito imediato, e permeado pela inflexão lukacsiana das análises das particularidades, realça, de modo dialético-ontológico, as dimensões específicas dos processos históricos, socialmente determinados, respeitando suas legalidades objetivas imanentes, enquanto totalidades articuladas [...], o que permite, na realização da análise de determinada realidade societal, transcender os reducionismos dogmatizadores e dimensionar o efetivo caráter que a estrutura produtiva assume na conformação da totalidade. Esse pressuposto possibilita situar as diversas formações sociais capitalistas no âmbito histórico-concreto da relação entre a universalidade e a particularidade, isto é, no espectro do modo de produção capitalista que as conformam e que se constitui como universalidade. Daí a extrema positividade da assimilação desse conceito por Coutinho, o que garantiu uma nova matização da interpretação do Brasil, a partir dos instrumentos categoriais marxianos³³⁸.

Apesar do pioneirismo de Coutinho em utilizar o instrumental leniniano de via prussiana, é interessante ressaltar o que diversos autores já têm apontado com relação aos limites desse autor³³⁹. Vladimir Luis da Silva, em sua dissertação “*Via prussiana*” e “*revolução passiva*” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: *transposição ajustada ou decalque?*, aponta uma viragem no pensamento de Coutinho em relação à sua influência lukácsiana à partir do momento que este autor passa a adotar os instrumentais gramscianos e eurocomunistas para a composição de sua via prussiana³⁴⁰. Assim, segundo Silva, existiriam dois momentos diversos

³³⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984. p. 36.

³³⁸ MAZZEO, Antônio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antônio Carlos, LAGOA. op. cit. p. 167

³³⁹ Para outras críticas ao pensamento de Carlos Nelson Coutinho Cf. GENRO FILHO, Adelmo. “A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho)”. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n. 17, nov. 1979. NETTO, José Paulo. “Posfácio”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. MAGANE, Felipe T. *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

³⁴⁰ Também tratou desta questão, mas com divergências, NETTO, José Paulo. “Posfácio”. op. cit. p. 238.

na obra de Carlos Nelson Coutinho. Em um primeiro momento, que o mesmo nomeou como “fanaticamente lukácsiano”, Coutinho elabora a categoria de via prussiana de forma meramente pontual, limitando-se a apontar as similitudes entre o caso brasileiro e o caso alemão – uma vez serem seus estudos dedicados a literatura³⁴¹. Em um segundo momento, articulando a categoria de via prussiana com a de revolução passiva inspirada no intelectual italiano Antônio Gramsci, Coutinho passa a analisar a realidade brasileira de forma mais acurada, deixando-se penetrar, no entanto, por elementos problemáticos e exteriores ao marxismo. Essa mudança ocorre com o referido ensaio *A democracia como valor universal*, escrito após seu autor viver, na Europa, contato direto com o eurocomunismo italiano. Nessa fase, o filósofo baiano tenderia a tomar a política como eixo central de sua análise, cujo fim último seria elucidar a democracia como valor universal. Se em um primeiro momento, inspirado em Caio Prado Jr, Coutinho percebe a conformação mercantil do capitalismo no Brasil colônia, nessa segunda fase o autor passa a classificar a colônia como feudal ou escravistas. Um dos motivos que levam a isso é a impossibilidade de aplicação do conceito de via prussiana caso se descartasse as possíveis evidências pré-capitalistas. Conforme Coutinho,

A consequência mais problemática da definição do modo de produção colonial como capitalista é que assim se termina por reduzir o problema geral da transição para o capitalismo no Brasil ao problema mais específico da industrialização; com isso, perde-se a possibilidade de operar de modo fecundo com a categoria da “via prussiana”, que denota precisamente um processo no qual a transição para o capitalismo se dá com a conservação de elementos pré-capitalistas, tanto na infraestrutura quanto na sociedade civil e no Estado.³⁴²

A primazia do modelo em relação a realidade é notória nesta afirmação de Coutinho, tanto que esse prussianismo é marcado justamente pela manutenção de um Estado marcadamente etilista e autoritário, característicos de formações pré-capitalistas. Destarte, toda a história brasileira é marcada pela ausência de uma democracia plenamente estabelecida, consequência da conciliação “pelo alto” operada entre as elites, ou seja, pela ausência de uma efetiva revolução democrático-burguesa. Essa configuração histórica acaba por legar limites

³⁴¹ Silva aponta que na fase Lukácsiana, Coutinho apreende o “primado do momento econômico na totalidade do real. Em especial no que se refere ao problema da gênese histórico-social, Coutinho sempre apreende os objetos a partir de seu momento sócio- econômico. Frise-se desde já que não se trata, no espírito de recorrentes tendências mecanicistas, de uma ligação direta entre as ocorrências econômicas e suas consequências ideológicas. Em seus trabalhos, ao contrário, Coutinho busca explicitar em que medida o momento do relacionamento material entre os indivíduos abre ou fecha as possibilidades de entificação dos fenômenos ideais, ou ainda, procura indicar de que maneira essas últimas são condicionadas pelo momento econômico. Essa postura geral merece especial destaque, pois é justamente nesse particular que incide a mudança que nos leva a falar de uma segunda fase no pensamento de Coutinho”. SILVA, Vladimir Luis. op. cit. p. 52.

³⁴² COUTINHO, Carlos Nelson. op. cit., 1984. p. 125. Apud SILVA, Vladimir Luis. op. cit. p. 109.

estreitos em termos de possibilidade de mudanças no panorama político nacional, como afirma Coutinho,

Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime abertamente autoritário, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e/ou consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, ao nível da organização estatal, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal³⁴³.

Assim, na acepção coutiniana, apesar de se realizar de forma passiva e tardia, a modernização capitalista ocorrerá entre nós, abrindo espaço para o aprofundamento da democracia e para a derrubada do capitalismo. A tarefa que se esquadrihava era, portanto, a efetivação da revolução democrático-burguesa.

A tarefa de aprofundar a democracia liberal, apesar de conter indicativos de mudanças econômicas – como a reforma agrária e o rompimento com o capital internacional monopolistas – estaria centrada na ampliação da participação política das massas, transferindo “para baixo” as decisões políticas que historicamente são tomadas “pelo alto”. Essa seria a forma mais efetiva de romper com nosso prussianismo: efetivar a democracia através de mecanismo de participação tanto na política quanto na sociedade civil.

A estratégia da ‘guerra de posição’ implicaria ‘*conceber a unidade como valor estratégico*’. Além de afastar os perigos do ‘golpismo’ e de propiciar a necessária conquista da hegemonia através do consenso, a unidade seria necessária em função do tamanho do desafio a ser enfrentado pelas forças progressistas. [...] Assim, Coutinho aposta no consenso pluriclassista em torno de sua proposta de renovação democrática³⁴⁴.

Ou seja, Coutinho aposta na união entre classe operária, setores médios assalariados e até a pequena e média burguesia nacional. *Mutatis mutandis*, o pensamento de Coutinho, segundo Silva, se torna progressivamente mais centrado em questões políticas, ao ponto de questionar o antes enfaticamente defendido conceito de “via prussiana” e propor o uso de “revolução passiva” justamente por este último privilegiar o momento político:

Na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo, o conceito de Lenin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Já o conceito gramsciano de ‘revolução passiva’, sublinhando o momento ‘superestrutural’, em especial o político, contribuiria mais ‘à

³⁴³ COUTINHO, Carlos Nelson. op. cit., 1984, p. 38.

³⁴⁴ SILVA, Vladimir Luis. op. cit., p. 114.

especificação e à análise do caminho brasileiro para o capitalismo, um caminho no qual o Estado desempenhou frequentemente o papel de principal personagem³⁴⁵.

De sorte que Silva indica Coutinho como vinculado ao que José Chasin denomina “determinação ontopositiva da politicidade”, concepção por nós referida nesta dissertação. Esta noção errônea implica, entre outros elementos, no descarte do conflito de classe, no abandono da revolução social para a emancipação humana:

Desse modo, o politicismo é precisamente a resultante da adoção do conceito gramsciano de sociedade civil e dos complementos eurocomunistas pertinentes, os quais levam à perda dos nexos causais do real, ou seja, ao hiperdimensionar a esfera do político, Coutinho não apreende adequadamente o matrizarmento econômico da totalidade e, em estreita vinculação com isso, a realidade da luta de classes no capitalismo³⁴⁶.

Como consequência, Coutinho recai no erro de apostar na aliança com a burguesia brasileira, em um momento que suas relações arteriais com o capital internacional se fazem mais notáveis:

Mais concretamente, o filósofo baiano não atina para as limitações estruturais da burguesia brasileira e, portanto, para a impossibilidade da democracia de corte liberal no Brasil. Consequentemente, a abstratividade do tratamento das questões envolvidas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro se reflete na proposição política de Coutinho. (...) Desse modo, o objetivo político de Coutinho, a conquista de um regime de democracia liberal, molda a instrumentação teórica utilizada³⁴⁷.

De acordo com Mazzeo, o conceito de “Via Prussiana” é insuficiente para compreender a realidade social brasileira, uma vez que foi elaborado por Lênin justamente para captar a concreção dos países que, com sucesso, conseguiram entrar na era do capital monopolista³⁴⁸.

Como já sinalizava Mazzeo, e seguindo as indicações de Silva, descartamos o uso de “via prussiana” - de acordo com Coutinho - para o entendimento da realidade brasileira, por entender que esta categoria não consegue captar os nexos concretos do real uma vez que “ao invés de transpor a conceituação marxista para o caso brasileiro com os ajustes necessários à

³⁴⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 121-122. Apud SILVA, Vladimir Luis. op. cit. p. 121.

³⁴⁶ Ibidem. p. 68.

³⁴⁷ Ibidem. p. 139.

³⁴⁸ MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit. p. 167-168.

reprodução de sua particularidade, o filósofo baiano restringe-se a realizar um decalque, a simples transferência de imagens”³⁴⁹.

José Chasin, um dos percursoress na difusão do pensamento do Lukács maduro no Brasil é também pioneiro no uso da categoria particularidade e, através desse referencial conceitual, além dos apontamentos de Marx e Lênin, apreende a realidade brasileira. Desta forma, Chasin realiza grande esforço teórico para entender de que forma o capitalismo se objetiva no Brasil, quais são seus contornos estruturais, bem como suas carências e, a partir de tanto, seus caminhos resolutivos. Partindo, assim como Carlos Nelson Coutinho, da noção de Via Prussiana, Chasin identifica certas determinações gerais comuns ao modo de configuração dos capitalismo alemão e brasileiro que os especifica em relação aos casos clássicos:

a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo ‘alto’ caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também, nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do ‘verdadeiro capitalismo’, do modo de produção especificamente capitalista é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes das forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, [...] que o *novo* paga alto tributo ao *velho*³⁵⁰.

As semelhanças entre os casos brasileiro e prussiano se colocam também como diferenciação aos casos clássicos, como afirmação de possibilidade histórica de caminhos diferenciados de objetivação. Desta forma, em ambos os casos não clássicos, é patente a ausência de processos revolucionários, de conciliação entre a nova e a velha realidade social, o desenvolvimento retardatário das forças produtivas e a exclusão das massas dos processos decisórios. Chasin afirma, todavia, que o caso alemão não deve ser tomado como modelo prévio de análise, tendo cada caso sua objetividade específica, na medida em que é fruto de um conjunto de determinações únicas decorrentes do modo pelo qual a realidade se coloca. Nos cabe apontar as diferenças indicadas de forma geral por Chasin.

Como diversas vezes referida nesta pesquisa, o debate sobre o caráter do modo de produção estabelecido no Brasil, encontrou, no interior do Partido Comunista Brasileiro, na leitura de Caio Prado Jr, a divergência em relação aos demais teóricos do partido que entendiam ser o Brasil marcado por restos feudais. Apesar de não se referir diretamente à categoria

³⁴⁹ SILVA, Vladimir Luis. op. cit. p. 141

³⁵⁰ CHASIN, José. op. cit. p. 43-44.

particularidade, Caio Prado se destaca por enxergar nossa realidade para além de modelos pré-estabelecidos. Distanciando o caso brasileiro dos casos clássicos, o filósofo paulistano aponta para a configuração particular do Brasil.

Assim como Prado Jr, Chasin indica a importância de situarmos o Brasil colonial como capitalista, uma vez que aí reside a raiz histórica de seu capitalismo. O entendimento de como se estrutura o capitalismo brasileiro permite ressaltar suas especificidades em relação aos casos clássicos e ao caminho prussiano, uma vez que desta forma a discussão passa da categoria de modo de produção para a categoria particularidade.

Em consonância, ambos os autores assinalam que o Brasil principia sua formação como mero acessório da empresa mercantil colonialista que se realizava na Europa, servindo simplesmente de quintal para Portugal e Inglaterra atingirem sua acumulação primitiva. Este é o sentido da colonização brasileira e o Norte que orienta a formação do latifúndio agrícola escravista: abastecer mercados externos. A acertada análise caiopradeana, mostrada por nós nesta pesquisa, permite apreender que um importante elemento da particularidade brasileira e que manter-se-á ao longo de toda nossa história é, justamente a subsunção às potências capitalistas. Este apontamento é fundamental para diferenciarmos que, embora tanto o caminho prussiano quanto o brasileiro se escrevam pela conciliação com o historicamente velho, este velho, no caso brasileiro, é de uma gênese histórica diferente. O caráter colonial da formação do capitalismo brasileiro, mostrar-se-á como demiurgo de sua futura configuração.

Antônio Carlos Mazzeo em seu *Estado e Burguesia no Brasil*, a partir de suas pesquisas sobre o caráter das forças produtivas e das relações de produção vigentes em Portugal enquanto metrópole brasileira, constata que neste país o processo de acumulação primitiva já vinha ocorrendo há tempos, de modo que o capitalismo mercantil era elemento pujante. De tal modo afirma:

Temos, assim, uma expansão capitalista mercantil buscando formas de ampliar sua produção. A partir do século XVI, o grande centro produtor se instalará na América, onde os capitalistas europeus inverterão seus capitais acumulados, passando efetivamente, da produção simples à produção ampliada de mercadorias. O capital comercial sai, então, dos restritos limites da distribuição, entrando definitivamente para o setor da produção. E será com o objetivo de criar uma ampla produção para o mercado capitalista, que a burguesia comercial implantará, aqui na América, a grande empresa mercantil. Estes fatores, determinados pela força de um nascente modo de produção, destruindo o velho, propiciarão a conquista do planeta, a instalação europeia nos novos mundos e a ampliação da produção. Os capitais antes acumulados no comércio oriental das especiarias são agora aplicados no mais vasto empreendimento comercial jamais visto até então; teremos assim a colonização da América e o surgimento do sistema colonial. E, sob o sistema colonial, prosperavam o comércio, a navegação e a produção de mercadorias. Os grupos mercantis

funcionavam como verdadeiras alavancas de concentração capitalista. As colônias eram grandes mercados para as manufaturas, em função do monopólio comercial.³⁵¹

Assim como Caio Prado Jr, Mazzeo constata que o Brasil colônia se insere no panorama mundial do capitalismo em desenvolvimento, sendo suas relações internas só dotadas de sentido se inseridas nesse contexto mais amplo. As colônias se tornam, destarte, centros produtores de mercadorias que irão se inserir no mercado mundial, fazendo sentido a afirmação da existência de um mercantilismo colonial. Se num primeiro momento a colônia impulsiona a acumulação primitiva do capitalismo mercantil, posteriormente garante as matérias-primas para o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu. Essa forma de objetivação do capitalismo colonial vai garantir a perpetuação, até final do século XIX, da monocultura escravista para exportação.

Mazzeo também reforça que, correspondendo a formação particular da estrutura produtiva que se objetivava na colônia, a burguesia brasileira tratou de erigir uma forma de Estado específica, onde estariam ausentes os elementos característicos do Estado Moderno europeu. Assim, não houve a formação de um Estado Nacional, apenas de uma estrutura política eficiente para garantir os interesses da classe dominante nacional face aos diferentes objetivos da burguesia lusitana.

A burguesia agrário-exportadora brasileira defrontou-se com a necessidade de construir uma estrutura política que atendesse aos seus interesses, isto é, que mantivesse intacta a forma mercantil-escravista de produção. A liderança política brasileira [...] articula a construção de um Estado nacional moldado nas formas escravistas, em consonância com a economia colonial³⁵².

Reiterando a similitude do caso brasileiro com o caso alemão, uma vez que ambos são formações não clássicas, Mazzeo assinala a importância de apontarmos essas semelhanças para que se possa enxergar com mais clareza as formas concretas com que ambas se objetivaram.

Na Alemanha, como no Brasil, a unidade nacional é imposta de cima para baixo. A nobreza jnker constitui-se, na verdade, numa burguesia com título de nobreza e algo similar teremos com a 'nobreza' brasileira que herda o aspecto da fidalguia portuguesa. O processo de construção do Estado Nacional é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil. No entanto, *essas semelhanças formais guardam diferenças de cunho estrutural* e, aí, a dimensão colonial se coloca com toda a legitimidade e legalidade que a história lhe confere. Entretanto, o aspecto formal, que,

³⁵¹ MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 54.

³⁵² MAZZEO, Antonio Carlos. op. cit., 1999. p. 118.

no sentido marxiano, não se dissocia de seu conteúdo, elevado à sua expressão concreta, dá à morfologia brasileira sua real dimensão³⁵³.

A caracterização de um processo tardio de acumulação é referida pelo autor como traço essencial que aproxima os dois casos. No entanto, assim como afirma Coutinho e José Chasin, enquanto os casos de “Via Prussiana” chegaram ao capitalismo de forma tardia, no caso brasileiro o processo industrializador ocorreu de forma hipertardia. Voltaremos com mais detalhes a esse ponto mais à frente, aqui apenas o referimos para ressaltar sua diferença com relação ao caso alemão, o que leva Mazzeo a afirmar que

O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido da caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma *forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “via prussiano-colonial” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil³⁵⁴.

A caracterização de Mazzeo do Estado e Burguesia no Brasil, em seu livro de mesmo nome, nos revela a ausência de processos revolucionários de caráter burguês clássico como característica “ontogenética” dessa formação social, uma vez que não se estabelece nenhuma ruptura com “a velha economia colonial estruturada no trabalho escravo e no latifúndio”. Novamente a semelhança com o caminho prussiano se afirma ao mesmo tempo que suas disparidades são destacadas: enquanto o velho com o qual concilia a burguesia alemã é a nobreza junker, no Brasil o velho está atrelado justamente ao seu passado agroexportador colonial.

Se o estatuto de capitalismo colonial foi brilhantemente colocado por Prado Jr e sua correspondente forma de Estado desenvolvida por Mazzeo, importa-nos mais diretamente tratar do que Chasin chamou de “capitalismo verdadeiro³⁵⁵”, ou seja, o capitalismo tipicamente industrial.

³⁵³ MAZZEO, Antonio Carlos. op. cit., 2015. p. 105.

³⁵⁴ Ibidem. p. 105.

³⁵⁵ Chasin cita a seguinte passagem de Marx para explicar sua afirmação quanto a natureza do “capitalismo verdadeiro”: Consideradas em função dela, todas as demais formas aparecem como formas simplesmente derivadas ou secundárias – formas derivadas, como a do capital usurário, e ademais secundárias, visto que correspondem a um capital invertido em uma função específica que cai dentro de seu processo de circulação –; por isso, à medida que vai evoluindo, o capital industrial tem de principiar por impor-se àquelas duas formas (comercial e usurária) e convertê-las em formas derivadas, submetidas a ele. O capital industrial se encontra com estas outras formas tradicionais no momento em que nasce e se instaura; são condições prévias a ele, não condições que ele mesmo implante como formas de seu próprio processo de vida. [...] Quando a produção capitalista se desenvolve plenamente e passa a ser o regime fundamental de produção, o capital usurário se

Entre os diversos autores que buscam entender o processo de industrialização brasileiro, Francisco de Oliveira é o que mais próximo chega de uma reflexão que remeta a particularidade nacional. Citado como referência por José Chasin e Antônio Carlos Mazzeo, em seus livros *A economia da dependência imperfeita e Crítica à razão dualista*, Oliveira realiza acurado exame da economia brasileira do período tratado pelos teóricos do populismo e, apesar de usar o termo populismo, apresenta uma contraposição de peso a tais análises.

3.1.1 Francisco de Oliveira: entre a particularidade e o politicismo

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira foi um dos mais importantes sociólogos brasileiros. Participou do grupo de fundação do CEPRAB junto com Octavio Ianni e Francisco Weffort, foi também um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores além de professor Honoris Causa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Esteve, portanto, ligado de forma umbilical ao debate proposto por essa dissertação. Situando, assim como Caio Prado Jr, a constituição da economia brasileira na expansão e acumulação europeias, o sociólogo pernambucano também afirma o caráter dependente e atrasado do capitalismo brasileiro.

Segundo Oliveria, seu principal objetivo era apreender a “especificidade do capitalismo no Brasil”³⁵⁶, de forma que o autor, mesmo sem se referir à categoria particularidade, a descreve em suas características e relações com o universal capitalismo, asseverando que meramente afirmar que o Brasil é capitalista e, portanto, reproduz as características desse sistema, não nos é suficiente para captar o movimento constante que caracteriza o desenrolar histórico. Seria necessário, para essa empreitada, necessário apreender o que existe de peculiar na formação brasileira tal qual se deu em nosso evoluir histórico: “Essa especificidade não é a negação de que o sistema sócio-econômico-político aqui existente seja capitalista; ao contrário, nos termos de Marx, busca-se, através da negação da negação, encontrar o concreto do capitalismo aqui e agora”³⁵⁷.

E se aproximando ainda mais da categoria particularidade, descreve-a inserindo-a no pós-30:

submete ao capital industrial e o capital comercial se converte em uma modalidade deste, em uma forma derivada do processo de circulação. Para tanto, ambos têm de se render e sujeitar previamente ao capital industrial. MARX, Karl. *Historia crítica da la teoría de la plus-valía* v. III. México: Fondo de Cultura Económica, 1945. p. 389. Apud CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado — Forma de Regressividade no capitalismo Híper-tardio*. 2ª ed. São Paulo: Ad Hominem/UNA, 1999. p. 141.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. p. 1.

³⁵⁷ Ibidem.

é evidente que a história e o processo da economia brasileira nos pós-anos 30, contêm alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista — que é a tese deste ensaio —, mas esta expansão não repete nem reproduz ‘ipsis literis’ o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado³⁵⁸.

Assim, Oliveira busca ir à essência da formação brasileira na tentativa de responder como se articulam o velho – a burguesia agroexportadora, principalmente a cafeeira – e o novo – a burguesia industrial - para resultar em um país de industrialização tardia e formas políticas não democráticas.

De sorte que, o ponto crucial para Oliveira é o mesmo que para Chasin: nas palavras de Oliveira há no Brasil uma “integração dialética” entre o velho e o novo de forma a permitir que a acumulação de capital beneficie os dois setores e o que gera essa necessidade de conciliação é a ausência de uma base capitalista de produção. Ainda, de acordo com Chasin, o modelo de acumulação, apesar de conectado intrinsecamente ao externo, decorre da especificidade e da dinâmica internas. O esclarecimento dessa dinâmica faz Oliveira retroceder à Primeira República, elucidando aspectos estruturais da economia brasileira já neste momento, de forma a apontar o significado da Revolução de 1930.

3.1.2 A lógica externa da economia brasileira: a reiteração do sentido da colonização.

Para chegar a esta conclusão, Francisco de Oliveira analisa a economia brasileira desde a República Velha, passando pela Revolução de 30 – importante ponto de inflexão do capitalismo nacional – para então chegar à década de 60 e 70 de onde escreve seus principais trabalhos. Em tal análise, a República Velha é entendida como reprodução do padrão da Divisão Internacional do Trabalho onde o Brasil é mero produtor de matérias-primas; esse padrão entra em crise em 29 e as consequências desta crise se fazem mais concretas no pós-segunda guerra.

Afirmando novamente à necessidade de sintonizar a formação nacional em sua especificidade, Oliveira afirma que não se deve entender o que aqui ocorre “nem como desvios nem como uma decorrência natural” de uma ordem imputada de fora pra dentro, mas sim que se deve observar o movimento das forças sociais que aqui no Brasil tem como pressuposto a inserção da economia nacional no bojo da expansão do capitalismo ocidental; as formas aqui configuradas de produção e acumulação de valor seguirão esse pressuposto e essa especificidade.

³⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo. 2003. p. 32-33.

Situado o Brasil nessa posição da Divisão Internacional do Trabalho e reafirmando a posição caiopradiana, Oliveira afirma que, apesar de se constituir, durante o Império, uma classe burguesa agrária interna, com condições de produção de excedente e acumulação internas, a intermediação comercial e financeira ainda eram externas, o que cortava “as possibilidades de sua plenitude”³⁵⁹.

Em primeiro lugar, a intermediação comercial e financeira retira da economia uma parte ponderável do excedente produzido, que não será reinjetado nela, mas serve à acumulação na economia dos países que a realizam; é, em outros termos, uma repetição de fenômeno sempre presente à economia brasileira, desde os dias da colônia³⁶⁰.

De forma que, predominantemente, as transações comerciais se faziam em moeda estrangeira, ficando o sistema financeiro-monetário interno totalmente fragilizado quando não marginalizado. Aí se explica as constantes crises cambiais pelas quais passa a primeira república e se evidencia “o aprofundamento das contradições entre a agroexportação e a diferenciação da divisão social do trabalho interno”³⁶¹.

Oliveira busca mostrar os limites dessa economia, bem como a necessidade de mudanças que se abria quando do esgarçamento desse limite. A adoção do modelo de colônia de exploração e suas consequências essenciais são o pressuposto para o entendimento do padrão econômico característico do país até a República Velha.

Dessa adoção, como colônia de exploração que busca extrair o máximo de excedente para a acumulação primitiva europeia, da forma de trabalho que potencialize esse excedente, o escravismo, é que decorre a limitada divisão do trabalho e o limitado mercado interno brasileiros, bem como a elevada concentração de renda e a ausência de uma economia de trocas ou de produção de mercadorias interna. Essa economia agroexportadora de base escravista realiza acumulação de riquezas sem acumulação de capital, uma vez que apenas o trabalho livre e a compra dessa força de trabalho geram mais-valia. “Nessas condições, o avanço da divisão social do trabalho em economias como a brasileira de fins do século XIX será insignificante e incapaz de transformar qualitativamente o padrão econômico de acumulação e crescimento”³⁶². O desequilíbrio entre o custo do fundo de subsistência do escravo exportado e a taxa de lucro do sistema agroexportador abrirá margem para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho

³⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 15.

³⁶⁰ Ibidem. p. 16.

³⁶¹ Ibidem. p. 18.

³⁶² Ibidem. p. 23.

livre e, conseqüentemente, para o modo de produção de mercadorias. Oliveira ressalta que o primeiro passo para o novo ordenamento da economia é a formação de um campesinato que, na sua forma subsistência comporá a sobrevivência do capital variável e na sua forma latifúndio – comercialização – minifúndio será responsável pela acumulação primitiva interna. Contraditório, como a realidade, é o fato de o capitalismo brasileiro nascer no campo, na produção de bens agropecuários.

Na cidade, em contrapartida, a acumulação é barrada pela ausência de maquinários e pela baixíssima qualificação da força de trabalho (a condição anterior de escravo dessa força de trabalho limita-a a transferir para o capital apenas a sua força física e nenhuma técnica). “[...] a subordinação real do trabalho ao capital está ainda por completar-se. Não é estranho, por isso, que em meio a uma abundância de força de trabalho, a indústria brasileira nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX tenha que socorrer-se do imigrante estrangeiro [...]”³⁶³. Assinala, ainda que o perfil que a indústria nascente irá assumir se relaciona diretamente com o custo da reprodução da força de trabalho, ou seja, o baixo consumo dos assalariados irá demandar uma indústria de bens de consumo não duráveis de baixa qualidade (a demanda das classes mais altas continuará a ser suprida pela importação).

Com as restrições assinaladas, a diferenciação da divisão social do trabalho interno no sentido do capitalismo industrial não pode deixar de ser medíocre, para o conjunto da economia nacional. Repassando, rapidamente, a ausência de uma economia de trocas anterior, uma divisão social do trabalho entre campo e cidade estanque, a concentração da renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo, a ausência de ‘virtualidade técnica’ da força de trabalho e, com a Abolição, a explosão de uma ‘população para o capital’, marcarão, fortemente, as condições do nascente capitalismo industrial no Brasil da República Velha. Mas, ao lado de todas essas restrições, existirá uma outra que garroteará as possibilidades de financiamento da acumulação de capital: a já assinalada intermediação comercial e financeira externa [...]”³⁶⁴.

Com relação ao papel desempenhado pelas classes nesse processo, Oliveira afirma existir no Brasil, além do conflito entre classe operária e classe dominante, um conflito no interior da própria classe dominadora. Formada ainda no Império, em oposição ao exclusivo comercial português, a burguesia agrária nacional acaba por se constituir em uma “oligarquia antiburguesa”, uma vez que as formas de produção e apropriação do valor são essencialmente distintas e contraditórias entre agroexportação e indústria: “E é esta questão, a da produção e reprodução do valor, que vai gerar os antagonismos essenciais no seio da burguesia agrária

³⁶³ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 26.

³⁶⁴ Ibidem. p. 28.

brasileira, levando-a em direção a um ponto no qual se transforma em sua própria oposição”³⁶⁵. Retomando a já explicitada questão do financiamento externo da economia agroexportadora, Oliveira vai afirmar que este financiamento externo acaba por condenar a economia brasileira a um ciclo vicioso³⁶⁶ onde, a necessidade constante de financiamento externo, uma vez ser essa a base de sustentação do sistema, reitera a necessidade da exportação como meio de obter divisas e condena a economia nacional a uma “autofagia” que consome todo valor gerado por ela e acaba por bloquear a produção de mercadorias de realização interna. Nos parece, portanto, que o objetivo do autor é afirmar uma contradição entre o velho e o novo, de forma que o velho obstaculiza o desenvolvimento do novo ou, nas palavras do autor, “as novas condições ‘liberais’ da economia (trabalho livre, capitalismo industrial)” são barradas pelas “formas de realização da produção agroexportadora: intermediação comercial e financeira externa”.

Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabam por consumir todo valor da economia agroexportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agroexportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar *os custos da intermediação comercial e financeira externa*, operando-se uma redistribuição da mais-valia entre *lucros internos e lucros e juros externos* completamente desfavorável aos primeiros³⁶⁷.

Assim se explicita que esse sistema, além de ser insustentável, realiza o referido bloqueio ao desenvolvimento do capitalismo industrial, uma vez que repõe a necessidade de financiamento externo e consome o excedente do sistema, barrando o investimento desse excedente internamente e limitando o avanço da indústria. Em termos práticos, o autor afirma ter ocorrido na República Velha uma transferência de recursos do conjunto da economia brasileira para o setor agroexportador, uma vez que a base das receitas federais eram os impostos sobre importação e consumo.

Além de bloquear a industrialização, esse modelo também barra o avanço do capitalismo no campo, *inter allia*, por reproduzir as formas de valor da economia agroexportadora. Uma vez que a intermediação externa lhe roubava o excedente, resta a essa burguesia agrária extrair o excedente do campesinato via coação política e social. Modelo típico de uma formação social ultrapassada, pode explicar, segundo o autor, a controvérsia sobre a

³⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 30.

³⁶⁶ SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

³⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 31.

existência de feudalismo no Brasil vista por muitos autores e o regionalismo características da oligarquia brasileira.

Essa perpetuação da coerção extra-econômica que servia para reproduzir o excedente tinha, na origem, o mesmo defeito e a mesma causa: o privilegiamento da forma de produção de valor da economia agroexportadora. Sendo incapaz de ultrapassar os níveis da reprodução simples, pela intermediação comercial e financeira externa já tantas vezes assinalada, o que no fundo bloqueava os mecanismos de elevação da produtividade do trabalho, a burguesia agrária brasileira reproduzia internamente o mecanismo de exploração externa que lhe roubava o excedente. [...] No fundo, entretanto, o mecanismo determinante de todo o movimento residia na subordinação de toda a economia, de todos os seus segmentos, tanto setoriais quanto regionais, à forma de produção de valor da economia agroexportadora e seu xifópagos, a intermediação comercial e financeira externa³⁶⁸.

O próprio Estado se torna refém dessa lógica por depender intrinsecamente dos recursos da agroexportação, não podendo ao menos se tornar liberal e defender os interesses de outras classes sociais.

A inserção na economia mundial e a forma que ela aqui assume são, portanto, a chave para o entendimento da particularidade nacional. Nota-se, que a lógica da economia nacional era ainda, nesse momento, essencialmente externa. Não à toa, quando o capitalismo mundial começa a assumir nova feição, a economia brasileira entra em colapso e assume um novo padrão de acumulação de capital. O modelo brasileiro extremamente dependente do mercado internacional entra em crise quando sua fonte de divisas é abalada, seja pela reestruturação da economia mundial, seja pela crise dela. É aí que se situa a questão crucial de 30: devido à conjuntura internacional de desvalorização do café e ante a impossibilidade de novos empréstimos externos devido à crise internacional é que se abre a possibilidade do financiamento interno da economia. “A intermediação comercial e financeira externa, que tanto se enfatizou ao longo deste trabalho, não é um acaso nessa trama de relações: ela é *a relação*. Seu epicentro é a Inglaterra, na fase típica de exportação de capitais; seu nome é *imperialismo*”.³⁶⁹

³⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 35.

³⁶⁹ Ibidem. p. 36.

3.1.3 O Capitalismo verdadeiro no Brasil e a República Velha

Essa contradição da economia brasileira terá seu ponto máximo na crise de 29 e na Revolução de 30, onde se impõe a necessidade de se encontrar uma saída para um sistema que se tornara inviável.

Além de opor a burguesia agrária hegemônica (cafeicultora paulista) às burguesias de outras regiões do país, esse complexo opõe burguesia agrária à burguesia industrial. Esse é o significado de 30: a mudança necessária da forma de acumulação de capital *de externa para interna*. De forma que 30 é um marco para o desenvolvimento brasileiro pois: “marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial³⁷⁰”.

Essa mudança, segundo o autor, implicará em uma nova relação entre as classes sociais envolvidas no processo, além de um papel diverso para o Estado e para o trabalho: “Esse complexo movimento vai separar as distintas personas do capital, transformando-as em classes sociais com interesses antagônicos³⁷¹”,

Entendido o período Vargas como expansão do padrão industrial nacional, Oliveira afirma que sob esse governo o Brasil, de fato, iniciou a consolidação do setor de bens de produção – preparando a economia doméstica para o desenvolvimento de bases mais equilibradas que poderiam – atenta-se para o condicional - levar o país a autonomia. Destarte, Oliveira localiza o desenvolvimento da industrialização sob Vargas não como mera conspiração burguesa, burocrática ou movida por Estado soberano, mas decorrente da tentativa de adaptação da economia brasileira atrasada a um capitalismo mundial em crise.

Claramente, para o autor, o mecanismo de financiamento do modelo Vargas era interno, recorrendo a três elementos básicos: a intervenção do Estado na economia distribuindo perdas e ganhos entre os setores – principalmente via confisco cambial da renda advinda da agropecuária e repassando-a à indústria; à nacionalização do Departamento 1 e à política de contenção do salário mínimo. Em verdade, tratava-se de uma estratégia onde a acumulação no setor privado seria potencializada pelo barateamento do capital constante via Estado. Com relação ao salário mínimo, Oliveira assume uma posição diversa e controversa em relação à literatura do período. Para ele o salário mínimo instituído por Vargas, antes de ser uma benesse oferecida por um governo populista que propicia aumento da parcela do excedente nas mãos

³⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco. op. cit., 2003. p. 9.

³⁷¹ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 34.

dos trabalhadores, foi, na verdade, o seu contrário. O mínimo não estaria acima do custo de reprodução da força de trabalho ou dos níveis estabelecidos pelo mercado. Pelo contrário, se beneficiaria de um exército de reserva afluído do campo para a recente urbanidade – o que obviamente achata os salários, livrando-os da “concorrência perfeita” – e de uma mão de obra insuficientemente qualificada, de modo que o mínimo puxa pra baixo mesmo a remuneração de trabalhadores mais preparados.

Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de "mercado livre", na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a³⁷².

Como prova de sua tese Oliveira apresenta o crescimento da economia que de fato ocorreu após a implantação da legislação trabalhista. Sobre o papel do Estado na economia, afirma ser o responsável pela criação das bases para a acumulação industrial capitalista, impedindo que o modelo de acumulação anterior perdurasse:

Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema³⁷³.

Apesar dessa pretensão de um norte interno da economia, Oliveira ressalta que a contradição interna da economia brasileira, a saber, a dependência do setor agroexportador, limitava as aspirações varguistas, uma vez que, como acima referido, a fonte de financiamento principal da indústria em expansão ainda ser a agroexportação, advindo dela as divisas necessárias para a importação dos bens de produção ainda não produzidos internamente. Da mesma forma, a agricultura é responsável pelo custo de reprodução da força de trabalho e das matérias-primas. Era necessário, portanto, manter o setor agroexportador, conciliando, então, o novo modelo industrial com a velha economia agrária. De um lado a indústria ganha com as alterações acima descritas, por outro, a agropecuária, além de necessária, pôde manter padrões elevados de exploração da força de trabalho no campo:

³⁷² OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 2003. p. 12.

³⁷³ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 14.

Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do "novo mercado" urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão 'primitivo', baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho³⁷⁴.

A simbiose entre os setores é reafirmada ainda na constatação de que manter esse modelo "primitivo" no campo barateia o custo da força de trabalho industrial, aumentando sua acumulação.

Essa relação dialética tem ainda desdobramentos mais profundos, pois ao mesmo tempo em que obstaculiza o desenvolvimento do padrão plenamente industrial, permite a ampliação da acumulação dessa mesma indústria: configura-se aí a especificidade buscada pelo autor e se explica a extrema desigualdade existente no Brasil: "Longe de um crescente e cumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil".

E para comprovar sua tese, Oliveira nos dá exemplos que tanto questionam as interpretações clássicas sobre o período quanto esclarecem o que ele busca mostrar. Assim faz com a explicação comum da industrialização por "substituição de importações", afirmando que não é o consumo que orienta a industrialização, mas a produção e a necessidade de acumulação internas:

concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho ; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira³⁷⁵.

Reafirma-se, portanto, o que intentamos aqui demonstrar como a particularidade brasileira e, nas palavras de Oliveira, ganham contornos poéticos a realidade prosaica e trágica de nosso país:

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 30. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão

³⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 19.

³⁷⁵Ibidem. p. 23.

da economia pós-anos 30, que da existência de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é antes uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que — sem abusar do gosto pelo paradoxo — a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo³⁷⁶.

De sorte que a mudança da lógica externa para interna da economia nacional, por não ter sido concretizada, não alterou seu elemento estrutural decorrente de sua particularidade.

3.1.4 Revolução burguesa e acumulação interna: ausência de ruptura

A particularidade brasileira é ressaltada por Oliveira também quando este afirma que os processos de implementação da modernização nacional têm não apenas relação com o universal capitalismo, mas, mais do que isso tem motivação interna, ou seja, decorrente da própria particularidade.

Se 1929 cria um vazio, uma oportunidade de mudança no sistema, o pós-guerra reafirma o papel de produtor de matérias-primas e consumidor de manufaturados dado pela velha divisão do trabalho, uma vez a necessidade de reconstrução dos países europeus devastados pela guerra. Ou seja, com a crise das relações externas dada no contexto de 1930, abre-se a *possibilidade* para a mudança, mas não o *pressuposto*. Este pressuposto

será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E, para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção. O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do ‘arcaico’ e do ‘novo’, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso³⁷⁷.

E completa,

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. [...] Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das ‘especificidades particulares’ da expansão do sistema³⁷⁸.

³⁷⁶ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 32.

³⁷⁷ Ibidem. p. 35.

³⁷⁸ Ibidem. p. 34.

Oliveira reafirma a determinante interna no processo que conduz a 30 e ao mesmo tempo afirma que, em nossa realidade a crise que conduz a Revolução Burguesa é externa, entre a classe proprietária de terras e o mercado mundial e não da totalidade do sistema como nos casos clássicos. Ao mesmo tempo, a classe agroexportadora tem a hegemonia dessas relações externas, podendo manter o padrão de reprodução da economia agroexportadora e podendo receber de fora bens de capital. Em outras palavras, quando de nossa Revolução Burguesa, a alternativa já está dada: Não é necessária a ruptura.

De forma que se estabelece, para a implementação do novo padrão de acumulação necessário para a sobrevivência do capitalismo brasileiro, um pacto entre as classes sociais que atuam no sistema – o redirecionamento para o interior do sistema já foi assinalado. Na aliança entre burguesia industrial e classe trabalhadora, a burguesia usará o peso crescente dos trabalhadores como forma de barganha ante os agroexportadores, ao mesmo tempo que a legislação trabalhista permite a efetivação da acumulação de capital como aqui já citado.

Entre burguesia industrial e classes proprietárias rurais o pacto se dará, primeiro estruturalmente, na medida em que, como já citado, a necessidade de importação de bens de produção não produzidos interiormente depende das divisas advindas da exportação, sendo necessário preservá-la e, em segundo lugar, pela transferência de recursos e da hegemonia da agroexportação para a indústria; a contrapartida da burguesia será a manutenção das condições de reprodução das atividades no campo, garantindo parte do poder e dos ganhos aos proprietários como bem demonstrou a exclusão do campo do tocante da legislação trabalhista.

Esse ‘pacto estrutural’ preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino. Nesta base é que continuará a crescer a população rural ainda que tenha participação declinante no conjunto da população total, e por essa "preservação" é que as formas nitidamente capitalistas de produção não penetram totalmente na área rural, mas, bem ao contrário, contribuem para a reprodução tipicamente não-capitalista. Assim, dá-se uma primeira ‘especificidade particular’ do modelo brasileiro, pois, ao contrário do ‘clássico’, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação.

Claro fica, portanto, que Oliveira assinala elementos da particularidade brasileira: do ponto de vista político, a manutenção de formas de produção “primitivas” com as mais modernas - a convivência entre novo e velho – resultará no pacto entre burguesia industrial e classes proprietárias rurais.

Parece-se nos, portanto, que esse elemento interno ressaltado por Oliveira é justamente o projeto burguês de modernização capitalista. Esse projeto, gestado diante da necessidade de modernização do sistema, terá como norte – inicialmente, frisa-se – a acumulação interna e dadas as especificidades da economia nacional resultará numa simbiose, para usar as palavras de Oliveira, entre o novo e o velho, tanto do ponto de vista da produção, quando da política.

A particularidade também explica a diferença abismal entre os ganhos do trabalho e do capital, pois são fruto, segundo o autor, da “queima de etapas” típica de um capitalismo tardio; uma vez que, diferente dos casos clássicos, aqui não se precisou esperar o encarecimento da força de trabalho para o incremento tecnológico com objetivo de barateá-la, pois, uma vez que a tecnologia já existia no centro do capitalismo, aqui passou a conviver essa alta tecnologia, possibilitadora de grande acumulação, e as formas mais rudimentares de emprego de mão de obra.

As conclusões a que chega Oliveira são partilhadas por nós nessa pesquisa. Apesar de o sociólogo usar o termo populismo - aqui intensamente problematizado -, acreditamos que ele se remete mais a um não criticismo do termo em si do que um apego à essência que o conceito busca transmitir nas falas de Ianni e Weffort ou mesmo nas de Demier. A todo o momento Oliveira se remete a sociedade civil e as relações econômicas estruturais do país para explicitar sua particularidade e faz impecável constatação acerca da consolidação do capitalismo industrial periférico.

Lívia Cotrim, outra intelectual que sopesa a questão, partindo dos pressupostos apontados por Chasin, analisa os discursos de Getúlio Vargas com o objetivo de compreender as singularidades, objetivadas nos governos deste presidente, da forma particular brasileira.

A análise dos discursos getulianos revela a Cotrim a existência de um projeto bem estrutura de nação, descortinando-se que no caso específico deste, muito mais estava em jogo do que mera manipulação como afirmam os teóricos do populismo. Partindo da proposta de um capitalismo nacional autônomo, Vargas teria estruturado suas ações de forma a realizar a modernização capitalista necessária a industrialização do país em um molde nacionalista que rompia com a dependência dos mercados internacionais e com elementos progressista na questão social. Projeto burguês, portanto.

No entanto, não ocorreu um rompimento total com o historicamente velho – a estrutura agrária e dependente – conservando-se intactos, mesmo no projeto modernizante getulista, muitos elementos da subordinação típica de nosso país. A estrutura agrária brasileira, herança

colonial, dependente das condições externas, acaba por determinar a forma como a industrialização ocorre no Brasil, uma vez tendo sido conservados seus elementos essenciais.

Trata-se, ainda, de uma indústria que depende, em grande medida, para subsistir, da importação de máquinas e insumos, além de ser tecnologicamente inferior às suas congêneres dos países já industrializados. Portanto, sua existência depende diretamente da lógica da agroexportação, tanto no que se refere às condições cambiais que a protejam da concorrência externa, quanto no que diz respeito à disponibilidade de divisas - oriundas da exportação agrária - necessárias para a importação de máquinas e insumos.

De sorte que mesmo a industrialização tendo ocorrido, os interesses da burguesia industrial brasileira, por mais que sejam muitas vezes diversos dos da burguesia agrária, nunca se constituíram numa oposição a velha estrutura, operando-se, então, uma conciliação entre novo e velho e não uma ruptura. Cotrim ressalta, no entanto, que a coexistência com a estrutura agrária dependente cobra um preço caro ao modelo industrial, barrando seu pleno desenvolvimento na medida em que a conservação de elementos típicos do modelo agroexportador muitas vezes entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento industrial.

É justamente essa contradição entre agroexportação e um capitalismo nacional autônomo que levou as diversas crises políticas que ocorreram no governo Vargas – e arriscamos até 1964. O projeto nacional desenvolvimentista de Vargas e seus aliados implicava num relativo atendimento à questão dos trabalhadores, integrando-os a estrutura industrial:

A conciliação que se buscou efetivar entre uma industrialização autônoma e uma estrutura agrária não somente desfavorável, mas de fato oposta àquela, inclui a manutenção dos salários em patamar baixo, enquanto o valor da força de trabalho se mantém elevado [...]. No pólo urbano, o baixo nível tecnológico da maioria das empresas e a reduzida concorrência resultam numa produtividade igualmente reduzida, compensada também pelo rebaixamento salarial.

Percebe-se, portanto, a incongruência entre a conciliação entre o novo e o velho e a integração dos trabalhadores a esta estrutura nacional. Não haveria como atender os trabalhadores se mantendo aquela estrutura; atendê-los seria limitar a superexploração da força de trabalho, base que permitia a sobrevivência de ambos, novo e velho, dentro de um mesmo sistema: daí se entende tanto o temor das classes dominantes diante das demandas dos trabalhadores quanto a violência com que estas demandas eram reprimidas. Se expõe, desta forma, as restrições da estrutura trabalhista controlada, pois os limites que a integração dos trabalhadores dentro deste modelo impunha era extremamente estreito.

Usando-se dos estudos de Francisco de Oliveira, Chasin nos indica que também o processo de industrialização segue a norma da época colonial, coberto por “estreiteza e desfavorabilidade”. A insipiente industrialização brasileira tem seu salto quantitativo na década de 30 através do varguismo, representante da disputa entre as frações de classes dominantes no Brasil, mas que apenas pode se consolidar conciliando o projeto industrial burguês com a manutenção da estrutura e privilégios do latifúndio exportador.

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura³⁷⁹.

De chofre, a conciliação, que na via prussiana é entre uma classe historicamente em extinção, a nobreza, e a nova senhora do capital, a burguesia, em terras brasileiras se faz entre frações da burguesia, a agrária e a industrial³⁸⁰. Como bem demonstrado por Francisco de Oliveira, o modelo de industrialização escolhido, baseado em bens de consumo duráveis produzidos por empresas estrangeiras, novamente reforça a dependência externa e impede a autonomia nacional.

É neste compasso que se materializa o capitalismo brasileiro, em um momento histórico onde a Europa já se ocupa com sua expansão e guerras imperialistas, tratando de penetrar em países atrasados como o nosso. De sorte que o capitalismo que se entifica no Brasil, mais que atrasado é, nas palavras de Chasin, *hiper-tardio e subordinado*. E novamente usando a comparação com a “Via Prussiana”, afirma:

Enquanto a *industrialização tardia* se efetiva num quadro histórico em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas, e a estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a *industrialização hiper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária, é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais.³⁸¹

³⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 9.

³⁸⁰ Cf COTRIM, Lívia. op. cit.

³⁸¹ CHASIN, José. op. cit., 2000. p. 34.

A industrialização hiper tardia, antes de lançar-se a tempo ao imperialismo, como Alemanha, Itália e Japão, ao contrário, aprofunda a subordinação característica desde tempos coloniais, embora agora sob roupagem industrial. Essa subordinação – como em detalhes elucidada por Chico de Oliveira – impede a autonomia do capitalismo brasileiro, limitando-o a repor sua posição incompleta e aprofundando sua dependência. De chofre, o capitalismo brasileiro, aponta Chasin, é incompleto e incompletável, ou em suas palavras, é o capital *atrófico*.

À atrofia e incompletude do capitalismo brasileiro corresponde uma burguesia igualmente impotente na compleição de seu papel. Quando da aurora da burguesia industrial brasileira, a classe capitalista europeia já abandonara suas ilusões heroicas, lançando-se abertamente ao conflito com o trabalho, atraso que somada aos elementos apontados por Mazzeo na constituição da elite colonial, irão configurar uma burguesia despida de valores iluministas e liberais, retrógrada e reboquista em relação às potências centrais; esses valores da burguesia tupiniquim, expressão de sua incompletude como classe permitirão seu reformismo e retardo. Essa burguesia que não se realizou economicamente,

Nunca foi a cabeça de sua própria criação e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares³⁸².

Às características essenciais do capitalismo à brasileira, sua subordinação aos centros do capitalismo e sua objetivação hiper tardia, se somam suas consequências inequívocas a qualquer crítico mais atento a linha de raciocínio aqui explanada: o fato que conformações históricas como a nossa “não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos”. Ou seja, apesar de haver significativo avanço econômico, não há correspondente desenvolvimento social³⁸³. Consequência própria do evoluir da “Via Colonial” a exclusão

³⁸² CHASIN, José. op. cit., 2000. p. 15.

³⁸³ A decisão estruturante (que se dá no interior das nações: “onde na imediaticidade é decidido quem vive e come, material e espiritualmente, e de que maneira”) diz respeito, em suma, à relação entre evolução nacional e progresso social e [...] é muito diversificada no interior da universalidade do capital. Retomando os exemplos da história da França e da Inglaterra, constata-se que ambos se apoiam e estimulam mutuamente, em contraste com o que se passou na Alemanha, onde a evolução nacional se afirmava contra o progresso social. A contraposição, sob as condições de existência geradas pela Via Colonial, é ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma

social intensa é materialização não apenas da ausência dos trabalhadores dos centros decisórios, mas antes consequência da superexploração da força de trabalho inerente a uma equação produtiva que se pretende abastecer os lucros da própria burguesia local e ainda realizar as agruras do capital internacional. Donde resume Chasin: “Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua lógica³⁸⁴”.

Nesse capitalismo tipicamente brasileiro, como já referimos, não se realizou a ruptura com o historicamente velho como ocorreu em outros casos históricos, pelo contrário, aqui houve uma conciliação entre o velho – o modelo agroexportador encabeçado por uma burguesia agrária – e o novo – a burguesia industrial. Essa característica, a ausência de rupturas, que é marca da história brasileira desde a época colonial, será fundamental para o entendimento do período por nós estudado, como discorreremos no capítulo 4 à frente.

Chasin ainda ressalta que, como consequência direta do caráter atrofico do capitalismo brasileiro é que se desenha outro elemento fundamental deste mesmo capitalismo, a saber, sua correspondente forma política, a autocracia burguesa. Caracterizado como um capitalismo extremamente explorador e que nega minimamente a integração da classe trabalhadora ao desenvolvimento e à democracia, o capitalismo brasileiro não consegue dominar a não ser pela força. “Incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas -, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática”.³⁸⁵ Em seu trabalho que dedica atenção especial à autocracia burguesa, Mazzeo nos afirma que no Brasil se desenvolve, antes mesmo da industrialização:

Um aparelho estatal de onde se desprege a violência e o favor deletérico, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens 'livres') fora do cenário político sempre. uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, de seu aspecto basilar³⁸⁶.

direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vários contingentes populacionais. Cf. CHASIN, José. op. cit., 1999. p. 49.

³⁸⁴ CHASIN, José. op. cit., 1999.

³⁸⁵ COTRIM, Lívia. Apresentação. In: *A Miséria Brasileira - 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000. p. VII.

³⁸⁶ MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit., 2015. p. 53.

Esta correspondente política do capitalismo hiper tardio, possui certo grau de flexibilidade, manifestando-se singularmente a depender do momento histórico, mas podendo ser resumida em duas formas: a autocracia institucionalizada e o bonapartismo. Se nos países de desenvolvimento clássico, a integração, mesmo que parcial, da classe trabalhadora, pode ocorrer em paralelo ao desenvolvimento nacional, sendo a democracia burguesa sua correspondente política, na Via Colonial o incremento democrático é uma impossibilidade. Se materializa, portanto, um poder mais ou menos alijado de participação popular e mais ou menos transpassado pela repressão e truculência, dependendo da necessidade de acumulação e exploração da classe burguesa doméstica:

Resultam, pois, dois polos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a truculência de classe manifesta e a imposição de classe velada ou semivelada, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade de a hegemonia burguesa, no caso, resultar de e no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos os seus limites conhecidos, a dominação de tipo liberal-democrática. [...] Ou seja, do mesmo modo que aqui, a autocracia burguesa institucionalizada é a forma de dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o bonapartismo é a sua forma em ‘tempos de guerra’³⁸⁷.

Da mesma forma que o capitalismo brasileiro é marcado pela manutenção do velho, obstaculizando o desenvolvimento do novo, sua manifestação política com ele comunga, caracterizando-se pela conciliação entre as frações agroexportador e industrial da burguesia. Como já assinalamos, temos como resultado uma burguesia também particular, que pode ser sintetizada nas palavras de Mazzeo:

O bonapartismo-colonial aparece, desse modo, como o elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos pólos centrais do capitalismo, para a qual a sociedade civil restringe-se aos que detêm o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe. Será o articulador de uma política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa no Brasil³⁸⁸.

³⁸⁷ CHASIN, José. op. cit., 2000. p. 11.

³⁸⁸ Ibidem. p. 129. Ainda sobre as características políticas e culturais da burguesia brasileira, completa Mazzeo: "A inexistência de relações capitalistas industriais ('capitalismo verdadeiro') e, conseqüentemente, do proletariado, impossibilitava a implantação de quaisquer aproximações, ao nível das relações sociais, com as reais perspectivas liberal revolucionárias. Diversa da liberdade pessoal que o universalismo burguês apregoava, a estrutura escravista criava, dentro das relações sociais e no aspecto ideológico, a manipulação que sustentava o controle e o alijamento social das massas populares." MAZZEO, Antonio Carlos. op. cit., 2015. p. 120. E ainda: "Assim o liberalismo, enquanto ideologia que norteou a emancipação política brasileira, aparece permeado por um conteúdo particularizado, como produto da determinação material mesma de uma sociedade escravista; um liberalismo amesquinçado, amputado de seus elementos sociais e do universalismo democrático-burguês, contraditos pela existência da escravidão e, nesse contexto histórico-particular, restrito apenas a aspectos do livre comércio de mercadorias, o que não permitiu o surgimento de condições históricas à burguesia brasileira para dar um salto na direção de romper com a via prussiano colonial e organizar uma Sociedade e um Estado em moldes plenamente

Uma vez elencadas as especificidades da Via colonial de objetivação do capitalismo, a problemática que se levanta agora é saber a que ponto se encontra a objetivação desta via hipertardia na década de 60, caminho para o qual buscaremos contribuir no capítulo 4.

3.2 A política como solução: politicismo e a negatividade da política.

O filósofo brasileiro José Chasin, em seus estudos sobre a obra marxiana, além das questões já apontadas sobre a categoria particularidade e o estatuto ontológico, redescobriu em Marx o que batizou de determinação ontonegativa da politicidade. Partindo das indicações de Marx de que as formas políticas, sejam elas quais forem, são determinadas pela sociedade civil, ou seja, respondem a necessidades determinadas no âmbito de produção da vida, Chasin examina cuidadosamente o legado marxiano em relação a politicidade. Destarte, conclui que é cabal nos escritos do filósofo alemão que a política é um aspecto negativo da sociedade humana, antes criado para manter um poder que não remete a ontologia humana do que instrumento para a emancipação humana.

Mais populares são as afirmações marxianas a respeito da natureza burguesa do Estado capitalista e bastante disseminadas são suas conclusões de que este Estado tem como função a manutenção da ordem capitalista. No entanto, de acordo com Chasin, as críticas de Marx são bem mais profundas do que esta constatação. Como referido, a percepção do humano como ontológico, necessariamente perpassa a constatação de que é a esfera de produção da vida a raiz de todos os aspectos societários. Isso nos leva a entender que a política não pode ser analisada separada da base material que a gerou, não podendo, portanto, ser resolutiva no tocante aos seus problemas. O caminho feito por Marx para chegar a estas conclusões é apontado por Chasin em seus artigos. Segundo ele, o ano de 1843 é o divisor de águas para a concepção marxiana de politicidade: antes deste ano, nos artigos escritos para *Gazeta Renana*³⁸⁹, seus textos ainda tomavam a política como positiva. A partir daí, como podemos ler em *Crítica da Filosofia do*

burgueses”. MAZZEO, Antonio Carlos. op. cit., 1999. p. 130-131. Sobre a exclusão das massas dos processos decisórios: “A ideia de nacionalidade aparecia, dessa forma, ligada a uma noção restrita de povo, ou seja, praticava-se a hegemonia político-ideológica dos senhores de terras e de escravos e dos ricos comerciantes que atuam em torno da atividade econômica principal. Portanto, a própria concepção clássico-burguesa de cidadania aparece subsumida à determinação material de uma sociedade mercantil-escravista. Assim, o cidadão é aquele que integra materialmente a estrutura social dominante [...] Esse elemento de exclusão da maioria do povo dos processos político-decisórios da vida nacional nos permite concluir, então, que a absorção do liberalismo numa particularidade histórica de raiz colônia/ dá-se pela eliminação (ou deformação) não só da ideia de universalidade burguesa, mas também da própria noção de vontade coletiva, presente nos pensadores liberais do século XVIII. Ibidem. p. 32.

³⁸⁹ CHASIN, José. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 358.

*Direito de Hegel, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução, A Questão Judaica, Glosas Críticas, todos redigidos entre 1843 e 1844, e os Materiais Preparatórios para A Guerra Civil em França, de 1871*³⁹⁰, ocorre uma viragem na compreensão de Marx e este passa a tomá-la como negativa. Esta mudança se deve ao fato de que Marx entende que a política é, em realidade, as forças humanas de autoprodução e autodeterminação usurpadas de seus criadores e concentradas na forma Estado. Forças que são, por si, genéricas, sociais, atributos próprios do humano, passam, em determinado momento histórico e sob domínio do capital, a se autonomizarem em relação aos seus produtores. Esta separação é possível, segundo Chasin, pois as forças produtivas geradas pelo ser social ainda não se encontram em sua plenitude, ou seja, ainda estão aquém do ponto necessário para a sua apreensão pela totalidade do gênero humano; acabam, portanto, concentradas pela classe dominante e expropriada do gênero que é seu produtor.

A política, e o Estado como sua derivação e forma mais acabada, é compreendida, desta forma, como expressão das incapacidades humanas como gênero – de autoprodução e de autodeterminação.

Isto posto, o entendimento de Marx é que a “natureza da força política como força social pervertida e usurpada, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de auto-regulação puramente social”, e que a emancipação “só pode se realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas, exatamente, da crosta política sob a qual haviam se auto-aprisionado e perdido”³⁹¹.

É, portanto, circunstancial e histórica, assim como o chão social que a gerou e sustenta, e não atributo essencial do ser social. Como derivado desta incompletude, o Estado é impotente para corrigir os males sociais, pois é expressão exatamente destes males e só existe graças à presença deles. Mais ainda: não sobrevive sem as chagas do capitalismo e funciona de modo a garanti-las. De forma que o próprio Marx, após a viragem ontológica aqui aludida, pode analisar, para além da política:

Assim, à época de Marx, o entendimento do mundo, do processo de autoconstrução humana e suas contradições, das possibilidades e obstáculos à sua continuidade exigiu a crítica ontológica da política, que apreende sua ontonegatividade e permite passar à

³⁹⁰ CHASIN, José. op. cit., 2009.

³⁹¹ Ibidem. p. 368.

crítica da economia política, isto é, à crítica dos modos de produção e reprodução da vida³⁹².

Chasin assinala que a não compreensão da origem e função da política leva diversos intelectuais e militantes, muitas vezes genuinamente comprometidos com a transformação social, a engodos no entendimento do marxismo e, conseqüentemente, nas ações que são propostas para essa transformação. Denomina, portanto, de politicista a posição que confere autonomia e papel determinativo ao político. Tomando caráter politicista, as ações acabam reduzidas à intervenção política, esfera não resolutiva dos dilemas humanos como já referimos: se limitam a substituição de formas, líderes ou partidos políticos, circunscritas, no entanto, a esfera do capital. Vedado o acesso a natureza do que se pretende explicar, não se propõe revolucionar as bases do capital. De forma que a visão politicista impede o entendimento e a prática de uma ação efetiva, pois seu limite é o aperfeiçoamento ou a mudança no interior da esfera do capital.

Os descaminhos do marxismo, presos às derrotas do trabalho e à sobrevida do capital, embaraçaram e ocultaram essa crítica, tingindo de politicismo, em maior ou menor extensão e profundidade, as lutas de quase todo o último século, confinando-as às fronteiras do capital e deixando às esquerdas apenas o nome, uma vez que as reduziu à condição de pólo progressista no interior do gradiente político do capital, enquanto a perspectiva de esquerda é a da superação do capital³⁹³.

Chasin mostra que o filósofo alemão “parte da crítica aos limites mesquinhos da política no quadro da ‘miséria alemã’, medeia pela crítica a uma política de atualização, para concluir pela crítica aos limites inerentes à política enquanto tal”, e “visualiza um modo de ação social profundamente diverso da política, e que tem por ponto de partida a denúncia dos condicionamentos paralisantes de qualquer política como necessariamente inerentes à própria política”³⁹⁴.

Marx demonstra em *A Guerra Civil em França*, como, na constituição da Comuna de Paris, a destruição do Estado é caminho à libertação do trabalho e humana; justamente porque se livraram aqueles trabalhadores da forma política que os regia é que puderam partir para a abolição das classes.

Obviamente que o pensador aqui aludido não descarta o avanço possível aos trabalhadores por uma vitória política, no entanto, tal mudança deve ser apenas uma etapa

³⁹² COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. J. Chasin – Metapolítica e Emancipação Humana, *Revista Escrita da História*, Ano VI, vol. 6, n. 12, jul./dez. 2019. p. 25.

³⁹³ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2019. p. 25.

³⁹⁴ CHASIN, José. op. cit., 2000. p. 94.

preparatória para a verdadeira revolução, a Revolução Social. Esta consciência leva Chasin a discernir em Marx a diferença essencial entre Revolução Política e Revolução Social: enquanto a primeira é limitada, não podendo de fato ser categorizada como uma revolução, a segunda é efetiva e leva à emancipação humana. De forma que o correta seria a referência apenas à Ato Político, como dissolução do antigo poder em voga.

Marx remete a possibilidade da revolução política para as condições concretas de existência das classes, ao invés de entendê-la como possibilidade universal porque assentada numa suposta condição inerente aos indivíduos singulares: a razão ou a vontade. E onde ela é possível, restringe-se a uma mediação, na qualidade de emancipação parcial, para a emancipação humana geral³⁹⁵.

O entendimento do estatuto ontológico dos homens permite a percepção de que, para se atingir a verdadeira emancipação humana, horizonte perspectiva pela obra marxiana, faz-se necessário o abandono de concepções politicistas e de ações que tomem a prática política como palco e fim último das potencialidades humanas. De sorte que,

ao invés da prática política, a luta pela emancipação humana exige uma prática metapolítica. Esta faceia o estado, mas não o tem como meta; enfrenta a politicidade, mas não o faz politicamente, não se orienta pela razão política, portanto não alimenta a ilusão de que a causa dos males sociais resida na presença do outro partido no poder, não submete os fins aos meios, especialmente às formas e instrumentos de organização, entre os quais o partido político, em especial mas não exclusivamente, vem sendo mistificado³⁹⁶.

A razão política referida por Marx pode ser identificada em diversos alvites em toda a história. No Brasil, no tempo histórico abarcado por esta pesquisa, a razão política deve ser entendida como determinada pela forma como o capitalismo aqui se objetiva, a via colonial. O politicismo em sua forma brasileira, levou muitos pensadores de peso a deixarem escapar justamente o que nos permite entender a formação histórica brasileira, sua particularidade.

3.2.1 A analítica paulista e o tipo ideal populismo: politicismo à brasileira

Alguns dos principais teóricos brasileiros que se lançaram no debate sobre o modo de objetivação do capitalismo no Brasil já foram por nós exposto nessa dissertação. Sob a perspectiva do trabalho, as interpretações de intelectuais ligados ao partido e as ações do PCB sofreram duro golpe com a tomada do poder pelos militares em abril de 1964. As ações da

³⁹⁵ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2019. p. 33.

³⁹⁶ Ibidem. p. 44.

ditadura para dismantelar qualquer organização de esquerda fizeram com que se formasse uma lacuna nos debates e produções teóricas que seguiam essa orientação. Um dos primeiros grupos que se propôs, ainda na década de 70, a retomar a perspectiva operária, se organizou em torno dos intelectuais que participavam da chamada Escola de Sociologia Paulista e organizaram em 1969, juntamente com outros cientistas, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Este grupo formado por Octávio Ianni, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luis Carlos Bresser Pereira, Bolívar Lamounier entre outros produziu teorias que se tornaram referência nas ciências humanas brasileiras e até hoje pautam debates sobre a realidade nacional.

O filósofo José Chasin teceu, em suas obras, coerente análise deste grupo de intelectuais, sobretudo do que nomeou Quadrúpede Teórico – as teorias da dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade. Este conjunto teórico tinha como intenção, concomitantemente, explicar a história republicana brasileira, criticar as esquerdas dos pré-64 e oferecer uma alternativa para o país da perspectiva do trabalho. Como já expomos em relação ao populismo, a influência destas teorias é imensurável, pois foram incorporadas como verdade na maior parte das análises sobre a realidade brasileira e, ainda hoje, servem como referencial para elas. De forma mais ou menos crítica, os tipos ideais dependência, populismo e autoritarismo estão presentes seja no senso comum, seja na academia.

O Quadrúpede teórico tem em comum, segundo Chasin, ser uma amálgama entre as teorias da modernização, o estruturalismo e o weberianismo, anunciando, no entanto, seu pioneirismo na retomada do marxismo. Como a apreciação de todas essas teorias extrapola o escopo desta pesquisa, nos limitaremos a descrever algumas críticas apontadas por Chasin à teoria da dependência e faremos uma análise um pouco mais criteriosa sobre o tipo ideal populismo, para além dos elementos já indicados no capítulo 1.

A teoria da dependência – surgida na década de 60, cujos principais representantes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto -, dentro disso, buscava ser uma crítica rigorosa das análises da CEPAL e do ISEB, acusados de ignorarem a particularidade dos países dependentes. Pretendendo entender a realidade latino-americana a partir da própria dinâmica do polo subordinado, afirma a impossibilidade da Revolução Burguesa no Brasil. O referencial liberal perspectivado desde o início faz seu efeito neutralizando qualquer pretensa rigorosidade uma vez que, segundo Cardoso, a única opção possível aos dependentes é a associação ao capital internacional. Antes legitimação à dependência, a modernização excludente defendida por este

autor acaba por cair, como as demais teorias, na razão política explicada por Marx. Assim, para Cardoso, seria no campo da política, através de negociações e diplomacia que os países subordinados poderiam livrar-se dessa subordinação e promover um capitalismo desenvolvido. Tão distante de qualquer perspectiva marxista estão estas afirmações que até seria desnecessário este apontamento. A perspectiva de classe nem se coloca no horizonte e muito menos são propostas saídas a partir da realidade material. Só lhes resta o politicismo como bem apontou Chasin.

A “teoria do populismo”, explanada no 1º capítulo, não deixa de seguir o talhe da Analítica Paulista e cair no politicismo. Usando noções marxistas abstratas que, pela influência weberiana, são convertidas em tipos ideais, a “teoria do populismo” se popularizou ao ponto de ser usada por diversos intelectuais para caracterizar qualquer parte da história republicana brasileira.

Rubem Barbosa Filho em “Populismo - Uma Revisão Crítica”, foi um dos pioneiros a investigar os fundamentos dessa teoria e tecer críticas pertinentes que devem ser recuperadas. Segundo ele, apesar de se autointitularem marxistas, os teóricos do populismo na verdade se baseiam na teoria da sociedade de massas – desenvolvida por Hanna Arendt, Robert Michels e José Ortega y Gasset entre outros e aplicada a América Latina por Torcuato DiTella e Gino Germani – e no weberianismo sob as quais aplicam apenas um verniz marxista. Nesta perspectiva, Barbosa afirma que a tentativa de atrelar o marxismo com as referidas teorias resultaria na “desfiguração e (no) enrijecimento de categorias centrais do marxismo³⁹⁷” e passa a apontar as contradições entre elas.

Para isso, Barbosa analisa o contexto de surgimento da teoria da sociedade de massas no início do século XX, época em que a liberal-democracia europeia se vê ameaçada duplamente pelo surgimento do nazifascismo e pela Revolução Russa. A teoria da sociedade de massas é elaborada de forma que, em um só ponto, pôde amarrar a necessidade de se autoafirmar como modelo ideal de sociedade e criticar dois fenômenos que, apesar de sua natureza distinta, eram intimidações de grande peso ao pensamento liberal. “O passo inicial nessa direção é o seccionamento e hiperacentuação da esfera política, único modo de identificar nazi-fascismo com socialismo, atribuindo a ambos a mesma negatividade, e os desvincular da democracia liberal, tomada esta como expressão da sociedade moderna³⁹⁸”. Apontaremos a

³⁹⁷ BARBOSA FILHO, Rubem. op. cit. p. 177.

³⁹⁸ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. A crítica do populismo – Elementos para uma problematização. *Revista PUC Viva*. São Paulo, n. 8, ano 2, pp. 35-45, mar./abr. 2000 p. 2. Disponível em <https://www.academia.edu/10360806/A_cr%C3%ADtica_do_populismo_elementos_para_uma_problematiza%C3%A7%C3%A3o>.

seguir como a teoria da sociedade de massas e, por consequência, a “teoria do populismo” que nela se inspira, recaem no politicismo apontado por José Chasin como característica de parte da pretensa esquerda mundial.

Barbosa demonstra que a teoria da sociedade de massas toma como pressuposto a idealização da liberal-democracia, forma de organização social tida como ápice da liberdade individual e modelo a ser alcançado pela humanidade. Essa afirmação se baseia na crença de seus teóricos de que o sucesso de uma sociedade democrática se baseia em um pacto social cujo fim último é a manutenção das liberdades individuais e o bom funcionamento da sociedade. Para se atingir esse objetivo a sociedade se arma de uma série de grupos intermediários entre as elites³⁹⁹ no poder e as massas, grupos esses cujo objetivo é garantir, a proteção tanto das elites quanto das massas. A necessidade desses grupos se dá, pois as massas podem pressionar indiscriminadamente as elites de modo a viciar suas decisões, o que resultaria em um descompasso entre as reais necessidades sociais e o interesse imediato das massas. Por outro lado, os grupos intermediários também garantem que os interesses das massas sejam atendidos, impedindo uma concentração demasiada de poder. Ainda, a função de tais grupos seria estabelecer boa comunicação entre elites e massas e entre elites no poder e fora dele. A competição entre elites pelo poder garantiria a democracia, uma vez que, se um grupo descumprir o pacto social outro pode ser colocado no lugar dele. Cabe ainda ressaltar que tanto as elites, quanto as massas e os grupos intermediários agem independentemente do estado, este sendo tanto a garantia para a democracia funcionar quanto seu objeto.

O embate de interesses sustentados por grupos diferentes produziria as transformações sociais, ou a dinâmica social; mas, o conflito deve ser moderado. Na medida em que os grupos se vejam como iguais, e as elites possibilitem a realização dos interesses grupais, os indivíduos e os grupos tenderão a aceitar e defender esta forma de organização social, cuja legitimidade estaria, portanto, garantida⁴⁰⁰.

Tomada como tipo ideal como mostrada acima, a liberal-democracia também é parâmetro para outros modelos sociais que se desenvolvem a partir de sua corrupção: totalitarismo e populismo, ambas sociedades de massa. “A especificidade de outras formas torna-se uma questão de grau de aproximação ou distanciamento da liberal-democracia⁴⁰¹”; enquanto o totalitarismo é o oposto da liberal-democracia, o populismo seria sua forma incompleta.

³⁹⁹ Elites são entendidas como grupos de pessoas que ocupam posições de destaque na estrutura social.

⁴⁰⁰ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2000. p. 3.

⁴⁰¹ BARBOSA FILHO, Rubem. op. cit. p. 04.

A sociedade de massas é aquela onde os grupos intermediários não existem ou não realizam sua função, estabelecendo-se relações diretas entre as elites e os indivíduos ou a massa. A política é personificada no estado e o “social” nos grupos intermediários, necessários para conectar política e indivíduo. Nesta concepção, baseada na noção de ação social weberiana, os indivíduos agem por sua própria consciência e vontade, sendo descartadas as ações de classe e as determinações materiais. Os personagens políticos são os indivíduos, agindo individualmente ou em grupos, mas nunca como classes em luta.

Como a democracia é tomada como um sistema a-histórico de normas abstratas e gerais, sua corrupção também é a-histórica. Os modelos corruptos seriam patológicos, por imperfeitos, e o modelo liberal-democrático seria normal. A corrupção ou ausência da liberal-democracia resulta no desenvolvimento da sociedade de massas⁴⁰².

A análise de José Chasin, em complemento, também percebe que, sendo o tipo ideal de democracia-liberal o fim último dos teóricos do populismo, esta passa a ser “uma sorte de fim da história, portanto, racionalmente insuperável, eterno como valor prático e teórico⁴⁰³”. A democracia é vista como o regime ideal pois é a única que permite a disputa pelo poder entre os diversos grupos, evitando-se sua concentração exagerada. O estado fica reduzido a árbitro e meio para execução do poder, restando descartada qualquer referência a dominação de classe. Chasin destaca que, a única forma de se chegar a este resultado é afastar-se da realidade, seccioná-la em tipos ideais que superdimensionam a esfera política e a separam de sua base material:

O que leva a esta alquimia é justamente o procedimento próprio à análise liberal: o emprego de universais abstratos como único recurso do movimento de apreensão científica. Donde, em lugar de reproduzir conceitualmente o concreto, evidenciando em cada caso a particularidade decisiva, somos conduzidos, por aquela análise, a nos defrontar com a razão em geral, a liberdade em geral, o cidadão em geral, o estado em geral, a violência em geral, etc., etc. [...] Com esta generalização, que é ao mesmo tempo um reducionismo, pois limita as questões à esfera política, o uso do conceito de totalitarismo permite misturar e confundir Hitler com Stalin e, se não bastasse, também fenômenos do tipo Vargas ou Peron⁴⁰⁴.

Se a liberal-democracia nasce da passagem “normal” da sociedade tradicional para a moderna na Europa, da mesma forma a sociedade de massas surge de uma “quebra de rotina” ou ruptura; no caso do populismo a transição para a sociedade moderna foi anormal, mediada por alguma crise ou carência. As principais características dessas sociedades são apontadas por

⁴⁰² COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2000. p. 5.

⁴⁰³ CHASIN, José. op. cit., 2000. p. 175.

⁴⁰⁴ Ibidem. p. 174.

Rubem Barbosa e se desenvolveriam a partir da fragilidade ou ausência dos grupos intermediários, o que leva a uma relação direta entre elites e massas. Como os indivíduos não tem os grupos para os representar, acabam agindo de forma violenta, desorganizada ou apática. Esse comportamento, característico de sociedades não democráticas, leva os indivíduos ao isolamento e desinteresse, tornando-os suscetíveis à manipulação. A desconexão com interesses próximos pode resultar ainda em projeções futuras com perspectivas utópicas de transformação da sociedade, intenções também danosas à democracia. Ainda, na sociedade de massas, a função que deveria ser exercida pelos grupos secundários acaba assumida pelo estado e, conseqüentemente, este centraliza mais poder, deixando de ser um representante para ser um centro de poder. Configura-se o estado populista.

A principal correspondência das teorias elucidadas acima na América Latina são os trabalhos de Gino Germani e Torquato Di Tella. Apreendendo os elementos comuns a ambos, Barbosa aponta que a análise do populismo feita por estes autores tem como pressuposto “uma dicotomia de modelos”, a sociedade moderna e a tradicional. Novamente, o populismo é entendido como forma corrompida da liberal-democracia; a passagem para a sociedade moderna feita de forma imperfeita.

(O) populismo, enquanto modelo, só se explicaria em sua relação com a liberal-democracia. O modelo do populismo é um segundo grau de abstração, [...] pois é criado a partir de um modelo abstrato e formalizado. Por outro lado, sua especificidade é dada pela imperfeição, pela negatividade, pela incompletude. [...] a verdade do populismo é o seu fim. Enquanto caminho ele é apenas imperfeição. Cria-se, assim, um círculo vicioso: os termos do modelo populista reforçam os elementos do paradigma e este, por sua vez, torna-se a razão de ser do populismo⁴⁰⁵.

A chegada à sociedade moderna aparece como destino indelével da humanidade, alterando-se apenas sua forma e descartando, portanto, a perspectiva histórica. O populismo seria uma forma específica de transição, novamente “um modelo puramente descritivo, baseado nas diferenças do processo latino-americano e europeu, [...] cujas premissas são exteriores ao próprio modelo”⁴⁰⁶.

Assim, no populismo dos autores latino-americanos, dada a formação recente da modernidade, as classes aparecem, mas são imediatamente descartadas por sua inexperiência organizacional, desfazendo-se como personagem histórico. A realidade é resumida a uma disputa de poder entre indivíduos ou grupos, que podem se aliar ou não de acordo com seus

⁴⁰⁵ BARBOSA FILHO, Rubem. op. cit. p. 163.

⁴⁰⁶ Ibidem. p. 167.

interesses individuais e subjetivos. O fundamento do tipo ideal é, desta forma, o poder, é a política que o define. Daí a afirmativa de Barbosa de que o populismo consegue unificar sob o mesmo conceito “experiências tão diversas como o peronismo, o varguismo, o aprismo, o castrismo etc.⁴⁰⁷”.

Isto posto, também a variante latino-americana da teoria da sociedade de massas acaba por reduzir-se ao politicismo:

Isto implica em desconsiderar a base geradora das manifestações políticas, qual seja, o modo de produção, o modo particular de sua objetivação em cada país, o momento de seu desenvolvimento etc. Evidentemente, nada nos pode dizer a respeito da especificidade da burguesia, de suas várias frações, ou da classe operária. A consciência de classe é igualmente eliminada, uma vez que lida somente com a consciência individual, psicológica, subjetiva e não objetiva⁴⁰⁸.

É a partir de tal conceito, já aparado por uma realidade diversa daquele para qual foi elaborado, é que operam os autores brasileiros da “crítica do populismo”.

Se assim é, essa crítica se exerce não sobre uma realidade, mas sobre um modelo que é tomado como realidade. Em outras palavras, o paradigma previamente dado é aplicado sobre a realidade, servindo de molde para captação de dados empíricos e de explicação. A crítica é exercida sobre o resultado dessa operação. Assim, o ‘populismo’, contra o qual se volta a crítica, não é uma realidade, mas um construto ideal⁴⁰⁹.

Novamente tomando como parâmetro a liberal-democracia europeia, a “teoria do populismo” brasileira pretendeu ser a correspondente política de um país atrasado economicamente e com instituições modernas não desenvolvidas. Inspirados no tipo ideal weberiano de dominação, o populismo seria a imperfectibilidade da dominação legal, onde formas políticas arcaicas e patrimoniais ainda vigoram. Visto como etapa,

o populismo terminaria logo que o desenvolvimento socioeconômico do país atingisse um novo patamar, cedendo lugar a uma ditadura ou a um legítimo regime democrático que contemplasse todos os agentes: completada a transição, as classes sociais estariam plenamente formadas e côncias de seus interesses, incluindo a hegemonia política⁴¹⁰.

Livres do ardil populista, os trabalhadores poderiam se organizar. Uma vez organizados, podem se lançar no jogo democrático e orientar o seu funcionamento de modo a

⁴⁰⁷ BARBOSA FILHO, Rubem. op. cit. p. 171.

⁴⁰⁸ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2019. p. 213.

⁴⁰⁹ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2000. p. 13.

⁴¹⁰ ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. A crítica chasiniana à analítica paulista. *Verinotio – Revista on line de educação e ciências humanas*, n. 9, Ano V, nov. 2008. p. 142.

atingir seus objetivos. Tamanho é o distanciamento do marxismo que, como alternativa aos erros da esquerda – deixar-se manipular e permitir a aliança com a burguesia -, os teóricos do populismo propunham que, conscientes de seu papel de classe e independente da burguesia os trabalhadores suspendam a luta de classes para aprimorar a democracia. *Pari passu*, para garantir a democracia é necessária a manutenção das liberdades individuais – burguesas, ressalte-se –, o que somente a independência em relação a uma forma de estado corrompida poderia promover. Para se livrar dessa forma de dominação seria necessária a implementação de modernas estruturas jurídico e política, através das quais a população se relacionaria com as elites políticas. Os chamados grupos secundários (ou intermediários) – partidos, associações, ONGs – seriam a forma de intercâmbio entre a sociedade civil e a política e teriam como função amortecer as pressões populares sobre as elites e garantir os canais de comunicação, preservando o pacto social e a governabilidade. Nesta perspectiva, essa moderna forma de fazer política permite a existência de um estado neutro, independente de um projeto classista. Qualquer similaridade desse enunciado com o modelo liberal democrático e com as teorias da modernização não é mera coincidência. A similitude com a atuação de certo partido que age sob orientações dos teóricos aqui citados muito menos pode ser deixada de lado.

Assim, “o centro da análise se limita a verificar se o período vivido é mais ou menos democrático, se existe manipulação das classes dirigentes, se ocorre formação de instituições independentes na sociedade civil⁴¹¹”.

É notável a forma como o processo econômico é tratado meramente como paralelo ou derivado do andamento político: é o equívoco da razão política apontado por Marx. A raiz liberal, que afirma ser a economia pertencente à esfera privada e a política palco das realizações coletivas, explica como, pela política – esfera da vontade por excelência –, com as suas consciências livres e não manipulados é que os trabalhadores conseguiriam sua liberdade. A explicação da passagem para a sociedade industrial, reduzida à disputa pelo poder, acaba por negligenciar que a industrialização seja resultado de um projeto burguês, ou de uma fração burguesa⁴¹²: a afirmação de que a industrialização brasileira se deu devido à crise internacional ou de forma espontânea como fazem estes teóricos, é negar a particularidade brasileira e o próprio processo histórico no sentido marxista.

Reafirmando as máximas liberais, o politicismo age como protetor da estreiteza política burguesa; se afirmam que o populismo é um estilo de fazer política, continuam sem

⁴¹¹ ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. op. cit. p. 143.

⁴¹² COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 1999.

nada a dizer sobre o porquê o tal populismo teria se instalado no Brasil, uma vez que continuam sem explicar as razões da incompletude do capitalismo em terras brasileiras. Mais confundindo do que explicando, a teoria do populismo não dá conta de explicar as razões do Golpe de 64, tendo que recorrer, para tanto, a outro tipo ideal, o do autoritarismo.

Em uma explicação sucinta – pois a mesma não é nosso objeto – o autoritarismo seria outra variante da forma política liberal, dessa vez mais próxima de seu polo oposto, o totalitarismo. Na teleologia dos teóricos da sociedade de massas, se o ideal a ser alcançado, o reino da liberdade e razão humanas é a liberal democracia, o totalitarismo é o máximo da negação da liberdade. Usado para qualificar sociedades onde o poder é concentrado nas mãos de um líder ou partido concretizados pelo estado, no totalitarismo todas as instâncias democráticas estariam ausentes, imperando a violência e as ideologias extremadas sobre o indivíduo. A banalização do terror, a manipulação das massas, a incorporação acrítica das mensagens do poder são algumas das características do fenômeno; de outro lado, vêm a existência de um partido único estatal de massas (em cuja direção se centralizam os processos de tomada de decisão); a burocratização do estado; a repressão à dissidência e a criação de um estado policial; o culto à personalidade do líder; o patriotismo exacerbado; a organização dos trabalhadores com intervenção estatal, via propaganda e apelo ao patriotismo; a censura aos meios de comunicação; a patrulha ideológica; e a militarização da sociedade e o expansionismo⁴¹³.

Com os mesmos pressupostos do populismo, o totalitarismo é um tipo ideal que consegue agrupar fenômenos essencialmente distintos, como o stalinismo e o nazismo.

Aparentando oferecer uma ferramenta neutra de investigação, que supostamente seria capaz de apanhar as diferentes existências concretas, de fato só permite a apreensão daqueles elementos a partir dos quais foi elaborada, impossibilitando a compreensão da diversidade; de sorte que cumpre muito bem o objetivo para o qual foi formulado: ‘explicar’ o nazi-fascismo e o comunismo como expressões semelhantes de corrupção da liberal-democracia⁴¹⁴, suposta a forma mais racional, o fim da história⁴¹⁵.

Ainda mais abstrato é o tipo ideal, utilizado por teóricos brasileiros, de autoritarismo, outra degeneração da liberal-democracia, desta vez situado entre o populismo e o

⁴¹³ ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. op. cit. p. 147.

⁴¹⁴ “O conceito de totalitarismo foi desenvolvido por Hannah Arendt (1906-1975) para explicar o nazismo e o fascismo na Europa no período da Segunda Guerra Mundial. A produção teórica de Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi resgatada e transformada em ferramenta de análise por estes autores na construção de suas teorias políticas e estudo dos grandes conflitos políticos ocorridos na primeira metade do século XX”. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. op. cit. p. 147.

⁴¹⁵ COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. op. cit., 2019. p. 218.

totalitarismo⁴¹⁶. Enquanto no totalitarismo um líder ou organização concentram o poder, no autoritarismo nem todas as liberdades individuais foram retiradas; ambos utilizam a violência e o monopólio da força, sendo a diferença entre os dois apenas de grau. “Ou seja, enquanto o autoritarismo é a atrofia ou a ausência, em graus diversos, de liberdade política, o totalitarismo é o regime do terror contra o indivíduo, movido pelo estado policial, que concentra em si todos os poderes e através deles exerce todos os controles sociais⁴¹⁷”.

Tendo a aliança de classes característica do populismo entrado em colapso, a teoria do autoritarismo é usada pela analítica paulista para designar o regime militar instituído no Brasil em 1964 e novamente se recorre a características do modelo para se explicar a realidade: sem esclarecer porque teria ocorrido o golpe militar, se limita a afirmar características gerais e comuns a outras formações sociais, sem apontar a particularidade histórica nacional.

As teorias do populismo, autoritarismo e totalitarismo aqui brevemente analisadas em seus aspectos politicista, nos mostram, assim como as demais críticas apontadas no capítulo 1 dessa dissertação, seus limites tanto em relação à sua pretensa crítica à esquerda pecebista do pré-64 quanto à proposta de representante legítima do proletariado nacional. Ao se subsumirem à perspectiva liberal e entender a democracia como fim último de suas ações, os ideólogos aqui citados acabaram por abandonar o horizonte da emancipação humana – que pressupõe a abolição de todas as classes - e substituí-lo pela defesa do proletariado no interior da ordem capitalista – única possibilidade se mantida a democracia burguesa. Da mesma forma, em nosso entendimento, suas contribuições para a apreensão da particularidade brasileira se configuram como um retrocesso ao condenar as interpretações originais e atuais de autores como Caio Prado Jr e Nelson Werneck Sódre, dado a imensa colaboração que estes autores nos legaram.

⁴¹⁶ “A corrente desta teoria que alcançou maior expressão na América Latina foi a criada por Guillermo O’Donnell, para quem o autoritarismo era parte orgânica do aprofundamento do processo de acumulação em curso, ou seja, estava no bojo da adoção de tecnologias intensivas em capital nas indústrias de base e de bens de capital. Esta tese, adotada no Brasil pela *analítica paulista*, ligava-se à teoria da dependência, segundo a qual a poupança externa tinha importância para o processo de industrialização nacional – era necessária uma *associação* com o capital dominante estrangeiro para que houvesse o desenvolvimento nacional, e neste processo incluíam-se formas de dominação autoritárias”. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. op. cit. p. 149.

⁴¹⁷ CHASIN, José. op. cit., 1989. p. 78.

4 AFINAL, O QUE REPRESENTA O GOVERNO GOULART?

Depois do longo caminho de pesquisa que percorremos, mostrando a mais popular teoria interpretativa sobre o início da década de 60, os diversos autores que a criticavam e o debate entre os teóricos da própria época, resta-nos refletir sobre o que de fato significou esse período na história brasileira em geral e, como não poderia deixar de ser, assinalar sua importância para o golpe que viria a instalar o longo período ditatorial.

Excluindo-se os autores que aderem ao termo populismo, não são muitos os que tentam extrair da própria realidade uma significação para o momento aqui tratado. Em número ainda mais reduzido são os que usam o instrumental marxista para isso, colocando as relações materiais como determinantes para a realidade dos fatos.

Tentaremos, pois, condensar aqui alguns dos trabalhos que, mesmo que parcialmente, deem significativa contribuição a nossa tentativa de entender o início da década de 60 como expressão da particularidade da Via Colonial de objetivação do capitalismo.

Acreditamos que o trabalho de Moniz Bandeira seja o mais completo em relação aos objetivos desta pesquisa, uma vez que Bandeira dedica um longo estudo, em formato de livro, à análise do governo João Goulart, sua natureza e potencial. Bandeira ocupou, ainda em 1956, o cargo de assessor político do deputado Sérgio Magalhães do PTB, trabalhou com Santiago Dantas no *Jornal do Commercio* e, em 1958 engrossou as fileiras do Partido Socialista Brasileiro. Importante jornalista de cobertura política, fez parte da comitiva de imprensa que acompanhou Jânio Quadros à Cuba. Figura atuante desde então, ajudou a organizar a POLOP e, também exilado, acompanhou João Goulart no exílio no Uruguai.

José Paulo Netto, em *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*⁴¹⁸, ressalta a importância de entendermos o significado do governo Goulart para a deflagração do período ditatorial, realizando, com este objetivo, interessante panorama sobre tal período.

4.1 O antecedente Kubistchek: internacionalização da economia e aprofundamento da submissão

Para elucidar sua visão sobre o período Goulart, Bandeira realiza uma digressão até 1930 pois, segundo ele, é do projeto varguista iniciado neste momento que aflora o caráter do momento janguista e de todo um período da história brasileira.

⁴¹⁸ NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

O processo que culminou em 1930 se remete a crise da oligarquia cafeeira e seu modelo de acumulação, diante do contexto internacional de crise do capitalismo de 1929. Tocando nesta questão Bandeira parece aceitar a teoria gramsciana de Crise de Hegemonia afirmando que quando da queda da oligarquia cafeeira e diante da impossibilidade do proletariado ou de outro setor da classe dominante “impor sua hegemonia” abre-se um impasse que permite a ascensão de Vargas. E se usando do conceito bonapartismo, o imputa a Vargas no sentido de este ser um “árbitro, em meio à crise de poder [...] aparentemente flutuando acima dos interesses das classes sociais, mas favorecendo o desenvolvimento capitalista do Brasil”⁴¹⁹.

Em outra passagem, sobre o Estado Novo, reitera que,

[...] em consequência da elevada tensão social e do dissídio no seio das classes dirigentes, as condições para o domínio da burocracia, das Forças Armadas e da polícia amadureceram, entre 1930 e 1935, ganhando o Estado relativa autonomia em relação à sociedade civil. E o caráter bonapartista cristalizou-se quando Vargas, derrotada a esquerda em 1935, instituiu o Estado Novo, antecipando-se ao golpe militar [...]⁴²⁰.

No entanto, a tese principal do autor indica a tendência do varguismo ser um governo nacional e popular, com diversas tentativas mesmo de se aproximar de partidos de esquerda.

Se no período democrático do governo Vargas, Bandeira enxerga elementos que o aproximem de um governo popular, indica que, no Estado Novo, apesar dos recuos que sofreram os avanços trabalhistas, não se pode qualificá-lo propriamente como fascista, como fazem muitos autores. Nesse período, Vargas mediou conflitos entre as diversas classes e frações de classes no país impedindo uma guerra civil e enfrentou o grande capital financeiro e monopolista através de uma tenaz intervenção do Estado na economia, com o objetivo de promover um capitalismo nacional. Diferentemente do que ocorreu no fascismo, nossa particularidade histórica de um capitalismo muito atrasado, não podia promover a associação com as grandes corporações monopolistas⁴²¹. “O Estado Novo foi a forma possível de ascensão da indústria brasileira, historicamente retardatária, numa conjuntura mundial de crise do capitalismo, que perdurou ao longo dos anos 1930 [...]”⁴²². E afirmando se tratar, pois, de um projeto burguês de modernização, assevera:

⁴¹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. op. cit. p. 93.

⁴²⁰ Ibidem. p. 101.

⁴²¹ Essa concepção fascismo como etapa do desenvolvimento capitalista italiano e alemão, Bandeira se referencia em Poulantzas (Fascismo y ditadura. México, 1970) e Trotsky (Revolução e contrarrevolução. Lisboa [s. d.].

⁴²² BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. op. cit. p. 100.

O Estado novo não constituiu, pois, um regime fascista. Constituiu, sim, uma ditadura burocrática, que, sustentada pela repressão militar-policial, permitiu a execução de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista, a despeito da oposição de vastos segmentos da própria burguesia e do conjunto do grande capital, predominantemente estrangeiro. [...] A proibição das greves e o estabelecimento do controle sindical pelo Ministério do Trabalho, a partir de 1937, visaram a intensificar a acumulação de capital, necessária a construção e expansão do parque industrial⁴²³.

De forma que a “autonomia” referida por Bandeira trata-se antes de um conflito no interior da classe dominante, onde a fração mais conservadora, assim como aquela atrelada ao capital internacional e partes da oligarquia rural eram oposição ao modelo de desenvolvimento pautada pela indústria nacional. De forma que Vargas usou-se da conciliação de classes, principalmente em relação aos latifundiários, conquistando seu apoio ao não estender ao campo os direitos trabalhistas. Ainda, Bandeira afirma que o proletariado e o relativo controle que tinha sobre ele Vargas, serviram como barganha contra os setores que não apoiavam o projeto varguista.

O caráter conservador e reacionário típicos de nossa burguesia é destacado por Bandeira uma vez que esse caráter progressista do varguismo foi por ela descartado como alternativa econômico-política; o PTB nunca fora plenamente aceito pela classe dominante, que via nos avanços sociais um despropósito e uma ameaça. É famosa a frase de Vargas ao sair de uma reunião com industriais que, mesmo diante do levante popular de 1935, negaram o pedido do presidente de aplicação das leis trabalhistas: “Estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam⁴²⁴”. Seria esse o principal ponto que levaria a inflexão do varguismo à esquerda:

O problema político do desenvolvimento econômico do Brasil, que as corporações estrangeiras obstaculizavam, somou-se, assim, às questões de classe, no plano da produção. E o aguçamento da contradição anti-imperialista, entranhando-se com as lutas sociais, contribuiu para impelir e afirmar o PTB na direção da esquerda, como um partido de reformas populares, *não populista*, desempenhando um papel similar ao da social-democracia na Europa, embora dentro das circunstâncias e das condições peculiares do Brasil, um país com uma economia capitalista atrasada, mas em processo de industrialização⁴²⁵.

Bandeira considera está inflexão uma relativa evolução no pensamento de Vargas, concernente ao período imediatamente após sua deposição por um golpe de Estado. Ao mesmo tempo que afirma ser um avanço no varguismo, afirma que esta vertente já estava contida no

⁴²³ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. op. cit. p. 101.

⁴²⁴ Depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Hélio Silva, in: Silva, 1969, p. 398. Apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit.

⁴²⁵ Ibidem. p. 107.

perfil de Vargas, de forma que ele passa a denunciar em seus discursos o caráter antinacional do governo Dutra, os interesses meramente econômicos das classes que o apoiavam, bem como a necessidade de uma evolução para o socialismo⁴²⁶.

A especificidade do governo Vargas, apesar das variantes que assumiu, está em incorporar um projeto nacional de industrialização, se opondo ao capital internacional através da intervenção direta do Estado e da conciliação entre proletariado urbano e burguesia industrial vinculada ao mercado interno. Dentro deste projeto está o fortalecimento do Departamento I promovido pelo mesmo, bem como o estímulo a indústria nacional e a contenção da evasão de capitais. Óbvio é que este projeto se choca com as pretensões imperialistas das corporações monopolistas, tanto que diante da provocação trataram de derrubar o projeto antagônico em associação com setores da burguesia brasileira que se beneficiavam com os negócios de importação e exportação.

O governo Kubistchek, em oposição, é visto pelo autor como um período de concessão ao capital estrangeiro. Se aproveitando da nova Divisão Internacional do Trabalho, onde, no lugar de fornecedores de matérias-primas, as nações periféricas passam a ser fornecedores de matérias-primas e bens de consumo, JK busca atrair as empresas estrangeiras a investirem no país e acaba por promover a desnacionalização de nossa indústria. Ao não revogar a famosa instrução 113 da SUMOC que beneficiava claramente as empresas estrangeiras e penalizava a indústria nacional e ao privilegiar os bens duráveis de consumo em detrimento dos bens de capital⁴²⁷, JK alterava o padrão de acumulação vigente no Brasil.

De um lado, o dispositivo de proteção às manufaturas com similar nacional as compeliam a produzirem no Brasil, a fim de não perderem o mercado, o que antes suas matrizes exportavam. Do outro, não apenas Kubistchek lhes concedia vantagens, isenções e privilégios, facultando a formação de monopólios e oligopólios, como a instrução 113, revitalizada pela Lei de Tarifas, permitia que elas importassem máquinas e equipamentos obsoletos, valorizados como se novos fossem, sem cobertura cambial ou restrição de qualquer espécie quanto aos similares de fabricação nacional, ao mesmo tempo que negava o mesmo direito às firmas brasileiras. [...] A instrução 113 tanto prejudicou o crescimento da indústria nacional de bens de produção que possibilitaria ao país substituir as importações em um setor vital para a reprodução capitalista, quanto incentivou a transferência do controle acionário de empresas brasileiras para as corporações internacionais; em outras palavras, animou o fenômeno conhecido como desnacionalização⁴²⁸.

⁴²⁶ Discurso no comício trabalhista em Porto Alegre, em 19 nov. 1946. CPDOCGV-24, Coleção Getúlio Vargas. Apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit.

⁴²⁷ Sobre esta questão Bandeira tem como referência justamente Francisco de Oliveira e suas conclusões já aqui analisadas.

⁴²⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 114.

Diferentemente do varguismo, a industrialização sob JK segue o modelo da internacionalização da economia nacional, fornecendo não só vantagens legais e fiscais, mas o controle da economia ao capital internacional:

E a industrialização prosseguiu sob o comando de capitais estrangeiros, cujos países de origem se reservavam à produção de bens de capital, a tecnologia e o nervo financeiro, como condição de sua preeminência, na redivisão internacional do trabalho. Essa transação, que acomodou o desenvolvimento do Brasil às conveniências do capitalismo internacional, valeu ao governo Kubistchek a relativa estabilidade de que gozou, no âmbito da democracia política⁴²⁹.

Lembrando que a partir de 1945 o Brasil vive uma democracia autocrática e não uma democracia aos moldes das europeias, Mazzeo afirma que JK iniciara a modernização de nosso parque industrial em novos moldes de acumulação, abrindo o país ao capital internacional oligopolista e permitindo a criação de um operariado moderno, mas também promove intensa concentração de capital. O endividamento público e a alta inflacionária são marcas da crise que se inicia nesse governo e irá durar até 1967.

Da mesma forma que Oliveira, Moniz Bandeira enxerga no governo JK a raiz da crise que posteriormente assolaria o período João Goulart. O modelo que priorizava o capital internacional adotado pelo então presidente esbarrava no crônico déficit da balança de pagamentos de uma economia ainda baseada na exportação de matérias-primas. Passada a fase de instalação das empresas, estas passaram a requerer o seu quinhão no jogo capitalista e a repatriação dos recursos, seja legalmente, via remessa de lucros, juros ou dividendos, seja ilegalmente, via sobrefaturamentos, acabaram por abater a economia a ponto de levá-la a crise. Por outro lado, a industrialização interna que poderia dar fôlego a essa questão, esbarra em um mercado interno limitado aos bens de consumo duráveis escolhidos como carro chefe do período, uma vez ser característica da sociedade brasileira a intensa desigualdade e a consequente impossibilidade de acesso a estes bens pela imensa maioria da população. Contribuía ainda para a crise a inflação crescente que “afetava também o consumo e comprometia a acumulação capitalista”.

Este modelo pautado no capital internacional, além do referido golpe dado na economia nacional, também será um dos elementos que explicam o golpe político que, antes de se efetivar, muito espreitou a sociedade brasileira. Ao se apoderarem da economia, o empresariado estrangeiro e seus compinchas brasileiros por ele favorecido, se fortaleceram

⁴²⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit.

também politicamente, influenciando cada vez mais as decisões do Estado ao mesmo tempo em que debelavam a burguesia industrial nacional.

É em um contexto de crise econômica e aguçamento das lutas sociais que emerge o governo Jânio Quadros. Contraditoriamente a ser sustentado pela oligarquia financeira que derrubou Vargas, foi para as massas que apoiavam Getúlio que Quadros apelou. No entanto, fiel apenas à elite, logo que assumiu o governo passou a implementar as medidas de combate à inflação sugeridas pelo FMI. Essas medidas tiveram como consequência o arrocho salarial e a contenção do crédito, entre outras medidas que imolariam os trabalhadores e a pequena burguesia. A elevação do custo de vida e a insolubilidade da crise levaram ao desgaste do governo Quadros.

Bandeira assinala que os governos JK e Quadros são expressão – o primeiro mais ameno e o segundo mais agudo diante da crise – do

[...] fim do bloco histórico, formado a partir da Revolução de 1930, quando a República Velha se esbarronou, com a bancarrota dos cafeicultores, e Vargas, ao assumir o poder, teceu um novo sistema de alianças, ao unir o proletariado urbano a um setor da burguesia rural, notadamente os pecuaristas do Rio Grande do Sul, mais voltados para o mercado nacional que para os negócios de exportação. O processo de industrialização encontrara assim condições para prosseguir, como um projeto de estado, transferindo-se parte substancial do ônus da acumulação para os ombros dos trabalhadores do campo, aos quais o pacto não estendeu os benefícios da legislação social, a fim de não ferir nos interesses dos latifundiários, como requisito essencial de sua vigência⁴³⁰.

Esse pacto, com apenas o interregno do governo Dutra, funcionará durante toda era de Vargas, que bloqueou o acesso direto ao poder do empresariado de São Paulo, ligado umbilicalmente aos cafeicultores e às finanças internacionais, conquanto contemplasse a fração do empresariado com interesse no mercado interno e a ela atrelasse o operariado urbano. No entanto, a partir da eleição de JK para a presidência da República, a burguesia industrial, cujo segmento mais poderoso se concentrava em São Paulo, avocou a hegemonia e aquele sistema de alianças começou a desintegrar-se, em meio à crise econômica e social que o desenvolvimento capitalista acarretara⁴³¹.

Bandeira vê, assim como Mazzeo, a origem do pacto ou aliança entre as classes, na esfera econômica: a necessidade de um novo modelo de acumulação gerou um rearranjo das forças políticas; a opção por um modelo baseado no desenvolvimento interno seria condição de sua efetivação. Por outro lado, o modelo JK permitiu outro caminho. A burguesia brasileira associada ao capital internacional não está interessada em pacto algum que envolva o desenvolvimento nacional. Por um lado, porque não é nacional, portanto, não se interessando nos elementos nacionalistas de Vargas ou Goulart. Por outro lado, porque, diante da crise

⁴³⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. op. cit. p. 117.

⁴³¹ Ibidem. p. 118.

econômica necessita aumentar a exploração do trabalho, nada podendo ceder ao proletariado. E em um terceiro elemento, o temor que os trabalhadores causavam nessa burguesia, estimulou seu caráter contrarrevolucionário.

[...] o empresariado, fortalecido pela industrialização e articulado pelo setor estrangeiro, reclamava a concentração do poder político, a fim de, em resolvendo o problema da hegemonia, conter a emergência do movimento operário e enfrentar a crise econômica e social, com outros padrões de acumulação⁴³².

Segundo Mazzeo, a crise política que se abre com a saída de Quadros e a tentativa de golpe em seu vice eleito João Goulart, se deve a mudança no panorama político resultante da crise das formas de acumulação instituída no governo JK. O novo contexto do capitalismo mundial fez com que a margem de operação de parte da burguesia mais voltada à indústria nacional se tornasse muito pequena, sendo essa obrigada a ceder ao imperialismo e a mundialização e desfazer quaisquer de suas ilusões – mesmo que formalmente – democráticas. Assim, as diversas frações da burguesia entraram em um nível de conflito que impediria seus projetos de acumulação.

Nas palavras de Mazzeo:

o esgarçamento das articulações e divisões de poder, por parte das frações de classe burguesas que apontavam para a necessidade de rearticular o poder, deve ser considerado como o fator primordial para a alteração do rumo político do país (da qual a própria candidatura Quadros é resultante), ou seja, para a recomposição das alianças de poder das classes burguesas⁴³³.

Expressa-se já na renúncia de Quadros, a tensão política na qual estava envolta a classe dominante nacional e internacional, em relação ao Brasil.

A crise das formas de articulação de poder e o hiato desencadeado pelo esgotamento da forma política do bonapartismo varguista, internamente, e a derrota do nazi-fascismo na Europa com a participação do Brasil na Segunda Guerra, no plano externo, obrigou as classes dominantes, por certo tempo, a conviver com espaços democráticos dentro de um interregno de construção de novo arranjo político-hegemônico, mais adequado aos novos tempos.

No entanto, a mudança no panorama mundial exigia outras formas de acumulação internas – integração da economia à mundialização do capital e conseqüente aumento da exploração do trabalho –, passo iniciado por JK. A necessidade de aprofundar essa forma de

⁴³² BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. op. cit. p. 121.

⁴³³ MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit., 1999.

acumulação mais predatória, esbarra com o período democrático inaugurado em 1945. Aos limites da democracia em relação às intenções burguesas, a mesma responde com tentativas de golpes – 53 e 61 – malsucedidas; nesse contexto Quadros aparece como uma alternativa de se aprofundar as políticas burguesas por dentro da ordem autocrática institucionalizada. Sua derrota revela a incapacidade da burguesia, especialmente o setor internacional, em compor sua hegemonia.

4.2 O Governo Goulart situado na particularidade brasileira: um nacional-reformista fora do lugar

Contrariando a elite mundial, João Goulart ascende à presidência como símbolo da conciliação com os trabalhadores. Bandeira localiza a inspiração nacionalista de Goulart, *inter allia*, em sua origem de estancieiro gaúcho, setor econômico voltado para o mercado interno⁴³⁴. Já no início de sua carreira política, foi eleito por Vargas como seu representante ante Perón, entre outras coisas, na negociação de uma união aduaneira entre os dois países e o Chile. A personalidade, simples, informal e humilde, antes que demagogia, era natural de Goulart.⁴³⁵ Apesar desse caráter característico, Bandeira é claro e taxativo ao negar-lhe a designação de populista. Aceitando a existência da categoria populismo, o autor ressalta que, embora ela possa ser usada para caracterizar fenômenos no Brasil e na América latina, sem o correto rigor e sem atender para a especificidade de cada país, essa categoria acaba por perder sua utilidade teórica, uma vez que cai na generalização e é aplicada indistintamente a Vargas, Goulart, Quadros, Adhemar de Barros e outros sujeitos com características essencialmente distintas. Se o populismo é baseado na personalidade do líder, na demagogia e no carisma, buscando iludir o proletariado e preservar o *status quo*, Bandeira não deixa dúvidas: “Tal não era o caso de Goulart. Ele não atuava como demagogo, que entorpeceria as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital, a exemplo do que Jânio Quadros e Adhemar de Barros faziam”⁴³⁶.

⁴³⁴ “A estância para a criação de gado não era como a fazenda de café, voltada, basicamente, para a exportação. A estância ligava-se à indústria. Seu produto, o gado, ia diretamente para os frigoríficos, na maioria estrangeiros, que ditavam o preço da carne. E com eles os pecuaristas do Rio Grande do Sul tinham que conviver, necessariamente, não obstante atritos e contradições que marcavam seu relacionamento. Por isso Goulart, como Vargas, revelava uma dualidade de comportamento, decorrente das injunções econômicas impostas por aquela indústria, o que lhe permitia compreender os problemas urbanos da classe operária, inclinándolo para o nacionalismo”. MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit. p. 133.

⁴³⁵ Ibidem. p. 132.

⁴³⁶ MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit. p. 134.

Segundo Bandeira, Goulart era um reformista, com um programa, um partido e uma prática muito bem delineada e fulgente, passando longe de uma demagogia que busca ocultar suas reais intenções.

[...] Goulart era um reformista⁴³⁷. E sua política fundamentalmente se assentou na massa organizada, nos sindicatos e em um partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária, cuja práxis mais se assemelhava a da social-democracia europeia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à práxis do populismo. Não se pode obscurecer essa diferença, fundamental para a compreensão do processo político nacional até 1964⁴³⁸.

Em acordo com Bandeira, José Paulo Netto afirma que o político petebista tinha “históricos compromissos com a classe trabalhadora”, motivo pelo qual desfrutava de larga popularidade entre elas e de grande antipatia entre as elites conservadoras⁴³⁹. Netto aponta, na mesma linha defendida nesta dissertação, a fragilidade do termo populismo, usado para qualificar – ou desqualificar, nas palavras deste autor – uma amplíssima gama de sujeitos e organizações políticas sem o devido rigor da análise histórica. O uso vulgar do tipo “populismo”, aplicado notoriamente a Vargas, “Repetiu-se (...) com Jango e seu partido (o PTB): foram sumariamente classificados como tais e igualmente desqualificados. Com efeito, a maioria das análises acadêmicas (e não só) do governo Jango, recorre à ideia de *populismo* e geralmente conclui que sua derrubada expressa a ‘crise do populismo’, encerrando um estágio de desenvolvimento político brasileiro (...)”.

O engodo da utilização do tipo ideal, genérico e sem ancoragem na particularidade concreta de cada caso, leva, também aos olhos de Netto, a desaguar estas análises, em juízos de valor “para dizer o mínimo, muito discutíveis,” que não são adequados para explicar o governo

⁴³⁷ Segundo Bandeira, A prova do reformismo de Goulart está em suas ações: como articulador de Vargas, reafirma a aliança com Perón e sua base sindicalista; como ministro do trabalho propõe aumento de 100% do salário mínimo – proposta que custou seu cargo -, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo, fiscalização pelos operários do cumprimento ou não da legislação trabalhista, etc. E em suas palavras: “Tenho absoluta convicção de que agi com dignidade, preferindo ficar ao lado dos trabalhadores a pactuar com os inúmeros advogados, de interesses espúrios que muitas vezes bateram às portas do meu gabinete, pretendendo especular com o sofrimento e a desgraça do povo. Não pretendo recuar do caminho que até agora venho seguindo. Continuo do lado dos trabalhadores. Apenas mudo de trincheira”. Carta de Goulart a Vargas, Rio de Janeiro, 22 fev. 1954, GV 1954 02 00. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Cópia no arquivo Hugo de Farias. Apud. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. Também, diante da política econômica do ministro da Fazenda, Lucas Lopes, Goulart manifestou sua oposição e sua posição político-econômica ante o futuro da nação; para o então vice-presidente da República, o desenvolvimento econômico geraria sacrifícios, por certo, mas estes sacrifícios não deveriam pesar apenas sobre os ombros do povo, devendo ser dividido com os as classes possuidoras proporcionalmente, adotando-se “medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando em luxo e ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros”. Pronunciamento de Goulart, original datilografado, s.d. (provavelmente 1959). DJG. Apud BANDEIRA, LUIZ Alberto Moniz. op. cit. p. 141.

⁴³⁸ Ibidem.

⁴³⁹ Ibidem. p. 24

Jango: “E não poucos estudiosos avaliam que o fato de esta crise – do populismo - ter desembocada numa solução antidemocrática e regressiva (a ditadura instaurada a 1 de abril) tem muito a ver com o ‘despreparo’, o caráter ‘conciliador’, ‘vacilante’ e, para alguns, até ‘covarde’ do presidente”.

Na contramão destas análises, este autor afirma que “Jango, político experiente e sério, mesmo sem compartilhar de qualquer projeto socialista, era um reformista dedicado a avanços sociais, tinha fortes compromissos com os trabalhadores e com a democracia, compromissos que nunca traiu⁴⁴⁰”.

No mesmo caminho vai Antônio Rago Filho, para quem os acontecimentos do governo Goulart se aproximavam de “uma nova ordem societária que, sob a forma de uma república democrática, colocaria as massas na vida pública, incorporadas ao mercado interno por meio de um conjunto de reformas estruturais⁴⁴¹”.

Cássio Silva Moreira, em sua tese de doutorado⁴⁴², analisou entrevistas, relatórios, pronunciamentos e os discursos de João Goulart, além das medidas por ele efetivamente implementadas, entre 1961 e 1964, defendendo que o PTB e Goulart foram, quase na integralidade, a continuação do projeto Vargasista para o Brasil, caracterizado pelo nacional-desenvolvimentismo com aumento da intervenção estatal. Segundo este autor, a atualização do varguismo feita por Goulart se caracterizou pela tônica nas questões social, com ênfase na distribuição de renda – marca das reformas de base. Ainda, afirma que, assim como Goulart reiterou inúmeras vezes em seus pronunciamentos, o projeto proposto “respeitava a propriedade privada; entretanto ponderava que a mesma deveria ter uma função social. Tentava conjugar a defesa dos direitos dos trabalhadores com a livre iniciativa, buscando uma relação mais equilibrada, ou harmônica, para usar suas palavras, entre trabalho e capital num Estado democrático de direito⁴⁴³”.

Aline Silva Vasconcellos, chegou a mesma conclusão que Cássio Moreira, ao analisar os discursos proferidos por Goulart: “Baseado no ideário varguista e num trabalhismo cristão – permeado pela doutrina social da Igreja – Goulart apresentou proposta que,

⁴⁴⁰ BANDEIRA, LUIZ Alberto Moniz. op. cit. p. 28 e 29.

⁴⁴¹ RAGO FILHO, Antônio. O ardid do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, São Paulo, (29) tomo I, p. 139-167, dez. 2004. p. 141.

⁴⁴² MOREIRA, Cássio Silva. *O Projeto de Nação do governo João Goulart: Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Doutorado em economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

⁴⁴³ *Ibidem*. p. 102.

aglutinadas, se estruturavam claramente com um projeto de governo, ou melhor, um projeto de Brasil, buscando um desenvolvimento autônomo com justiça social⁴⁴⁴”.

O reformismo-nacionalista de Goulart, seria claro ao longo de toda sua vida política, donde sua pregação da necessidade de intervenção do Estado na economia, uma vez ser, de acordo com sua visão, o capitalismo um sistema no qual os “interesses superiores” *podem* se colocar sobre os interesses do povo e da nação e até ocupar o próprio Estado exclusivamente em nome de seus objetivos. Ao mesmo tempo em que é visível a defesa dos interesses dos “menos afortunados” sendo papel do Estado o de árbitro da luta de classes, é também clara a visão de que Goulart acredita ser possível a conciliação entre as classes no interior do sistema capitalista. De acordo com Gennari⁴⁴⁵, os pressupostos ideológicos que influenciaram João Goulart e sua política econômica eram justamente o que pregavam a CEPAL e o ISEB, principalmente na figura de Celso Furtado⁴⁴⁶.

Segundo Cibilis da Rocha Viana – um dos fundadores do PTB, assessor de Brizola, Brochado da Rocha e do próprio Goulart durante a presidência, que ocupou vários cargos nas administrações pedetistas – Goulart era herdeiro legítimo do trabalhismo nacionalista de Vargas, teorizado e lapidado por Alberto Pasqualini. Segundo o autor, assim como Vargas, João Goulart lutou pelo desenvolvimento autônomo da economia brasileira, à revelia dos grupos monopolistas internacionais que queriam manter nossa dependência.

Coerente com sua posição, ainda em 1959 como vice-presidente, Goulart se movimentava no interior do Congresso para a aprovação de uma série de emendas constitucionais e legislativas que já se encontravam em tramitação; esse conjunto de medidas, entendidas por Goulart como uma necessidade ante a realidade do país, já eram o rascunho das Reformas de Base de seu posterior governo e compreendiam, entre outras: a Reforma Agrária, a regularização do direito de greve, a lei de diretrizes e bases da educação, reforma bancária, regulamentação da remessa de lucros estrangeiros e do ingresso desses capitais, constituição da Eletrobrás.

⁴⁴⁴ No que completa: “Com as chamadas *reformas de base*, Goulart propunha formas de aumentar a presença do Estado nas esferas econômica e administrativa do país (através das reformas tributária, bancária, cambial e administrativa, além de outras importantes medidas de caráter nacionalista, como o controle de remessas de lucros para o exterior); melhorar as condições materiais de vida da população (através da reforma agrária, urbana e universitária); bem como estender o direito de participação eleitoral (através da reforma eleitoral). Todo esse conjunto de reformas mantinha, ainda, o objetivo de fortalecer o mercado interno, promovendo o desenvolvimento econômico nacional, ou seja, a tão almejada ‘*emancipação econômica*’”. SILVA, Aline de Vasconcelos. *O projeto nacionalista de João Goulart: Análise dos discursos de 1961 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012. p. 173-175

⁴⁴⁵ GENNARI, Adilson Marques. op. cit.

⁴⁴⁶ As ideias de Celso Furtado são brevemente analisadas no capítulo dois dessa dissertação.

Estas reflexões [...] mostram que sua consciência evoluiu no sentido de uma concepção social-democrática, ou seja, socialista das chamadas reformas de base, à proporção que o desenvolvimento econômico brasileiro, entalhado por monopólios e oligopólios, ressaltava as desigualdades sociais e regionais. O mesmo aconteceu com o PTB [...] ⁴⁴⁷.

Assim, o PTB e Goulart delinearam sua identidade ideológica trabalhista e seu programa de governo tendendo à esquerda:

[...] a posição fundamental do partido é a de um instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira. Não quer o PTB corrigir apenas a estrutura social existente. Quer mudá-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, por isto mesmo diferentes em qualidade e finalidade dos atuais. Por isso, o PTB deve firmar-se como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutura social brasileira por métodos democráticos, até onde for indispensável ao bem-estar do povo ⁴⁴⁸.

Diante das falas taxativas de Goulart e da posição definida do PTB, Bandeira pode afirmar com segurança que já em 1959, o programa deste partido “não representava mero recurso demagógico, populista, eleitoral. Correspondia a um nível de consciência da problemática brasileira”. Ou seja, longe de ser populista, de proferir retóricas vazias, Goulart e seu partido tinham um programa coerente com a realidade nacional; este programa nunca fora negado por ambos e, apesar de ter como ótica a democracia burguesa, de fato representara a melhor opção em voga na época para os trabalhadores. E justamente por isso o impedimento, por parte da direita, de sua efetivação.

O nacional-reformismo de Goulart também pode ser observado a partir de setembro de 1961, quando este assumiu a presidência sob o regime parlamentarista. Apesar do programa de governo do gabinete de ministros de Tancredo Neves ser basicamente conservador e, portanto, divergentes dos princípios trabalhistas de Goulart ⁴⁴⁹ e as ações do presidente serem limitadas pelo parlamentarismo, Goulart incentivou iniciativas de caráter nacionalista e de fortalecimento do setor estatal. Também Moreira afirma que o período foi marcado por intensa atividade reformista e “não só pelo discurso e mobilização das massas, mas pelo envio crescente de projeto de leis para o Congresso e pela edição de decretos; caracterizando o período como o

⁴⁴⁷ BANDEIRA, LUIZ Alberto Moniz. op. cit. p.144.

⁴⁴⁸ Documento elaborado por Hermes Lima, com o aval de San Tiago Dantas, e submetido a Goulart. DJG. Apud BANDEIRA, LUIZ Alberto Moniz. op. cit. p. 145.

⁴⁴⁹ VIANA, Cibelis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento* - De Getúlio a Jango. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980. p. 110.

maior avanço reformista da curta experiência democrática de 1945-1964⁴⁵⁰”. Além de orientar o BNDE para concentrar recursos prioritariamente nos setores elétrico e siderúrgico, também instruiu o Banco Nacional de Desenvolvimento na tentativa de solucionar o problema do financiamento da venda de bens de capital fabricados no país. Notabilizaram-se, também, como medidas nacionalistas, o cancelamento das concessões ilegais de jazidas de ferro à empresa norte-americana Hanna Co. e a promoção à política externa independente, restabelecendo, pela figura de San Tiago Dantas, as relações diplomáticas com a União Soviética e se abstendo no isolamento de Cuba. O restabelecimento das relações econômicas com a URSS concorria diretamente para o progresso da economia nacional, uma vez que o crescimento comercial da potência socialista era o maior do mundo e o Brasil necessitava expandir sua capacidade de exportação e as condições de importação. Estas questões, para Bandeira, demonstram que, pela primeira vez, as vozes dos sindicatos foram ouvidas ou pelo menos tiveram peso nas decisões do governo. No mesmo sentido, a não aceitação integral da imposição do FMI e das demais instituições financeiras internacionais, por parte do governo, de um programa de estabilização monetária para a concessão de crédito, demonstra a linha que seguia o governo Goulart. Outras medidas que demonstram o peso dos trabalhadores nas ações de Goulart e do PTB, bem como o nacionalismo por trás dessas ações são a tendência à nacionalização das empresas de serviços público, transfigurada na desapropriação dos bens da norte-americana ITT, responsável por operar a Companhia Telefônica Nacional, pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e a criação como empresa estatal da Eletrobrás. Segundo Bandeira, essa nacionalização era necessária para a continuação do desenvolvimento capitalista no Brasil, uma vez que o não investimento pleno das empresas estrangeiras no setor bloqueava o desenvolvimento nacional.

Segundo o escritor soteropolitano, ao assumir o governo, em 7 de setembro de 1961, Goulart era um dos mais preparados para a função; tinha larga experiência política e um programa de governo coerente. Sua intenção em reformular estruturalmente a economia nacional, no entanto, foi postergada por um poder parcial, tolhido pelo parlamentarismo.

A preocupante situação de crise, porém, demandava um governo forte e coeso. A desastrada política econômica de Quadros aguçou a crise herdada de Kubitscheck. A instrução 204 da SUMOC, implementava uma reforma cambial que privava o governo dos recursos dos saldos dos ágios, que representavam então cerca de 1/3 da renda tributária da União. Sem estes recursos, cujo substituto Quadros não se preocupou em disponibilizar, o país caiu em uma

⁴⁵⁰ MOREIRA, Cássio Silva. op. cit. p. 285.

espiral inflacionária, emitindo moeda para financiar as empresas privadas e cobrir o déficit do Tesouro Nacional. A situação econômica exacerbou a já perturbada situação social e política.

Oliveira ressalta a crise econômica que nos abatia, mas enfatiza que essa crise longe de ter origem política, como queriam os autores da teoria do populismo, ocorre devido ao aguçamento das contradições do capitalismo tipicamente brasileiro: o aumento da concentração de renda decorrente desse padrão faz com que os salários percam o poder de compra a ponto de levar os trabalhadores a romper com o “pacto populista” e irem às ruas. Quadros e Goulart foram reféns da crise que detonou nos últimos anos do governo JK. Na mesma linha, Cibilis da Rocha Viana, constata a profunda crise que se abateu no início do decênio, mas localiza sua razão na estrutura econômica do país. Evidenciando a lucidez do presidente Goulart ante as causas da crise pela qual seu governo passava, assim como a clareza de que apenas as Reformas de Base solveriam efetivamente a crise, Viana cita a mensagem do presidente ao Congresso Nacional de 1962. Segundo Goulart, os incentivos à utilização de recursos de origem externa criam “pressão interna para assegurar um fluxo de recursos financeiros compatível com a magnitude de tais investimentos”. Essa escassez de divisas acaba recaindo sobre os recursos do crédito público, no que continua o presidente:

Este – o crédito público –, conquanto, venham atendendo à demanda de recursos financeiros exigidos pelos setores básicos da economia nacional, já se encontram em sérias dificuldades para o atendimento de novas solicitações, dado que os recursos que lhes são destinados não crescem em volume capaz de compensar a desvalorização do poder de compra da moeda. (...) O abuso da política cambial incentivadora de importações de bens de capital, tanto sob a forma de investimentos diretos quanto de financiamento, não só causou os efeitos assinalados, mas, igualmente provocou a acumulação de pesados encargos cambiais, muito acima da capacidade de geração de recursos em divisas.⁴⁵¹

Esta enorme pressão ao Tesouro Nacional, acaba por promover ainda mais inflação, uma vez que este socorre-se à emissão de papel-moeda. A inflação crescente acaba por aumentar os custos das empresas privadas e dos serviços públicos, o que, na falta de entrada de divisas, repõe o círculo vicioso de mais dívida e mais déficit. O problema fundamental do financiamento externo de nossa economia, vislumbrado por Goulart, só poderia encontrar segundo ele, “solução definitiva, tanto no setor público, como no privado, na adoção de providências de maior alcance, implicando, mesmo, em algumas reformas institucionais.”

Para além da superficialidade, a fragilidade de nossa economia nos anos Goulart reafirmava o ciclo vicioso que nos indica Caio Prado Jr e Chico de Oliveira, uma vez que diante

⁴⁵¹ VIANA, Cibilis da Rocha. op. cit.

da crise, necessitávamos de mais empréstimos para manter o nível das tão necessárias importações, repondo-se a dívida externa e “mantendo-se no círculo vicioso da dependência e da submissão aos banqueiros de Wall Street”⁴⁵². Citando Andrew Gunther Frank, Bandeira nos indica um dos elementos da particularidade nacional, o déficit estrutural da balança de pagamentos advindo da dependência de nossa economia e da espoliação do Brasil pelas potências imperialistas. Os números de tal realidade nos são dados por Frank em um artigo para o *Jornal do Brasil* de 24 de janeiro de 1963: entre 1947 e 1960, entraram no Brasil, entre investimentos e empréstimos, US\$1814 milhão e saíram, sob a forma de remessas de lucros e de juros, US\$2459 milhões, deixando um saldo negativo de US\$645 milhões⁴⁵³.

A mudança no padrão de acumulação do capital descrita por Bandeira e Oliveira, é retomada por Gennari como explicativa para muitos dos elementos do período João Goulart. A mudança na configuração do capitalismo mundial, com a reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho, passando, alguns países latino-americanos de produtores de matéria-prima para produtores e exportadores de matéria-prima e produtos de bens de consumo duráveis e importadores de tecnologia e bens de capital será determinante para entendermos a importância dos oligopólios internacionais nesse período. O padrão de acumulação, baseado no financiamento externo, cada vez mais marcante de nossa economia, se traduz no aumento progressivo da presença do capital internacional⁴⁵⁴ e na reconfiguração da classe burguesa nacional. Nesse sentido, Jango recebe um país diferente do contexto Vargas para os quais foi pensada a ideologia Furtadiana. A herança recebida de JK era uma economia muito mais internacionalizada e subordinada. De acordo com Oliveira

[...] o padrão de acumulação agora fundado no Departamento III teve como consequência imediata, dada a forma como se implantou, uma atrofia, relativa mas muito pronunciada, do Departamento I; voltou a existir nos países capitalistas centrais parte do Departamento I da economia nacional. As consequências dessa inversão da tendência do período imediatamente anterior fazem-se sentir sobretudo atualmente. Essa versão restaurou – daí o cognome ‘Restauração’ Kubistchek – um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, instaurando, por sua vez, – e aqui constitui sua singularidade – uma crise recorrente de Balanço de pagamentos, que se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento

⁴⁵² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 207.

⁴⁵³ Andrew Gunther Frank. As realidades econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, in *Caderno Especial*, p. 6, *Jornal do Brasil*, 24.01.1963. Apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit.

⁴⁵⁴ Segundo Gennari, no governo JK “O peso relativo do capital internacional ganha importância. O aumento dos investimentos acumulados, inclusive reinvestimentos e repatriamento, atingiram um aumento de 116% no período de 1955 a 1960, sendo que os fluxos aumentaram a cifra espantosa de 243,7% [...] A manifestação concreta da mudança era a aplicação da instrução 113 da SUMOC”. GENNARI, Adilson Marques. op. cit. p. 63.

internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional⁴⁵⁵.

Longe de solucionar o problema estrutural da economia brasileira, esse padrão de acumulação a recompôs em novos termos, muito mais densos, uma vez que a necessidade de importação era, agora, de bens de capital. Para Gennari, podemos entender o discurso nacionalista, tanto de Caio Prado, quanto do PTB⁴⁵⁶, como uma reação a essas práticas de internacionalização da economia. Da mesma forma, a imposição do parlamentarismo reflete uma classe dominante que não mais se identifica com os ideais nacionalistas do PTB e a aceitação de Jango fora a forma possível para encaminhar essas contradições. No entanto, conforme explicita Cibilis Viana, destarte Goulart e sua equipe perceberem a falência do velho acordo entre burguesia nacional e latifúndio, ainda acreditavam que as questões nacionais se resolveriam dentro dos limites do capitalismo “se, através do debate amplo e esclarecedor, fosse possível elaborar um novo pacto social que identificasse as aspirações dos agricultores sem-terra e assalariados, especialmente, trabalhadores, de um lado, e pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais de outro. Esse pacto visava sustentar uma política de desenvolvimento com justiça social e uma sociedade democrática, em que todos, e não só uma pequena minoria, usufruíssem os benefícios do desenvolvimento econômico⁴⁵⁷”. Essa transformação estrutural dessa fração da classe dominante, somada ao seu reacionarismo característico da Via Colonial, se refletiam diretamente no Congresso Nacional e na desaprovação de qualquer ensaio, por parte do executivo, de implementação das Reformas de Base. No entanto, a crença na burguesia nacional e a não percepção de sua internacionalização, ou talvez a tentativa de reverter essa internacionalização, levam Goulart a tentar implementar as leis delegadas. Essas leis, atos normativos pelo qual o presidente teria competência de legislar sobre determinada matéria, devem ser autorizados pelo Congresso Nacional após mensagem presidencial solicitando esta competência. Conforme Viana, “Os projetos, que acompanharam o pedido de delegação de poderes legislativos, contemplavam as reformas que as forças populares e nacionalistas consideravam indispensáveis, para superar a crise econômica e social, bem como para assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento econômico do país, sob os princípios de independência econômica e da justiça social. Isto é, desenvolvimento

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. p. 86-87.

⁴⁵⁶ Os discursos dos deputados Almino Afonso e Sérgio Magalhães, além da expressiva posição de Brizola, são evidências do teor nacional-desenvolvimentista do PTB nesse momento.

⁴⁵⁷ VIANA, Cibilis da Rocha. op. cit. p. 108.

autônomo, sem dependência externa, utilizando as potencialidades naturais e humanas do País; desenvolvimento com justiça social para beneficiar toda a população, e não pequena minoria de privilegiados⁴⁵⁸”. Percebe-se, pelas palavras do assessor da presidência e do primeiro-ministro, encarregado de coordenar os projetos das leis delegadas, tanto os princípios do nacional-reformismo com ênfase em justiça social, quanto a tentativa de implementar as Reformas, mesmo que ainda sob o limitado parlamentarismo. Percebe-se ainda, como já afirmado, a crença na possibilidade dessas reformas por via da jurisdição capitalista. A delegação de poderes para alterar a legislação, apesar de não ser aprovada pelo parlamento para a maioria dos casos, permitiu avanços na constituição brasileira, como no caso da agricultura, para o qual o executivo decretou 11 leis delegadas⁴⁵⁹. A volta do presidencialismo, ainda segundo Viana, permitiu que Goulart retomasse seus poderes constitucionais, insistindo em apresentar ao congresso os projetos das Reformas.

A questão do plebiscito sobre o presidencialismo ascidia em um contexto em que o país estava agitado política e socialmente. A polarização entre esquerda e direita no interior do próprio governo, nas palavras de Bandeira, rompe com “o esquema de conciliação de classes, instituído por Vargas” e leva o PSD a se posicionar ao lado da UDN, isolando o PTB no governo e derrubando o gabinete do primeiro-ministro Tancredo Neves. Diante da negativa de aceitar um nome indicado pelo presidente por parte do congresso, as massas, já agitadas diante da crise econômica e política, saem às ruas e realizam a primeira greve geral política em apoio a Goulart. Agora, um proletariado mais amadurecido como classe⁴⁶⁰, que já possuía órgãos de caráter nacional de grande monta, como CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e PUA (Pacto de Unidade e Ação), que organizavam e unificavam os trabalhadores, tinha grande peso nas decisões políticas do país, não podendo ser ignorado.

No entanto, mesmo diante da evolução que esses órgãos representavam e do aumento da conscientização do movimento, o operariado brasileiro ainda carecia de uma base sólida – a porcentagem média de filiados sindicais era apenas de 25% - e de uma diretriz propriamente de classe, limitando-se a apoiar a “perspectiva legalista e reformista” de Goulart⁴⁶¹.

⁴⁵⁸ Do que o autor completa: “Os projetos de lei apresentados abarcavam os seguintes programas: 1. Abastecimento e expansão da produção agrícola; 2. Medidas de revisão agrária; 3. Repressão ao abuso do poder econômico; 4. Processo espoliativo; 5. Medidas administrativas; 6. Medidas fiscais; 7. Medidas monetárias e cambiais; 8. Regulamentação do direito de greve; 9. Consulta plebiscitária sobre a forma de governo. P. 129-130. VIANA, Cibilib da Rocha. op. cit. p. 129.

⁴⁵⁹ Ibidem. p. 178.

⁴⁶⁰ BANDEIRA, LUIZ Alberto Moniz. op. cit.

⁴⁶¹ BANDEIRA, LUIZ Alberto Moniz. op. cit.

De qualquer forma, a entrada da participação militante do proletariado urbano na cena política mudou, daí por diante, a qualidade do espetáculo. O mesmo Congresso, que rechaçara o nome de San Tiago Dantas, aceitou, já sem opção, o do professor Francisco Brochado da Rocha, comprometido com a política de Goulart, e, principalmente, de Brizola, ou seja, comprometido com os esforços para a antecipação do plebiscito, que referendaria ou não a emenda parlamentarista⁴⁶².

Segundo Netto, a efervescência democrática característica do período, acaba por despertar vigorosa reação das organizações que percebiam a efetivação da democracia como ameaça aos seus interesses e privilégios. “A alternativa concreta de uma transformação qualitativa no regime democrático brasileiro — e era exatamente isto o que estava ocorrendo: os limites de uma democracia restrita estavam sendo forçados, para abrir o passo a uma democracia de participação ampliada — horrorizava as ‘classes produtoras’⁴⁶³. É interessante notar que este autor aponta, justamente, na democratização e no projeto nacional-desenvolvimentista proposto por Goulart, se situar o maior temor da classe dominante, respaldando nossa afirmativa de ser este o caminho para a realização das reformas estruturais necessárias para a transformação de nossa economia:

É preciso esclarecer bem este aspecto: à diferença do que se alardeava à época (inclusive por alguns setores da esquerda), na realidade não estava em jogo, no Brasil, a alternativa entre capitalismo e socialismo (ou ‘comunismo’, como então pregava a grande imprensa) – Jango, como já sublinhamos, defendia uma proposta de reformas de viés nacionalista e democrático, procurando uma via menos elitista e concentradora para o desenvolvimento do capitalismo no país (até mesmo Brizola, um dos líderes mais à esquerda na época, não se identificava com um projeto explicitamente socialista). Mas era exatamente esta via nacionalista e democratizante que as forças da direita e do conservadorismo extremado temiam. E também elas se ativaram, se mobilizaram⁴⁶⁴.

No entanto, a progressiva internacionalização da classe dominante brasileira ou sua substituição pela gerência internacional, tendia a agudizar as contradições da política de alianças na qual ainda insistia o presidente. Não mais sendo representada pelas ações nacionalistas do governo, essa burguesia nacional internacionalizada se tornara oposição a essas ações. Restara agora aos trabalhadores e a pequena burguesia os benefícios da política janguista de forma que:

[...] a bandeira das aspirações nacionais se confundia com as reivindicações sociais, nas mãos dos trabalhadores e da pequena burguesia, segmentos nacionais da sociedade brasileira. A luta de classes radicalizava assim a contradição entre as

⁴⁶² Ibidem. p. 168.

⁴⁶³ NETTO, José Paulo. op.cit. p. 43.

⁴⁶⁴ Ibidem. p. 44.

necessidades nacionais e os interesses estrangeiros, entrançando-se com ela, e se estendia ao campo, no assédio ao governo⁴⁶⁵.

Do mesmo modo, Gennari indica que a razão da crise cambial se dava pela ausência de divisas para importarmos os bens de capital necessários para abastecer a crescente indústria nacional e ainda pagar a também crescente dívida externa – recurso usado por JK à exaustão. Se a opção de divisas via exportação ou fluxo de capitais internacionais fora a opção até Quadros – adotando uma reforma cambial e a instrução 204 da SUMOC –, as consequências decorrentes destas posições equivocadas iram culminar com o intenso aumento da inflação e com o estrangulamento externo tão marcantes na década de 60. A “sangria de recursos” para os Estados Unidos, pauta da Lei de Remessas de Lucros tão debatida desde o início do período, mostra como os agentes políticos e sociais em pugna percebiam a contradição entre o modelo nacionalista e a acumulação internacionalizada. De acordo com Gennari, “A política econômica do período Goulart caracterizou-se pela tensão permanente entre os interesses dos setores nacionalistas e populares e os interesses do capital internacional”.⁴⁶⁶ Segundo Cibilis Viana, devido às ações dos governos anteriores, assegurava-se, praticamente, o monopólio do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, tal era o grau dos incentivos de ordem cambial, fiscal e creditícia. No entanto, a assessoria presidencial defendia “a tese de que o lucro excessivo, denominado ‘extraordinário’ pela legislação do imposto de renda, constituía uma forma de abuso do poder econômico, porque só poderia ser alcançado por via da monopolização, ou de formação tácita ou oculta de cartéis de preços”, devendo o governo “tomar medidas para conter o processo espoliativo”⁴⁶⁷. O assessor da previdência deixa claro que a intenção do governo era apenas disciplinar o capital estrangeiro, submetendo-o à legislação que assegurasse os interesses do país, sem, no entanto, desestimular sua entrada em setores necessários ao desenvolvimento da economia.

Diante do agravamento da crise e do referido aumento do peso do proletariado, o Congresso concorda com a antecipação do plebiscito para 06 de janeiro de 1963 e permite a composição de um Conselho de Ministros nomeados pelo presidente sem a aprovação do Congresso. “Era a restauração informal do presidencialismo”. O parlamentarismo, afirma Bandeira, já não era mais desejado nem pelos empresários nacionais, nem pelos militares e muito menos pelos trabalhadores. “Apenas alguns empresários mais representativos da burguesia comercial e de grupos estrangeiros, continuaram a se articular contra o governo,

⁴⁶⁵ NETTO, José Paulo. op.cit. p. 161.

⁴⁶⁶ GENNARI, Adilson Marques. op. cit. p. 44.

⁴⁶⁷ VIANA, Cibilis da Rocha. op. cit. p. 148.

fomentando movimentos cujo propósito, a pretexto de combater o suposto perigo comunista, ‘estabelecer uma ditadura de direita’⁴⁶⁸. Essa parcela do empresariado, em associação direta com a CIA, foi responsável pela criação das famosas entidades da direita radical IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que financiadas por esses empresários e por Estados ou corporações estrangeiras, apoiaram candidaturas de direita e boicotes de candidatos e políticos de esquerda⁴⁶⁹. Para além da política direta, essas associações também se infiltravam no movimento operário, tentando influenciá-lo e mesmo na questão agrária, boicotando as Ligas Camponesas e financiando grupos que reprimiam o potencial revolucionário no campo.

Apesar do boicote realizado pela CIA e pela intensa campanha negativa promovida pelo IPES/IBAD, o nacional-reformismo conseguiu expressivos resultados nas eleições de 1962. O PTB dobrou sua bancada no Congresso, a luta pelas reformas de base se encorpou e, três meses depois das eleições, o resultado do plebiscito foi favorável a Goulart pelo expressivo número de 9 milhões em 10 milhões de eleitores. Ratificar o presidencialismo significava aprovar o programa presidencial das reformas de base.

Bandeira acentua que a pressão dos Estados Unidos sobre o governo brasileiro na questão das relações internacionais com Cuba, refletiam, na verdade, a desaprovação norte-americana da condução política econômica adotada pelo governo Goulart. E logo as reais intenções desta nação vieram à tona em diversas declarações e especulações sobre a situação política e a crise econômica pela qual passava o Brasil. “Essa ingerência aberta nos assuntos internos do Brasil, por um presidente dos Estados Unidos” e o alinhamento de Kennedy a “oposição interna ao governo Goulart”, “sem a menor cerimônia”, tiveram efeitos negativos para o Brasil, em especial para a obtenção de crédito.

O governo de Washington, na verdade, estava utilizando os empréstimos ao Brasil como instrumentos de pressão econômica e política, aproveitando-se de suas dificuldades com o balanço de pagamentos, criadas pela deterioração dos termos de troca, pelas remessas de lucro para o exterior e pelas fraudes cambiais, que as companhias estrangeiras (na maioria, norte-americanas) efetuavam⁴⁷⁰.

Bandeira reforça neste trecho que um dos motivos da grave crise que abatia o país eram justamente elementos estruturais de nossa economia, a exportação de commodities, bem

⁴⁶⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 174.

⁴⁶⁹ DREIFUSS, René. Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁴⁷⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 203.

como os resultados da instalação de empresas multinacionais em nosso território e a repatriação dos lucros que remuneravam esses capitais.

Segundo Moraes e Fonseca a primeira fase do período Goulart nega a afirmativa de que governos populistas recusam, em política econômica, a estabilidade em nome do crescimento irracional, uma vez que mesmo o conteúdo do Plano Trienal continha inúmeras medidas de austeridade, por mais que compatibilizadas com pretensões de crescimento. Esses autores, por mais que a problematização do conceito de populismo não seja sua problemática central, acabam por indicar mais uma fragilização das análises que usam o termo como referencial teórico, uma vez que analisando o discurso e prática econômica de João Goulart, acabam por questionar pré-requisitos que o enquadrariam como populista.

A popularidade de Goulart era crescente. Pouco antes, nas eleições de outubro de 1962, as urnas apontaram na mesma direção. A renovação parcial do Congresso Nacional mostrou o crescimento do apoio a Jango: ali, a bancada do PTB duplicou (e se fortaleceu um grupo suprapartidário progressista, criado em 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista/FPN)⁴⁷¹ Apesar do positivo resultado do PTB nas urnas, Goulart decidiu manter seu tom conciliador e articular com o PSD e com os Estados Unidos, montando um ministério de centro-esquerda. “Seu propósito era deixar que a onda passasse, evitando a radicalização, para depois retomar, firmemente, o caminho das reformas”⁴⁷². O plano trienal concebido por Celso Furtado tinha como objetivo a continuação da linha nacional-desenvolvimentista, mas precisava se adaptar ao panorama da crise, propondo, então, um pacote recessivo que não penalizasse excessivamente o trabalhador e permitisse a continuidade do desenvolvimento⁴⁷³. San Tiago

⁴⁷¹ NETTO, José Paulo. op. cit. p. 40.

⁴⁷² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 203.

⁴⁷³ “O plano assenta-se em duas linhas ou vetores. A primeira diz respeito a medidas de curto prazo que visavam à manutenção do crescimento econômico e à contenção do processo inflacionário por meio da política econômica. A segunda linha refere-se a medidas estruturais, de longo prazo, que propunham novo direcionamento à economia (...). Aliava medidas de curto prazo, nos marcos de um modelo dependente, às mudanças estruturais de longo prazo que visavam romper com a dependência externa (financeira, produtiva e tecnológica), chamadas de reformas de base. Conforme o seu principal elaborador, o Estado deveria assumir um papel determinante de regulador e de promotor do desenvolvimento, tendo na continuidade do processo de substituição de importações do setor de bens intermediários e de capital a referência fundamental para esse processo e, assim, superar a dependência tecnológica e financeira. A análise do Plano Trienal geralmente é realizada enfocando a questão do crescimento econômico e da estabilidade monetária. Não se nega a importância delas; entretanto, (...) salientamos mais as questões estruturais que o plano desenhava e não tiveram tempo de ser implementadas (...). Costuma-se atribuir o fracasso ou abandono do Plano Trienal, enquanto apenas parte referente à estabilização foi posta de lado. As diretrizes para as reformas e a mudança na estrutura industrial permaneceram sendo implementadas”. MOREIRA, Cássio Silva. op. cit. p. 245-246.

Dantas, por sua vez, ministro da Fazenda de Goulart, aplicou medidas que agradavam ao FMI, ciente que a intensidade da crise brasileira⁴⁷⁴ fazia necessário empréstimos estrangeiros.

Apesar do seu indubitável conteúdo progressista, Goulart ainda mantinha negociações com o imperialismo norte-americano, destacadamente na figura de San Tiago Dantas. Este, ao aceitar os termos impostos pelos EUA na compra pelo governo brasileiro de empresas estratégicas estadunidenses visando conseguir crédito deste país, revoltou os setores mais à esquerda. Brizola denunciou o teor prejudicial destas negociações⁴⁷⁵ para o Brasil e causou certa reação contra o governo Goulart. Apesar de o acordo ter sido formalizado sem a chancela de Goulart e este, após conhecer os termos do mesmo, ter se recusado a aceitá-lo, o fato é que a denúncia de Brizola se tornou um escândalo e fragilizou o governo. As desavenças inclusive foram internas e fenderam o próprio governo, a ponto de o presidente derrubar o ministério. Bandeira ressalta que a queda de San Tiago Dantas do Ministério da Fazenda simbolizou uma ruptura do governo com as posturas exigidas pelos Estados Unidos e resultou no congelamento do crédito para o Brasil. Ao mesmo tempo em que o presidente e seus ministros acreditavam na conciliação, a crise econômica se agravava e a esquerda pressionava a tomada de posição do presidente.

As correntes de esquerda (CGT, PUA, FPN etc.) agruparam-se na Frente de Mobilização Popular (FPM), que Brizola dirigia, contrapondo-se cada vez mais ao governo Goulart. O CGT ameaçou com uma greve geral para exigir do Congresso a aprovação das reformas de base, com a mudança da Constituição. Os conflitos abalaram tanto as cidades como o campo. Os trabalhadores, em Pernambuco, paralisaram pela primeira vez os engenhos de açúcar. As invasões de terras tomaram as características de rebeliões. E as lutas de classes se refletiram no seio das Forças Armadas, onde a questão da inelegibilidade fomentou a radicalização política dos sargentos, antagonizados com parte da oficialidade⁴⁷⁶.

Goulart, que preferia o diálogo, a negociação e se negava a usar uma solução mais radical para implementar as soluções que necessitava o país, viu a democracia e o nacional-reformismo impotentes diante da situação a se agravar. Sua posição diante da radicalização das massas e das tentativas de conspiração da direita⁴⁷⁷ foi recompor o ministério com

⁴⁷⁴ Sobre a intensidade da crise, Bandeira nos informa que o déficit do Tesouro Nacional era de Cr\$280 bilhões, ou seja, quase 60% da arrecadação tributária; o balanço de pagamentos tivera um déficit de US\$400 milhões; o pagamento da dívida externa e a remessa de lucros para o exterior consumiam quase todos os recursos obtidos com as exportações. *Ibidem*. p. 206 e 207.

⁴⁷⁵ Segundo Brizola e outros críticos do acordo, este estaria superfaturando o valor real das empresas. No caso da AMFORP, principal empresa comprada pelo Brasil, além de terem sido financiadas com dinheiro brasileiro as instalações seriam obsoletas e apenas distribuiriam a energia produzida por concessionárias brasileiras. Mais sobre o assunto ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.* 221 e 222.

⁴⁷⁶ *Ibidem*. p. 225.

⁴⁷⁷ O ensaio de golpe por parte dos militares, apoiado por Lacerda, teve como centro a manutenção do General Kruel no Ministério da Guerra. *Ibidem*. p. 227.

elementos “talvez mais do centro do que da esquerda”, escolhendo o professor Carvalho Pinto, expoente do empresariado paulista como ministro da Fazenda.

Conforme constata Netto,

1963 é o ano decisivo: nele se evidenciam fraturas políticas no campo democrático e a dinâmica que levará o governo Jango a apresentar claramente as suas contradições, a colidir com o Congresso Nacional, a assistir ao afastamento de segmentos conservadores reformistas do seu governo e a perder sustentação no plano militar — no mesmo compasso em que avançavam a escancarada oposição dos meios de comunicação, do empresariado e dos latifundiários e a conspiração civil-militar⁴⁷⁸.

O acirramento da crise e as pressões internacionais exigem de Goulart uma posição: ou seguia o pacote de austeridade do FMI e jogava a conta da crise sobre os ombros dos trabalhadores, ou rompia com as forças imperialistas e burguesas antinacionais, implementando um programa de redistribuição de renda e contenção dos lucros através das reformas de base. A pressão sobre Goulart vinha de todos os lados.

Segundo Felipe Pereira Loureiro⁴⁷⁹, os sérios problemas econômicos que enfrentou Goulart, seja no parlamentarismo, seja no presidencialismo, se devem, sobretudo, pelas atitudes tomadas pelos grupos sociais em disputa no momento. Segundo este autor, os erros técnicos e os equívocos da política econômica ficam em segundo plano se analisarmos o conflito de interesses no qual estava emerso o período. A intensificação da crise acaba por tornar mais difícil o consenso social, uma vez que exigia dos envolvidos a espera por soluções a médio e longo prazos. Da mesma forma, a alteração das condições econômicas do momento causou mudanças na correlação de forças, levando ao fortalecimento tanto das entidades empresariais quanto dos trabalhadores de modo que passa a ser impossível acomodar os diversos interesses em jogo no interior do regime democrático. Em meio a interesses dos empresários nacionais, dos trabalhadores e do capital internacional, bem como as necessárias tentativas de estabilização diante da inflação galopante e do desequilíbrio da balança de pagamentos, Jango sofre pressão de todos os lados – como evidenciam os três planos de estabilização diferentes no decorrer do curto período de sua presidência.

Devido ao porte dos interesses antagônicos que enfrentaria e a profundidade da mudança que pretendia implementar – conduzir o capitalismo brasileiro a um novo estágio - a política janguista necessitava de uma ampla base de apoio político, intensa legitimidade e

⁴⁷⁸ NETTO, José Paulo. op. cit. p. 50-51.

⁴⁷⁹ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

respaldo da opinião pública. Segundo Netto, “A implicação política da crise consistia nisto: numa substantiva reforma das instituições políticas, capaz de sustentar as bases de uma política econômica apta a implementar as reformas que esta exigia. O governo Jango optou por este projeto reformista. Mas o verdadeiro problema consistia nas condições políticas necessárias para levá-lo adiante. E o governo Jango não conseguiu reuni-las⁴⁸⁰”.

Na mesma linha, Monteiro e Fonseca⁴⁸¹ indicam que em uma segunda fase da política econômica de Goulart, as bases de austeridade não conseguiram se manter devido a “vulnerabilidade” de sua base de sustentação política⁴⁸², sendo pressionado a todo momento pelo empresariado e por políticos insensíveis às condições delicadas do governo.

Jango estabelece, com base nas diretrizes de Furtado e Dantas, uma política econômica que, ao mesmo tempo, busca promover um equilíbrio das contas nacionais com o objetivo de retomar os padrões de acumulação abalados pela crise, e se recusa a penalizar excessivamente a classe trabalhadora de onde retira seu apoio político. Atitude que acaba por “levar a falência toda política econômica, e não apenas ela: também o regime democrático”⁴⁸³.

Para Rafael Moraes, a posição de Goulart era estruturalista na medida em que este acreditava, como Furtado, que as medidas de austeridade do Plano Trienal só seriam eficientes se, e somente se, as reformas estruturais necessárias à economia brasileira fossem implementadas conjuntamente⁴⁸⁴. De acordo com Bandeira, Moraes defende que o presidente tentou, em todos os momentos de seu mandato, implementar as Reformas de Base que defendia desde que era ministro do trabalho, mas foi impedido, primeiramente pelo parlamentarismo que tolheu seus poderes e, posteriormente, por um congresso cético em relação a elas e por um empresariado que a todo momento pressionava para ter seus interesses atendidos. Em um estudo voltado à análise da posição do empresariado brasileiro por meio dos documentos do CIESP e da FIESP, Moraes afirma que as ações reformistas e as medidas distributivistas de Goulart eram vistas como “benefícios excessivos” concedidos aos trabalhadores, o que aumentaria em

⁴⁸⁰ NETTO, José Paulo. op. cit. p. 38.

⁴⁸¹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. op. cit.

⁴⁸² Netto também afirma “Congresso Nacional não dá sustentação ao projeto reformista de Jango e que a sua força estava muito condicionada ao movimento sindical”. NETTO, José Paulo. op. cit. p. 50.

⁴⁸³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 91.

⁴⁸⁴ “A resposta para a crise, no entanto, dependia principalmente da reestruturação de algumas bases econômicas, políticas e sociais do país. Neste sentido, as reformas de base eram vistas como pré-condições para o êxito do programa de desenvolvimento do governo. Desta forma, se no Plano Trienal o combate à inflação era apontado como prioridade, devido à situação conjuntural em se encontrava a economia nacional, não era possível, no escopo global do governo, promover o combate definitivo à inflação sem a realização das reformas (GOULART, 1978, p. 363). Devido a este quadro, compreende-se que a política do governo Goulart é mais bem compreendida quando se lê o Plano Trienal inserido no rol das propostas de reformas de base apresentadas pelo presidente”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 08.

demasia os gastos públicos e pressionaria ainda mais o índice inflacionário. Neste sentido, em diversos momentos culpavam a política econômica janguista pela profunda crise do período. Moraes defende a tese de que regularmente Goulart tentava se legitimar perante o empresariado nacional, daí não ter correspondido às expectativas de seus aliados e nem implementado de forma mais efetiva as ideias que ele mesmo partilhava. Essa preocupação em se legitimar se explica na crença estruturalista/desenvolvimentista de que os industriais, juntamente com os trabalhadores urbanos, são o setor progressista da sociedade – em oposição aos latifundiários, vistos como retrógrados, e setores ligados ao capital internacional. Netto reafirma esta tese ao dizer que o presidente e seus ministros estavam preocupadas em evitar rupturas que jogassem parte do reformismo conservador mais à direita:

Todas as indicações disponíveis atestam que Jango pretendia conduzir o seu projeto reformista mediante a sustentação de um arco de forças que iria da esquerda ao reformismo conservador, num processo gradual que excluísse confrontos diretos com seus adversários. Não estava em seu horizonte nenhuma perspectiva revolucionária, seja pela sua própria visão das transformações sociais, seja pela percepção que tinha da correlação de forças na sociedade brasileira; de uma parte, repugnavam-lhe soluções de força; de outra, levava em conta o peso dos interesses que contrariava (tanto no plano nacional quanto no internacional)⁴⁸⁵.

Ou seja, o velho dualismo cepalino e a crença na burguesia nacional, ditavam a política econômica de Goulart. O presidente e sua equipe econômica não perceberam a mudança no padrão de acumulação capitalista e a internacionalização da burguesia que vinha ocorrendo desde o último governo Vargas.

Segundo Gennari, o Plano Trienal tinha como base a teoria estruturalista da CEPAL, priorizando as Reformas de Base, mas sem romper com as recomendações da Aliança para o Progresso⁴⁸⁶. Tratava-se de uma proposta de rígido controle da inflação e dos gastos públicos, com objetivo de retomar a acumulação capitalista e manter os aliados conservadores de Jango ao seu lado, sobrecarregando, necessariamente os trabalhadores. Se localiza aí uma contradição intrínseca ao Plano, uma vez que a internacionalização da economia e sua progressiva dependência de importações, esbarra justamente na relativamente reduzida capacidade de importar e no afluxo cada vez maior de rendimentos estrangeiros aplicados no país. “O resultado é um crescente endividamento externo do Brasil. As escassas divisas proporcionadas pela exportação são disputadas por importadores e empresas estrangeiras aqui sediadas”⁴⁸⁷.

⁴⁸⁵ NETTO, José Paulo. op. cit. p. 51

⁴⁸⁶ GENNARI, Adilson Marques. op. cit. p. 120. NETTO, José Paulo. op. cit. p. 51.

⁴⁸⁷ SINGER, PAUL. *Desenvolvimento e crise*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 116 Apud GENNARI, Adilson Marques. op. cit. p. 125.

Tal contexto se torna mais complexo diante da negativa de João Goulart em penalizar em demasia os trabalhadores com os planos de austeridade. Segundo Loureiro, o apoio de Goulart ou, no máximo, sua isenção perante o aumento da mobilização dos trabalhadores a partir de 1962, fez com que o setor empresarial estrangeiro se afastasse do presidente. Em paralelo, os acenos do presidente em dar andamento às reformas de base, em especial, à Lei de Remessas de Lucros, faz aumentar a pressão norte-americana, resultando na suspensão do financiamento ao governo federal – os recursos da Aliança para o Progresso passaram a ser encaminhados apenas para estados e municípios de oposição. Como consequência das negativas do FMI e do governo norte americano em formalizar empréstimos ao Brasil, Jango se reaproxima de Kennedy no final de 1962 prometendo um rígido programa de estabilização e o pagamento de indenização às subsidiárias norte-americanas expropriadas pelo Brasil. “O problema é que Jango não dispunha de condições políticas internas para sustentar os termos originais do ‘programa passo a passo’. As medidas de estabilização do Plano Trienal vinham sofrendo duras críticas de empresários e trabalhadores.”⁴⁸⁸

Apesar das tentativas de conciliação de Goulart, a crise tomava dimensões colossais e o aumento do custo de vida acaba por levar a classe operária, agora mais organizada e combativa e de certa forma mais livre do governo, às ruas contra a crise e contra o Plano Trienal. Goulart via sua popularidade questionada pela direita e pela esquerda. Mesmo dentro do PTB e por aliados históricos como Leonel Brizola, Goulart era contestado .

Essa tentativa de reestabelecer o cálculo econômico e, portanto, manter a continuidade da acumulação capitalista, sem penalizar os trabalhadores, constituiu a grande contradição que liquidaria não apenas a política econômico-financeira de Furtado e San Tiago Dantas, mas também, o governo de Goulart e o próprio regime democrático⁴⁸⁹.

Essas posições de Goulart, como já destacado, esbarravam na impossibilidade de sustentar, nos limites da rarefeita democracia brasileira, medidas de interesse nacional que atentavam contra a classe dominante. Goulart, segundo Bandeira, estava diante de um dilema:

⁴⁸⁸ E completa Loureiro: “as manifestações grevistas e as ameaças empresariais de remarcação de preços acentuavam-se; as derrotas do governo no Congresso Nacional (como na votação do empréstimo de compensação ao reajuste do funcionalismo) mostravam a fragilidade da base governista; e as críticas contra o acordo de indenização assinado com a AMFORP adquiriam caráter de histeria popular, levando inclusive o presidente a ser ameaçado de impeachment no Legislativo. Sem um apoio internacional à altura, capaz de dar legitimidade às rígidas medidas de estabilização, a única saída que restava a Goulart, caso seu interesse fosse o de sustentar o Plano Trienal, era recorrer à repressão para conter os movimentos populares e a aliar-se aos militares sob a justificativa de manutenção da ordem. Neste caso, mesmo que as metas de política econômica fossem mantidas em condições mais flexíveis para os empresários, é possível que a transferência dos custos sociais para os trabalhadores atuasse como um compensador”. LOUREIRO, Felipe Pereira. op. cit. p. 448-449.

⁴⁸⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 217-218.

[...] ou ceder a Washington e, além de comprar a AMFORP, adotar o programa de estabilização do FMI, ou recorrer a medidas nacionalistas entre as quais a aplicação da lei que limitava as remessas de lucros para o exterior. Ceder a Washington significava, fundamentalmente, ter que congelar os salários nos seus níveis mais baixos, intensificar a apropriação do excedente pelas empresas nacionais e estrangeiras, a fim de assegurar a continuidade da acumulação interna de capital e manter a taxa de reinvestimentos, sem prejuízo das remessas de lucros. Isto se tornava dia a dia mais difícil, inviável mesmo, pelos métodos normais de repressão, em face da ascensão dos trabalhadores. E adotar medidas nacionalistas, como a limitação das remessas de lucros, implicava desencadear uma ofensiva contra os interesses dominantes, impossível de sustentar dentro dos limites constitucionais da democracia⁴⁹⁰.

Acoado pelas diversas forças sociais, Goulart

decidiu retornar às suas bases populares antes que fosse tarde, abandonando o Plano Trienal e outras políticas de teor moderado. Foi exatamente a partir daqui que a retórica das reformas de base ganhou ênfase na administração Goulart, precipitando a crise da República do pós-guerra.⁴⁹¹

Tanto Loureiro quanto Moraes e Fonseca se enquadram em um grupo de autores que negam a rotulação de Goulart como populista, afirmando que este foi fiel ao ideal estruturalista/desenvolvimentista desde o início de sua carreira política. Ainda, para esses autores, por esse motivo, as posições de Goulart não podem ser classificadas como demagógicas ou reticentes como quer boa parte da literatura do período; a problemática central da crise de seu governo era, como exposto, devida a ação dos grupos sociais envolvidos no processo.

Uma terceira fase do período Goulart se inicia, de acordo com Moraes e Fonseca, não de forma abrupta, mas diante da impossibilidade, devido as ações dos atores em voga no momento concreto, de se manter uma política de manutenção do crescimento, mesmo com forte austeridade. Em consonância, Netto afirma que a margem de manobra de Goulart se reduzia e “tornava praticamente inviável a condução eficaz de qualquer orientação macroeconômica,”⁴⁹² uma vez que as soluções exigidas pelas forças de esquerda não seriam possíveis dada a composição do Congresso Nacional, trazendo à baila a possibilidade de ações extralegis.

Ao mesmo tempo, as opções de Goulart se esgotavam. Para Bandeira, a posição reformista/desenvolvimentista de Goulart foi posta à prova e desnudada diante de suas ações:

⁴⁹⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 230.

⁴⁹¹ Ibidem. p. 449.

⁴⁹² NETTO, José Paulo. op. cit. p. 54.

Goulart não era comunista, sem dúvida. [...] Goulart tinha compromissos concretos com a classe trabalhadora e, de modo geral, com todos os assalariados, que representavam sua base política e sua força eleitoral. [...] sempre dissera a Furtado que não admitia a compressão dos salários e por isso nunca aceitou, plenamente, o Plano Trienal⁴⁹³.

A crise econômica, a negativa dos EUA em conceder crédito ao Brasil e o vencimento de prazos para o pagamento de parcelas da dívida⁴⁹⁴ externa levaram Goulart a se posicionar: em julho de 1963 Goulart decide decretar a moratória unilateral e reativa a lei de Remessas e Lucros com o objetivo de conter a evasão de recursos do país. Pouco antes havia regulamentado a lei que punia o abuso de poder econômico, criando o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), com a tarefa de fiscalizar o cumprimento da lei de Remessas e Lucros e evitar a evasão ilegal de divisas⁴⁹⁵. Começa a se espalhar pelo país a expressão de Francisco Julião de que as reformas de base deveriam se realizar “na lei ou na marra”. Obviamente as atitudes nacionalistas e benéficas para o povo brasileiro feriam profundamente os interesses do grande capital internacional que a essa altura controlavam setores estratégicos da economia brasileira e estimulavam justamente as medidas que Goulart tentava coibir, de forma que o presidente opta pelo confronto com os setores sociais defensores de um padrão de desenvolvimento capitalista subordinado. O próprio Goulart atribuiu sua ida para a esquerda à falta de apoio às reformas sociais entendidas por ele como essenciais.⁴⁹⁶ As falas de Goulart assumiam um tom cada vez mais alinhado com as pautas da esquerda como a assinatura da lei de Remessas e Lucros em janeiro de 1964 e o exemplar discurso da Central do Brasil em março do mesmo ano, onde o presidente assinou a lei da Reforma Agrária. Poucos dias depois, ele assinaria os decretos da SUPRA – expropriando latifúndios próximos às grandes estradas federais –, da desapropriação e nacionalização de refinarias de petróleo.

Bandeira nos deixa evidente que um dos elementos que levaram ao golpe foi justamente a impossibilidade de manter a acumulação diante da crise e a resposta dos trabalhadores mobilizados ante a tentativa de implementação de um pacote recessivo drástico

⁴⁹³ NETTO, José Paulo. op. cit. p. 207.

⁴⁹⁴ A este tempo, a dívida externa brasileira somava mais de US\$3 bilhões e só de juros o país pagava cerca de US\$150 milhões por ano. Metade desta dívida tinha como data de vencimento entre 1963-1965 e se somada aos juros do período totalizaria US\$1,8 bilhão, o equivalente a 43% da receita das exportações brasileiras.

⁴⁹⁵ Bandeira cita o caso da importação de matérias-primas pela indústria farmacêutica como exemplo das absurdas irregularidades cometidas pelas corporações estrangeiras no Brasil. No caso, matérias-primas, muitas vezes existentes no país, eram importadas e superfaturadas para esconder a evasão de divisas. Goulart, dando fim a essa sangria, baixou um decreto proibindo a importação de matérias-primas a preços fora concorrência internacional e conjuntamente, dava as diretrizes para a implantação da indústria química de base no país. A esta altura, a desnacionalização da indústria farmacêutica chegava a 90%. Essa, foi uma entre várias medidas que buscavam conter a evasão de divisas e, conseqüentemente, controlar o déficit da balança de pagamentos.

⁴⁹⁶ GENNARI, Adilson Marques. op. cit.

que, às custas do trabalho, garantisse a acumulação de capital. Por mais que Jango tenha tentado a conciliação, a negativa da burguesia e do sistema internacional em aceitá-la – reflexos de um novo padrão de acumulação, mas sobretudo do caráter estrutural da burguesia e do capitalismo brasileiros –, acaba por forçá-lo a realizar as reformas que defendia de forma isolada. Na mesma linha, José Paulo Netto afirma que, apesar das inúmeras tentativas de articulação com a direita reformista, já no final de 1963, Jango, atento à realidade, tinha clareza “que estava esgotado o seu projeto de proceder às reformas de base contando com suportes constitucionais e institucionais”, devido sobretudo, à impossibilidade de se articular um “pacto social que superasse os entraves ao crescimento econômico sem exigir a penalização excessiva dos trabalhadores nem restrições democráticas”.⁴⁹⁷ Isso devido, segundo o autor, sobretudo à já avançada internacionalização do empresariado nacional e ao caráter antidemocrático e antipopular da classe dominante brasileira. Segundo Oliveira, é a partir desses elementos econômicos, e não pela política que se explica o afloramento dos conflitos sociais experimentados pela década de 60: o capitalismo brasileiro, insolúvel economicamente e gerador de desigualdade, aflorado pela política econômica irresponsável de JK acaba por penalizar demasiadamente os trabalhadores que, como havia de se esperar, reagem indo para as ruas. O novo padrão de acumulação acaba por recompor as necessidades de importação em um padrão mais elevado, o que desregula com mais intensidade o balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, o modelo JK não serve mais a uma classe dominante internacionalizada pois todo excedente é repassado ao setor externo. Explica-se, novamente por um fator econômico, a crise política que abala as frações burguesas no período.

A crise que se abre [...] não é uma crise de realização da produção, embora para alguns ramos industriais, dependentes do consumo popular, isto também ocorresse; é uma crise já de concentração, em primeiro lugar, uma crise gerada pela contradição entre um padrão de acumulação fundado no Departamento III e as fracas bases internas do Departamento I, e, em última instância uma crise de realização dos excedentes internos que não podem retornar à circulação internacional do dinheiro-capital; é, em suma, crise gerada pela enorme gravitação das empresas de capital estrangeiro⁴⁹⁸.

O “caráter centracionista do processo de expansão capitalista no Brasil”⁴⁹⁹ cobra seu preço. É o trabalhador, que vê sua renda achatada, sua participação na renda nacional diminuída⁵⁰⁰, que irá questionar as medidas governamentais. O esquema varguista, no qual

⁴⁹⁷ NETTO, José Paulo. op. cit. p. 55.

⁴⁹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 1989. p. 92.

⁴⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 2003. p. 55.

⁵⁰⁰ “A Pesquisa de Padrão de Vida da Classe Trabalhadora da Cidade de São Paulo, empreendida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE — em 1969, chegou à

Goulart e Furtado se inspiram, estavam historicamente comprometidos: “A luta pelo padrão de desenvolvimento capitalista autônomo não pode resistir a um confronto com o capital internacional [...] O fato é que a ação do nacionalismo brasileiro convergia para um confronto direto com os interesses do capital internacional [...]”⁵⁰¹.

Assim como Rago Filho, Mazzeo e Bandeira que veem nas Reformas de Base um passo fundamental para a implantação efetiva da social-democracia, Gennari tem interessante tese, na qual afirma que no contexto específico da aproximação de Goulart da esquerda e dos movimentos sociais, as vias de desenvolvimento nacionalista e socialista acabaram por convergir em oposição ao caminho da internacionalização subordinada.⁵⁰²

O caráter histórico estrutural de nossa burguesia, tardiamente percebido por Goulart, impediu que a opção de união dos dois maiores inimigos do imperialismo rumasse ao futuro autônomo do país.

Nossa direita reacionária preferiu se prevenir da opção que poderia tomar Goulart e garantiu o seu lado com mais um elemento de nossa particularidade: o bonapartismo.

conclusão de que entre 1958 e 1969, houve uma redução no salário real do chefe de família trabalhadora-tipo de 39,3%, enquanto a renda real total da família havia caído 10% no mesmo período; para lograr o precário equilíbrio de uma renda real 10% abaixo do nível de 1958, a família trabalhadora-tipo havia duplicado a força de trabalho empregada: de 1 membro ocupado em 1958 passou para 2 membros em 1969. A mesma pesquisa constatou que o tempo de trabalho necessário para comprar a maior parte dos alimentos básicos havia sofrido os seguintes acréscimos entre 1965 e 1969:

Quilos de Alimentos	Minutos de Trabalho	
	1965	1969
Pão	78	147
Arroz	75	107
Feijão	95	199
Macarrão	169	184
Batata	76	94
Carne	264	354
Sal	74	37
Açúcar	76	62
Leite (litro)	34	46

É interessante notar-se que pesquisa semelhante, realizada em 1958, com a qual se compara a de 1969, havia encontrado para aquele ano um salário médio de Cr\$ 8,54 para o trabalhador paulista. Entretanto, o gasto médio de uma família trabalhadora — os universos são os mesmos na pesquisa — estava em Cr\$ 10,15, isto é, o salário era insuficiente para cobrir o custo de reprodução da força de trabalho. A família realizava o equilíbrio através de expedientes e do aumento das horas trabalhadas. Frente a esses dados, que são mais eloquentes porque dizem respeito à capital do Estado de São Paulo, é muito difícil não se aceitar a ocorrência de um aumento da taxa de exploração do trabalho”. OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 2003. p. 55.

⁵⁰¹ GENNARI, Adilson Marques. op. cit. p. 203.

⁵⁰² “E por tudo isso podemos concluir que dadas as circunstâncias históricas imperantes no início dos anos sessenta – relacionadas, de um lado as mudanças no cenário internacional e de outro, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento da organização da política interna – as vias, projetos ou caminhos de desenvolvimento nacionalista e socialista acabaram por formar um só inimigo contra o imperialismo, principalmente aos olhos do mesmo”. Ibidem. p. 203.

Para Mazzeo, a ausência de uma hegemonia no interior da classe burguesa, somada a crise econômica e a pressão dos movimentos sociais, levou-a a apelar para sua forma bonapartista. A burguesia de tradição autocrática não poderia tolerar participação social,

[...] portanto, o elemento que determinará o golpe de Estado e a opção pelo bonapartismo estará arrimado numa longa tradição autocrática, [...] determinado pelo próprio caráter histórico-ontológico do capitalismo brasileiro e, conseqüentemente, de sua burguesia, elemento esse que se agudiza com as alterações ocorridas na organização mundial da economia.⁵⁰³

Segundo esse autor, durante o governo Goulart fica patente a desarticulação e a não-hegemonia da classe burguesa, assim como a incapacidade da fração de classe vinculada ao projeto de capitalismo associado de “soldar um bloco de classe em torno de suas posições que permitisse a ampliação da dominação burguesa assim como o controle direto do aparelho de Estado” diante de sua “necessidade de aprofundar a política iniciada por Kubitschek sem as pressões exercidas pelo movimento sindical, que, sem dúvida, dificultariam a implantação de medidas de contenção de salários, um dos recursos necessários para a acumulação interna do capital”. Os movimentos sociais, por sua vez, também não tinham “o acúmulo histórico-político necessário para desmontar a hegemonia autocrática”, particularmente os comunistas com sua diretriz de revolução democrático-burguesa, mais “obstaculizavam” do que ajudavam a desarticular a autocracia burguesa⁵⁰⁴.

De sorte que Mazzeo assevera que, apesar da crise estabelecida no governo Goulart não ter nem real intenção revolucionária e nem potencial para isso – tanto de parte do governo quanto por parte do movimento sindical ou do PCB – esta crise descortinava a real razão que levava ao golpe militar de 1964 : a “desagregação política da hegemonia burguesa” e “corrosão de sua hegemonia em função das lutas intestinas entre suas frações de classe”⁵⁰⁵. Essa fragilidade burguesa é que poderia ter dado margem a radicalização das demandas democráticas pelos trabalhadores e potencialmente desaguar em uma conflagração pré-revolucionária.

Destarte, o acirramento da crise econômica leva os setores populares a aumentarem a pressão sobre o governo. Goulart, por sua vez, acaba por implementar aquelas que já eram suas pretensões, mas que não puderam ocorrer devido ao cenário político. A efetivação das bandeiras democráticas leva a burguesia a operacionalizar o que Mazzeo chama de “soldagem” no interior do bloco de poder, ou seja, as diversas frações burguesas se consolidam em torno do que seria,

⁵⁰³ MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit., 2015, p.

⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ Ibidem.

segundo elas, uma salvação de seus interesses econômicos e políticos, a passagem para o bonapartismo.

Percebe-se que as reformas propostas por Jango e reivindicadas pela maior parte dos movimentos populares, apesar de seu caráter reformista, ameaçavam o histórico poder autocrático da burguesia de via colonial, além de colocarem em cheque as bases da superexploração da força de trabalho – e ainda no contexto de crise, poderiam representar uma ameaça aos gordos lucros dos capitais monopolistas – e nesse sentido a tese de Gennari se sustenta – o caminho nacional-reformista das Reformas de Base sem excessiva penalização dos trabalhadores seria também o melhor caminho para as forças revolucionárias. A proposta de mera iniciação de uma real democracia-burguesa – com participação social e um mínimo de justiça social, presente nos países clássicos – foi o suficiente para assombrar a burguesia de via colonial.

A prova desta teoria são as principais ações da ditadura instituída no imediato posterior ao governo João Goulart: frear as instâncias democráticas e os movimentos sociais, incentivar o desenvolvimento do departamento 1 da economia, contenção salarial via repressão, captação de recursos e empréstimos para a entrada dos conglomerados internacionais etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de percorrido um longo caminho de pesquisa, conseguimos perceber a importância e a atualidade das questões aqui propostas. Como revelam as importantes produções teóricas recentes, tanto o governo Goulart quanto o populismo são debates ainda vivos. A tese que advoga o tipo ideal de populismo como caracterização do Brasil na quadra histórica de 30 até o Golpe Militar de 1964 é cada vez mais questionada, o que mostra sua fragilidade. No entanto, a maioria dos autores que tratam deste período ainda usam o termo, seja pela falta de outro termo da mesma forma tão popular, seja pela incompreensão da realidade nacional. Desta forma, se justifica a escolha do recorte por nós efetuada, dado como exemplo o caso da interpretação dos teóricos do “populismo” do aspecto do trabalho, já praticamente derrubado por profícuas e férteis pesquisas de inspiração Thompsoniana.

Com relação ao seus aspectos teórico-metodológicos, as interpretações originadas neste conceito ainda necessitam de intensa problematização, dada sua origem no weberianismo, no funcionalismo na teoria da sociedade de massas. Se estes referências teóricas são por nós considerados como equivocados para a apreensão da realidade, a pretensão de utilizá-los – mesmo que não de forma explícita – em uma perspectiva que se pretende fundada na crítica marxista é no mínimo problemática. Como ressaltamos ao longo do trabalho, as importantes questões assinaladas por Marcelo Maia, José Chasin, Livia Cotrim e Rubem Barbosa, evidenciam a raiz duvidosa e as consequências destas leituras da realidade brasileira.

Se as hipóteses que partem do tipo ideal “populismo” não desvendam o que pretendem, a saber, o que caracteriza o Brasil como formação social, tampouco as alternativas propostas por Jorge Ferreira e Felipe Demier nos aparentam resolutivas. Daí nossa tentativa de resgatar os principais pensadores da época para revelar o que verdadeiramente arrazoavam e defendiam, de forma a entendermos o que de fato estava em jogo em princípios da década de 60. Percebe-se, a partir destas análises, diferentes entendimentos da realidade nacional e diversos projetos de país: desenvolvimento conservador atrelado ao capital internacional de Roberto Campos, desenvolvimento nacional autônomo encabeçado pela burguesia de Furtado, revolução democrático-burguesa a partir do rompimento com o imperialismo e latifúndio do PCB e desenvolvimento nacional popular de Prado Jr.

Nossa investigação sobre os teóricos e sobre os fatos históricos deste período também nos fizeram refletir sobre a importância do PCB e do PTB como partidos de massa e que representavam os interesses populares. Especificamente em relação ao PCB, seus equívocos

teóricos e estratégicos não podem apagar o papel do partido na história. Segundo Lovatto⁵⁰⁶, as reformas de base derivam de proposta originalmente formulada pelo PCB. Trabalhar com vistas aos objetivos estratégicos de uma revolução brasileira por etapas - primeiro a revolução democrático-burguesa, depois a revolução socialista – fez com que as pretensões dos comunistas convergissem com em muitos pontos com o partido de Goulart. No entanto, as transposições mecânicas e reducionistas de realidades diversas da brasileira, resultou na impossibilidade do entendimento que nos particulariza como formação histórica e fez com que este partido cometesse diversos engodos.

Apesar das limitações representadas pela influência positivista e do *Komintern* em seu pensamento, Nelson Werneck Sodré, maior representante da teoria-política do PCB, “será responsável por criativas e importantes adequações das teses da IC na análise da realidade brasileira⁵⁰⁷”.

Caio Prado Jr., por sua vez, representa uma ruptura com a *teoria consagrada* do PCB. Entre todos os autores analisados, as constatações do historiador paulista, constituem-se como precioso avanço no apreender da concretude sócio-histórica brasileira no sentido aqui proposto. Apesar de não se referir diretamente à categoria particularidade, “Prado Jr. identificará na formação social brasileira *elementos de particularidade histórica* que permitem um enfoque mais próximo da concretude para explicitação do caráter *não clássico* da forma capitalista brasileira, aproximando-se das interpretações leninianas sobre as morfologias conformadoras das particularidades históricas que se processam nas formações sociais capitalistas⁵⁰⁸”. Sua formulação do “sentido da colonização” – uma formação socioeconômica que, em função da herança colonial, constituiu-se numa economia voltada para o atendimento de interesses externos, baseada na produção em larga escala de produtos primários, tendo como característica a grande propriedade rural - será referencial para vários autores marxistas e especificamente para os que consideramos contribuidores do apanhar da particularidade brasileira. Da mesma forma, suas indicações em *A Revolução Brasileira*, caminham no sentido de indicar o “ciclo vicioso⁵⁰⁹” que nos especifica como concretude histórica. Já na década de 60 Prado Jr. percebia o peso de nosso passado colonial e a conseqüente lógica externa imanente da economia brasileira, bem como a burguesia não nacionalista e subordinada dela derivada. Por decorrência, indicava a necessidade do rompimento com a revolução por etapas, do que decorreria a retirada

⁵⁰⁶ LOVATTO, Angélica. *Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.

⁵⁰⁷ MAZZEO, Antonio Carlos. op. cit., 2015. p. 122.

⁵⁰⁸ Ibidem. p. 125.

⁵⁰⁹ SOUZA, Ângela Maria. op. cit.

da burguesia como personagem principal de nossa revolução, passando para os trabalhadores o leme da história. Desta forma, segundo Mazzeo⁵¹⁰, as formulações caiopradeanas são a origem da teoria da Via Colonial.

As indicações de Prado Jr. somadas a circulação das obras de György Lukács na década de 70, permitem que outros intelectuais desenvolvam as indicações marxianas e leninianas sobre os caminhos ou vias de objetivação do capitalismo, a partir do Lukács chamou de particularidade histórica. Assim, a partir destas indicações, podemos realçar

as dimensões específicas dos processos históricos, socialmente determinados, respeitando suas legalidades objetivas imanentes, enquanto totalidades articuladas na qual seus elementos constitutivos – com suas essencialidades próprias – conformam-se em outros complexos (as categorias), dando assim, historicidades e concretude às formações sociais e às categorias econômicas. Isto permite, na realização da análise de uma determinada realidade societal, transcender os reducionismos dogmatizadores e dimensionar o efetivo caráter que a estrutura produtiva assume na conformação da totalidade⁵¹¹.

Esse importante instrumental teórico começa a ser aplicado à interpretação do Brasil, como indicamos no capítulo dois, por Carlos Nelson Coutinho. Segundo este autor, o Brasil seguiria o mesmo caminho da Via Prussiana de objetivação do capitalismo observado por Marx. Guardadas as devidas semelhanças entre os casos alemão e brasileiros, acreditamos, de acordo com Mazzeo, existirem diferenciações essenciais entre ambos. Ainda, o abandono do referencial lukácshiano indicado por Silva, leva a profícua análise de Coutinho a não amadurecer sua concepção inicial.

Coube a José Chasin, um dos percursores na difusão do pensamento do Lukács maduro no Brasil a correta aplicação de tal instrumento conceitual ao caso brasileiro. Inicialmente apontando as similitudes entre a Via prussiana e o caminho brasileiro, Chasin afirma que o caso alemão não deve ser tomado como modelo prévio de análise, tendo cada caso sua objetividade específica, na medida em que é fruto de um conjunto de determinações únicas decorrentes do modo pelo qual a realidade se coloca. O caráter colonial, como assinala Prado Jr. será demiurgo para a conformação da processualidade histórica brasileira e tornar-se-á sua marca indelével. Justamente a inserção do país, como empresa colonial, no capitalismo mercantil europeu, determinará a formação de sua propriedade agrícola e de sua burguesia, tornando ambos elementos subsumidos ao capital dos países centrais. Em conformidade, também será sua marca a lentidão da constituição do “capitalismo verdadeiro”, determinada

⁵¹⁰ MAZZEO, Antônio Carlos. op. cit., 2015. p. 127.

⁵¹¹ Ibidem. p. 130.

pela ausência de processos revolucionários, substituídos pela conciliação entre o historicamente novo e o historicamente velho. É o que Chasin denomina de capitalismo Hipertardio ou Via Colonial⁵¹² de objetivação do capitalismo.

Os apontamentos de Chasin, no entanto, são apenas gerais em relação ao período aqui tratado. Coube a outro intelectual, Francisco de Oliveira, citado como referência por José Chasin e Antônio Carlos Mazzeo, realizar acurado exame da economia brasileira do período tratado pelos teóricos do “populismo”, apresentando uma contraposição de peso a tais análises. Como indicado por nós ainda no capítulo três, Chico de Oliveira também busca encontrar o que particulariza o capitalismo brasileiro, afirmando, na mesma linha de Chasin e Mazzeo, que

é evidente que a história e o processo da economia brasileira nos pós-anos 30, contêm alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista [...], mas esta expansão não repete nem reproduz ‘ipsis literis’ o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado⁵¹³.

Desta forma, e seguindo as indicações de Prado Jr., afirma que a lógica da economia brasileira até a década de 30, era essencialmente externa, sendo a intermediação comercial e financeira externa, *a relação* determinante da economia nacional. Como consequência, mantinha-se a necessidade de manutenção da agroexportação, uma vez ser dela advindas as divisas necessárias para cobrir esta intermediação. Uma vez que o grosso do valor gerado por esse modelo econômico acabava empregado na remuneração desses capitais de origem externa, a economia agroexportadora, além de se tornar inviável, obstaculizava o desenvolvimento do capitalismo industrial. É nesse contexto profundamente desalentador que a Revolução de 30 marca “o fim da hegemonia agrário-exportadoras e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial⁵¹⁴”. Para Oliveira, o Vargasismo significou os primeiros passos do capitalismo verdadeiro, uma vez que se abre a possibilidade de autofinanciamento desse capitalismo. Parece-se nos, portanto, que esse elemento interno ressaltado por Oliveira é justamente o projeto burguês de modernização capitalista. Esse projeto, gestado diante da necessidade de modernização do sistema, terá como norte – inicialmente, frisa-se – a acumulação interna.

⁵¹² CHASIN, José. op. cit., 1999.p. 49.

⁵¹³ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., 2003. p. 32-33.

⁵¹⁴ Ibidem. p. 09.

No entanto, não ocorreu um rompimento total com o historicamente velho – a estrutura agrária e dependente – conservando-se intactos, mesmo no projeto modernizante getulista, muitos elementos da subordinação típica de nosso país. A estrutura agrária brasileira, herança colonial, dependente das condições externas, acaba por determinar a forma como a industrialização ocorre no Brasil, uma vez tendo sido conservados seus elementos essenciais.

A tentativa varguista de desenvolver o Departamento I, o setor de bens de produção, é limitada pela contradição interna da economia brasileira, a saber, a dependência do setor agroexportador, uma vez que, como acima referido, a fonte de financiamento principal da indústria em expansão ainda ser a agroexportação, advindo dela as divisas necessárias para a importação dos bens de produção ainda não produzidos internamente. Da mesma forma, a agricultura é responsável pelo custo de reprodução da força de trabalho e das matérias-primas. Era necessário, portanto, manter o setor agroexportador, conciliando, então, o novo modelo industrial com a velha economia agrária.

Desta forma, essa nova configuração de acumulação de capital com vistas ao desenvolvimento de um capitalismo autônomo – por mais que associado -, vê barrado seu desenvolvimento justamente pelos elementos típicos do modelo agroexportador, tornando-se esta conciliação uma contradição para o pleno desenvolvimento do capitalismo industrial. Essa contradição entre modelos de desenvolvimento acaba por gerar um rompimento no interior da classe dominante, transformando-a em frações de classe com interesses antagônicos – dos quais as diversas crises do governo Vargas são exemplares.

Daí por diante, a história republicana elucidada a disputa pela hegemonia de tais modelos, como pretendemos mostrar no capítulo 4.

A incompreensão, destas questões pelos “críticos do populismo” e demais analistas do período, e sua submissão ao termo “populismo”, mostram a importância da retomada do debate. Entendemos, ainda, que uma das razões que levam a esta incompreensão é o assentimento da positividade da política. Chasin, em seus estudos sobre a obra marxiana, redescobriu em Marx o que batizou de determinação ontonegativa da politicidade. Partindo das indicações de Marx de que as formas políticas, sejam elas quais forem, são determinadas pela sociedade civil, ou seja, respondem a necessidades determinadas no âmbito de produção da vida, Chasin conclui que é cabal nos escritos do filósofo alemão que a política é um aspecto negativo da sociedade humana, antes criado para manter um poder que não remete a ontologia humana do que instrumento para sua emancipação. Isto porque as forças sociais, atributos próprios do humano, passam, em determinado momento histórico e sob domínio do capital, a se autonomizarem em

relação aos seus produtores. Nesse sentido, é somente a realidade prática, o mundo material, que guardam a chave para o entendimento e resolução dos dilemas humanos e não a esfera política como querem os teóricos do populismo e diversos intelectuais e militantes, muitas vezes genuinamente comprometidos com a transformação social. Do desconhecimento da diferença entre Revolução Social e Revolução política, derivada da visão politicista é que provém propostas limitadas ao aperfeiçoamento ou a mudança no interior da esfera do capital, ações não plenamente efetivas para a emancipação humana. Essa incompreensão do marxismo leva a inúmeros engodos, como o entendimento do Estado como neutro e a aposta sobrevalorizada nas eleições, reduzindo as necessárias transformações na estrutura produtiva a mera substituição de líderes ou partidos políticos. Decorrente justamente de nossa especificidade histórica, o politicismo em sua forma brasileira, levou muitos pensadores de peso a deixarem escapar justamente o que nos permite entender a formação histórica brasileira, sua particularidade. Entre diversos analistas que adotam o tipo ideal “populismo”, é notável a forma como o processo econômico é tratado meramente como paralelo ou derivado do andamento político: é o equívoco da razão política apontado por Marx. Reduzir todo um período histórico de concretização do capitalismo brasileiro à disputas pelo poder, acaba por negligenciar que a industrialização seja resultado de um projeto burguês, ou de uma fração burguesa, é negar, portanto, a particularidade brasileira e o próprio processo histórico no sentido marxista.

É nesse sentido que acreditamos que retomar os analistas contemporâneos à década de 60, mesmo sendo estes representantes de correntes burguesas, é retomar uma época onde as discussões e reformas econômicas eram ordem do dia. As reflexões de Celso Furtado, Werneck Sodré ou até mesmo Roberto Campos, são de grande erudição e tratam de questões intensamente negligenciadas pelos debatedores da atualidade.

Assim, acreditando na retomada das análises que tratam do efetivo caráter que a estrutura produtiva assume na conformação da totalidade, é que propomos as obras por nos pontuadas no capítulo 4 para esclarecimento da particularidade nacional tal como ela se pôs durante o governo Goulart.

De acordo com Moniz Bandeira, percebemos que adjetivos comumente utilizados para definir João Goulart, como vacilante, reticente, demagogo, hamletiano ou populista, não encontram amparo na realidade. Coerente ao longo de toda sua carreira política, Goulart era árduo defensor do projeto varguista de um capitalismo nacional, somado ainda à justiça social e à intervenção estatal; sua política se assentou em um reformismo, com um programa, um

partido e uma prática muito bem delineada, passando longe de uma demagogia que busca ocultar suas reais intenções:

[...] Goulart era um reformista. E sua política fundamentalmente se assentou na massa organizada, nos sindicatos e em um partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária, cuja práxis mais se assemelhava a da social-democracia europeia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à práxis do populismo. Não se pode obscurecer essa diferença, fundamental para a compreensão do processo político nacional até 1964⁵¹⁵.

Como demonstramos, tal projeto não somente está nos discursos do então presidente, mas corresponde à sua prática.

Por sua vez, a fragilidade da economia nos anos Goulart não expressa a incapacidade ou incompetência do presidente, mas antes reafirma o ciclo vicioso de dependência e submissão que nos indica Caio Prado Jr e Chico de Oliveira. A tentativa de reverter o sentido da economia para o interior, empreendido por Vargas, é frustrada pelo novo padrão econômico mundial do pós-Guerra e pela internacionalização da economia empreendida por Kubistchek. Nesse sentido, a herança recebida de JK era uma economia muito mais internacionalizada e subordinada, um país diferente do contexto Vargas.

Sem atinar para a esta mudança, Goulart insiste no projeto de um capitalismo nacionalista, pautado na idealização de uma fração da classe burguesa que não mais encontra amparo na realidade. A progressiva internacionalização da classe dominante brasileira ou sua substituição pela gerência internacional, tendia a agudizar as contradições da política de alianças na qual ainda insistia o presidente. Não mais sendo representada pelas ações nacionalistas do governo, essa pretensa burguesia nacional, agora internacionalizada, se tornara oposição a essas ações. Restara agora aos trabalhadores e a pequena burguesia os benefícios da política janguista. Nas palavras de Gennari, “A política econômica do período Goulart caracterizou-se pela tensão permanente entre os interesses dos setores nacionalistas e populares e os interesses do capital internacional”.

O esquema varguista, no qual Goulart e Furtado se inspiram, estavam historicamente comprometidos: “A luta pelo padrão de desenvolvimento capitalista autônomo não pode resistir a um confronto com o capital internacional [...] O fato é que a ação do nacionalismo brasileiro convergia para um confronto direto com os interesses do capital internacional [...]”⁵¹⁶.

⁵¹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit., 2010. p. 93.

⁵¹⁶ GENNARI, Adilson Marques. op. cit. p. 203.

Diante dos intensos embates entre a classe trabalhadora e as diversas frações da burguesia brasileira, parece-nos impossível falar em vazio de poder. Mas antes a disputa entre diversos projetos econômicos, seja entre frações do capital, seja entre capital e trabalho. Se a burguesia não era coesa, dados estes diversos projetos de suas frações, esta nunca perdeu seu caráter particular de ser uma burguesia nascida em um país de um capitalismo de origem colonial, influenciada pelo momento histórico específico em que ascendeu e dotada de incapacidade de ser progressista e incluir socialmente os trabalhadores. Se alguma responsabilidade tem os trabalhadores frente aos rumos que tomou o país naquele fatídico 1964, é a responsabilidade de não ter se tornado mais combativo, mais consciente, – e não a falta de apego a democracia, ou a inconsciência de ser enredado pela política populista.

Assim, a demagogia populista, na linguagem dos teóricos do populismo, se bem que muitas vezes presente, é substituída, em sua essencialidade, por um projeto real de modernização capitalista, nunca escondido por seus líderes como parece ser a questão para estes teóricos. Ao invés disso, acreditamos que o país chegara em um momento de acirramento da luta de classes, onde “as classes sociais em pugna estavam numa situação em que se ‘neutralizavam mutuamente’⁵¹⁷. Segundo Assunção, o que ocorria era uma “saturação de poder”, de um lado uma burguesia em crise, se rearticulando e mudando de caráter, mas ainda forte, uma vez ser classe dominante; do outro, os trabalhadores em rápida ascensão, abismando a burguesia diante de seu potencial elucidado nas ruas (e ainda apoiado por um projeto nacionalista do PTB, pelo PCB e parte da inteligência e do presidente).

O início dos anos 1960 talvez tenha sido um dos momentos da história brasileira em que se apresentou com maior clareza o embate entre grupos sociais por diferentes projetos de país. As reformas de base se apresentaram como uma ameaça real de efetivação da socialdemocracia nos moldes europeus como nunca existiu antes em nossa história. Assim, entendemos que longe de ser populista, de proferir retóricas vazias, Goulart e seu partido tinham um programa coerente com a realidade nacional; este programa nunca fora negado por ambos e, apesar de ter como ótica a democracia burguesa, de fato representara a melhor opção em voga na época para os trabalhadores. Justamente por isso, ameaçavam o histórico poder autocrático da burguesia de via colonial, além de colocarem em cheque as bases da superexploração da força de trabalho e nesse sentido a tese de Gennari se sustenta – o caminho nacional-reformista das Reformas de Base sem excessiva penalização dos trabalhadores seria também o melhor

⁵¹⁷ ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como Bonapartismo – Apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e ciências humanas*. n. 17, Edição n. 17, Abr/2014.

caminho para as forças revolucionárias. Abria-se a possibilidade de um novo rumo para o país, ou seja, de reversão das bases da Via Colonial.

Não obstante, a proposta de mera iniciação de uma real democracia-burguesa – com participação social e um mínimo de justiça social, presente nos países clássicos – foi o suficiente para assombrar a burguesia de via colonial. E justamente por isso o impedimento, por parte da direita, de sua efetivação.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. SARTÓRIO, Lúcia Aparecida Valadares. A crítica chasiniana à analítica paulista. *Verinotio – Revista on line de educação e ciências humanas*, n. 9, Ano V, nov. 2008.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ditadura como Bonapartismo – Apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. n. 17, Edição n. 17, Abr/2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 93p. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista746.pdf>>.

_____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8 ed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA FILHO, Rubem. *Populismo – uma revisão crítica*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, mimeo, 1980.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. *A formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbook, 1994.

_____. *A moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro: APEC, 1964.

_____. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1983.

_____. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

_____. “Arrancada e colapso: a peripécia dos países em desenvolvimento”. In: SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. *Ensaio imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. Inflation and balance growth. In: ELLIS, H. *Economic development for Latin America*. Londres: McMillan, 1961.

_____. Observações sobre a teoria do subdesenvolvimento econômico. *Digesto econômico*, São Paulo, 1953.

CHASIN, José. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

_____. A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Ensaio Ad Hominem. 2000.

_____. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O Integralismo de Plínio Salgado — Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2ª ed. São Paulo: Ad Hominem/UNA, 1999.

CONTE, Daniela. *Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil Moderno (1958-1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. A crítica do populismo – Elementos para uma problematização. *Revista PUC Viva*. São Paulo, n. 8, ano 2, pp. 35-45, mar./abr. 2000. Disponível em

<https://www.academia.edu/10360806/A_cr%C3%ADtica_do_populismo_elementos_para_uma_problematiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em ago 2020.

_____. J. Chasin – Metapolítica e Emancipação Humana, *Revista Escrita da História*, Ano VI, vol. 6, n. 12, jul./dez. 2019.

_____. *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.

_____. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”. In: COUTINHO, Carlos Nelson et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUNHA, Paulo Ferreira. Ortodoxia e coerência de um general (bom) de briga (da). *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Topoi (Rio J.) vol.11 no.20 Rio de Janeiro Jan./June 2010.

DE MELO, Wanderson Fabio. *Institucionalização e modernização: o debate no Senado Federal entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983 – 1989)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

_____. Roberto Campos em defesa do estatuto da terra: disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura. *OPSI*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 180-200 - jan./jun. 2014.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB – 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em Processo. In: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v 4 – Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro(1930-1964): autonomia relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

DREIFUSS, René. Armand. 1964: *A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Delson. *Nacionalismo, política e democracia na obra de Nelson Werneck Sodré*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2001.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e Populismo no Brasil: A Política Econômica dos Governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 59, n.2, Rio de Janeiro, pp. 215-243 ABR/JUN 2005.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Editora Hucitec / Abphe, [1948] 2001.

_____. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, [1952] 1969.

_____. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

_____. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. *Revista de economia política*, v.20, n.4, out./dez. 2000.

_____. *Teoria política do desenvolvimento econômico*. 6 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

_____. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

GAIO, André Moysés. *Por uma teoria da independência: História e revolução em Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

GENNARI, Adilson Marques. *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a Lei de Remessa de Lucros no governo de João Goulart*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

_____. DE OLIVEIRA, Roberson. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. “A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho)”. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n. 17, nov. 1979.

GODOI, Bruno Bezera Cavalcanti. *A influência de Roberto Campos na Economia Brasileira (1945-2001)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito. In : FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Quatro séculos de latifúndio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IUMATTI, Paulo T. *Caio Prado Jr. Uma trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. *Diários políticos de Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LÊNIN, V. I. “El Programa Agrario de la Social-Democracia”. In: *Obras Completas*. Tomo XII. Cartago, B. Aires, 1960.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

LOVATTO, Angélica. Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona-México, Grijalbo, 1968.

MADUREIRA, Maria Annuniação. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré. *Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*. Nº 5, Ano III, 2006.

MAGANE, Felipe T. *Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*. Dissertação de mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. SP: Boitempo, 2007.

_____. *Crítica ao programa de Gotha* In: Obras Escolhidas. Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Historia crítica da la teoría de la plus-valía v. III*. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pre-64: a experiência carioca. In: *Lutas Sociais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*. n. 6. 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antônio Carlos, LAGOA. *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo: Unesp-Marília-Publicações/Boitempo editorial, 1999.

MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

MENDONÇA, Israel Gil da Silva. *Desenvolvimento, agricultura e reforma agrária nas visões de Celso Furtado e Roberto Campos (1950-67)*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

MOISÉS, José A. *Greve de massa e crise política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54*. São Paulo: Polis, 1978.

MORAES, Rafael. *O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964. Anais do Encontro da ANPEC*. 2012. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-2c5973b65db6447cd8a41acc012cb19e.pdf>.

MOREIRA, Cássio Silva. *O Projeto de Nação do governo João Goulart: Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Doutorado em economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. “Posfácio”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

_____. *A navegação venturosa – Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO JR, Caio. A Remessa de Lucros e a Libertação Econômica do Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 39, p. 01-09, Jan-Fev de 1962.

_____. A Remessa de Lucros e a Libertação Econômica do Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 39, p. 01-09, Jan-Fev, 1962.

_____. As eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense*. n. 32, nov./dez.1960. p. 08. Apud SOUZA, Ângela Maria. op. cit., 2009.

_____. Marcha da Questão Agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* nº 51, jan./fev. 1964.

_____. A Reforma Agrária e o Momento Nacional. *Revista Brasiliense*, nº 29, mai./jun. 1960.

_____. O Estatuto do Trabalhador Rural. *Revista Brasiliense*, nº 47, mai./jun. 1963.

_____. *A revolução brasileira – perspectivas em 1977*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, nº 28, mar./abr. 1960.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. *História econômica do Brasil*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 2, p. 84, nov-dez de 1955.

- _____. Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, n. 24, p. 09-15, Julho-agosto de 1959.
- _____. Panorama da política brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 38, nov./dez, 1961.
- RAGO FILHO, Antônio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, São Paulo, (29) tomo I, p. 139-167, dez. 2004.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SANTIAGO, Theo Araújo (Org.). *Capitalismo – Transição*. São Paulo: Moraes, s/d.
- SANTOS, Raimundo. “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”. In: SANTOS, R. *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- _____. *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2007.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Aline de Vasconcelos. *O projeto nacionalista de João Goulart: Análise dos discursos de 1961 a 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.
- SILVA, Vladimir Luis. “*Via prussiana*” e “*revolução passiva*” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- _____. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro; ISEB, 1959.
- SOLA, Lourdes. *The political and economical constraints to economic management in Brazil (1945-1963)*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Oxford, 1982.
- SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da revista brasiliense (1955-64)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2004.
- _____. *O Brasil descortinado por Caio Prado Jr.: gênese e reiteração do círculo vicioso*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

SOUZA, Ângela Maria. RAGO, Maria Aparecida de Paula. Caio Prado: vida e obra transgressoras e o destino trágico de seu pensamento. *Verino – revista on line de filosofia e ciências humanas*. n. 17, Ano IX, abril de 2014.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização na visão de Celso Furtado. In REGO, José Marcio. BRESSER-PEREIRA (orgs). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Ed.34, 2001.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil – 1946-1954*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1986.

VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento – De Getúlio a Jango*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil-1968. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.